A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador-BA

Antonio Mateus de Carvalho Soares

São Carlos – SP, 06 de Agosto de 2007

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

Soares, Antonio Mateus de Carvalho
M676i A inserção da habitação popular no tecido urbano de Salvador-BA /
Antonio Mateus Soares ; orientador Cibele Saliba Rizek. — São Carlos, 2007.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da
Arquitetura e Urbanismo -- Escola de Engenharia de São Carlos da
Universidade de São Paulo.

1. Habitação popular. 2. Cidade. 3. Inserção social. I. Título.

A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador-BA

Universidade de São Paulo – USP
Escola de Engenharia de São Carlos – EESC
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

Antonio Mateus de Carvalho Soares
Autor

Profa. Associada Cibeles Saliba Rizik
Orientadora

São Carlos – SP, 06 de Agosto de 2007

Para compreender o que se passa em lugares que, como os "conjuntos habitacionais" ou os "grandes conjuntos", e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou na incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, deixando jogar até o infinito o jogo das imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito a justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas: isto é, em certos casos, o *trágico* que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vista incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social.

Agradecimentos

Agradecimentos

O estudo, ora apresentado, foi iniciado no 1º. semestre de 2005, no Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo. Sendo financiado pela FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Nestes quase três anos de pesquisa muitos contribuíram para a sua realização.

Cordiais agradecimentos...

... aos professores e professoras ...

A Profª. Cibele Saliba Rizek, pela fuga do óbvio, pelas reclamações que estimularam o meu amadurecimento intelectual, pela legitimação do trabalho docente e de pesquisa, pelo seu brilhantismo, por consolidar minha formação sociológica e, principalmente, por sua disposição e paciência em me orientar.

Ao Prof. Gey Espinheira, ao Velho Mago, pela sua poesia tão sábia, pela sua energia tão forte e benigna; por ter me comunicado os sentidos da sociologia e os fazeres do sociólogo; por me inserir no mundo acadêmico e profissional; por sinalizar que na efemeridade da vida nós humanos temos uma função importante – ser felizes.

A Profª. Inaiá Maria de Carvalho, pela sua graciosidade e inteligência, pelo seu trato cordial e animador; pela coerência na produção científica; por toda sua contribuição e representatividade na interlocução dos estudos sociológicos do Estado da Bahia.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP e da FAU/USP, entre estes, destaco, as contribuições do Prof. Carlos Martins e do Prof. João Whitaker. O curso das disciplinas ministradas por eles contribuíram muito para minha formação.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da FFLCH/USP, entre estes, destaco, as contribuições da Profa. Maria Célia Paoli, Profa. Vera Telles, e principalmente Francisco de Oliveira, por sua tão profícua análise sobre o Estado brasileiro.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp.

Aos pesquisadores do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, entre estes, destaco a Profa. Anete Ivo e a Profa. Guaraci Adeodato. E a todo o corpo técnico da instituição.

Cordiais agradecimentos ...

... às instituições

A USP – Universidade de São Paulo, em especial a EESC – Escola de Engenharia de São Carlos, por todas as possibilidades que a instituição possibilita ao discente.

FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo subsídio financeiro da pesquisa, pelo acompanhamento do meu trajeto e pela legitimação que a instituição oferece.

UFBA – Universidade Federal da Bahia, sobretudo a FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pelo aprendizado inicial e imprescindível para minha formação acadêmica; também ao CRH – Centro de Recursos Humanos, por ter me recepcionado em 2001, e possibilitado interlocuções cruciais na minha caminhada.

Cordiais agradecimentos ...

... aos colegas, companheiros e amigos ...

A Isabele Duplat, amiga e colega de iniciação científica, pelas leituras e correções ortográficas neste e em outros estudos.

A Patrícia Smith, colega de núcleo de pesquisa no CRH, pelas leituras e críticas aos capítulos deste estudo.

A Alberto Álvaro, companheiro de iniciação científica, pelas discussões sobre as palafitas de Novos Alagados e sobre o subúrbio de Salvador.

A Regina Trindade Lopes, amiga e colega de graduação, pelas aventuras sociológicas cometidas juntos.

A Zelma Ferreira e a Nelma Barbosa, grandes amigas, pelas terapias de grupo que nossas conversas promoviam.

A Sarah Freitas, colega de mestrado em algumas disciplinas, pelas conversas e freqüentes contatos em São Paulo.

A Danúbia Azevedo, Leandro Mercês e Carlos Eduardo “Cacau”, pela ajuda na aplicação dos questionários desta pesquisa.

A Kall Assunção, pelo carinho e conforto de sua companhia em momentos de angústia.

A Carolina Antonângelo, colega do mestrado, pelos risos e brincadeiras, tão necessários em algumas aulas tediosas.

Aos amigos, Vilmar Júnior, Morsa Caldo, Max Azambuja, Michel, Edmar e aos demais colegas de residência em São Carlos, pelo convívio e troca de experiências.

Às colegas, Cátia e Celine, colegas na residência em São Paulo, pelos cafés e baladas compartilhadas.

Ao grande amigo de infância Antonio Benigno, pela motivação contagiante, por sua presença constante na minha trajetória.

Cordiais Agradecimentos ...

... às comunidades ...

Aos moradores dos Conjuntos Habitacionais: Jardim Nova Primavera, Loteamento Vale das Dunas e Vila Viver Melhor.

Agradecimentos especiais ...

... aos familiares...

Minha mãe Florisete Figueiredo Carvalho – pela força que não seca! – pelo estímulo, amor, carinho e paciência.

Meu irmão Bruno de Carvalho – pelo estímulo e participação na aplicação dos questionários e entrevistas deste estudo.

*Dedico este estudo
àqueles que lutam por uma
sociedade mais justa e
menos excludente,
àqueles que buscam o
reconhecimento de seus direitos,
àqueles que mesmo excluídos
procuram se reconhecer como cidadãos
àqueles que não se vendem por
favores eleitorais,
àqueles que mesmo desassistidos
por políticas democráticas,
ainda continuam com esperança
e não se submergem no mundo
da violência e do crime.*

*Dedico com muito
carinho aos moradores
dos conjuntos habitacionais
focalizados neste estudo.*

Resumo

Este estudo consiste em uma análise sobre as formas de inserção da habitação popular no tecido urbano de Salvador. Compreende como os conjuntos habitacionais se relacionam com o seu contexto urbano adjacente e com a cidade. Para isso, pesquisamos nos conjuntos habitacionais: Vilar Viver Melhor, Loteamento Vale das Dunas e Jardim Nova Primavera, estes conjuntos estão localizados em diferentes áreas de Salvador, o que permite um recorte analítico comparativo entre as três realidades. O estudo também compreende as investidas dos agentes do capital financeiro nos programas habitacionais populares.

Palavras Chaves: habitação popular. cidade. inserção social

Abstract

This study analyses the process of popular houses' insertion in the urban tissue of Salvador. Consists in how the habitacional groups interact with its urban neighborhood and with the whole city. The sites studied was Vilar Viver Melhor, Loteamento Vale das Dunas e Jardim Nova Primavera. They are located in different areas in Salvador what permits an analysis among the three realities. The study encloses too the financial investments in popular houses programs.

Key words: popular house, city, social insertion.

Sumário

Índice de Abreviaturas

Índice de Figuras

Índice de Tabelas Difusas

Índice das Principais Fotografias

APRESENTAÇÃO.....

INTRODUÇÃO: Abordagem Teórico Metodológica.....

CIDADE E POBREZA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS.....

I - A constituição histórica de uma cidade desigual

II - Salvador e suas configurações: do EPUCS (1945) ao Plandurb (1978).....

III - Dois planos & suas concepções: Plano Cia e Plandurb

IV- Bahia de Todos os Santos e de Todos os Pobres: pobreza figurações e territórios
.....

V - A pobreza na cidade moderna.....

VI - A territorialização da pobreza em Salvador - BA

PENSANDO A HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL E NA BAHIA.....

I - Origem da moradia popular no Brasil.....

II - Percurso de um problema – a política habitacional no Brasil.....

III - Os preceitos da Arquitetura Moderna na Constituição do habitat econômico no
Brasil.....

IV - A habitação popular em Salvador – BA.....

V - A ineficácia dos programas de produção de moradia em Salvador.....

**TRÊS CONJUNTOS, TRÊS SITUAÇÕES DE UM MESMO PROCESSO : Viver
Melhor, Vale das Dunas e Nova Primavera**.....

I - Conformação do tecido urbano de Salvador: áreas de contexto e habitação
popular.....

II - Os conjuntos habitacionais e sua localização no tecido urbano de Salvador.....

III - Convergência & Divergências no cruzamento de realidades intra-urbanas de
Salvador – do quantitativo ao qualitativo, aproximação de perfis.....

ESTADO: EXCLUSÃO-INCLUSIVA E OS ARREMEDOS DA HABITAÇÃO POPULAR.....

I – A lógica da captura: o Estado e a *exceção*

II – O Estado e a expansão da pobreza urbana em Salvador

III - A falência dos programas estatais – Referências interestaduais de uma mesma questão: continuísmo e autocracia nos programas de habitação popular.....

CONCLUSÃO.....

REFERÊNCIAS.....

ANEXOS.....

Anexos 1: Modelo do questionário aplicado..... I

Anexos 2: Entrevistas realizadas durante a pesquisa..... III

Índice de Abreviaturas

BID	-Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	-Banco Mundial
BNH	-Banco Nacional da Habitação
DCET/UNEB	-Departamento de Ciências Exatas e da Terra
CAB	-Centro Administrativo da Bahia
CAIXA	-Caixa Econômica Federal
CEASA	- Centro de Abastecimento da Bahia
CEDURB	-Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CEPED	-Centro de Pesquisa e de Desenvolvimento
CECH/UFSCAR	-Centro de Educação e Ciências Humanas
CIA	- Centro Industrial de Aratu
CIAM'S	-Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CNPU	-Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas
CONDER	-Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	-Complexo Petroquímico de Camaçari
CRH/UFBA	-Centro de Recursos Humanos
DINURB	-Distrito Industrial Urbano
EESC/USP	-Escola de Engenharia de São Carlos
EUST	-Estatuto de Uso do Solo e Transportes
FAU/USP	-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAPESP	-Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FAU/UFBA	-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FFCH/UFBA	-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FFLCH/USP	-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
FDJ	-Faculdade Dois de Julho
FGTS	-Fundo de Garantia por Tempo de Serviços
FINEP	-Fundo Nacional de Apoio a Pesquisa
FUNDHAP	-Fundo de Habitação Popular
FTC	-Faculdade de Ciências Tecnológicas
HAMESA	-Habitação e Melhoramentos S.A.
IBGE	-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGEO/UFBA	-Instituto de Geociências
IFCH/UNICAMP	-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IPEA	-Instituto de Planejamento Econômico e Social
MSTS	-Movimento de Sem Teto de Salvador
PLADURB	-Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PLANHAP	-Plano Nacional de Habitação Popular
PMD	-Plano Metropolitano de Desenvolvimento
PMS	- Prefeitura Municipal de Salvador
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	-Política Nacional de Desenvolvimento Integrado
RMS	-Região Metropolitana de Salvador
SAP	- Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC/USP
SERFHAU	-Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFH	-Sistema Financeiro de Habitação
SIFHAP	- Sistema Financeiro de Habitação Popular
UNEB	-Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	-Universidade Estadual de Campinas
UFSCar	-Universidade Federal de São Carlos
UFBA	-Universidade Federal da Bahia
USP	-Universidade de São Paulo

Índice de Figuras

FIGURA 1	- Pintura do Plano Lusitano para Salvador
FIGURA 2	- Evolução da ocupação de Salvador – 1600/1940
FIGURA 3	- Esquema do Modelo Radial Concêntrico
FIGURA 4	- Mapa do Esquema Radial Concêntrico
FIGURA 5	- Mapas de Expansão do Tecido Urbano de Salvador no transcorrer das décadas 1940/1970.
FIGURA 6	- Mapas dos Vetores de Expansão de Salvador – 1978
FIGURA 7	- Mapas de Expansão do Tecido Urbano de Salvador no transcorrer das décadas 1980/2006.
FIGURA 8	- Mapa de áreas de contexto em Salvador
FIGURA 9	- Mapa de Tipologias Socioespaciais de Salvador
FIGURA 10	- Mapa de famílias com renda <i>per capita</i> até meio salário mínimo – 2000
FIGURA 11	- Mapa de infra estrutura
FIGURA 12	- Mapas de Localização dos Conjuntos Habitacionais

Índice de Tabelas Difusas

TABELA 1	- População das cinco maiores cidades do Brasil.
TABELA 2	- Distribuição da População pelos Vetores de Expansão.
TABELA 3	- Áreas na cidade de Salvador –BA.
TABELA 4	- Formas de ocupação na configuração urbana.
TABELA 5	- Taxas de Desemprego 2003-2004

Índice de Tabelas da Pesquisa de Campo

TABELA 1	- Distribuição de Frequência e percentuais das principais características sócio-econômicas e demográficas da população dos três conjuntos habitacionais.
TABELA 2	- Distribuição de Frequência e percentuais das principais relações entre o morador e a unidade habitacional dos três conjuntos habitacionais.
TABELA 3	- Distribuição de Frequência e percentuais do cruzamento dos valores (uso e troca) exercidos pela unidade habitacional na vida da população de cada conjunto.
TABELA 4A	- Distribuição de Frequência e percentuais dos problemas e das qualidades apresentadas no Conjunto Vila Viver Melhor.
TABELA 4B	- Distribuição de Frequência e percentuais dos problemas e das qualidades apresentadas no Conjunto Lot. Nova Primavera
TABELA 4C	- Distribuição de Frequência e percentuais dos problemas e das qualidades apresentadas no Conjunto Lot. Nova Primavera.
TABELA 5A	- Distribuição de Frequência e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade – Conjunto Vila Viver Melhor.
TABELA 5B	- Distribuição de Frequência e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade – Conjunto Lot. Vale das Dunas.
TABELA 5C	- Distribuição de Frequência e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade – Conjunto Nova Primavera.

Índice das Principais Fotografias

Foto 1	- Visão Aérea do Conjunto Vila Viver Melhor
Foto 2	- Visão Frontal do Conjunto Loteamento Vale das Dunas
Foto 3	- Visão Lateral do Conjunto Loteamento Vale das Dunas
Foto 4	- Visão da Unidade Habitacional do Conjunto Jardim Nova Primavera
Foto 5	- Visão Frontal do Barraco de Palafita
Foto 6	- Visão Panorâmica do Conjunto Jardim Nova Primavera
Foto 7	- Visão Diversas Conjunto Jardim Nova Primavera
Foto 8	- Visão Diversas Conjunto Vila Viver Melhor
Foto 9	- Visão Diversas Loteamento Vale das Dunas

APRESENTAÇÃO

A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador – BA., é o resultado de uma pesquisa iniciada a partir de meu ingresso no Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, em março de 2005, subsidiado pela FAPESP – Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e vinculado ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP. Este estudo teve como orientadora a Prof^a. Associada Cibeles Saliba Rizek.

Para além das compreensões teóricas sobre a habitação popular no período pós-BHN em Salvador, este trabalho representa um aprofundamento de pesquisas iniciadas junto ao núcleo de estudos: “Cultura, Cidade e Democracia: Sociabilidades e Representações Sociais”, no CRH/UFBA¹. Os primeiros contatos com a temática urbana ocorreram durante o período de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (2002-2003), em consonância com a atividade de monitoria de disciplina em que atuava em interseção com a pesquisa, assim como a participação em Avaliações Pós-Ocupações em conjuntos habitacionais de pequeno porte² em Salvador.

Ao longo do período de Iniciação Científica observei o processo de ocupação do Conjunto Habitacional Nova Primavera, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde, a cada incursão no local, se percebia algo novo: a forma arquitetônica que destoava dos tipos de construções do entorno, a rotatividade das pessoas que ali começavam a morar, a subversão ou extensão das funções de moradias que se transformavam em bares, igrejas, vendas etc.

¹ Centro de Pesquisa vinculado a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (CRH - Centro de Recursos Humanos), instituição onde comecei minha iniciação científica.

² Refere-se a conjuntos com menos de 500 unidades habitacionais. No processo de avaliação pós – ocupação participei como assistente de pesquisa de campo.

As dinâmicas observadas geraram inquietações³ e um maior interesse em compreender como se realizam os programas e a política habitacional de Salvador, no que se refere às tentativas, via conjuntos habitacionais, de amenizar a necessidade de moradia das camadas populares, principalmente daqueles que antes se aglomeravam clandestinamente na cidade informal e juridicamente ilegal – palafitas, encostas, depressões.

Provocado pelas transformações no espaço construído – Conjunto Habitacional – e convencido pelos resultados da pesquisa realizada na Iniciação Científica⁴, que possui como uma das constatações a fragilidade associativa da população que inicialmente foi a ele destinada⁵, busquei através da realização deste estudo, apresentado no formato de dissertação, uma inteligibilidade mais profunda das relações estabelecidas entre conjuntos habitacionais populares e a totalidade do tecido urbano: o conjunto habitacional, enquanto projeto arquitetônico, e as relações sociais com suas variantes (adequação, inadequação, transitoriedade, habitabilidade, periferização, paisagem, mercado de trabalho etc.); refletindo sobre os dois aspectos da inserção urbana – o conjunto habitacional no tecido urbano e a população na cidade formal. A partir destas dimensões compreenderemos como o conjunto habitacional e seus habitantes se encontram inseridos no contexto urbano: paisagem, mobilidade, acesso, localização, rede de serviços etc.

³ A tentativa de compreender e explicar uma realidade social, através de uma orientação teórica, traz em sua latência as escolhas intencionais do pesquisador, às vezes conscientes e outras inconscientes. Em outras palavras, a pesquisa nas ciências humanas, traz em sua gênese as pré-noções do pesquisador. Deste modo, a relação de estudo e pesquisa com o objeto de estudo desta dissertação são margeadas por essas características, pois já tínhamos referenciais e certas curiosidades sobre o objeto. Para Durkheim (2000), as pré-noções são expressões da consciência individual do sujeito-pesquisador e tudo o que as representações poderiam significar para a investigação sociológica é uma fonte de erros e deformações.

⁴ Pesquisa: “Deserdados do Mar e Segregados em Terra” (PIBIC-CNPq 2002/2003), cujos resultados foram publicados nos anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia (UNICAMP-SP - 2003); XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (Aracaju –SE-2003); V SEMOC – Semana de Mobilização Científica (UCSAL - Ba - 2003); XXI Seminário Estudantil de Pesquisa (UFBA – BA , 2003) e na 55ª Reunião Anual da SBPC (UFPE/2003).

⁵ Cf. SOARES, A. M. de C. Gestão & Participação em projetos habitacionais populares, Nova Primavera – um estudo de caso. Dissertação de Especialização UNEB. Salvador, 2004.

Deste modo, o estudo empreendido de título: **A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador – BA.**, demonstrará como diferentes conjuntos habitacionais construídos no período pós-BNH, em Salvador, se relacionam com a cidade e seu universo social. Para atender este objetivo o trabalho apresentado foi dividido em seis blocos:

Introdução: Abordagem teórica – metodológica: na introdução, manifestaremos os principais objetivos do estudo e como eles foram atingidos no transcorrer de sua execução; enfatizaremos os aportes e referências teóricos, assim como a realização da pesquisa de campo – métodos utilizados e como as informações foram analisadas e cruzadas com os dados qualitativos: entrevistas e cadernos de campo.

Cidade e Pobreza: transformações urbanas: consideraremos este o primeiro capítulo da dissertação, tem o objetivo de contextualizar sucintamente a constituição histórica de Salvador; introduzindo uma discussão sobre a importância dos seus planos na tessitura urbana e enfatiza as formas de apropriação do espaço, caracterizando os territórios de pobreza e de riqueza em Salvador. Neste capítulo demonstramos como a lógica do capital se apropria da cidade e interfere na vida urbana; evidenciamos a atuação do padrão periférico de urbanização e suas interfaces com as figurações da pobreza soteropolitana. A partir de uma análise sobre Salvador, realizamos uma reflexão estrutural das lógicas de apropriação da terra urbana e como elas atuam na manutenção da periferização em determinadas partes da cidade. Após uma compreensão conceitual e territorial da pobreza, de suas formas de ancoragem subjetiva e objetiva, chegaremos de maneira focalizada à questão da habitação popular e como ela se situa dentro da territorialização da pobreza.

Pensando a habitação popular no Brasil e na Bahia: o foco deste segundo momento do estudo é pontuar o percurso histórico de como os conjuntos habitacionais se constituíram no Brasil. Para isso retomamos a importância da arquitetura moderna e a influência que ela exerceu na produção de habitação popular; explicitamos os principais marcos desta arquitetura que revolucionou os paradigmas arquitetônicos anteriores, e como ela chega ao Brasil – em seus desdobramentos técnicos, e ideológicos. Após discorrer sobre a arquitetura moderna e suas influências na constituição da habitação popular, enfatizaremos os períodos em que os conjuntos habitacionais foram construídos no Brasil. Neste contexto, um breve histórico da habitação popular será elaborado, descrevendo os principais programas realizados e como eles repercutiram no cenário urbano brasileiro. Partindo do nacional para o regional/local chegaremos à realidade habitacional soteropolitana, destacando os principais períodos de construção dos conjuntos habitacionais e suas formas de alocação no tecido urbano, explicitando como os conjuntos habitacionais se espacializaram em Salvador.

Três conjuntos, três situações de um mesmo processo – Viver Melhor, Vale das Dunas e Nova Primavera: no terceiro capítulo, responderemos aos principais questionamentos deste estudo; caracterizaremos três conjuntos habitacionais na cidade de Salvador, destacando as relações que estes espaços estabelecem com a cidade e como eles estão inseridos no tecido urbano. Nesta parte do trabalho analisaremos os dados colhidos com a pesquisa de campo, dando ênfase ao co-relacionamento de informações e de realidades. Para além da exposição cartográfica da cidade de Salvador, a partir dos diversos mapas apresentados, seguidos por tabelas e gráficos, esta parte do

trabalho apresenta informações importantes sobre a habitação popular e suas formas de inserção na cidade. O terceiro capítulo dialoga com os demais capítulos deste estudo, sobretudo com o primeiro; as informações sobre a pobreza introduzidas naquele capítulo, aqui são confirmadas pelo cruzamento de variáveis presentes na pesquisa realizada nos três conjuntos habitacionais. A hipótese de que os conjuntos habitacionais são absorvidos e apenas parcialmente inseridos na cidade é aqui, a partir dos dados da pesquisa, problematizada e confirmada.

Estado: exclusão-inclusiva e os arremedos da habitação popular: o quarto capítulo, manterá diálogos reflexivos com os demais capítulos, articulando de maneira propositiva temas que estão subjacentes à temática abordada na dissertação. Pautada nos capítulos anteriores, neste, retomaremos a problematização dos conceitos de exclusão e sua relação com o Estado, compreendendo como a falta de moradia à camada popular, ou como o parcial atendimento desta falta, via conjuntos habitacionais, se constitui como uma exclusão-inclusiva, orientada por um Estado comprometido com o capital internacional financeirizado.

Conclusão: no item conclusivo estabeleceremos relações entre as reflexões e teorizações expostas nos capítulos da dissertação, avaliando assim, os resultados do estudo principalmente no que concerne à análise compreensiva da inserção dos conjuntos habitacionais na cidade.

Introdução

INTRODUÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

O problema habitacional soteropolitano é histórico e um dos mais perversos entre os problemas da capital baiana; a falta do direito à moradia, manifestada em Salvador tem origem no final da segunda metade do século XIX, principalmente no período pós-abolição da escravidão. Em meados do século XIX, com a aprovação da lei de terras em 1850⁶, especificava-se o que era solo público e privado, o que passou a exigir uma demarcação mais precisa dos espaços privados na cidade. Com a abolição em 1888, grande parte dos escravos libertados tomou o rumo das cidades para oferecerem sua força de trabalho, concorrendo em desigualdade com o branco e o estrangeiro. Não tendo onde morar, o ex-escravo dirigia-se às periferias, subúrbios, morros e várzeas das cidades⁷.

O problema da moradia emergente no final do século XIX, marcado por uma desigualdade na distribuição da terra rural que se explicita no urbano⁸, se exacerba durante o século XX, e chega ao século XXI com um vergonhoso déficit habitacional de 5.890.285 unidades de moradias⁹. Nas metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador entre outras¹⁰, o problema de moradia mostra sua

⁶ Cf. (MARICATO, E. 1997) a promulgação da Lei das Terras teve, contudo, maior impacto sobre a ordenação das ruas e casarios nos núcleos urbanos, já que ela distingue pela primeira vez na história, o que é solo público e solo privado. Através desta lei temos uma demarcação mais precisa dos espaços na cidade, como também alinhamento de fachadas, das calçadas e das ruas que passam a obedecer um traçado mais preciso. Contudo a generalização da compra e venda da terra não se implantou, porém, imediatamente após a aprovação da Lei das Terras, de 1850.

⁷ Referenciando o nordeste brasileiro, Gilberto Freyre (1990) evidencia a transformação social ocorrida no final do século XIX, analisando as relações divergentes e convergentes dos Sobrados & Mucambos, continuidades da Casa-Grande & Senzala, que eram situações habitacionais destinadas às classes de rendas diferentes.

⁸ O problema habitacional brasileiro, não pode, por suposto, ser analisado como um problema estritamente urbano, pois ele tem variáveis acentuadas no rural. Antes de suas variáveis rurais e urbanas a questão habitacional é um problema social.

⁹ Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, 2000; Fundação João Pinheiro (FJP); Centro de Estatística e Informação (CEI); Déficit Habitacional no Brasil 2000/ 2001. Refere-se aos dados básicos do déficit habitacional de áreas urbanas e rurais

¹⁰ Tomando por base os percentuais dos loteamentos irregulares, que serve como um dos demonstrativos de nosso déficit habitacional, temos algo em torno de 20% nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e

“nudez”, se manifestando pelos morros, encostas, depressões, mangues etc. Em Salvador, a topografia íngreme fez com que dezenas de famílias, na década de 40 do séc. XX, encontrassem na baía de Todos os Santos, o lugar para improvisarem suas moradias, em barracos sobre o mangue, situação de precariedade¹¹ que persiste e se exacerba no séc. XXI, demonstrando como são ineficazes os programas habitacionais desenvolvidos pelo poder público.

Fotos de Aglomerados de Palafitas Salvador - BA – 2006

Fotos do autor do estudo em Pesquisa de campo

Porto Alegre (LABHAB, apud MARICATO 2000, p. 153). Em São Paulo, segundo o IBGE, o percentual é 30% (2,6 milhões de pessoas). Em Fortaleza, 28% e, Salvador 33% (SOUZA apud Maricato, 2000, p. 153). E Recife se destaca, contando com 40% de loteamentos irregulares, segundo o IBGE (MARICATO, 2000).

¹¹ A precarização e o déficit nas formas de moradia não é uma situação específica da cidade grande, nos pequenos municípios, assim como na zona rural, ele também existe e não pode deixar de ser mencionado. Segundo dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro (FJP) o Déficit Habitacional 2000, no que se refere à área rural, não incluindo a região norte do país é de 1.750.198 unidades.

O déficit de moradia para as parcelas menos privilegiadas da sociedade, assim como a ineficácia dos programas habitacionais populares e seus paliativos, ainda se traduzem como um problema presente nas cidades brasileiras, sobretudo, em Salvador – BA. Essa situação se integra como uma das mais emblemáticas questões que se soma ao quadro de exclusão¹² social que atinge a cidade moderna, fazendo crescer a legião de sobrantes - os “esquecidos do progresso” - no sentido de Jacques Donzelot (1999) - que pertencem a uma lógica própria do capitalismo - a exclusão.

A partir da reflexão sobre o quadro da precarização habitacional em Salvador, compreenderemos neste estudo como os conjuntos habitacionais pós - BNH¹³ se inserem no tecido urbano da capital baiana.

Pior ainda do que nos tempos do finado BNH, não existe hoje uma política nacional de habitação. Existe sim, e não de todo destituído de recursos, um desconexo feixe de políticas totalmente divorciadas entre si: uma política dotada de recursos administrados pelo governo federal, outra também federal, com recursos do Orçamento Geral da União, outras tantas empreendidas pelos estados e muitas outras pelos municípios, com recursos próprios ou com empréstimos internos e externos. (BOLLAFFI, G. & CHERKEZIAN, H. 1998, p. 129)

Na análise das variáveis e formas de inserção dos conjuntos habitacionais no tecido urbano, focalizaremos quais relações são mantidas entre os conjuntos e a cidade; esta investigação, conforme veremos, se realizou a partir do estudo de

¹² O termo “exclusão” presente em diversos momentos deste trabalho tem sua noção aproximada ao entendimento de Jacques Donzelot. A exclusão, ao ser tematizada em 1974, serviu para designar os “esquecidos do progresso”. Neste caso, tratava-se simplesmente de uma certa forma de moderar a euforia da sociedade do bem estar e de convocá-la ao alargamento da responsabilidade social. Já no início dos anos 1980, de modo bem diverso daquela omissão involuntária da década anterior, passa a significar uma solução deliberada para a garantia de continuidade do modelo social. Nas palavras do próprio Donzelot (1991, p. 5), para garantir a atualização do sistema “[...] é preciso reduzir os efetivos, não conservar senão os indivíduos capazes de ajustar-se às mutações tecnológicas e rejeitar os outros, todos os outros”.

¹³ Os projetos habitacionais populares, construídos no período pós – BNH em Salvador, recorte do estudo proposto, aparentam uma “continuidade” dos projetos construídos no período BNH (1964 - 1986), no que se refere ao processo de gestão e a utilização de uma arquitetura autocrática e padronizada, com falhas manifestas tanto em seu projeto arquitetônico, como na falta de participação popular em sua execução.

três conjuntos habitacionais populares, construídos em períodos e locais diferentes do tecido urbano: Conjunto Vila Viver Melhor (1997/1998); Conjunto Loteamento Vale das Dunas (2000/2001); Conjunto Jardim Nova Primavera (2002/2003). Dentre os objetivos deste estudo se destacam: 1-Identificação dos últimos conjuntos habitacionais populares de Salvador; 2- Verificação dos aspectos físicos do espaço habitacional dos conjuntos; 3- Percepção dos elementos estruturantes e estruturadores do espaço habitacional do conjunto; 4- Análise e comparação dos conjuntos habitacionais estudados; 5- Constatação das similaridades entre os conjuntos, levando em consideração o período de construção e a localização no Tecido Urbano; 6- Compreensão das relações ecológicas, no que se refere as relações intersociais existentes entre a população e o ambiente construído. 7 – Análise dos interesses que se imbricam com a “política” habitacional do Estado e quais seus efeitos nos usos e ocupações do solo urbano.

Como o objeto do estudo se integra a Salvador¹⁴, fazendo ela própria parte do objeto, vale lembrar que esta cidade é marcada por uma paisagem urbana heterogênea, tanto na dimensão morfológica: cidade alta e cidade baixa¹⁵, como nas configurações de seu desenho urbano. No período transitório entre as décadas de 40 e 50 do século XX, observou-se o surgimento oficial das primeiras favelas¹⁶ de Salvador. Em 1942, chama atenção a execução do EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador)¹⁷ que, mesmo tendo

¹⁴ A capital baiana representa uma referência urbana importante no Brasil, não só por sua dimensão populacional de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (IBGE,1991), apontada com a terceira cidade do país, mas sobretudo pelo seus 455 anos de história.

¹⁵ Flavio Villaça (1998) considera que o sítio geográfico é condicionante das particularidades que o modelo urbano assume em cada cidade, dando exemplo com as principais metrópoles do Brasil.

¹⁶ Antes existiam muitos cortiços e palhoças, que mesmo indicando uma condição de favelização, ainda não era designada como tal.

¹⁷ Cf. SAMPAIO A. H . (1999) Cap 2, o EPUCS, foi um dos resultados da I Semana de Urbanismo, realizada em 1935 em Salvador, demarcando um novo ideário para o planejamento de Salvador, enquanto cidade

contribuído para o planejamento urbano da cidade, não conseguiu reverter o quadro de crescimento desordenado e déficit habitacional. Dando continuidade ao processo de planejamento iniciado pelo EPUCS, em 1978, se inaugura o PLANDURB (Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador), ambos os instrumentos de planejamento que incorporaram o uso de modelos urbanísticos espaciais voltados para a ocupação e para a funcionalização da circulação na cidade. Na época do segundo plano (1978) a principal questão urbana de Salvador, era a habitação popular, sobretudo o déficit quantitativo e qualitativo dos conjuntos habitacionais.

Como dito anteriormente, emerge como problema a ser analisado “a inserção do conjunto habitacional popular no tecido urbano de Salvador-BA”, um estudo que focaliza três realidades intra-urbanas e privilegia um quadro bibliográfico constituído de trabalhos que abordam as relações de produção e seus desdobramentos no Brasil, pois entendemos que as relações de produção ao se expressarem na desigual distribuição de renda se constituem com fatores indutores da exclusão e segregação urbana, que possuem como um de seus reflexos uma desigual produção e apropriação do espaço na cidade. Deste modo, as referências aqui apresentadas obedecem ao seguinte quadro esquemático: As relações existentes entre história, cidade, urbanismo; Origem da habitação popular no Brasil; Políticas e Programas de Habitação BNH e pós - BNH; A lógica capitalista da produção de moradia popular nos anos de 1980, 1990 e 2000; A forma urbana de Salvador e de seus conjuntos habitacionais populares e suas transformações e dinâmicas, refletindo sobre os conceitos de exclusão e segregação urbana.

moderna. O EPUCS teve como maior idealizador o professor Mario Leal Ferreira. Segundo CARDOSO, C.R.C (2004, P. 132) O EPUCS começa a funcionar efetivamente em abril de 1943, como iniciativa de introduzir o urbanismo na práxis urbana.

Na compreensão desta questão emblemática algumas dimensões teóricas podem ser apontadas, David Harvey (1980) afirma que a organização do espaço urbano tornou-se cada vez mais importante com os investimentos de capital fixo¹⁸. O autor explicita que o entendimento de espaço não pode ser considerado apenas como uma dimensão física dissociada das práticas sociais que lhe dão sentido. O pensamento de David Harvey pode se relacionar com a morfologia da prática de Michel Certeau (1985), quando este discute a distribuição espacial e social dos agentes e sua incidência diretamente sobre as práticas da população, isto é, os usos que se faz de um espaço e as formas destes usos são importantes para o entendimento da vida social.

Ainda sobre a organização do espaço urbano, a reflexão de Lefebvre (1991) manifesta que para se entender a realidade urbana é necessário se considerar o valor de uso e a ação dos conflitos específicos entre o valor de uso e o valor de troca. Este conflito entre valor de uso e de troca nos leva a problematizar os conjuntos habitacionais, ao se perceber a subversão dos valores das unidades habitacionais, ou seja, porque a função de moradia se transforma em função comercial? Por que o valor de uso se transforma em valor de troca, no momento que o mutuário vende sua unidade habitacional? Além de suscitar esta problemática, Henri Lefebvre (1991) contribui para a definição de tecido urbano, conforme veremos no transcurso do estudo.

Transcendendo a dimensão estrutural forma-função, Lefebvre (1991) explicita a importância do entendimento urbano através do que denomina nível ecológico – relações intersociais e laços societários – tornando-se essencial no estudo do habitat. Neste sentido, entendemos que a forma e a função urbana

¹⁸ Cf. David Harvey (1999) em – A condição Pós – Moderna, acrescenta na discussão sobre a organização urbana a importância exercida pelo capital financeiro (capital fluído).

devem ser compreendidas em simultaneidade com os processos manifestos no universo social. A forma do conjunto habitacional assenta-se em um espaço que se dinamiza através dos conteúdos sociais. Elementos próximos deste ponto de reflexão podem ser ainda encontrados nas dimensões que Santos (1988) explicita:

[...] o espaço é um sistema de realidades que supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento, sendo o espaço uma realidade funcional de relações, um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas têm um papel na realização social, pois o conteúdo (universo social) não é independente da forma, e cada forma encerra uma fração do conteúdo. [...] Para se entender o espaço urbano, se faz necessário à assimilação das categorias de universalidade, particularidades e singularidade, assim como as de formas, função, processo e estrutura. (SANTOS, Milton. 1988, P.26.27)

No sentido de se buscar a origem da habitação popular no Brasil, a contribuição de Bonduki (1998), tratou do surgimento do problema habitacional, partindo do final do século XIX até meados do século XX, intercalando análises sobre o autoritarismo sanitário (higienismo), legislações do período e códigos de posturas, até se chegar à política populista de Vargas e as problematizações das décadas de 40 e 50. Neste contexto histórico-analítico, o autor destacou as soluções habitacionais produzidas inicialmente pelo mercado rentista e a passagem deste tipo de iniciativa para a *habitação social*. O estudo de Bonduki enfatizou a problemática da habitação como uma questão social e política apontando suas relações intrínsecas com as formas de intervenção estatal. Entre suas análises, destaca-se a Lei do Inquilinato (1942), a criação dos IAP's como uma das origens da habitação social no Brasil e a frustrada política da Fundação da Casa Popular, nos anos 40.

Eva Blay (1978) afirmou que as políticas destinadas à habitação popular se alteram conforme o período histórico, sendo peculiar à classe social focalizada e na maioria das circunstâncias a habitação tem sido usada como forma de preservação e controle da força de trabalho. Blay considera que o sistema político do BNH conseguiu realmente retardar a solução do problema habitacional brasileiro.

Durante o século XX, inúmeros programas foram destinados à política de habitação. Azevedo & Andrade (1982) avaliam o potencial de programas de habitação, na faixa de renda até três salários mínimos, entre o período da FCP – Fundação da Casa Popular 1946 e da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação, em 1964. Os autores explicitam as formas de inserção da política habitacional no desenvolvimento urbano. Segundo Azevedo & Andrade, desde o início, os programas habitacionais no Brasil já possuíam um caráter nitidamente fragmentário, que sob o prisma social tiveram efeitos perversos.

Rolnik (1997) defendeu a premissa de que as políticas urbanas e habitacionais brasileiras sempre favoreceram os agentes de intermediação financeira em detrimento do usuário final. Afirmou que o BNH, ao invés de ampliar e democratizar o mercado habitacional para todas as faixas de renda, criou um mercado imobiliário dependente dos recursos públicos e assentado em um modelo de urbanização sem urbanidade. Contribuindo com as afirmações de Rolnik, a socióloga Brandão (1997) indicou que o Brasil sempre teve dificuldades em articular mercado e políticas públicas; no caso da habitação para a população de baixa renda, a autora considerou que esta sempre foi tratada como um compartimento isolado dos demais segmentos da oferta habitacional.

Analisando a política habitacional no período militar, Maricato (1987) partiu

da abordagem que vinculava espaço de acumulação e espaço de miséria, compreendendo o papel do Estado na organização e realização do capital imobiliário brasileiro. O estudo é localizado nas décadas de 70/80, quando foi possível acompanhar o auge e a decadência do regime militar de 1964. Considerando a moradia como uma mercadoria especial, a autora explicita que o modo de produção capitalista requeria que o trabalhador fosse dominado não apenas no local de trabalho, como também no local de moradia, que neste caso seriam os conjuntos habitacionais.

Taschner (1997) contribuiu para as análises sobre a moradia fazendo um resgate histórico do problema habitacional, desde o final do século XIX até meados dos anos 90 do séc. XX, avaliando as retrospectivas e as perspectivas e descrevendo os principais aspectos da política habitacional no Brasil nos seguintes períodos: início da industrialização, governo de Vargas, Regime Militar e nas administrações de Sarney, Collor, Itamar e FHC¹⁹.

Após fazer um percurso histórico sobre programas e políticas habitacionais, o clássico estudo de Valladares (1978) considerou que o conjunto habitacional se configurava como um espaço urbano de transitoriedade. Segundo a autora, grande parte dos indivíduos removidos para os conjuntos habitacionais os abandonavam após algum tempo, voltando à favela de origem, colocando em questão a “solução habitacional” que o governo lhes havia oferecido.²⁰ Valladares evidencia que as alterações das condições de vida e de trabalho do mutuário decorrentes da mudança radical do lugar da moradia, assim como os custos

¹⁹ Como na proposta deste projeto se dará notada atenção para as políticas habitacionais pós- BNH, a execução de obras habitacionais durante os governos de (Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula) serão estudadas e comparadas.

²⁰ A observação de Licia Valladares está em consonância com o pensamento de Henri Lefebvre (1991) no que se refere à ação dos conflitos específicos entre o valor de uso e o valor de troca. No caso da citação, o valor de troca do embrião exerceu uma maior força diante das necessidades do mutuário, anulando o valor de uso.

sociais que a remoção implicava e a atribuição do valor de troca no imóvel foram fatores que serviriam como justificativas para a transitoriedade no conjunto habitacional.

Em estudo organizado por Maria Ruth Sampaio (1998) destaca-se que a rotatividade em áreas de conjuntos habitacionais é constante, muitas vezes justificada pela não adaptação²¹ dos moradores, que são “re-expulsos” pela falta de condição de manutenção da vida, frente aos novos encargos gerados pela moradia formalizada. A autora explicitou em seu estudo que a rotatividade dos moradores era notória, tanto nos barracos como também nas habitações construídas pelo governo, destacando que a facilidade de reversão do imóvel em dinheiro é uma das causas apontadas pelos moradores. Taís especificidades abordadas em ambos os estudos, são vistas na realidade habitacional/popular de Salvador e em suas dificuldades de “inserção no tecido urbano”.

As lógicas capitalistas na produção de habitação, segundo Carvalho & Pinho (1996), faz expandir o padrão periférico²² de urbanização, pois interfere desigualmente na produção do espaço urbano. Em uma lógica similar à descrita por estes autores, Ribeiro (1997) analisou a ação do capital de incorporação imobiliária residencial no Rio de Janeiro. Partiu do estudo das habitações coletivas/rentistas do final do século XIX, compreendendo a substituição deste tipo de ação pela do capital imobiliário das incorporadoras que combinavam a modernização com a exclusão. Ribeiro reconheceu o papel dos diferentes “agentes modeladores” do espaço urbano, que participaram da produção e regulação do espaço, identificando os seus interesses na apropriação dos lucros.

²¹ A não adaptação em um determinado lugar, pode encontrar diversos motivos que a justifique, entre estes é importante destacar a falta de condições econômicas para a manutenção da vida, assim como, a efêmera possibilidade gerada de conseguir se capitalizar com a venda do imóvel, um dinheiro pouco que logo se acaba, mas naquele momento significativo para a família descapitalizada.

²² Detalharemos a forma deste padrão periférico no primeiro e quarto capítulo deste estudo.

Em relação à realidade dos conjuntos habitacionais sociais de Salvador, a dissertação de Espírito Santo (2002) serviu como referência para este estudo ao analisar a trajetória da URBIS (Habitação e Urbanização na Bahia S. A.), levando em consideração variáveis cronológicas e locacionais, assim como as diretrizes das políticas habitacionais do Estado. Em uma de suas conclusões, a autora enfatizou que a produção da URBIS serviu para a introdução de um padrão específico de urbanização e para a consolidação da forma periférica do crescimento da cidade, confirmando a lógica capitalista referida por Carvalho & Pinho (1996), produtora do padrão periférico da urbanização.

Neste mesmo contexto Gordilho (2000), forneceu preciosas contribuições para a fundamentação deste estudo ao discorrer sobre a ação estatal e as políticas públicas no transcorrer das décadas, assim como as intervenções recentes na produção habitacional de Salvador.

Mesmo com destacada importância no estudo da política habitacional de Salvador, tanto o trabalho de Espírito Santo (2002), como o de Ângela Gordilho (2000), não se aprofundaram nas questões relativas à inserção dos conjuntos habitacionais no tecido urbano, assim como não se dedicaram à compreensão de como a população destes conjuntos foi absorvida, no espaço habitacional e no universo dos direitos de cidadania. Neste sentido, apesar do acervo considerável de estudos sobre habitação no Brasil, poucos são aqueles que tratam da relação de inserção dos conjuntos habitacionais populares na cidade.

Para este estudo foram importantes também as análises sobre a forma urbana de Salvador feitas por Heliodório Sampaio (1999), que permitiram o entendimento da conformação da cidade, partindo da dualidade entre a cidade real e a cidade ideal e revelando como o urbanismo moderno se constituía em

Salvador. Utilizando como variáveis as análises sobre o processo de acumulação capitalista, o papel do estado e a organização do espaço, o livro revelou importantes entendimentos de Salvador, destacando as intervenções modernas na organização da forma urbana da cidade.

Como a maioria dos conjuntos habitacionais de Salvador se localizam em áreas periféricas ou suburbanas da cidade, os estudos de Espinheira (1999), contribuíram para este estudo no instante que exploraram uma série de contradições que marcaram a trajetória metropolitana e que favoreceram a desigualdade sócio espacial, principalmente no que se refere ao Subúrbio Ferroviário . Buscando um entendimento da periferia de Salvador, Serpa (2001) explicitou a produção do espaço periférico da capital, partindo de reflexões sobre a morfologia urbana e a forma que se realiza a apropriação dos múltiplos espaços da cidade, avaliando como se distribuem os comércios e serviços nas periferias urbanas. Como o termo periferia em alguns contextos se remete à segregação e exclusão urbana²³ o trabalho de Flávio Villaça (1998), fertilizou as discussões conceituais, no momento que problematizou sua conformação no espaço intra-urbano. O autor entende a segregação através de uma implacável separação territorial e social, que se constituiu a partir do conflito de classe. Villaça (1998, p.145) afirma que a segregação²⁴ “é constituída no momento em que a burguesia exerce o domínio e a prevalência nas condições de deslocamento espacial”, substanciou a afirmação, indicando que em alguns casos a segregação é gerada

²³ Vale mencionar os estudos de CALDEIRA (1997) que reflete sobre as diferenças entre segregação e exclusão e sobre os diversos tipos de segregação que se fazem presentes e como elas se manifestam na dinâmica urbana, especialmente a partir do exemplo dos “condomínios fechados”. Há discordâncias em relação às reflexões sobre segregação, entre CALDEIRA (1997) e RIBEIRO (1997), que discutiremos em um outro momento.

²⁴ Cf. SOUZA, M. A. GORDILHO (2000), a reprodução do espaço sob a lógica capitalista fez com que a segregação social sempre existisse, desde os primórdios da metrópole industrial, separando ricos e pobres. Cf. FERNANDES, R.B (2004), no caso específico de Salvador, desde o princípio da COHAB, em meados de 1960, houve uma indução a expansão urbana periférica.

por investimentos produtivos e imobiliários, assim como pelo Estado que priorizando em áreas e bairros de classes dominantes.

As burguesias produzem para si um espaço urbano tal que otimiza suas condições de deslocamentos [...] ao fazê-lo tornam piores as condições de deslocamento das demais classes [...] a estruturação do espaço urbano se dá sob a ação do conflito de classe. (VILLAÇA, 1998, p. 328)

Apoiado por um quadro de referências bibliográficas que se ampliará na sequência dos capítulos, o estudo empreendido foi oxigenado através da pesquisa de campo, realizada nos três conjuntos habitacionais selecionados. Os procedimentos metodológicos utilizados combinam a análise dos dados quantitativos mensurados com aplicação de questionários, a observação, a entrevista e o estudo de caso, foi um procedimento também seguido nas pesquisas da SAGMACS [Sociedade de Análise Gráfica e Mecnográfica Aplicada a Complexos Sociais], que foi o primeiro escritório de planejamento, montado interdisciplinarmente, a realizar uma comparação entre os dados oficiais sobre as favelas do Rio de Janeiro, com informações correlacionadas à qualidade de vida e formas de apropriação do espaço, procedimento metodológico que também será encontrado em outros trabalhos²⁵.

O resultado de pesquisa apresentado neste estudo, expresso no capítulo III, se organiza da seguinte forma: 1º. momento – Pesquisa Quantitativa – Aplicação de Questionários: para a construção do perfil sócio econômico demográfico da comunidade, com avaliações dos moradores em relação ao seu conjunto habitacional; 2º. momento (Parte I) – Pesquisa Qualitativa – com realização de 19

²⁵ Cf. (VALLADARES, L. 2005, p. 123), Os relatórios da SAGMACS [Sociedade de Análise Gráfica e Mecnográfica Aplicada a Complexos Sociais] analisavam as favelas como realidades heterogêneas e uma população igualmente heterogênea [...] privilegiando uma visão unificadora quanto à especificidade da favela.[...] A favela apresentada nessa pesquisa não constitui um mundo à parte, seus habitantes são pobres como outros pobres, eles mesmos vítimas do clientelismo político. [...] Trata de considerar as favelas como bairros pobres a serem urbanizados, ou seja, equipá-las com os mesmos serviços municipais já oferecidos aos outros bairros da cidade.

entrevistas, entre os principais representantes dos conjuntos habitacionais, e, com técnicos e estudiosos da área em estudo; 2º. momento (Parte II) – Memórias e Notas de Pesquisa, que sinalizam a constituição de um desenho etnográfico sobre as áreas do estudo. No 3º. momento da pesquisa realizou-se a visita a órgãos técnicos e a instituições governamentais, com a finalidade de buscar informações sobre a constituição técnica e orçamentária dos projetos habitacionais.

A aplicação dos questionários objetivou traçar um perfil sócio, econômico e demográfico dos conjuntos habitacionais, sem necessariamente construir um quadro de validade estatística²⁶. Foram aplicados 151 questionários com homens e mulheres em sua maioria chefes de famílias residentes nos três conjuntos em estudo: Conjunto Habitacional Vila Viver Melhor (62 questionários); Conjunto Habitacional Loteamento Vale das Dunas (48 questionários); Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera (41 questionários). Na seleção das pessoas para responderem os questionários, utilizamos a escolha aleatória simples – na qual toda a população tem igual probabilidade de fazer parte do grupo de entrevistados.

Os 151 questionários aplicados equivalem a 3,5% da população dos três conjuntos habitacionais que é de aproximadamente 4.470 hab. – 01 por família. Na distribuição das freqüências das informações contidas no questionário²⁷, foi utilizado o método quantitativo-probabilístico e os dados foram agrupados em

²⁶ Precisamos um número de questionários, que fossem capazes de nos dar informações quantitativas sobre os conjuntos habitacionais. Mesmo sabendo da importância do uso de um quadro amostral, simplificamos a pesquisa com a análise quantitativa de apenas [3,5%] da população em estudo. Estamos certos que o recorte não significa propriamente uma amostra, até porque esta exigiria uma maior complexidade em seu cálculo, e julgamos que o percentual [3,5%] não é suficiente para demonstrar esta complexidade, desenhando, apenas, a fisionomia da realidade dos conjuntos habitacionais. O uso da *distribuição de freqüências e percentuais*, nos permitiu descrever e aproximar as características sócio-econômicas e demográficas da população em estudo, assim como demonstrar a avaliação que os moradores têm em relação ao seu respectivo conjunto habitacional. As “médias” e “medianas” foram construídas a partir da incidência de respostas que após somadas eram divididas pelo número de vezes que cada resposta incidiu.

²⁷ O questionário se configura como um simples instrumento de levantamento de dados, que possibilitará o cruzamento de variáveis correlatas à situação de vida dos moradores dos conjuntos: renda, escolaridade, número de dependentes, grau de satisfação com a unidade habitacional etc.

forma de tabelas e gráficos. A compilação destes dados nos permitiu descrever e aproximar as características sócio-econômicas e demográficas da população em estudo, assim como demonstrar a avaliação que os moradores têm em relação ao seu respectivo conjunto habitacional.

O questionário utilizado foi estruturado com 30 quesitos, pré-codificado, contendo 95% das questões fechadas, que abordavam características sócio-econômicas, demográficas e de grau de satisfação da comunidade com a unidade de moradia e com o conjunto. Na aplicação dos questionários, que se configurou como um levantamento sistemático de situações, buscamos aproximações com o perfil individual e coletivo dos moradores, assim como a renda, o grau de escolaridade, o número de familiares etc.

Com caráter exploratório a pesquisa foi desenvolvida a partir de mecanismos, que incluíram; o pré-teste dos questionários junto aos três campos de estudo, adequando e adaptando termos e palavras ao contexto de vida dos moradores. Depois de serem aplicados por uma equipe interdisciplinar²⁸ composta por alunos de graduação, esses instrumentos em um segundo momento, também foi objeto de discussão com essa mesma equipe. Foi criado um Banco de Dados no Acess/Excel, racionalizando os dados de forma relativa (cada população do estudo) e absoluta (toda população do estudo), atentando para a compreensão das frequências simples e das comparações entre distribuições e proporções.

²⁸ Para a aplicação dos questionários contei com o apoio de uma equipe interdisciplinar formada por estudantes de graduação: Carlos Eduardo Santiago (Estudante de Administração/ FDJ); Bruno Carvalho Soares (Estudante de Geografia/UFBA); Danúbia Azevedo Santana (Estudante de Psicologia/FTC); Leandro Mercês (Estudante de Ciências Sociais/UFBA); Elisângela Ferreira (Estudante de Urbanismo/UNEB); Hilton Zenha (Estudante de Urbanismo/UNEB); Ronaldo Gusmão (Estudante de Urbanismo/UNEB). Alguns destes estudantes realizam sua Iniciação Científica no CRH/UFBA – Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia e outros fazem parte de Pesquisa na disciplina Políticas e Projetos Habitacionais, ministrada pela Prof^a. Dra. Débora Nunes do curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia. Estes estudantes aceitaram voluntariamente o convite de me acompanharem na Aplicação dos Questionários nos Conjuntos Habitacionais em estudo, foi uma experiência interessante porque houve discussões interdisciplinares no final da aplicação dos questionários.

Acrescentamos que os gráficos e tabelas da pesquisa de campo²⁹ apresentados neste estudo tem o objetivo de contextualizar os perfis de cada conjunto habitacional, conferindo mais substância às análises sobre a forma de inserção dos conjuntos no tecido urbano da cidade.

As entrevistas, como ferramentas imprescindíveis para a elaboração da pesquisa, complementaram o questionário. Neste contexto foram realizadas entrevistas com lideranças dos conjuntos: 05 no Conjunto Habitacional Vila Viver Melhor; 04 no Conjunto Habitacional Loteamento Vale das Dunas; 04 no Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera. Além da pré-seleção feita com a sondagem no momento anterior à aplicação dos questionários, os critérios utilizados na escolha dos entrevistados, foram: (a) tempo de moradia no conjunto habitacional com prioridade para os que estão desde a inauguração; (b) grau de envolvimento e participação nas discussões da comunidade. Realizamos pesquisas também com técnicos da CONDER e com um professor da Universidade Federal da Bahia, que realiza estudos e investigação de campo no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Na pesquisa também utilizamos o método que pode ser qualificado como da escuta flutuante³⁰, bem como a observação participativa, conversas informais e provocações de bate-papos com os moradores em seu cotidiano, dando prioridade para os que se encontravam em ociosidade pelas ruas do conjunto, escutando e escrevendo as informações, os dizeres e falas, o que tinham como objetivos de vida. Esses registros das principais inquietações da comunidade em

²⁹ Cf. (VALLADARES, L. Prado, 2005) O Padre Lebre, por sua vez insistia que toda a pesquisa deveria ter, como ponto de partida, a busca de uma “visão global” baseada na observação direta e nas entrevistas (Lebre, 1952:14) mas também sublinhava que toda pesquisa carecia, em uma segunda etapa de um procedimento estatístico, que compreendesse a classificação, a identificação dos tipos e das classes, a síntese dos perfis de tipos de classes. [...] A propósito das entrevistas, ressalta que estas jamais deverão soar como interrogatório. Em seu método é dada uma importância na representação gráfica dos dados: diagramas, quadros e mapas.

³⁰ Terminologia de Sigmund Freud, referindo-se a importância da escuta e sua utilização como método de interpretação da realidade.

relação ao conjunto habitacional, deram origem aos cadernos de campos que registravam este momento da pesquisa, em tom de pequenas notas etnográficas, que se somaram à interpretação qualitativa do objeto em estudo.

1º. Capítulo

CIDADE E POBREZA

Novos Alagados em Salvador – 2004

CIDADE E POBREZA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS

I – A constituição histórica de uma cidade desigual

O passado de uma cidade por si só, não é capaz de explicar intrinsecamente o seu presente, permite sinalizações importantes que podem aguçar as reflexões sobre seus problemas atuais e futuros. Ao mencionarmos fases da constituição histórica de Salvador estamos compreendendo a tessitura³¹ de processos urbanos que se iniciaram no século XVI e constituíram, no século XX, uma metrópole com elevados índices de desigualdades³².

A concepção de desigual/desigualdade que permeará este capítulo é aquela que se instaurou historicamente no jogo das antíteses da cidade geograficamente alta e baixa; economicamente rica e pobre; socialmente remediada e miserável, da cidade das diversas formas de acumulação e apropriação, concentrações e exclusões, que tiveram seus desdobramentos nas ideologias e formas de planejamento³³, que se expressaram no tecido urbano através de suas lógicas de segregar e excluir. Deste modo, é plausível retornarmos concisamente à constituição da cidade soteropolitana, enfatizando não apenas a sua origem histórica, mas elementos importantes para compreender a sua territorialização urbana.

A cidade de Salvador, fundada em 1549, em seus primeiros séculos foi a maior expressão urbana da colônia portuguesa no Atlântico Sul. Inicialmente cercada por muralhas e com grandes portões de entrada, foi por dois séculos a

³¹ Este termo usual na literatura sociológica se refere a contextos, processo de constituição, neste caso, da cidade e de seus espaços intra-urbanos; tecer; tecelagem alinhavamentos pertinentes a feitura do tecido urbano.

³² O desigual a que nos referimos não é apenas o sinônimo do não-igual, diferente, diverso, irregular e/ou acidentado – topografia íngreme de Salvador.

³³ Estes planejamentos se realizaram de maneira obedientes a uma dinâmica sócio econômica e política que atendem aos interesses de uma minoria

principal representação lusitana no hemisfério sul e, em igual período, foi a sede política³⁴ e administrativa da colônia portuguesa; possuía o principal porto marítimo da América Latina e era um dos maiores centros comerciais do comércio transatlântico.

A forma urbana de Salvador obedecia ao plano de cidade fortaleza concebida a partir de um esquema estratégico³⁵, fruto de um projeto de dominação da Coroa Portuguesa, construída sobre uma topografia íngreme e acidentada³⁶, Salvador foi alocada paralelamente ao mar possibilitando uma visão privilegiada de quem aportasse na baía de Todos os Santos. A cidade começava na ponta da baía³⁷, no atual bairro da Barra, subia em direção à Cidade Alta e continuava pela praia rumo à Cidade Baixa, desembocando no interior da baía, até a península de Itapagipe e nos bairros do Bonfim e Montserrat, tramando seu tecido urbano³⁸ de fora para dentro, ou melhor do mar

³⁴ Cf. (SOUZA, A. M. G. 2000) Como primeira capital do país, desde os tempos coloniais atraiu grandes investimentos. Essa posição conferiu-lhe um grande e significativo acervo arquitetônico colonial, particularmente localizado na sua área central, constituindo-se um dos mais importantes referenciais do patrimônio histórico no Brasil.

³⁵ Cf. Carta Régia trazida por Tomé de Souza (1549), [...] ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda as outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que competirem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a Bahia de todos os Santos é o lugar mais conveniente da Costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do ponto de rios que nela entram, como pela bondade e abundância e a saúde da terra e por outros respeitos, hey por meu serviço que na dita Bahia se faça à dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições, e tudo mais que for necessário.

³⁶ Cf. (MATTOSO, K. M^a. Q., 1992, p. 41 e 45). Salvador se ergue com arrogância sobre uma costa rochosa, verdadeiro promontório com setenta metros de altura, que fecha e domina uma ampla baía semeada de ilhas e ilhotas - se localiza a Bahia. [...] A ponta sul da península em que se ergue, a cidade tem a forma de um losango, cuja orla corre, exatamente ao longo de uma falha imensa que se chama falha de Salvador. Cf. (RUY, 1949, p. 21) [...] o lugar escolhido então, de situação estratégica privilegiada, debruçando a pique sobre o mar, dominando-o com ótimas aguadas e porto extenso, de fácil defesa caso viessem ataques do mar ou de terra, uma vez que esse altiplano dominaria os morros vizinhos, de que se isolava por riachos e lagoas que enchia as baixadas de valados profundos.

³⁷ A constituição enquanto pequeno vilarejo na ponta da baía de Todos os Santos – a vila de Pereira Coutinho, então proprietário/donatário de capitania, se realiza antes da instalação da cidade oficial de Tomé de Souza, fundada em 1549.

³⁸ A terminologia tecido urbano estará presente em todo o estudo, desta forma, esclarecemos que a noção utilizada remete ao conceito de Henri Lefebvre. O tecido urbano é uma espécie de redes de malhas desiguais, um ecossistema não equilibrado. Dentro do tecido urbano existem ilhas de miséria e opressão [...] assim a cidade e o urbano não podem ser compreendido sem as instituições oriundas das relações de classes e de propriedade (LEFEBVRE, Henri. 1991. 34).

para o continente. A partir do plano pré-estabelecido, a cidade estratégica³⁹ deveria constituir-se num porto seguro dotado de infra-estrutura e concepção arquitetônica militar. A escolha do sítio foi justificada pelas condições topográficas, tendo em vista a necessidade defensiva e de segurança.

Mesmo localizada sobre uma topografia escarpada, pode-se perceber (Figura 1) que a cidade conseguia ter formas regulares, dentro de um sistema de quarteirões relacionados entre si e circundados por uma muralha. Mas esta forma física inicialmente racionalizada, que deu origem ao tecido urbano de Salvador, vai se expandido sorrateiramente e logo ultrapassa as muralhas⁴⁰. O Plano Luso, mesmo tendo servido como instrumento de orientação para Salvador, não conteve a dinâmica urbana e o processo de ocupação desordenado nas décadas posteriores à sua implementação.

Figura 1 – Pintura do Plano Urbano Lusitano para Salvador

Fonte – CD ROM – Imagens (REIS, G. Nestor, 2000)

³⁹ A idéia de cidade estratégica ou cidade fortaleza pode ser justificada pela privilegiada localização geográfica e pela busca do controle sobre a extensão do litoral, ao mesmo tempo, a cidade deveria estar bem protegida em caso de possíveis ataques de índios ou estrangeiros, tanto por terra como por mar. A cidade foi fundada enquanto o ponto de partida de um processo de ocupação pelos portugueses: para fixar-se em ponto para poder explorar toda capacidade produtiva das terras brasileiras com a monocultura de cana-de-açúcar, como também garantir o domínio permanente de um território. (*Grifos do autor do trabalho*)

⁴⁰ Cf. (AZEVEDO, T. 1955, p. 131 e 149) [...] a cidade surgia como nenhuma outra em seu tempo, com a considerável população de 1.000 pessoas e uma completa organização judiciária, fazendária, administrativa e militar [...] a cidade de Salvador iria crescer rapidamente, ultrapassando os acanhados limites fortificados destas. [...] Mem de Sá quando assumiu o governo geral, encontrou a Bahia mais larga do que a antiga fortaleza; dos primitivos muros de taipa iam desaparecendo os vestígios. Dali a dois anos ele mesmo noticiava a el rei que 'a cidade vai a muito crescimento'.

A cidade de São Salvador, como as cidades do Império português, recebeu um “termo” cuja composição até o terceiro quartel do século era de vinte freguesias. Sendo orientada pelo modelo português de estrutura administrativa, dividiu-se em comarcas, que se constituíam como unidades administrativas⁴¹. O núcleo matriz da cidade do Salvador passaria a se configurar em duas partes distintas: a “Cidade Alta”, centro administrativo, político, religioso e de residências, e a “Cidade Baixa”, a praia, o porto e seus armazéns. Este projeto de cidade, dividida em parte alta e baixa, assemelhava-se às cidades portuguesas; no caso de Salvador, tal divisão serviu como eixo inicial para a estruturação da malha urbana. As seguintes projeções cartográficas demonstram bem a evolução da cidade de Salvador.

Figura 2 – Evolução da ocupação de Salvador – 1600/1940

Fonte – Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural. 2ª. Ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

⁴¹ Cf. (VILHENA, 1969). O termo da cidade da Bahia era composto, até o terceiro quartel do século XIX, por vinte freguesias, que passamos a listar: O Salvador na Sé, Nossa Senhora da Conceição na Praia, Santíssimo Sacramento no Pilar, Santo Antônio além do Carmo, Nossa Senhora da Penha em Itapagipe, Santíssimo Sacramento em Sant'Anna, Nossa Senhora das Brotas, São Pedro Velho, Santíssimo Sacramento na rua do Passo e Nossa Senhora da Vitória - freguesias “urbanas”; São Bartolomeu em Pirajá, Nossa Senhora do Ó em Paripe, São Miguel em Cotegipe, Nossa Senhora de Piedade em Matoim, Santo Amaro da Ipitanga (Nossa Senhora da Conceição de Itapoã), São Pedro no Sauípe da Torre, o Senhor do Bonfim na Mata, Santa Vera Cruz em Itaparica, Santo Amaro em Itaparica, Nossa Senhora da Encarnação em Passe - freguesias “rurais” ou “suburbanas”.

No processo de ocupação da cidade de São Salvador:

[...] observa-se, entre a sua fundação e a década de 1950 do século XX, três tipos de ocupação: de 1549 até finais do século XVI, a cidade apresenta um plano regular, com ruas que se cruzam em ângulo reto, e adapta-se à topografia; entre o século XVII e finais do século XIX, há um crescimento sem plano nenhum para o conjunto, com ruas sinuosas e pequenas praças; e entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, são ampliadas as funções urbanas e tem-se a introdução dos transportes modernos, havendo a necessidade de alargamento das ruas e abertura de praças. (SANTOS, 1959, p.63)

O plano vindo de Portugal não conseguiu manter a regularidade da sede colonial por muito tempo: no século XVIII, percebeu-se que o plano inicial foi deixado para trás, não acompanhando o crescimento da cidade que aconteceu sem orientação projectual. No final do século XVIII, o poder público já havia percebido a necessidade de tornar o traçado urbano de Salvador mais regular⁴², mas as mudanças só começaram a ocorrer no final do século XIX. Ainda é importante observar que, ao longo da Primeira República (1889-1930), as pequenas intervenções pontuadas e localizadas não se configuraram como um modelo de plano urbanístico, pois não consideravam a cidade na sua totalidade, circunscrevendo-se na abertura de avenidas e construções de praças, ruas e jardins na área central, enquanto as outras áreas da cidade evoluíam sem acompanhamento técnico.

⁴² Cf. (CARDOSO, Ceila. 2004) Desde os fins do século XVIII, em Salvador, podem-se ler registros que direcionam a conscientização e as iniciativas governamentais no sentido de tornar a cidade mais regular. São reincidentes as deliberações do poder público no sentido de dar alguma ordem ao traçado das ruas e a sua manutenção. No século seguinte se acentuaria, de forma mais contundente, a preocupação em torná-la mais limpa e livre das impurezas e doenças advindas do viver coletivo. (p.43). Cf. (SAMPAIO, 1999, p.61) Já no final do século (1784-1788), coube ao engenheiro Manoel Teixeira, preparar um plano de ação para a cidade, contemplando pavimentação de ruas, alinhamentos, recuos e jardins e correções várias [...]. O viés higienista ali já se instalava como procedimento urbanístico básico. Os projetos desenvolvidos até então, eram projetos tópicos, localizados e setoriais, inexistindo uma “totalidade” urbana projetada. Cf. (CARDOSO, Ceila. 2004). Em fins do século XIX, na decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano, decorrência da crise do açúcar, a cidade de Salvador torna-se o centro de convergência dos interesses regionais e reorganizaram as estruturas: familiar, econômica e cultural, reconfigurando-se e recharacterizando-se a sua espacialidade. Neste processo urbano, a indústria e o comércio movimentam e regulamentam a cidade apesar da baixa produção industrial frente ao momento nacional (p.45). Acrescento que as reformas de Haussmann, em meados do séc. XIX em Paris objetivando uma modernização da cidade, influenciaram as intervenções que foram feitas nas cidades brasileiras.

Segundo Simas (1978), entre as últimas décadas do século XIX⁴³ e próximo aos meados do século XX, a cidade de Salvador passou por um incipiente processo de industrialização, implicando numa mudança de mentalidade em relação às transformações urbanas e na necessidade de tornar a cidade moderna. Neste contexto, Salvador como boa parte das grandes capitais brasileiras nas primeiras décadas do século XX⁴⁴, sofreu inúmeras demolições com a justificativa do cumprimento das necessidades higiênicas⁴⁵. As práticas urbanas exercidas pelos engenheiros higienistas e sanitaristas referenciavam a busca da estética, a ampla circulação viária e a salubridade do meio físico. Conforme a referência de Cardoso (2004), em 1905, o Engenheiro Theodoro Sampaio, dentro dos ideais de saneamento e comunicação, propôs um novo esquema viário e um engenhoso meio de articulação entre a cidade alta e baixa⁴⁶.

No transcorrer da história de Salvador, aqui manifestada sucintamente, o seu tecido urbano sofreu uma série de transformações. Continuidades e descontinuidades levaram a cidade colonial do século XVI a se transformar em

⁴³ Na segunda metade do século XIX foi construído o Elevador Lacerda, para a ligação entre cidade-alta e cidade-baixa, facilitando a comunicação entre as duas dimensões da cidade. Exercendo também uma maior articulação na configuração urbana de Salvador.

⁴⁴Cf. (RIBEIRO, Luis César Q. e CARDOSO, Adauto, 1996, p.65) No período pós anos 20, observou-se a realização da I Semana de Urbanismo de Salvador 1935 [...] com a instituição do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, em 1943. São Paulo implantou seu Plano de Avenidas e também Recife ganhava um plano diretor. Cabe ressaltar que todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados pelo Governo Vargas.

⁴⁵Cf. (SAMPAIO, 1999, p. 166) O recorte positivista latente nos saberes de médicos e engenheiros predomina, inexistindo no caso baiano nesta etapa a figura do urbanista clássico, assentada na formação do arquiteto.

⁴⁶ O Engenheiro Theodoro Sampaio antecipa uma série de idéias posteriormente retomadas pelo EPUCS. De certo modo, Theodoro Sampaio, politécnico assumido, distancia-se da visão mais pragmática implementada por J.J. Seabra na constituição das primeiras experiências de modernização urbanística da cidade. Cf. (SAMPAIO, 1992 apud FERNANDES, pág. 86) o governo J.J. Seabra, no início do século XX, vai se reforçar das novas contribuições, quando ali: “[...] buscaram abastecer-se em São Paulo de arquitetos, escultores e pintores, decoradores e artesãos especializados, com o fito de mudar, como pretendem e em parte conseguiram, a plástica de Salvador”.

uma cidade moderna de grande magnitude⁴⁷ e detentora de expressivos índices de pobreza e desigualdade social, conforme elucidaremos nos próximos itens deste trabalho.

II – Salvador e suas configurações: do Epucs (1945) ao Plandurb (1978)

Com pouco mais de 2,6 milhões de habitantes, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2004, Salvador é a terceira cidade mais populosa do país e comanda a sexta região metropolitana brasileira. De acordo com estudos de Almeida e Damasceno (2005) cresceu à taxa de 1,9% no ano de 2004: mais rápido que Recife e Belo Horizonte, mas a uma velocidade inferior à de Fortaleza e Brasília. A capital da Bahia comanda a sétima mais populosa região metropolitana do Brasil, com quase 3,3 milhões de habitantes.

Salvador, a partir dos anos 40 do século XX, começou a passar por um gradativo processo de transformações urbanas: no campo político, a capital sofria influência das ideologias no Estado Novo (1937-1945); no campo econômico, uma notável dinâmica da industrialização brasileira no pós-guerra⁴⁸. Ambos fatores foram de grande estímulo para o desenvolvimento do processo de modernização de Salvador. Sendo assim, após a I Semana de Urbanismo de 1935, surgia o primeiro esquema traçado para a modernização da cidade, em 1942, que começou a ser posto em execução com a criação do EPUCS⁴⁹ - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, em 1943.

⁴⁷ Salvador é atualmente a 3ª. cidade em número de habitantes do Brasil, ficando após São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE (2004) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – São Paulo possui 10.927.985 hab, seguida pelo Rio de Janeiro 6.094.183 hab e Salvador 2.672. 560 hab.

⁴⁸ Cf. (REIS FILHO, N. G. 1996, p. 11) Em relação ao período entre 1945 e 1964, pode se dizer que o impulso econômico e o estímulo à industrialização representado pela Segunda Guerra Mundial se traduziram fisicamente pelo crescimento expressivo de algumas cidades e por um discreto incremento do índice de urbanização que passou de 31,24% em 1940, para 36,16% em 1950.

⁴⁹ Este plano, inicialmente, contou com a coordenação do professor Mário Leal Ferreira, que faleceu cinco anos após a apresentação de seu Plano à prefeitura, ou seja, antes do mesmo ser finalizado. Dando

O EPUCS, objetivando o planejamento de Salvador, enfocava a problemática urbana sob uma ótica global. Este escritório de planejamento sinalizou as diretrizes de crescimento para a cidade. Muitas das configurações que temos hoje em Salvador foram originárias deste plano que marcou a história de desenvolvimento urbano da capital baiana, direcionando as diretrizes de expansão e tessitura urbana. A forma física elaborada pelo EPUCS se mostrava radial concêntrica, organicamente adaptada ao sítio e seus condicionantes geomorfológicos.

Figura 3 – Esquema do Modelo Radial – Concêntrico

Fonte: Sampaio, 1999.

Através da observação da (Figura-3) percebemos as lógicas de funcionalidade que nortearam o planejamento urbano a partir da utilização do modelo Radial Concêntrico para as ocupações e circulações na cidade; observam-se recortes tipo trevos com adaptações específicas para cada zona, com implantações de loteamentos que posicionavam as residências nas cumeadas e o sistema viário pesado nos talvegues. Em relação à circulação

continuidade aos trabalhos, em 1948, o arquiteto Diógenes Rebouças, dirigiu o CPUCS – Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador, sendo apoiado pelo então prefeito Araújo Pinho frente a um conselho de assistência ao plano.

urbana, muitas idéias discutidas na I Semana de Urbanismo (1935) foram utilizadas, a exemplo das propostas de *parkways* das quais partiram as sugestões para o primeiro plano formal a ser elaborado para a cidade do Salvador, a fim de torná-la uma cidade modelo.

Conforme os estudos de Sampaio (1999) a concepção viária articulou de modo competente cumeadas e vales, destinando circuitos para o transporte coletivo, e privilegiando os vales ao tráfego rápido, dando fluidez aos automotores. A trama radial concêntrica tem nas vias radiais a ligação bairro-centro e nas concêntricas a ligação bairro-bairro, interligando o centro principal pela “base de tráfego”, num complexo urbanístico em vários níveis, separando os modos de circulação.

Neste contexto, o EPUCS articulava-se a partir de dois grandes sistemas viários: as vias de penetração e as vias de irradiação distribuídas em cintas concêntricas e linhas radiais. Do plano ainda constavam proposições especiais nas áreas de saúde, saneamento, serviços, segurança, educação, cultura e habitação. As vias davam uma nova dimensão na configuração da cidade, indicando as áreas para a expansão urbana de Salvador.

O zoneamento estabelecido no EPUCS recebia influência da América do Norte⁵⁰, sendo indicados para a zona urbana os seguintes setores: um Setor Portuário (SP); um Setor Portuário e Comercial (SPC); um Setor Industrial (SI); dois Setores de Transição (ST); e sete Setores Residenciais (SR). Neste sistema de zoneamento, percebemos zonas residenciais concêntricas a partir da zona comercial e de transição, além de duas zonas “satélites” periféricas

⁵⁰ Cf. (MANCUSO, F., 1980, p. 171/172) El zoning, nacido en Alemania, encuentra en Norteamérica el terreno más fértil para su desarrollo. [...] El zoning se introduce oficialmente en USA como instrumento de mediación e los conflictos y de los intereses de un conjunto de agentes presentes en la ciudad, y se ve necesario desde el momento en que tales conflictos alcanzan los niveles más elevados y los mecanismos tradicionales de autoregulación ya no funcionan.

(Itapagipe e Pituba). Estas zonas obedeciam critérios de densidade altas, médias e baixas, de forma decrescente no sentido centro-periferia.

Figura 4 – Mapa do Esquema Radial – Concêntrico Adaptado ao Sítio

Fonte: Sampaio, 1999.

A preocupação com a habitação social foi indicada, no EPUCS, a partir de uma proposta de intervenção direta do Estado na questão, adquirindo terras, regulando o mercado, subsidiando a moradia popular e criando as chamadas “habitações transitórias” para os estratos de menor renda, privilegiando a localização próxima ao emprego. Segundo (SAMPAIO, p.45, 1999) “o EPUCS pressupunha o acesso a terra e aos serviços básicos”, tal pressuposto, atrelado ao discurso do Estado, objetivava criar as bases do bem estar social, o que não

foi efetivado, pois a funcionalidade do plano deu ênfase a tentativas de integrar o tecido urbano, sobretudo no que se refere a articulação viária.

Com o falecimento do idealizador do EPUCS, prof. Mario Leal Ferreira, em 1948, criou-se a “Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador – CPUCS, sob direção do professor Diógenes Rebouças, em uma tentativa frustrada de dar continuidade aos trabalhos. O plano de urbanismo apresentado pela CPUCS constava de uma proposta de modelo físico para a cidade baseada nos aspectos geomorfológicos⁵¹ da região, assim como nas diretrizes gerais, que apontavam para o: saneamento, água e esgoto, zoneamento e comunicações. O CPUCS foi extinto em 1958. Em 1959, criou-se a SURCAP – Superintendência de Urbanismo da Capital, que depois foi substituída, nos anos de 1970, pela OCEPLAN - Órgão Central de Planejamento, que tentou de forma frágil dar continuidade ao processo de planejamento urbano iniciado nos anos de 1940.

A partir da década de 40, surgiram alterações nas práticas de intervenções urbanas, que passaram a ser orientadas pela nova dinâmica industrial que se desenvolvia em algumas capitais brasileiras; o fluxo migratório para as cidades e todas as suas variáveis correlatas constituíam a necessidade de se pensar novas formas de intervenções urbanas, que viriam se fazer presentes na segunda metade do século XX.

⁵¹ Cf. (COSTA, E., 2004) Considerando-se os aspectos geomorfológicos, identificaram-se então, em frente a baía de Todos os Santos, uma cadeia de morros ligados entre si por gargantas e, do lado oposto pequenos planaltos em forma de folhas de trevos, encostas arborizadas e pequenos vales que se articulavam. No modelo físico proposto, as várias gargantas prestam-se para centros cívicos e de abastecimento: as nervuras das folhas de trevo para ligação entre os centros e as residências; os fundos dos vales maiores, com os talvegues para as vias de tráfego pesado, parques e bosques ou coletores-tronco de águas e esgotos. Nas encostas brandas, localizariam-se os edifícios multifamiliares, e nos altiplanos os loteamentos unifamiliares, consolidados pelos modelos Radial Concêntrico e de Trevo.

Nos anos 60, não houve grandes inovações na política de planejamento. Algumas decisões foram concretizadas, mas apenas como consequência dos processos iniciados nos anos anteriores. Na década de 60, é preciso observar a criação do BNH⁵² – Banco Nacional de Habitação – e do SERFHAU⁵³ – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, criado em 1966, por meio do qual se formaliza a necessidade da institucionalização do planejamento, com a formatação de planos⁵⁴ e diretrizes que, em boa parte, se esgotaram na teoria, sem execução prática.

III – Dois planos & suas concepções: Plano CIA e PLANDURB

A cidade de Salvador, entre as décadas de 1940 e 1970, se transformou em um dinâmico centro polarizador⁵⁵. Sua trama urbana se tornou complexa, com vias e avenidas; o tecido urbano cresceu, a cidade se adensou, o processo de industrialização ganhou fôlego e a execução de um novo planejamento urbano se tornava necessária para ordenar seu crescimento e as formas de uso e ocupação do solo. Nas décadas posteriores aos anos de 1950, Salvador constitui-se como a principal referência nordestina no movimento de ampliação e

⁵² Maiores informações sobre o BNH e a política habitacional neste período, serão explicitadas no próximo capítulos.

⁵³ Cf. (VILLAÇA, p. 172, 1999) [...] o SERFHAU, pretendeu (sem conseguir) estimular o planejamento urbano no Brasil, pois quis estimular os planos individuais da cada cidade [...] sua atuação insere-se, se não na prática (já que a maioria dos planos não saiu do papel), pelo menos nas idéias referentes ao planejamento urbano.

⁵⁴ Ver.: VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In DEÁK C. & SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo, Edusp/Fupam, 1999.

⁵⁵ Cf. (ALMEIDA, Paulo H., 2006, p.25) Na segunda metade do século XX, a Bahia permaneceu um dos estados menos urbanizados do país – tinha, em 1980, segundo os elásticos critérios do IBGE, um grau de urbanização ainda muito inferior à média do Brasil, com 49,25% da sua população residindo em cidades, enquanto 67,57% da população brasileira já se encontrava nesta situação (IBGE, 1983). [...] Mesmo com taxas de urbanização inferiores em relação a de outras capitais do Brasil, é inegável o avanço da “metropolização” de Salvador nas décadas de 1960 e 1970, um fenômeno, então, comum nas várias capitais brasileiras. Vale mencionar ainda que Paul Singer (1980) ratifica a constatação do economista Paulo Almeida, ao explicitar que por volta de 1940, Salvador era a menos desenvolvida das grandes capitais regionais do Brasil, em termos industriais: a porcentagem de sua população ocupada na indústria de transformação era de sua população ocupada na indústria de transformação era então menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. (1980, p. 42).

no processo da industrialização moderna⁵⁶, com a instalação da CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco – e da PETROBRAS. Segundo Francisco de Oliveira dialogando com o economista baiano José Sérgio Gabrielli de Azevedo⁵⁷ :

[...] A massa de investimentos da PETROBRAS não tem paralelo na história econômica do Estado: entre 1955 e 1959, o total desses investimentos corresponderá de 1 até 7,4% da renda total e de 8,1% a 66,9% da renda interna industrial do Estado da Bahia. A massa de salários pagos pela PETROBRAS despejada na economia baiana crescerá à razão anual de 18% reais, entre 1958 e 1969, e no mesmo período se elevará de 7,64% a 38,7% do total de renda industrial interna do Estado, tendo atingido o nível de quase 50% no ano de 1967. A dinâmica dessa radicalidade concentrará a renda em Salvador quase como em nenhuma outra parte do Brasil. (OLIVEIRA apud AZEVEDO, 1975, p. 43).

Os investimentos na constituição de um tecido industrial que gravitava na petroquímica e na siderurgia tiveram um forte impacto no desenvolvimento da capital baiana, com um evidente desdobramento no crescimento urbano. Conforme Oliveira (1987, p. 49) “o Estado da Bahia absorverá mais da metade de todos os investimentos industriais realizados no Nordeste, nas décadas de (1960/70)”. O valor da transformação industrial por pessoa ocupada quadruplicou entre os anos de 1950 e 1970. Neste período foi construído o Centro Industrial de Aratu, para o qual todas as facilidades foram concedidas: terrenos vendidos e preços simbólicos, infra-estrutura completa.

Com a implantação do Centro Industrial do Aratu (CIA) e do Complexo Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC), consolidava-se a instituição da área metropolitana de Salvador. Para Almeida (2006, p.25) “com a mudança do perfil da indústria regional, e os investimentos no CIA e no COPEC, ocorreram

⁵⁶ Sobre este assunto ver (CARDOSO, 2004). Arquitetura e Indústria: a Península de Itapagipe como Sítio industrial de Salvador Moderna 1891 – 1947. Dissertação de Mestrado – EESC/USP – 2004.

⁵⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco. **O Elo Perdido – Classe e identidade de classe**. Editora Brasiliense, Rio de Janeiro, 1987.

alterações importantes na macroestrutura da economia baiana causando impacto na economia de Salvador e no seu *hinterland* imediato”. Segundo o autor, a participação da indústria no PIB estadual saltou de 12% em 1960, para 31,6% em 1980, e 38,1%, em 1990.

Na segunda metade do século XX, ocorreram mudanças radicais no tecido urbano de Salvador. Isto se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores de expansão urbana e de uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia. [...] A prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. Promoveu uma ampliação substancial do sistema viário com a abertura das avenidas de vale, extirpando do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. (CARVALHO, Ináia M.M; SOUZA, Ângela, G.; PEREIRA, G. Corso. 2004, p.284).

Nos anos de 1960, período da ditadura militar, a execução do Plano CIA atendeu, dentro das possibilidades, as novas demandas geradas pelo processo de industrialização⁵⁸. Segundo Heliodório Sampaio (1999, p.217/218), o plano CIA, ao contrário do planejamento integrado do EPUCS de Mário Leal Ferreira – na vertente do “town planning” – aproxima-se do urbanismo modernista dos CIAM’s; por outro lado, decorreu de um planejamento econômico de característica cepalina (CEPAL) liderado por Rômulo Almeida, no pós - anos 50.

É evidente que o plano CIA teve atuação diferente do EPUCS, pois seguiu as orientações dos CIAM’s (Congressos Internacionais de Arquitetura

⁵⁸ Segundo Francisco de Oliveira no prefácio do livro Bahia de Todos os Pobres (1980, p. 15), a expansão capitalista, no setor industrial, apresenta características semelhantes àquelas observadas no Centro-Sul: bens intermediários, sobretudo e, secundariamente, de consumo durável e de capital, utilização intensiva de capital e altos graus de concentração e centralização.

Moderna) e da Carta de Atenas, adotando um planejamento funcional, voltado para o atendimento do interesse da indústria com implantação e articulação de grandes vias e com um desenvolvimento urbano de enfoque sistêmico apoiado na vertente de um planejamento urbano-regional, estruturando vias importantes para o desenvolvimento metropolitano. O plano desenvolvido focalizou o desenvolvimento viário da cidade e abria a estrutura urbana para a especulação imobiliária.

Este plano possuía uma concepção setorizada e estava a serviço do processo de industrialização em uma dimensão de planejamento que articulava produção-transporte-consumo. A principal diferença entre o Plano CIA e o EPUCS estava no fato deste possuir uma visão mais global e totalizada da cidade, enquanto o Plano Cia focalizava um desenvolvimento apoiado na circulação viária, direcionada aos interesses da zona de produção industrial. A principal conquista do Plano Cia foi a orientação dada ao contexto da micro-área formada pelo Centro Industrial do Aratu; Complexo Petroquímico de Camaçari e o Terminal Marítimo de Aratu, referências para o desenvolvimento estratégico-industrial do nordeste brasileiro. Ambos os planos tiveram grande importância nas alterações e crescimento do tecido urbano de Salvador:

Figura 5 – Mapas do tecido urbano de Salvador no transcorrer das décadas 1940/70.

Fonte: Arquivos SEPLAM/PMS

Adaptação: SOARES, Antonio Mateus de C. e ALMEIDA, Ricardo A. (2006).

A partir da comparação dos mapas, percebemos a expressiva expansão urbana de Salvador no transcorrer das décadas. Enquanto na década de 40 observou-se uma ocupação centrada na zona sudoeste, na borda da Baía de Todos os Santos e na área de ocupação inicial da cidade, na década de 60 observamos uma interiorização das ocupações⁵⁹; seguindo as orientações do planejamento inicial, o tecido urbano cresceu continuamente nos anos de 1970; com uma acentuada ocupação na Orla Atlântica, movimento que se mostra constante nas décadas posteriores⁶⁰.

Tabela 1 - População das cinco maiores cidades do Brasil*

	1960		1970		1980		2005	
	CIDADE	DEM.	CIDADE	DEM.	CIDADE	DEM.	CIDADE	DEM.
1º.	R. Janeiro	3.307.163	S. Paulo	5.241.232	S. Paulo	7.033.529	S. Paulo	10.927.985
2º.	S. Paulo	3.164.804	R. Janeiro	4.315.746	R. Janeiro	5.093.232	R. Janeiro	6.094.183
3º.	Recife	788.569	B. Horiz.	1.126.368	Salvador	1.469.276	Salvador	2.672.360
4º.	B. Horiz.	642.912	Recife	1.070.078	B. Horiz.	1.184.483	B. Horiz.	2.375.329
5º.	Salvador	630.878	Salvador	1.017.591	Recife	1.108.883	Fortaleza	2.374.944

*Os dados do IBGE se referem apenas ao distrito sede. (Adaptada do Caderno LAP \11)

A população de Salvador, que era de 630.878 habitantes em 1960⁶¹, cresce para 1.017.591 (1970); a partir daí, Salvador se deslocou da 5º. posição (1960) em número de habitantes para a 3º. posição (1980) com 1.469.276 (vide tabela 1), posição mantida até os dias atuais, com uma população de 2.672.560 (2005). Muitos estudiosos consideram que esta expansão urbana foi motivada pelo processo de industrialização. Contudo Paul Singer (1974), em estudo feito em algumas capitais brasileiras detectou que não só a industrialização, mas outros fatores contribuíram para a rápida urbanização de algumas cidades

⁵⁹ A interiorização estimulada pela elevação dos valores da terra nas proximidades da Orla Atlântica, fez expandir o subúrbio ferroviário e grandes aglomeração na área do Miolo Urbano, a exemplo do Complexo Cajazeiras.

⁶⁰ Vide Figura 7 – Conjunto (2) mapas de expansão do tecido urbano de Salvador no transcorrer das décadas 1980-2006, nas páginas (22/23) deste capítulo.

⁶¹ Não foram utilizados dados de 1940, pelo de fato de optarmos em utilizar dados do IBGE, que começam a ser disponibilizados, apenas a partir dos anos 50 do séc. XX.

brasileiras. Certamente seu estudo pode ser estendido à análise do caso de Salvador.

[...] A correlação, que se observa, entre industrialização e crescimento demográfico não se explica pelo aumento do emprego industrial que por si só, absorve geralmente uma fração muito pequena e decrescente da população ativa da cidade. Assim entre 1950 e 1960, a população paulistana aumentou 74% (de 2.198.096 para 3.825.351 habitantes), ao passo que o pessoal ocupado na indústria paulistana só aumentou 55% (de 299.213 para 461.973 pessoas).[...] Neste caso, Recife é uma exceção, pois o crescimento de sua população reflete a decomposição das relações coloniais de produção no campo, a qual provocou forte afluxo populacional à cidade fazendo com que sua população cresça sem que isto signifique uma expansão correspondente da economia industrial urbana. Nesta cidade seria um erro encarar o aumento demográfico como sintoma do seu desenvolvimento industrial. (SINGER, 1974, p. 328).

Salvador nos anos de 1970, além do crescimento demográfico, sofreu uma série de transformações sociais, administrativas e econômicas, a exemplo do deslocamento do centro econômico tradicional, que se situava no bairro do Comércio, que foi gradativamente perdendo sua função polarizadora com a instalação do Shopping Iguatemi⁶² (1975), assim como de novos sub-centros comerciais modernos em outras áreas da cidade; o Centro Administrativo da Bahia (CAB), que se localizava no Centro Histórico foi transferido para um moderno conjunto de prédios localizado na Avenida Paralela – área norte da cidade; a região industrial antes localizada no interior do perímetro urbano, especificamente nas imediações do Bairro da Calçada e no Subúrbio Ferroviário – Península de Itapagipe – foi transferida para os municípios de Camaçari, compondo o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e para o Centro

⁶² Cf. (CARVALHO, Ináia M. M.; PEREIRA, Gilberto, 2006, p. 284). A nova centralidade gerada pelo Shopping Iguatemi e pelo conjunto de serviços que sua área de entorno passou a oferecer, não apenas direcionou a expansão da cidade no sentido orla norte, como efetuou a dinâmica do centro tradicional na área antiga da cidade, contribuindo para o seu gradativo esvaziamento.

Industrial de Aratu (CIA), em uma perspectiva que estabeleceu uma maior integração viária com Salvador e sua região metropolitana.

Com a instalação destes complexos industriais, começaram a surgir bairros residenciais de classe média e alta para atender à demanda de profissionais que vinham de outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro), assim como da nova classe média⁶³ local que surgia juntamente com o desenvolvimento industrial. Desta forma, temos o adensamento de bairros como Pituba, Costa Azul, Stiep, localizados nas proximidades da Orla Atlântica e já se direcionando para a área norte - nordeste da cidade. Neste processo, surgiu o bairro Caminho das Árvores – em um esquema de grandes quadras loteadas – e o bairro do Itaigara, ambos predominantemente residenciais. Enquanto os bairros citados abrigavam a classe abastada da cidade⁶⁴, sendo orientados por um zoneamento pré-estabelecido, os bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador cresciam aceleradamente, abrigando operários de baixa renda, migrantes e desempregados.

As diversas intervenções urbanas ocorridas provocaram repercussões na estrutura da cidade principalmente quando percebemos o deslocamento e a instalação de equipamentos importantes (Shoppings Centers, galerias, CAB – Centro Administrativo, novas avenidas etc.) que induziram e vetorizaram a expansão urbana. Estes equipamentos podem ser entendidos, no sentido de Milton Santos (1997), como elementos fixos que geraram fluxos e dinamizaram o tecido urbano. Os elementos fixos, neste caso os equipamentos, os espaços edificadas onde se aglomeram populações levadas pelo trabalho ou pela busca

⁶³ Cf. OLIVEIRA, F. **O Elo Perdido – Classe e identidade de classe**. Ed. Brasiliense, Salvador, 1987.

⁶⁴ A classe média alta, anteriormente consolidada, residia em bairros tradicionais como Campo Grande, Corredor da Vitória, Graça, Canela, Ladeira da Barra e outros, contudo está tendência se altera nos anos de 1990.

do atendimento em serviços criaram massas e polarizaram contingentes de pessoas, direcionando o movimento de parcelas da população em um espaço intra-urbano⁶⁵ de influência, que dinamizou ao mesmo tempo que constituiu o tecido urbano.

Os direcionamentos deixados pelo EPUCS se tornaram insuficientes para conter a dinâmica da cidade que crescia rapidamente; o Plano Cia, orientado para a estruturação física do tecido industrial, não visualizou a cidade em uma perspectiva integrada, pois priorizou o circuito industrial integrando apenas vias circulatórias de influência. Para além disso, as novas acessibilidades viárias criadas por este plano, como a Avenida Centenário, foram redefinindo a estrutura urbana, induzindo outras centralidades em desacordo com as diretrizes do EPUCS .

Tais fatores conduziram ao desenvolvimento do EUST - Estudo de Uso do Solo e Transporte e do PLANDURB – Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (1970), ambos iniciados na Gestão do Prefeito Jorge Haje, tendo continuidade na Gestão de Manoel Castro, nos anos de 1970.

O urbanismo dos anos 70 diferia em conteúdo e método do Plano do CIA, pelos sofisticados procedimentos dos “modelos” de uso de solo e transporte, ao tempo que tentava resgatar a noção de processo de planejamento instituído pelo EPUCS, nos anos 40. Os novos procedimentos da CONDER – Companhia de Desenvolvimento Regional da Bahia, repercutia na montagem do “enfoque sistêmico” no PLANDURB. (SAMPAIO, 1999, p.245).

Na execução do PLANDURB observou-se uma concepção de intervenção urbana similar à desenvolvida nos anos 40 pelo EPUCS, partindo de uma intervenção integrada, aos moldes do “town planning”. Em 1975, a lei nº 2.773,

⁶⁵ VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra - Urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp.1998.

autorizou o Poder Executivo a iniciar estudos para a realização do Plano Diretor de Desenvolvimento (PDDU), com revisão do PLANDURB, notadamente as Leis do Processo de Planejamento de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo e a do Plano - Diretor⁶⁶.

Obedecendo ao novo contexto, as áreas da cidade vão se qualificando diferentemente para a localização dos diversos subgrupos de usos, sempre com base nos critérios de compatibilidade locacional. O PLANDURB contemplou, como concepção de planejamento, a preservação ambiental e circulação urbana, privilegiando, em seu enfoque metodológico, a distribuição espacial da população e do emprego, relacionando uso do solo e transporte como variáveis estratégicas do plano. A re-configuração da forma urbana aconteceu não de maneira espontânea, mas orientada por um instrumento disciplinador com diferentes graus de consciência e controle, norteado por modelos específicos de uso do solo, circulação, percepção e apreensão dos espaços.

O modelo físico-territorial de Salvador (PLANDURB-1978) buscou espacialmente compatibilizar o seguinte conjunto de estudos⁶⁷: evolução demográfica; evolução física urbana; sítio urbano; imagem da cidade; características sócio-econômicas; disponibilidade de terras; infra-estrutura em rede; áreas verdes e espaços abertos; padrões e índices urbanísticos; setor secundário (industrial); setor terciário (comércio e serviço); circulação e sistema

⁶⁶ Cf. (COSTA, 2004) Reativa-se, neste período, a participação do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CONDURB), que passa a ter ampla atuação na apreciação dos instrumentos em questão junto a várias entidades representativas da comunidade [...]. Segundo parecer do Relator da Comissão de Terras Públicas do Legislativo Municipal, em 7 de junho de 1985, quando do envio do Projeto de Lei no. 65/85, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador para o período até 1992, “estão criadas as condições para que a administração municipal que se sucederá à atual possa dar a esta cidade (...) uma atuação racional, programada e democrática.”

⁶⁷ Neste processo, de adequação do PLANDURB destaca-se a participação da UFBA na realização de estudos: Evolução física-urbana de Salvador (CEAB/UFBA); Sítio Físico de Salvador (IGEO/UFBA); Evolução Demográfica de Salvador (1940-2000 – CRH/UFBA); Além de pesquisas de opinião para os estudos “Imagem Ambiental Urbana” e “Áreas Verdes – Espaços Abertos” (CRH/UFBA).

viário. Os estudos para a cidade de Salvador foram realizados através dos Vetores de Expansão, que deveriam indicar alternativas, a partir de uma espécie de compatibilização das vantagens inerentes a cada uma delas.

Segundo dados da OCEPLAN - 1978 (Órgão Central de planejamento – Prefeitura de Salvador), observou-se a seguinte população alocada (1975 – 1990) nos seguintes vetores de expansão: Margens da BR – 324; Avenida Paralela; Miolo Urbano (OCP – Área de Ocupação Prioritária); (AUC – Área urbana contínua); Demais áreas e (OCR – Área de Ocupação Restringida). Vale salientar que os vetores de expansão mencionados continuam a orientar o crescimento do tecido urbano de Salvador.

Tabela 2 – Distribuição da População pelos Vetores de Expansão

VETOR	POP. 1975	(%)	POP. 1990	(%)
BR – 324	280.835	26.5	396.390	17.2
PARALELA	151.370	14.3	179.890	7.8
MIOLO	302.050	28.5	339.943	14.7
AUC	162.361	15.3	1.038.112	44.9
Demais áreas /OCR	163.492	15.6	376.308	15.6
TOTAL	1.060.017	100	2.310.643	100

Fonte: OCEPLAN/PLANDURB – 1978.

Observa-se que a AUC – Área de Ocupação Contínua é a que mais cresce em número populacional (1975 – 1990), uma das justificativas é o fato de tratar-se de uma área urbana já consolidada; a Área do Miolo (Ocupação Prioritária), que hoje compreende a área intercalada entre a BR – 324 (que liga Salvador a Feira de Santana) e a Avenida Paralela, também sofreram adensamento, mas não na mesma proporção da AUC.

Na indicação de vetores de expansão, pelo PLANDUR, percebia-se a seguinte formatação, que indicava como o tecido urbano foi estruturado fisicamente, a partir dos vetores:

Figura 6 – Mapas dos Vetores de Expansão de Salvador – 1978

É importante afirmar que muitas ações concebidas pelo PLANDURB já estavam esboçadas pelo EPUCS, o que legitima a idéia de que houve uma retomada de alguns princípios daquele primeiro plano de estudo, no que se refere às decisões relativas ao processo de expansão urbana de Salvador.

Os investimentos no setor industrial e todo o processo de configuração e re-configuração implantados pelos planos realizados para a cidade de Salvador, estabeleceram a conformação de um padrão de produção do espaço que atualmente se expressam através de três vetores de expansão: orla marítima

atlântica/norte; o “miolo” urbano e o subúrbio ferroviário no litoral da Baía de Todos os Santos. De acordo com Ináia Carvalho e Gilberto Pereira (p.282, 2006)

[...] o primeiro vetor de expansão constitui a ‘área nobre’ da cidade, local de moradia serviços de lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos; o segundo, área do ‘miolo’ começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa”; e o subúrbio ferroviário, que a partir de 1940 se constitui com a localização de muitos loteamentos populares.

No transcorrer das décadas, observamos que nos anos 80 e 90 um adensamento contínuo na área do miolo urbano de Salvador, sentido vetor norte de expansão; em 2006, observou-se a projeção de um tecido ainda em dinâmica, mas já com uma considerável ocupação na área do miolo, assim como a consolidação da mancha na área da orla suburbana e da orla atlântica. Através destes mapas, compreendemos como o tecido urbano se espalhou no transcorrer das décadas, em uma progressão contínua em direção à área norte da cidade, que passa a estruturar sua expansão urbana, a partir da Av. Paralela (sentido Shopping Iguatemi – Aeroporto Internacional).

Figuras 7 – Mapas de expansão do tecido urbano de Salvador no das décadas 1980/2006.

IV – Bahia de Todos os Santos e de Todos os Pobres⁶⁸: pobreza figurações e territórios.

A metrópole soteropolitana cresce a cada instante – o percentual de urbanização avança de 96,6% em 1991, para 98,4% em 2000⁶⁹. Em concomitância a este processo, observa-se a consolidação de um complexo quadro de periferização e empobrecimento urbano. Salvador, terceiro aglomerado populacional do país, é periferia do sistema capitalista no Brasil e possui uma urbanização, marcada por um “padrão periférico⁷⁰” obediente às lógicas do capital e às investidas das forças imobiliárias. O adjetivo *periférico* aqui empregado se legitima não apenas por Salvador se localizar no nordeste brasileiro, fora do eixo centro-sul, ou por não possuir um complexo econômico-industrial como São Paulo e Rio de Janeiro, mas por guardar expressivos índices de pobreza que se materializam em seu tecido urbano e na própria fisionomia de seus habitantes:

Entre as 12 principais capitais do Brasil, Salvador ocupa a 8ª. posição em IDH [Índice de Desenvolvimento Humanos]. Nas análises sobre o ICV [Índice de Condições de vida], a oscilação da variável trabalho entre as décadas de 80 e 90, foi de 0,592 para 0,452, em decorrência do aumento do desemprego de 5,5% para 16,3% e da diminuição do número de empregados com carteira assinada de 63,7% para 45%. O salário médio na capital baiana diminuiu de R\$ 322,00 para R\$ 252,88, elevando o índice de pobreza de 0,06 para 0,1. O número de pobres na cidade aumentou de 26,9% para 33,6% (Pesquisa do PNUD/ONU – 2004).

Em 2004, o PIB baiano cresceu 9,9% enquanto, para o Brasil, essa taxa foi de 4,9%. No primeiro semestre de 2005, o PIB da

⁶⁸ Em referência ao livro: Bahia de Todos os Santos e de Todos os Pobres (1980), que reuniu artigos de diversos intelectuais brasileiros, que juntos analisaram os dados da “Pesquisa Força de Trabalho e Desenvolvimento”, realizada em 1971 pelo CEBRAP e CRH-UFBA, o livro teve como organizadores Guaraci Souza e Vilmar Farias.

⁶⁹ Cf. FERNANDES, Claudia Monteiro (2006). **Condições Demográficas**. In: CARVALHO, Ináia M..M & CORSO, Gilberto Pereira (Org). Como anda Salvador ? EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

⁷⁰ Cf. (CARVALHO & PINHO.1996, p.36) [...] a lógica do capital caminha atrelada aos interesses imobiliários estimulando a conformação do “padrão periférico” da urbanização, provocando a expansão desigual do tecido urbano. Um maior aprofundamento e análise sobre o “padrão periférico” será realizado no 4ª. capítulo.

Bahia imprimiu bons resultados, registrando uma expansão de 3,6% do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior. O Estado da Bahia participa, com aproximadamente 56% das exportações da Região Nordeste. [Mensagem, no. 83/2005. Diário Oficial do Estado, em 15 e 16.10.2005]⁷¹.

A população de Salvador é de 2.672.360 hab., o déficit habitacional é de 144. 767 e com 67.443 moradias em áreas de favela (IBGE, 2005).

Em 2003, Salvador constituía a terceira maior aglomeração de pobreza metropolitana do país , atrás apenas de Recife (31,8%) e de Fortaleza (36,0 %), conforme dados da PNAD.

Os números são contundentes: em Salvador, há 3.809 moradores de rua; faltam casas para cerca de 100 mil famílias, enquanto em todo o Estado, 39.370 mutuários estão inadimplentes com o sistema financiador de habitação. (Jornal A Tarde, Salvador-Ba. 15/01/2006).

O trato com dados referentes à pobreza guarda em si um complexo cruzamento de variáveis que, quando mal interpretadas, podem gerar análises poucos precisas. Assim, para as necessidades deste estudo, daremos maior importância para tentativa de constituição de uma inteligibilidade para a pobreza enquanto fenômeno social e como ela se manifesta no tecido urbano de Salvador. É uma obviedade necessária se afirmar que Salvador guarda um dos maiores índices de pobreza e desigualdade social do país. Deste modo, dentro da amplitude dimensional que o fenômeno da pobreza urbana pode tomar, focalizaremos a pobreza de Salvador em suas interfaces com a segregação, periferização e exclusão social⁷². Dada a diversidade de figurações da pobreza, não é objetivo deste estudo o aprofundamento das formas de mensurar⁷³,

⁷¹ Declarações do Governo do Estado sobre o aumento do PIB e qualidade de vida parecem confrontar os dados do PNUD/ONU em relação ao aumento da pobreza. Estas declarações podem indicar que a elevação do PIB estadual não guarda nenhuma relação com a distribuição de renda e/ou com a diminuição da pobreza na Bahia.

⁷² A relação entre Estado como mantenedor da relação exclusão-inclusiva, assim como o próprio conceito de exclusão associada ao capital neo-liberal será realizada no 4^a. capítulo deste trabalho.

⁷³ Cf. (CODES, 2004, p. 129/130) As tentativas de mensuração da pobreza baseiam-se na utilização de dados estatísticos, uma vez que a análise quantitativa é capaz de oferecer uma visão ampla e sistêmica dessa questão social, prestando-se bem à idéia de servir de orientação para o desenvolvimento de ações anti-pobreza. [...] A mensuração da pobreza predominantes no campo das Ciências Sociais,

quantificar ou classifica - lá, mas percebê-la no seu modo particular de espacialização no tecido urbano de Salvador. Como fenômeno social que se manifesta nas periferias e subúrbios dos grandes centros urbanos brasileiros, a pobreza e o pobre configuram-se como um produto de um poderoso esquema econômico de acumulação do capital.

A pobreza de Salvador e sua trajetória histórica de acúmulo de carências foi tema de discurso que cercou os movimentos sociais; foi justificativa para a busca de financiamentos internacionais; foi objeto de intervenção nas falaciosas propostas políticas, e ainda, campo especial de pesquisa do discurso sociológico e/ou técnico. A pobreza e seus índices se transformaram nas últimas décadas em palavras legitimadoras da necessidade de reafirmação e de luta pelos direitos sociais, pela igualdade e justiça.

Segundo Serge Paugam (2003, p. 64), “nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado”. O conceito de indivíduo pobre está associado ao de “fracassado socialmente” (individualização e culpabilização da pobreza), de excluído por não ter acesso em termos espaciais e temporais à cidade e seus benefícios, às mercadorias e serviços, à tecnologia, ao conhecimento etc. A questão da pobreza remete também à exclusão urbana e à construção cotidiana de um desequilíbrio social que se desdobra em privação de renda estável, desclassificação profissional e social, na falta de acesso aos serviços básicos

baseadas em dados estatísticos, são pautadas em uma análise da satisfação das Necessidades Básicas e o estabelecimento das Linhas de Pobreza. [...] (CODES apud SALAMA;DESTREMAU, 2004) Medir a pobreza significa “perceber e contar os pobres, e tentar avaliar a natureza e a gravidade do problema que eles colocam, no que refere a critérios julgados pertinentes.

etc. A pobreza em seu quadro de “desposseções” não possui impacto apenas econômico, mas também subjetivo, social e político.

A pobreza como terminologia que indica uma situação social vai instituindo seu significado em paralelo à conformação do direito à cidadania. Sua discussão supõe igualmente a dimensão da cidadania e a luta pelo acesso aos direitos básicos. Para Anete Ivo e Ilse Scherer– Warren (2004, p. 13-15) a questão da pobreza como efeito da desigualdade econômica e social, aparece, então, como questão política, já que interfere sobre as condições da justiça redistributiva. Esta afirmação nos leva a montar uma equação reflexiva entre: reprodução da pobreza ↔ produção da exclusão ↔ cidadania ↔ justiça social.

A reprodução da pobreza e a exclusão social geraram uma desqualificação social, que se manifestou nas cidades brasileiras com força implacável no processo de urbanização, criando um conjunto de precariedades que submetem as populações de baixa renda a um cenário de segregação e “desposseções” que aniquilam a cidadania e o acesso aos direitos básicos de sobrevivência: saúde, educação, moradia, emprego etc. Conforme Carvalho e Codes (2006), a pobreza e a precariedade das condições de subsistência são determinadas pelas condições de trabalho e renda; a pobreza não pode ser analisada de forma dissociada de fatores como o perfil educacional e os processos de segregação socioespacial e segmentação urbana.

A pobreza e os pobres passam a ser o foco da atenção de projetos sociais como grupo experimental para os *dispositivos de poder*⁷⁴, ou como mão-de-obra barata e descartável a ser utilizada no processo de produção,

⁷⁴ Cf. Michel Foucault (2003) O *dispositivo de poder*, conforme, gerencia a vida e a coloca a disposição de um poder maior que se explicita através de sofisticadas tecnologias de governo, tendo como uma das consequências uma metamorfose da economia social da *filantropia* em direção à atual administração massiva da pobreza ou *gestão da exclusão social*.

reprodução e reestruturação do capital em suas modalidades de financeirização. A pobreza estrutural de nossos dias é observada, medida, estudada, dimensionada, avaliada, gerida, administrada, mas não se vislumbra a sua erradicação.

A pobreza contemporânea, sob os ditames de um capital financeirizado e “molecular-digital”⁷⁵, parece se transformar em uma situação mantida pela lógica neoliberal, que coisifica e monetariza a vida. Desta forma, as reflexões sobre a pobreza devem se pautar em questionamentos: o que é a pobreza? para que servem os pobres? o que fazer dos pobres? o que é direito? o que é cidadania?

O pobre é aquele que tem de provar o tempo todo, se fazer ver e reconhecer a si próprio e à sociedade, a sua própria respeitabilidade num mundo em que os salários insuficientes, a moradia precária, o subemprego e o desemprego periódico solapam suas condições de possibilidade. Nesse caso, seria possível dizer que a condição de pobreza se traduz na experiência de uma liminaridade real ou virtual entre a ordem e a desordem, experiência feita no jogo ambivalente de identificações e diferenciações, elaborada entre a percepção de uma condição comum de privação que dilui perigosamente as fronteiras entre uns e outros e a construção de um universo moral no qual homens e mulheres se reconhecem como sujeitos capazes de lidar com os azares da vida e de se distanciar, se diferenciar, dos que foram pegos pela maldição da pobreza. É nos sinais que trazem dessa liminaridade que as circunstâncias de vida são problematizadas, circunscrevendo-se o modo como identidades são construídas e reconhecidas. (TELLES, 1992, pp 120-121).

O pobre é figurado como um “despossuído” de direitos e de razões, faz parte de uma parcela majoritária da população que tem seu cotidiano marcado por diversas carências e privações. O pobre é vítima da pobreza e da falta de satisfação das necessidades humanas básicas – a pobreza de forma endêmica e naturalizada é uma *violação dos direitos humanos*. A pobreza, como

⁷⁵ Ver.: SANTOS, Laymert, G. dos. In: Relatório Final do Projeto Temático Fapesp (2003-2004): Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política. Subprojeto 9 : Biotecnologia, biodiversidade : passagem para o molecular global. CENEDIC, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

desrespeito a direitos econômicos e sociais básicos de grupos e indivíduos, foi se constituindo como uma violação de direitos humanos; a pobreza e a marginalização das populações criam sérios obstáculos à realização dos direitos políticos e civis, na medida em que as privações enfraquecem a manutenção da vida social e dificultam a participação política.

V – A pobreza na cidade moderna

A pobreza urbana tem formas próprias de manifestação e concentração; sua materialidade é visível no espaço urbano através do imprevisto das formas de moradia e das maneiras de ocupar os espaços da cidade. O pobre cidadão cria estratégias para lidar com a pobreza, contudo as formas de apropriação de seu espaço na cidade seguem o comando da lógica do mercado imobiliário, que reserva lugares específicos, seus restos, para a pobreza e para o pobre. Estes lugares, produzidos por um Estado que se atrela aos interesses neoliberais⁷⁶, são esquecidos pelo poder público, redundando em espaços periféricos com urbanização precária, redutos da violência, produzidos pela segregação social.

[...] a cidade como lugar se faz notar a partir do momento em que é lida e mapeada como território de lutas, de conflitos e de movimentos sociais, a partir do momento em que ‘novos personagens entram em cena’, uma nova tematização entra em jogo, não mais da marginalidade urbana como determinação estrutural, mas da pobreza figurada como experiência, como privação e invisibilidade, como impossibilidade de acesso à esfera da cidadania, como questão pertinente às formas de civilidade e de sociabilidade política (RIZEK, 2003, p. 89).

⁷⁶ No que concerne a desterritorialização do capital, enfraquecimento do poder do Estado, e outros interesses imperialistas, bem descritos por David Harvey (2004).

Ao ser segregado e estigmatizado, a pobreza priva o acesso à cidadania, aos direitos⁷⁷ e põe em questão a própria noção da política. A cidade constituída por territórios de conflitos é uma cidade multi-polarizada, segmentada e, ao mesmo tempo, alinhavada pela lógica do capital que impossibilita que o pobre saia da pobreza⁷⁸, criando formas de “inclusão” pelo gerenciamento da “exclusão”. Neste perverso esquema de naturalização e gestão filantrópica da pobreza, a cidadania⁷⁹ é aniquilada, e sua noção clássica de “direito a ter direitos” perde sentido.

As figurações da pobreza urbana têm como uma de suas variáveis a segregação, entretanto a segregação não pode ser traduzida como uma simples divisão territorial entre pobres e ricos. Para Flávio Villaça (2004, p. 106) toda a segregação é coercitiva, e ainda neste sentido pode, se dizer que toda segregação é dominação e exclusão urbana, dimensões contidas nas equações da pobreza e que se espacializam e entrecruzam nas formas de apropriação físicas dos espaços e na constituição ideológica de conteúdos sociais e simbólicos que estão presentes na tessitura da cidade moderna.

Nos estudos comparativos entre as formas de manifestação da segregação na França e no Brasil, Edmond Préteceille (2004, p. 18) afirmou que, mesmo com suas diferentes tipologias, a segregação é uma questão política que pode ser requalificada em termos de exclusão social, econômica e

⁷⁷ Cf. (TELLES. Vera, 1998: 38) [...] os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça.

⁷⁸ Cf. (HARVEY. David, 2004) No tocante às classes, o Relatório do Desenvolvimento humano das Nações Unidas (1996) afirma que “entre 1960 e 1991, a parcela dos 20% mais ricos passou de 70% para 85% da renda global – enquanto a dos mais pobres declinou de 2,3 para 1,4%”. A altura de 1991, “mais de 85% da população mundial recebia apenas 15% da renda”, e “o valor líquido da renda das 358 pessoas mais ricas, os bilionários do dólar, equivalente à renda combinada dos 45% mais pobres da população mundial.

⁷⁹ Cf. (PAOLI, M.C. 1989, p.43) O ponto crucial para a reformulação da noção de cidadania [...] pode ser sintetizada na questão: de que modo o ‘direito a conquistar o próprio direito à cidadania’ (Chauí) ou, em outros termos, o reconhecimento público do ‘direito a ter direitos’ (Hannah Arendt) pode se processar e se exteriorizar no domínio público de modo a conferir legitimidade e credibilidade às instituições políticas?

étnico-racial. No caso das cidades brasileiras a segregação se explicita como um movimento pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente⁸⁰, a se aglomerar em uma área espacial definida pelos grupos dominantes.

Segundo Marcuse (2004, p. 24), a segregação é um processo de formação e de manutenção de um gueto, o que não se aplica ao Brasil⁸¹. O autor ainda problematiza que atualmente são recorrentes formulações como: “auto-segregação”; “guetos voluntários”; ou guetos de classe altas, considerando estas formulações prejudiciais analiticamente. Nas peculiaridades do Brasil - e no caso específico de Salvador - a segregação tem como marco compreensivo a separação por classes econômicas, que possui rebatimentos na dimensão racial; é pertinente, no caso de Salvador⁸², perceber a segregação em uma perspectiva de cruzamento de variáveis sócio espaciais e étnico raciais, em uma clara relação na qual os bairros pobres são habitados por uma população negra e os bairros ricos por uma população branca.

Como a posição na estrutura social e a apropriação do espaço urbano são estreitamente articuladas, o território soteropolitano termina por assumir diferentes “cores”. [...] O miolo e o subúrbio, que apresentam condições mais precárias de habitabilidade e uma menor oferta de equipamentos e serviços urbanos, concentrando as áreas classificadas com populares e subproletárias abrigam, predominantemente, os pretos e os pardos. Eles se concentram, especialmente em bairros como a Liberdade (onde há uma forte identidade étnica, por conta de movimentos sociais e culturais ali sediados), São Caetano, Tancredo Neves, Pau da Lima e Cajazeiras. (CARVALHO, Ináia M.M.de; PEREIRA, Gilberto C. 2006, p. 98).

⁸⁰ Há autores como Tereza Caldeira (1997), que dualizam a clássica definição de segregação e acrescenta à discussão a segregação voluntária – a auto-segregação, nas formas de “enclaves fortificados”, a se expressar nos grandes condomínios de luxo – contudo, neste estudo optamos a não utilizar este tipo de segregação como referencia. Tendo em vista que consideramos a segregação como uma ação coercitiva e determinada pelo capital imobiliário.

⁸¹ Tal afirmação é circunstanciada pelo fato de que no Brasil a segregação tem uma forma diferenciada de espacialização no tecido urbano, no caso de Salvador, por exemplo, as áreas pobres e segregadas estão pulverizadas por todos os cantos da cidade, situação que não se constituem em guetos.

⁸² Cf. Censo IBGE-2002, em Salvador 54,8% de sua população de identifica como pardo e 20,4% como negro, uma cidade habitada em sua maioria absoluta por afrodescendentes.

Os territórios de pobreza e riqueza em Salvador, possuem pigmentação diferenciada e associada ao poder aquisitivo de sua população. A afirmação de Ilse Scherer Warren, segundo a qual⁸³:

[...]a exclusão social é racializada, engendradora, etarizada e espacializada, ou seja, tem cor, gênero ou sexo, idade e localização. A pobreza mais extrema tende a ser preta, feminina, bastante jovem ou idosa e localiza-se nas periferias urbanas” (2004, p. 58).

Neste quadro a pobreza não é um estado social natural, mas o resultado de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, não instituição de direitos e concentração de renda, riqueza, poder e informação. A exclusão social, a periferização e a segregação urbana, enquanto problemas atuais e urgentes, são produtos de um processo de desregulamentação de mercados, precarização e flexibilização do trabalho, nova divisão social e internacional do trabalho, entre outros processos que remetem a uma composição social de grupos, classes, instituições, empresas e governos que promovem a segregação de populações inteiras no sistema capitalista, isto é, a produção de excluídos da sociedade, os *condenados do sistema*⁸⁴.

VI – A territorialização da pobreza em Salvador-BA

A topografia íngreme e acidentada de Salvador torna mais aguda e manifesta a pobreza urbana. Ao entrar na cidade, via BR-324, nos deparamos com montanhas e depressões cobertas por um mosaico de barracos que

⁸³ Tal afirmação pode ser aplicada sem restrições a Salvador, principalmente quando focalizamos as áreas do subúrbio ferroviário e do miolo urbano.

⁸⁴ Cf. FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

chegam a desaparecer no horizonte, como se aquela paisagem favelizada⁸⁵ fosse infinita. Ao chegar na cidade, via aérea, e percorrermos a Avenida Paralela, vetor norte de expansão, nos deparamos com outras áreas de densa precariedade que se manifestam pelos bairros da Paz e outros aglomerados em iguais condições. A pobreza urbana que se materializa e toma forma de cidade está por toda parte em Salvador, misturada, pigmentada e pulverizada em pontos estratégicos do tecido urbano contínuo, e até mesmo no mar, como o Aglomerado de Palafitas de Novos Alagados.

Dada à oscilação topográfica do tecido urbano de Salvador surgem dificuldades para uma circunscrição exata dos limites das áreas ricas e pobres da cidade, contudo temos algumas concentrações que podemos chamar de mares de pobreza e outras de ilhas de riqueza. Assim para melhorar o efeito de nossas análises, categorizaremos dois tipos de territórios em Salvador: território dos herdeiros da pobreza e território dos abastados.

O primeiro território, o qual daremos mais atenção, refere-se àquela parte da cidade constituída por pobres, negros, os deserdados de direitos que se incluem na lógica do capital imobiliário através da exclusão urbana, habitando áreas insalubres, ilegais e em alguns casos invadidas: muito dos territórios dos herdeiros da pobreza, são espaços esquecidos⁸⁶ pelo Estado, lugares segregados e com elevados índices de violência, por onde se conforma a única possibilidade de inserção na cidade.

⁸⁵ Cf. (SOUZA, A. G.2000), no início de 1990, em Salvador, as chamadas “invasões” representavam 14% da área ocupada com habitações na cidade, onde moravam, aproximadamente, 30% da população. Conjuntamente com outras áreas ocupadas de maneira informal, correspondiam a 32% da ocupação habitacional, abrigando 60% da população. Como a ocupação dessas áreas, e a própria expansão da cidade, ocorreu dentro do “padrão periférico”, as áreas com condições mais precárias de habitabilidade concentram-se no Subúrbio Ferroviário e no Miolo, enquanto aquelas, em melhores condições, estão na área central e na faixa ao longo da Orla Atlântica.

⁸⁶ Estas áreas empobrecidas são lembradas pelo Estado de Direito apenas no momento do exercício da violência policial, que hostiliza e submete a população destes lugares a uma violência cotidiana.

A segunda referência é a antítese da primeira, os territórios abastados, são os bem servidos pela infra-estrutura urbana, habitados por pessoas que estão empregadas no mercado formal da economia que possuem poder de consumo, são áreas bem assistidas por serviços, transportes, segurança, áreas de lazer, escolas, postos de saúde etc. Somam-se ao território abastado da cidade os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica: Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba e Costa Azul; e Itaigara, Alto do Itaigara, Caminho das Árvores, Stiep e um complexo de condomínio fechados em Piatã, Itapoã, Estela Mares etc. Territórios que poderíamos considerar como os da “cidade formal” e “cidade legal”, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Estes territórios podem ser compreendidos como “ilhas de riquezas”, principalmente os bairros do Itaigara, Alto do Itaigara e Caminhos das Árvores que se organizam como um conjunto de condomínios fechados, com algumas ruas “privatizadas” e segurança particular 24h.

Na outra face da moeda, os territórios dos herdeiros da pobreza, compreendidos como os espaços pobres e informais da cidade, aqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos em sua maior concentração pelas áreas situadas ao norte (miolo urbano), e ao sudoeste de Salvador (subúrbio ferroviário). Estes territórios compreendem os seguintes bairros: Cajazeiras, Fazenda Grande, Boca da Mata, Mussurunga I,II,III, Parque São Cristovão, Novo Horizonte (Planeta dos Macacos), ,conjunto habitacional Vale das Dunas, bairro da Paz (Guerra das Malvinas) Alto do Girassol, Raposo, Sussuarana, Carobeira, Cassange, Nova

Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros (aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixa Fiscal, Boiadeiro, Plataforma, Lobato, Itacaranha, Praia Grande, Periperi, Baixo de Coutos, Paripe e outras aglomerações na região limítrofe dos bairros do Uruguai, Calçada e Liberdade etc); Pau da Lima Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc; Tancredo Neves, Cabula VI, Beiru, Engomadeira, Narandiba, entre outros.

Os espaços de pobreza de Salvador se aglomeram principalmente na área sudoeste composta pelo Subúrbio Ferroviário e na área norte do miolo urbano – parte geograficamente central do município – nas últimas décadas houve uma ocupação mista, na área do miolo, mas com predominância de áreas residenciais. Segundo Ângela Gordilho (2000, p. 60) é notória a ausência de grandes equipamentos urbanos nas zonas habitacionais sudoeste e norte da cidade, correspondendo ao Subúrbio e Miolo que, como visto, representam as áreas de moradia da maioria da população com predominância de rendas mais baixas.

No Subúrbio, predomina a informalidade, em termos urbanísticos e de mercado, assim como a precariedade. No Miolo coexistem habitações formais, conjuntos habitacionais de baixo padrão, loteamentos populares e moradias precárias. [...] Em uma região caracterizada pela pobreza de sua população, paradoxalmente, grande parte dos habitantes são proprietários de seus domicílios – precários ou não – podendo-se inferir que a impossibilidade de acesso da maior parte da população ao mercado imobiliário formal, e as soluções como aluguel de habitações, a leva a produzir sua própria moradia. [...] Isso quer dizer que mais de 80% dos domicílios são próprios e só 10% não é, também, de proprietários dos terrenos, o que se explica pelas invasões e a autoconstrução, processos motivados, em grande parte, pela impossibilidade da população de adquirir suas moradias e, também, pela carência de políticas públicas direcionadas a essa questão. (PEREIRA, G. C.; SOUZA, Â. G. 2006, p. 143)

Desta forma, caracterizaremos três zonas de contexto, que podem ser consideradas como espaços intra-urbanos⁸⁷ nos quais diferentes territórios se articulam. Dimensionaremos a extensão do tecido urbano, dando assim uma maior visibilidade territorial às análises sobre pobreza e seus contrapontos. Apresentaremos na tabela seguinte a dimensão espacial das áreas de contexto e, em seguida, alguns aspectos relevantes de cada área: central, suburbana e do miolo urbano.

Tabela 3 – Áreas na cidade de Salvador – BA⁸⁸

	CENTRO (bairros adjacentes)	SUBÚRBIO FERROVIÁRIO	MIOLO URBANO	OUTRAS ÁREAS [*] (incluindo Orla)	CIDADE DE SALVADOR (2.673.560 hab)
(medidas)					
Km ²	25km ²	41.5km ²	115km ²	143.5km ²	325km²
Há	2.500ha	4.145 ha	11.500ha	14.350ha	32.500ha
m ²	25.000.00 m ²	41.450.00 m ²	115.000.00 m ²	143.500.00 m ²	325.000.00m²
TOTAL(%)	7,5%	12,5 %	36,0%	44%	100 %
hab/km ²	31.000 – 41.000	11.000 – 21.000	15.000 – 25.000	**	7.521
Fontes – Dados Secundários IBGE/PMS/PLANDURB GORDILHO, Ângela (2000); PEREIRA & SILVA (1999) * Este item se refere às áreas que intercalam outras áreas em estudo assim como áreas limítrofes de Salvador, incluindo a orla marítima. **Devido a heterogeneidade destas áreas e dificuldade de demarcação, optamos em não fazer cálculos de (hab/km2) neste momento. *** Posteriormente aprofundaremos outros dados sobre Salvador e as áreas de contexto de interesse nesta pesquisa. Elaboração– SOARES, Antonio M.,2006 (autor do trabalho)					

A área que corresponde ao centro possui uma ocupação consolidada com predominância de boa habitabilidade; é formada por bairros antigos (a partir da déc. de 20) que foram importantes para o processo de estruturação da cidade. Poderíamos considerar esta área como da cidade formal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Para efeito deste

⁸⁷ Cf. VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra - Urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp.1998.

⁸⁸ Para a construção desta tabela encontrei como referência os trabalhos de Ângela Gordilho (2000) e o de Gilberto Corso Pereira & Bárbara- Christine Nentwing Silva (1999), cruzei as informações obtidas com a leitura de mapas e dados do IBGE, Prefeitura Municipal de Salvador e Relatórios do Instituto PLANDURB.

estudo consideramos como área central, os bairros que estão dentro da mancha urbana intercalada desde os bairros da Barra-Ondina, Graça, Rio Vermelho, Vasco da Gama, Bonocô, Iguatemi, Brotas, Matatu, até o bairro de Nazaré, Comércio e centro histórico (Pelourinho) de Salvador.

A área correspondente ao Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza de Salvador. Teve sua ocupação iniciada pela construção da linha férrea, em 1860, contudo a área se constitui nos anos de 1940 com muitos loteamentos populares que mantêm importantes manifestações da cultura afrodescendente; o subúrbio tem aproximadamente 500 mil habitantes de acordo com o último censo do IBGE, em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade, vítimas da maior violência urbana⁸⁹ do contexto metropolitano. Nesta área há predominância de habitações precárias e deficientes, com aglomerados de barracos em morros, encostas e até mesmo sobre a Baía de Todos os Santos.

A outra área de contexto corresponde ao que chamamos de “o miolo de Salvador”, assim denominado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB/1970). Este nome se deve ao fato da região situar-se, em termos geográficos, na parte central do município de Salvador, ou seja, no miolo da cidade. Possuindo cerca de 11.500 ha, (Tabela 2) ele está entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho – Avenida Paralela – estendendo-se desde a invasão⁹⁰ de Saramandaia até o limite norte do município. Segundo Ináia Carvalho e Gilberto C. Pereira (2006, p.88), o miolo

⁸⁹ Cf. (ESPINHEIRA. Gey,2004). **Sociabilidade e Violência:** criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador: Ministério Público da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2004.

⁹⁰ Optaremos em utilizar o termo invasão ao de favela, pois a palavra é reconhecida e utilizada pelos moradores das áreas em estudo. Invasão de invadir, ocupação coletiva sem autorização ou permissão prévia.

urbano de Salvador, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária, através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita.

Figura 08 – Mapa de áreas de contexto em Salvador.

A área do miolo é formada por cerca de 41 bairros que ocupam aproximadamente 36% da superfície da cidade, em uma densidade demográfica no intervalo de [15.000 – 25.000 hab/km²], sendo que a parte mais densa corresponde ao do complexo de Cajazeiras⁹¹. A área considerada do miolo urbano – vetor norte – nas últimas décadas teve uma ocupação mista, mas com

predominância de áreas residenciais; nela se localiza o CAB – Centro Administrativo do Estado da Bahia, complexo de órgãos governamentais, assim como inúmeras universidades privadas e algumas concessionárias de automóveis.

O mapa (Figura 8) nos permite uma visualização zoneada de áreas que compõem o tecido urbano de Salvador: a Área do Centro (25km^2), composta por bairros bem atendidos em serviços e equipamentos urbanos, difere das Áreas do Subúrbio Ferroviário ($41,5\text{km}^2$) e do Miolo Urbano (115km^2) que podem ser considerados como territórios de pobreza e violência, onde se manifesta de forma aguda, a precariedade urbana, falta de serviços e equipamentos.

Como consequência de um processo de urbanização, com territórios marcados por diferenças econômicas e raciais, constituído a partir de formas próprias de negociar e ocupar a terra urbana (lote/espço), temos a proliferação de um padrão de urbanização segregacionista, gerando o fenômeno da periferização que aguça a discriminação por classe, na mesma esteira de uma das mais cínicas formas de estruturar intervenções urbanas movidas por uma ideologia de controle e separação a se expressar na forma desigual da apropriação do solo urbano em Salvador, com a criação de áreas de “vocaço para classes de baixa renda”.

Neste contexto, a classificao das pessoas em "classes sociais", o ato de classificar e ser classificado e as formas e padres de ocupao por renda das populaes na cidade moderna evidenciam um processo de segregao que contribui para o estabelecimento da naturalizao de uma cultura de pobreza e despossesses de direitos sociais, que se estabelece como um *ethos* social contemporneo, que nos remete necessidade de uma compreenso do

conceito de pobreza em suas interfaces com a segmentação social. Conforme Dabrowsky⁹², (2003, p.183) “a discriminação está na origem da segregação. Uma é sociológica e a outra é geográfica, afirmação que corrobora as análises de Espinheira, (2003, p.189), “que ao se referenciar o subúrbio Salvador, como lugar sujo, feio, desumano, logo um lugar discriminado, conota-se que também é habitado por pessoas também discriminadas e marcadas como seres socialmente impuros⁹³, doentes e desvalorizados”.

⁹² Cf .Delphine Dabrowski, (2003) a urbanização fragmentada, como um das variáveis físicas da cidade que opõe cada vez mais, ricos e pobres, como se constituíssem dois mundos superpostos. A autora afirmar que o espaço se divide em dois, entre um “circuito superior”, moderno, no qual se predomina a classe média, e em outro “circuito inferior”, exclusivamente reservado para os pobres.

⁹³ A convivência com o feio, com o sujo, com a deterioração ambiental e com a violência gera uma auto desvalorização e conseqüentemente uma baixa solidariedade social.

2º. Capítulo

HABITAÇÃO POPULAR

Conjunto Habitacional Vila Viver Melhor– 2006

PENSANDO A HABITAÇÃO POPULAR NO BRASIL E NA BAHIA

I- Origem da moradia popular no Brasil

É possível afirmar que o problema de moradia para as camadas pobres emerge no final do século XIX a partir de uma série de mudanças sociais no país, entre estas: a abolição da escravidão em 1888 e a incipiente industrialização, estes dois fatores conjugados a um momento político de renovação com a Proclamação da República em 1889, instaurou-se o início de uma inversão na concentração populacional rural/campo – urbana/cidade⁹⁴, que, a partir das décadas de 30 e 40 do séc. XX, ganha força com as migrações que favoreceram o crescimento das cidades brasileiras.

A abolição da escravatura em 1888 e a mudança no modo e nas relações de produção, fez com que centenas de ex-escravos expulsos das fazendas e das *Casas Grandes & Senzalas*⁹⁵, chegassem às cidades, à procura de novas

⁹⁴ Cf. Ermínia Maricato, na Revista Carta Maior (2006). Começamos o século XX com 10% da população vivendo nas cidades e terminamos com este contingente elevado para 80%. Essa mobilização impressionante foi engendrada pela industrialização, que priorizou uma urbanização acelerada. O fenômeno ficou evidente nos governos de Getúlio Vargas, que regulamentaram o trabalho urbano, mas não o rural.

⁹⁵ Sem desconsiderar o lendário retorno dos soldados que lutaram na “Canudos de Euclides da Cunha”, que se aglomeraram precariamente nos morros cariocas, podemos encontrar a sinalização histórica da favela, nos Mocambos do Recife, então descritos por Gilberto Freyre em *Sobrados & Mocambos* (1936)

possibilidades de moradia e sobrevivência; o ex-escravo⁹⁶ destituído de habilidades para as novas atividades urbanas é obrigado ao desempenho dos trabalhos domésticos nos *Sobrados*, que se constituíam como a representação urbana da *Casa Grande*. Com a abolição, as relações de produção foram alteradas, sem, contudo criar mudanças significativas na vida do ex-escravo que continuava sendo explorado e, ainda, tendo que criar estratégias de habitar a cidade, surgindo aglomerados de habitações precárias, a exemplo dos *Mocambos*⁹⁷, representação de moradia na literatura de Gilberto Freyre, destinada aos pobres da cidade recifense, o *Mocambo*⁹⁸ antítese do *Sobrado*, pode ter sua análise ampliada quando percebemos os *Sobrados & Mocambos*, como um sistema de relações que mantém através da desigualdade de renda e de poder. Tal sistema, obedecendo às novas lógicas de apropriação urbana, mostra suas derivações na atualidade das grandes cidades subdesenvolvidas, a partir dos territórios ricos e pobres, a se expressar em bairros abastados e empobrecidos. Mantêm-se um sistema de contradições marcado por uma

continuidade da *Casa-Grande & Senzala* (1933), que em um de seus focos, tratava da caracterização de situações habitacionais destinadas às classes de rendas diferentes.

⁹⁶ Cf. (MARICATO, E. 1997) Grande parte dos escravos libertados, especialmente nas regiões que apresentavam declínio da cultura do café, no Vale do Paraíba, tomaram o rumo das cidades e aí ofereceram sua força de trabalho, agora livre, concorrendo em desigualdade de condições com os brancos pobres e os imigrantes que aqui chegavam. [...] Se na cidade imperial os escravos viviam junto a seus proprietários, a cidade da República separa o trabalho do ócio. Expulsa os negros e brancos pobres, para as periferias, subúrbios, morros e várzeas.

⁹⁷ Em uma de suas análises Gilberto Freyre, em *Sobrados & Mocambos* (1990), afirma que a substituição do trabalhador escravo rural, que morava em senzalas, pela emergência de uma força de trabalho proletária, fez surgir os mocambos, palhoças e casebres, ou seja, temos com a abertura das portas das senzalas, o surgimento das favelas.

⁹⁸ Cf. (GONDIM, 1925:17 *apud* CORREIA, T. 2004:07). Descrevendo o mocambo: Imagine uma grande área pantanosa, coberta de mangues, surgindo aqui e ali pequenas ilhas, umas esparsas, outras contínuas, formadas por escavações feitas em suas adjacências e nelas se elevando pequenas choupanas de taipa cobertas na sua maioria de folhas-de-flandres, palhas de coqueiro, capim, etc. Outras vezes elas são construídas em terreno firme, mas de tal forma aglomeradas que dificilmente se distinguem ruas de vielas ou vice-versa. Essas casas de aspectos miserável, cujo piso é construído de barro socado, têm apenas duas entradas, uma na frente e outra na parte posterior, dando às vezes dificilmente acesso, devido às suas limitadas dimensões, aos seus infelizes ocupantes. Compõem-se geralmente de 3 compartimentos: sala, quarto e cozinha, nas piores condições de higiene, e abrigam na maior promiscuidade famílias compostas de 10 ou mais membros.

relação de proximidade e distanciamento: próximos geograficamente e distantes socioeconomicamente.

Partindo da falência do sistema escravocrata no Brasil e do surgimento da indústria – indicamos a origem das áreas favelizadas, compreendidas como espaços marcados por uma improvisação na forma de apropriação do solo e na própria construção das moradias. Deste modo, o entendimento sobre a origem da favela aqui esboçado guarda relação de proximidade ao surgimento da habitação popular, ambas reproduzidas a partir de uma lógica de apropriação, marcada por múltiplas privações e precariedades. A favela é reduto de uma população empobrecida e destituída do direito a uma habitação digna.

[...] a favela é o abrigo coletivo dos vencidos, e no esforço competitivo pelos bens urbanos as áreas faveladas são também as vencidas em termos de escolas, negócios, lojas de quinquilharias, ruas iluminadas, livrarias, serviços sociais além de tudo o que é *comumente útil*, e sempre com pouca oferta. A favela, então, é uma área onde a população carece de recursos para competir com sucesso, e onde coletivamente há necessidade de controle sobre os canais através dos quais tais recursos são distribuídos ou mantidos. (HARVEY, 1980, p.65)

No surgimento histórico da favela, no final do séc. XIX⁹⁹, temos o Rio de Janeiro¹⁰⁰ na posição dianteira no acúmulo de *déficits* de moradias e de áreas favelizadas, sendo seguido por São Paulo, Recife e Salvador, e no séc. XX, por diversas capitais brasileiras. Na constituição destas áreas favelizadas fatores estruturais como o crescimento populacional, a distribuição desigual de renda e

⁹⁹ Cf. VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela – Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro. 1ª. Edição Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2005. 204p.

¹⁰⁰ Cf. (REIS FILHO, N.G., p.30,1994) a favela surgiu no Rio de Janeiro, em fins do século XIX, com a construção de um conjunto de barracos no chamado Morro da Providência (da Favela), que deu origem ao nome. A seguir espalhou-se por outros morros da cidade. Os barracos eram construídos com restos de materiais, em parte retirados das demolições efetuadas na mesma época, e em muitos casos apenas de madeira, cobertos com zinco. Eram como uma simplificação do modelo de casas populares dos pescadores portugueses, com formas que chegaram a existir no Brasil, em alguns locais, como os morros da cidade de Santos. Mais tarde, as favelas se tornaram comuns em outras cidades, transformando-se em dois tipos básicos, para ocupação de terrenos sem documentação regular.

a questão fundiária se exacerbam com a ação de agentes imobiliários, que induzem uma expansão urbana segregacionista e marcada por um padrão periférico¹⁰¹ que direciona os pobres para áreas longínquas e desprovidas de infra-estrutura.

II - Percurso de um problema – a política habitacional no Brasil

O problema da escassez da moradia popular, destinada à população de baixa renda, é datado do final do século XIX¹⁰², contudo, só a partir de 1930, no período Vargas que as preocupações governamentais sobre o tema ganham foco e o poder público interfere¹⁰³ na geração da habitação econômica, tendo em vista que a produção realizada pelo setor privado se mostrava incapaz e/ou desinteressada para atender a crescente demanda por moradia. Vale ainda acrescentar que o modelo de produção habitacional oferecido pela iniciativa privada, a partir das vilas operárias¹⁰⁴, possuía um cunho ideológico e

¹⁰¹ Cf. 1º. Cap. desta dissertação.

¹⁰² Cf. Sinalizado na introdução deste trabalho no sentido de se buscar a origem da habitação popular no Brasil, a contribuição de Bonduki (1998), trata do surgimento do problema habitacional, partindo do final do século XIX até meados do século XX, intercalando análises sobre o autoritarismo sanitário (higienismo), legislações do período e códigos de posturas, até se chegar à política populista de Vargas e às problematizações das décadas de 40 e 50.

¹⁰³ Cf. Nabil Bonduki (1999) a transformação do problema da habitação numa questão social, é marcado por uma série de fatores, entre estes, a intervenção estatal nos anos 30 e 40; com a construção dos primeiros conjuntos residenciais públicos, edificadas no período do Estado Novo – com o uso de uma arquitetura moderna de grande qualidade; a Lei do Inquilinato (1942) e a crise de habitação do pós-guerra.

¹⁰⁴ Cf. (CORREIA, T. 2004,p.31) A idéia do bem-estar da vida doméstica ligava-se a noção da casa como uma referência espacial fixa da família: seu invólucro, o chamado “santuário doméstico”. Tal noção está associada ao projeto de fixar os indivíduos, através de um ambiente compatível com o desenvolvimento do gosto pelo lar. A acentuação do gosto pela casa – ao lado da incorporação de hábitos de ordem, previdência e economia – foi um elemento fundamental no projeto burguês de moralização do trabalhador. A atração dos trabalhadores pela casa era entendida como algo que desfavorecia os ajuntamentos nas ruas e lugares públicos – com suas implicações políticas – e a concentração em bares e bordéis – com suas implicações morais. A idéia de uma casa que retenha seus moradores vincula-se a uma visão da comunicação excessiva, como algo que conduz à imoralidade sexual e à agitação política.

controlador¹⁰⁵. Além disso, o industrial, ao construir as casas para o operário, no sistema de parcelamento consignado em folha, deixava a infra-estrutura¹⁰⁶ (escola, posto de saúde e transporte etc.), sob a responsabilidade do poder público. O industrial ao construir as vilas operárias, possuía como principal objetivo fixar o operário no emprego e moldá-lo ao trabalho, exercendo sobre o operário um poder de controle.

Após 1930, a expansão industrial¹⁰⁷ resultou em progressivo estímulo¹⁰⁸ a migração rural-urbana, e crescimento das cidades com suas respectivas favelas, sobretudo na região sudeste, aumentando a necessidade por moradia. Como medida do governo Vargas (1930-1945) tivemos o congelamento do aluguel¹⁰⁹ – com regulações de preços e contratos – e a criação de programas habitacionais, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's)¹¹⁰. No período posterior (1945- 1964), o Estado criou a Fundação da Casa Popular¹¹¹ (1946), segundo Bonduki (1998), com a FCP os Institutos de Aposentadoria e Pensões produziram cerca de 124 mil unidades habitacionais, sendo 47,8 mil em conjuntos e 76,2 mil financiamentos para a construção da casa própria.

¹⁰⁵ Cf. (MARICATO, E. 1997, p.34) Muitos industriais investiam em vilas habitacionais para seus operários, dando-lhes segurança de controle da mão-de-obra mais qualificada, uma vez que os trabalhadores ficavam sujeitos às normas estabelecidas pelos patrões quanto ao uso destas moradias [...] que logo se mostrou incapaz para atender a demanda.

¹⁰⁶ Acrescento que o próprio local onde era implantado os complexos indústrias (Teoria Locacional) e consequentemente as habitações dos operários eram desprovidos de infra-estrutura.

¹⁰⁷ Cf. (TASCHNER, 1997) O “estado empreendedor”, após negociação com credores estrangeiros, passa a intervir fortemente na economia, assegurando um ritmo de crescimento do PIB da ordem de 4,6% ao ano e uma expansão industrial de 5,2%, taxas bastante favoráveis num período de recessão mundial.

¹⁰⁸ Este estímulo na verdade era dado pela falta de condição da população rural se manter no campo. Expulsos da zona rural grandes contingentes populacionais se amontoavam de qualquer jeito na cidade de Salvador.

¹⁰⁹ Cf.(BONDUKI, 1998) O Decreto - Lei do Inquilinato de 1942, que congelou os aluguéis até 1964, foi um dos responsáveis pela difusão da prática de auto-construção em loteamentos periféricos, aumentando a área urbanizada das grandes cidades.

¹¹⁰ Cf. (MARICATO, E. 1997, p.36) Nessa época, o governo propõe, praticamente pela primeira vez, uma política social de habitação promovida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que em 27 anos (de 1937 a 1964) iriam financiar a construção de 140 mil moradias, a maior parte das quais destinada ao aluguel. Muita publicidade para uma resposta modesta dos programas públicos de habitação.

¹¹¹ Cf. (TASCHNER, 1997) Em 18 anos de experiência, a FCP produziu, em 143 conjuntos habitacionais, 18.132 unidades. Os números são realmente muito baixos, ainda mais quando comparados aos 124 mil construídos e/ou financiados pelos IAPs, entre 1937 e 1945, ou seja, durante o período FCP, construíram-se 1.047 unidades por ano, enquanto que os IAPs, entre conjuntos e financiamentos, mantiveram média de 15,5 mil anuais.

É importante enfatizar que a “política” habitacional no Brasil sempre esteve subordinada à política urbana, no que se refere aos investimentos imobiliários e industriais. Durante este período conhecido como populista (1945-1964), as intervenções habitacionais eram basicamente com recursos públicos, contudo, ainda neste período temos programas para remoção de favelas, com subsídio de financiamentos externos.

No governo militar (1964-1985) a habitação recebeu maior investimento, justificado pela necessidade de legitimação dos militares perante aos setores populares. Os IAP's foram extintos e se criou o INPS, os militares fundaram o Sistema Financeiro de Habitação (SFH)¹¹², objetivando incrementar o desenvolvimento habitacional no Brasil, e o Banco Nacional de Habitação, instituído pela Lei 4.380/64, que definia os princípios e parâmetros para a viabilização do sistema financeiro. Especializado na área habitacional o BNH¹¹³ conseguiu produzir um surto de crescimento no setor, em benefício principalmente do trabalhador classe média.

Conforme Suzana Taschner (1997, p.40) entre 1964 e 1985, a intervenção governamental atingiu elevado nível de coordenação e sistematização: cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais foram financiadas, ou seja, 24% do aumento de moradias no Brasil foi construído com recursos do BNH. Contudo, só 1,5 milhão (33%) foi destinado aos setores

¹¹² Cf. (MARICATO, E. 1997, p.35) O SFH promoveu uma profunda transformação no espaço urbano brasileiro [...] Durante toda a sua existência o SFH financiou aproximadamente um quarto da produção total das habitações construídas no período, abrangendo aí as moradias produzidas no mercado legal ou ilegal. Mas seus investimentos favoreceram, predominantemente as classes médias emergentes e classes altas, sustentáculos do regime ditatorial. Considerando que os juros do FGTS eram menores que os do mercado.

¹¹³ No ano de 1963, o Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em Petrópolis/RJ, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, um marco histórico sobre a questão urbana brasileira, recomendou mudanças radicais na política habitacional brasileira. Aproveitando as propostas então formuladas, o primeiro governo militar, fundou o Banco Nacional da Habitação – BNH, por meio da Lei Federal no. 4380/64; o Sistema Financeiro da Habitação – SFH e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU.

populares, sendo que os atingidos pelos programas alternativos (entre 1 e 3 salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, o que significa 5,9% do total. O financiamento privilegiado de unidades para camadas de renda média – juntamente com o subsídio indiscriminado, mostram que o SFH¹¹⁴ não conseguiu resolver a crise habitacional brasileira.

Nos anos 80, o BNH abriu falência¹¹⁵, foi fechado em 1986 tendo suas atividades incorporadas pela CEF – Caixa Econômica Federal, deste então, o país ficou sem uma “política” nacional de habitação, se é que podemos considerar as intervenções do BNH, como verdadeiras políticas. A crise econômica de 1980 e a extinção do BNH, deixou um imenso contingente de trabalhadores da construção civil desempregados, aumentando o contingente de favelados¹¹⁶. A população de baixa renda e desempregada, face a inexistência de programas habitacionais populares, direcionava-se massivamente às áreas favelizadas¹¹⁷ e periféricas das grandes cidades¹¹⁸, porque eram nestas áreas

¹¹⁴ Cf. (GORDILHO, 2000, p.47) Ainda que ressaltem os resultados quantitativos, muitas críticas foram feitas em relação à qualidade e aos custos exacerbados das intervenções do [BNH/SFH]. Por outro lado, acreditava-se que o mercado e as políticas públicas, com o desenvolvimento industrial, responderiam às demandas que se colocavam, o que, no entanto, não se configurou plenamente, devido principalmente ao fato de que o Sistema Financeiro de Habitação foi montado para sobreviver com níveis de renda compatíveis aos custos de produção, o que se tornou inviável com os índices de acirramento da pobreza registrados no Brasil. [...] Dessa forma, na configuração urbana, esse tipo de produção habitacional teve um papel marcante na expansão da área construída das grandes cidades. Traduziu-se basicamente em dois padrões: um, para as rendas mais altas, através de edificações de unidades habitacionais maiores e mais individualizadas, localizadas próxima à área central da cidade; o outro, para as famílias de renda mais baixa, com limite máximo de 12 Salário Mínimo.

¹¹⁵ Cf. (AZEVEDO & ANDRADE, 1982) Os altos subsídios impostos pela inflação e a inadimplência crescente foram alguns dos fatores que contribuíram para a extinção do BNH em 1986, seguida pelo retraimento do sistema de financiamento público.

¹¹⁶ Cf. (MARQUES, E; TORRES, Haroldo; SARAIVA, C; 2003) A Prefeitura de São Paulo realizou um Censo de Favelas em 1987, que demonstrou, que na década de 80, a população total residente em favelas teria atingido aproximadamente 19% da população do município. Informando, ainda que na década posterior (1987-1993), a população favelizada teria crescido à espantosa taxa de 15,2% ao ano.

¹¹⁷ Cf. (KOWARICK, L.1988), a favela em seus indicadores de precarização e espoliação das condições de vida nos grandes centros urbanos se agrava nos anos 80, devido a uma combinação de aumento do desemprego a um forte crescimento da violência.

¹¹⁸ Cf. (TASCHNER, 1997, p. 20) In 1980, urban population totaled more than 80 million people, concentrated mainly in the large cities. In the States of São Paulo and Rio de Janeiro, the metropolitan population reaches, respectively, 50% and 80% of the total state population. In 1970, the 9 official metropolitan regions account for 25% of the Brazilian population; in 1980, the percentage increases to 29%. Between 1970 and 1980, the population growth in the metropolitan regions. Urban living conditions and, mainly the metropolitan ones, presented ever increasing problems. The growing impoverishment of

onde se encontrava terrenos com preços mais acessíveis às camadas pobres, fazendo que esta tipologia de ocupação se consolidasse¹¹⁹.

Em Salvador, na década de 80, temos uma maior concentração da população pobre em áreas longínquas e precarizadas como as do Subúrbio Ferroviário e a do “miolo urbano”¹²⁰. Como marco das intervenções habitacionais do período BNH em Salvador, referenciamos a construção do Complexo Habitacional de Cajazeira¹²¹. Assim como Salvador, neste período, outras capitais brasileiras tiveram suas favelas acrescidas de contingentes populacionais despossuídos de condições para adquirir a casa própria, e que faziam da favela uma alternativa de habitar a cidade.

Diante deste quadro de crescimento desordenado da cidade, e aumento do *déficit* de moradia, entre (1985-1989), no governo de José Sarney, os projetos habitacionais ligaram-se essencialmente a SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária que, influenciada tacitamente por iniciativas internacionais, criou Programas Nacionais de Mutirões para construção de moradia. Neste momento é importante frisar que já no final dos anos 80 e primeiros anos da década de 90, do séc. XX, tornou se crescente e notória a presença de diretrizes de organismos financiadores internacionais nas intervenções urbanas¹²² e no financiamento de programas habitacionais¹²³, a exemplo do BIRD – Banco

the population and the cost of infrastructure services made for precarious living conditions. This circumstance is evidenced by the increase of favelas in the main Brazilian cities. In the São Paulo municipality, for instance, the percentage of squatters which was 1% in 1973 rises to 5% in 1980.

¹¹⁹ Cf. 1º. Cap desta dissertação.

¹²⁰ Cf. (FERNANDES, R. B. 2000) Nas décadas de 80 e 90 o “Miolo Urbano” cresceu com taxas superiores às de Salvador, constituindo-se num grande eixo de expansão da cidade. A densificação prossegue, tornando necessárias ações estratégicas que contemplem as necessidades da expressiva comunidade local e que se preocupem também com a qualidade de vida na região e em toda a cidade.

¹²¹ Cf. (SCHEINOWITZ, A. S. 1998) O Complexo de Cajazeiras foi projetada para receber um contingente de aproximadamente 100.000 habitantes, possui hoje mais de 400 mil habitantes, ocupando uma área de 20 milhões de metros quadrados.

¹²² Cf. ARANTES, Pedro F. O Ajuste Urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação de Mestrado. FAU/USP, São Paulo, 2004.

¹²³ O Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera, em Salvador, um dos conjuntos analisados nesta dissertação, foi construído com financiamentos do BID.

Mundial e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, dotados de um grande poder¹²⁴ de influência e decisão nas parcerias travadas com instituições nacionais. Ao defenderem programas de mutirões para auto-construção, cooperativas e programas correlatos de desenvolvimento social que pressupõem a efetiva participação popular, estas instituições internacionais¹²⁵ tentam fazer uso de uma prática que em grande medida se contextualiza em nossa realidade, atuando, porém, em um esquema de mera apropriação e expropriação de força de trabalho¹²⁶.

Durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990/92), que se seguiu ao de Sarney, houve pouca inovação em seus dois anos e meio de mandato, lançou o PAIH – Plano de Ação Imediata para Habitação, que se propunha a financiar a habitação para famílias com até cinco salários mínimos. Neste período, assistiu-se a um movimento de queda da produção, acompanhado de redução do grau de proteção do parque produtivo nacional.

Com a posse do presidente Itamar Franco (1992) houve uma política de descentralização de recursos que incentivou a criação de “Fundos” e “Conselhos” estaduais e municipais. Formularam-se duas propostas (Habitar –

¹²⁴ Cf. Chico de Oliveira, *mimeo* arguição de dissertação de mestrado (ARANTES, Pedro F.2004). O BNDES tem orçamento maior que o BID, e em relação ao Brasil, nem se fala, e, entretanto ele não tem, nem de longe, a importância que BIRD e BID detém na política econômica brasileira. Pior então para a Caixa Econômica Federal, que atua nos segmentos de saneamento e habitação: quem ouve o presidente da Caixa para tomar medidas de natureza macroeconômica?

¹²⁵ Quando não diretamente os Bancos Internacionais intervêm nas parcerias, se representam a partir de fundações como a AVSI – Associação Voluntária para o Serviço Internacional – trata-se de uma entidade dedicada à cooperação técnica e econômica entre os países, que é abastecida com recursos de diversas procedências, sendo quase metade oriundos de projetos privados. Conforme relatórios Segundo informações disponíveis no site da CONDER (www.conder.gov.br) acessado em 05.12.2006. A AVIS está investindo de três a quatro milhões de dólares por ano no Brasil. Quarenta e cinco por cento dos recursos provêm do setor privado (pessoas físicas e firmas) e o restante recebemos do público (de governos europeus, da União Européia, da Onu, dos bancos de desenvolvimento, além da cooperação descentralizada). Tal instituição atuou no projeto de Ribeira Azul, construindo conjuntos habitacionais no Subúrbio Ferroviário de Salvador, toda a série de moradias produzidas no Programa Nova Alagados, a exemplo do Conjunto Nova Primavera, contou com o apoio desta fundação. Contando com a participação direta do Governo da Bahia, com recursos do Governo Federal e do Banco Mundial.

¹²⁶ Cf. Francisco de Oliveira em *A Crítica da Razão Dualista* (1972).

Brasil¹²⁷ e Morar Municípios), que pretendiam inicialmente investir na produção em larga escala. No governo Itamar Franco a descentralização passou a ser utilizado com um instrumento de estímulo nas investidas governamentais, tendo em vista que estas medidas estão presentes nas regulamentações do FMI – Fundo Monetário Internacional, se mostrando imprescindíveis para a manutenção das parcerias com bancos internacionais. Deste modo, sorrateiramente, mas com objetivos claros de manipulação política e econômica, as orientações dadas pelo FMI, se integram à plataforma do governo Itamar, e passam a ser aplicadas de forma a atender os princípios do Fundo Monetário.

O governo de Fernando Henrique Cardoso¹²⁸ (1995) desenhou a implantação de um novo sistema financeiro, montando novos esquemas de captação de recursos, dando prioridade para a concessão de créditos diretamente à população, contudo as exigências burocráticas de comprovações de renda para obtenção de crédito colocaram limites nesta medida, direcionando-a a um número restrito de famílias. O Programa Carta de Crédito¹²⁹ (PCC), foi o destaque nos governos de mandatos FHC (1995 - 2002). O Programa, mais uma vez repercutiu a lógica do mercado imobiliário; excluir a maior parte da população brasileira de ter acesso à moradia, pois foi confeccionado para um público que tinha até 12 salários mínimos, onde o

¹²⁷ O Programa Habitar Brasil/BID tem como objetivo a execução de projetos integrados de urbanização de áreas degradadas (favelas), ou de risco, localizadas em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou capitais, onde vivem, predominantemente, famílias com renda mensal de até três salários mínimos.

¹²⁸ Em 2001, na segunda gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado o Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001.

¹²⁹ Cf. (ARRETCHE, 2002, p. 37) A gestão seletiva das linhas de financiamento não foi um resultado não-intencional, derivado da exigência de adimplência com o governo federal para obtenção de recursos do FGTS, isto é, o desfinanciamento das empresas públicas não foi resultado apenas das taxas de inadimplência das prestadoras pública. A meta de prioridade de aplicação de recursos no Programa Carta de Crédito em detrimento do Programa Pró-Moradia foi objeto de uma Resolução do Conselho Curador do FGTS (nº. 246) já em 1996. Em outras palavras, o desfinanciamento das empresas públicas fez parte de uma estratégia cujo objetivo central era introduzir mecanismos de mercado na gestão das políticas de desenvolvimento urbano.

recurso poderia ser adquirido para reformas, construção e compras de habitação.

Durante o governo FHC o acúmulo do *déficit* habitacional brasileiro tornou-se mais explícito, segundo a Fundação João Pinheiro, o *déficit* por novas moradias durante a segunda metade da déc. de 90 era da ordem de 4,6 milhões (entre moradias urbanas e rurais). Introduziram-se na contagem o número (dimensão quantitativa do *déficit*) de domicílios improvisados: em baixo de pontes, árvores e carros abandonados, assim como os números de moradias construídas com material inadequado (dimensão qualitativa do *déficit*); e, finalmente, os domicílios com co-habitação excessiva. Acrescenta-se a esses, 4,6 milhões de novas moradias, cerca de 5,3 milhões de casas que necessitavam de melhorias qualitativas na infra-estrutura¹³⁰.

Segundo Maricato (2000), a “política” habitacional no Brasil, até então, como um segmento da construção civil, teve por suposto básico contribuir para a dinamização da economia, com programas habitacionais descontextualizados e constituídos a revelia das reais necessidades da população de baixa renda (0 - 3 salário mínimo). Parece não ter sido objetivo da política habitacional ampliar os espaços da cidadania e garantir o pleno direito à habitabilidade, tal situação teria sido responsável pela reorientação da política para os setores melhor aquinhoados da sociedade aumentando assim o *déficit* habitacional para as camadas de menor renda.

Se existe “déficit habitacional” é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado de produção de moradias. São duas as razões de um lado, uma distribuição profundamente desigual da renda gerada na economia e, de outro, as condições que regem a produção

¹³⁰ Cf. (TASCHNER, 1997) *Housing policy in Brazil: Retrospective and Perspectives*,. In: Congresso Habitação do século XXI – Virginia/USA, Junho de 1997.

capitalista de moradias no Brasil, que impõem um elevado preço ao direito de habitar na cidade. (RIBEIRO & PECHMAN, 1983, p. 09)

Entre 1998 a 2003¹³¹, nosso *déficit* habitacional aprofundou-se, atingiu cerca de 7 milhões de famílias, sendo 93% delas com renda mensal inferior a cinco salários mínimos. Segundo os relatórios elaborados pelos técnicos do Ministério da Cidade – criado no governo Lula – durante o governo FHC, conforme Ermínia Maricato, em entrevista a Revista Carta Maior (2006) houve uma expansão considerável no *déficit* habitacional junto à população de menor renda. Na gestão FHC, a política habitacional ignorava a população que ganhava de (0 a 7 salários mínimos), sendo que a maior parte dos recursos eram aplicados em faixas de renda acima destas. Situação reproduzida historicamente e que marca uma continuidade nas práticas de intervenção da política habitacional.

Durante o governo Lula (2002-2006), com o Ministério das Cidades¹³², foram implementadas políticas voltadas à elaboração de planos diretores, como determina o Estatuto da Cidade; estas políticas deveriam priorizar a regularização fundiária e o atendimento das necessidades básicas da população que vive em assentamentos precários, visando a inclusão sócio-espacial e a integração dos assentamentos ao tecido urbano da cidade. Entre os projetos do Ministério das Cidades, destinados à habitação popular, se destaca o programa

¹³¹ Cf. Relatórios do Ministério das Cidades. No período de 1998 a 2003, caiu o número de unidades imobiliárias contratadas por meio de financiamentos da Caixa Econômica Federal ou das demais instituições financeiras participantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Da mesma forma, reduziu-se a taxa de investimento do país. Se, em 1998, os gastos com Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na construção civil representavam 70,1% do total de FBCF da economia, em 2003 tal participação cai para 62,6%.

¹³² Cf. Relatórios do Ministério das Cidades (2006), com a criação deste, foi possível articular as reivindicações históricas dos movimentos sociais com aquelas do setor da construção, definir prioridades e, finalmente, dotar o país de uma efetiva Política Nacional de Habitação. Por sua vez, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a aprovação da Resolução 460 pelo Conselho Curador do FGTS favoreceram o direcionamento dos recursos ao atendimento da população de menor renda.

Habitação de Interesse Social¹³³, previsto para beneficiar famílias que recebem até 3 salários mínimos ao mês, envolvendo desde a implantação de serviços de saneamento, até a construção de conjuntos habitacionais para famílias que vivem em áreas de risco.

Na gestão passada, e na atual gestão do governo Lula, ainda não houve uma grande ação pública em torno da moradia¹³⁴. Na gestão petista se destaca a criação do Ministério das Cidades, o Programa Habitar Brasil – BID e o Programa de Subsídio à Habitação PSH. Vale ainda acrescentar que a criação do Ministério das Cidades gerou e ainda gera um grande número de mobilizações em todo o país, propostas e discussões sobre os temas ligados a habitação foram difundidos, todavia a ação prática do governo federal não se constituiu com uma política que diminuísse o déficit nacional de habitação popular.

Em linhas gerais, todas as políticas e programas destinados à produção habitacional desde o Estado Novo, passando pelo Governo Militar, pela “Nova República” até os dias atuais, não conseguiram saciar a necessidade por moradia da população brasileira. As últimas publicações de pesquisas da Fundação João Pinheiro¹³⁵ 2004 (FJP) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), PROJETO BRA/00/019 – Projeto de Apoio à Implementação do Programa HABITAR-BRASIL/BID, detectaram no país um *déficit*¹³⁶ habitacional quantitativo básico de 5.890.285, é maior do que a

¹³³ Cf. Relatórios deste mesmo Ministério na execução deste programa se utilizou apenas 21,5% do orçamento, dos R\$ 660 milhões autorizados, gastou-se R\$ 141,9 milhões.

¹³⁴ Cf. IBGE O déficit habitacional brasileiro é crescente: em 2004 tínhamos 6,9 milhões de pessoas precisando de moradia e em 2006 já tínhamos mais de 7,9 milhões.

¹³⁵ Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informação. *Déficit Habitacional no Brasil Municípios selecionados e microrregiões geográficas*. Belo Horizonte, 2004.

¹³⁶ É importante atentar as divergências de informações que podem existir nos dados referentes a exatidão do número de nosso *déficit* habitacional, os mencionados neste trabalho foram oriundos dos cálculos da Fundação João Pinheiro, que parecem ser mais confiáveis, até mesmo pela tradição da fundação neste tipo de estatística.

população de grandes capitais brasileiras, como Salvador, Belo Horizonte e Recife.

III – Os preceitos da Arquitetura Moderna na constituição do *habitat* econômico no Brasil.

A concepção de *habitat* moderno que chega ao Brasil esteve estreitamente associada ao debate em torno da questão da moradia no século XIX e às propostas e diretrizes então formuladas nos CIAM's – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna¹³⁷. Tal *habitat* se constituiu através de um modelo de moradia que se estrutura a partir de uma nova relação entre a moradia e o urbano. Neste contexto, a unidade habitacional surgiu articulada a redes de infra-estrutura (saneamento, abastecimento de água, esgotos, sistema viário, etc.), a equipamentos de uso coletivo (escolas, creches, etc.) e a lugares específicos de trabalhos (indústrias, comércios, repartições, etc.), que permitiam uma redefinição da forma e do uso da moradia e sua relação com a cidade¹³⁸.

Foram referências na produção de *habitat* moderno no Brasil, as iniciativas dos IAPs¹³⁹ – Institutos de Aposentadorias e Pensões, que

¹³⁷ Influências do taylorismo se mostravam presentes na concepção da moradia formulada por arquitetos ligados ao CIAM, em uma perspectiva de transpor a racionalidade do mundo fabril taylorizado para a produção de moradias.

¹³⁸ Nas décadas de 30 e 40, a arquitetura e o urbanismo seguem o modelo determinado pela Carta de Atenas, divulgado no IV CIAM, onde foi estabelecido o novo modelo do urbanismo moderno. O tema deste IV congresso, realizado em 1933, foi a cidade funcional, voltada a era maquinista e industrial, que introduziu a temática do planejamento na análise urbanística através da Carta de Atenas, afirmando as quatro categorias funcionais: habitação, trabalho, recreação e circulação, com enfoque idealista e de caráter universal. Na carta, foram expostos sistematicamente à lógica do funcionalismo: separação da habitação em bairros residenciais, a planta, o programa, as necessidades de uso, de luz, de ventilação e outros.

¹³⁹ Cf. (GONÇALVES, 2001) Os projetos dos IAPs não tem a riqueza de composição arquitetônica dos seus congêneres europeus, mas dialogam com eles. Merecendo ser observados com maior cuidado, pois sua qualidade supera quase tudo o que se produziu em termos de conjuntos habitacionais no Brasil durante o período do BNH.

começaram a ser construídos nos anos 30, constituindo-se a partir de projetos¹⁴⁰ que adotavam as variáveis de economia, prática e técnica, então defendidas pelos promotores da arquitetura moderna¹⁴¹. Entre os anos 30 e 50, durante o período de crescimento e afirmação da indústria¹⁴² brasileira, a construção de conjuntos habitacionais e seus equipamentos foi entendida como necessidade básica para conter o *déficit* de moradias que crescia progressivamente¹⁴³. Neste contexto, temos a construção em série de moradias populares e o início da concepção do *habitat* moderno seguindo as racionalidades¹⁴⁴ exigidas pela Arquitetura Moderna, no que se refere à produção em grande escala, economia e rapidez na construção dos conjuntos habitacionais.

A produção realizada pelos IAP'S, obedecia aos princípios de economia, racionalidade, com incorporação de equipamentos coletivos e standardização dos edifícios com o uso do concreto armado, diretrizes da Arquitetura Moderna que foi depreciada em densidade, uso e qualidade no transcorrer dos anos. No início da produção de habitação econômica/popular no país, percebeu-se em

¹⁴⁰ Cf.(BONDUKI, p.136, 1998).Em 1938, no aniversário do Estado Novo, foram lançados os Institutos de Previdência e seus conjuntos, neste momento fica patente que os partidos arquitetônicos e as características da intervenção estatal no setor não resultaram de decisões pessoais ou técnicas, tomadas apenas por tecnocratas dos IAPS ou do Ministério do Trabalho, e sim de uma reflexão amadurecida, ou pelo menos debatida, no próprio núcleo de poder do Estado Novo.

¹⁴¹ Cf. (ARGAN, p.195, 1993) As primeiras tentativas de arquitetura moderna no Brasil, são uma consequência do movimento chamado Semana de Arte Moderna de 1922, exercendo uma importante função ideológica, contudo a arquitetura moderna brasileira teve seu maior desenvolvimento, durante o Estado Novo, à sombra dos institutos de aposentadoria.

¹⁴² Cf.(KOPP, 1990). Com a industrialização e o surto maquinista, surge então, um cliente novo, um cliente coletivo: os trabalhadores urbanos, porém sem capacidade de pagar por sua moradia. Como consequência disto, o principal campo de atuação das intervenções passa a ser a habitação e seus anexos, bem como os problemas urbanísticos dos quais a habitação constitui o principal.

¹⁴³ Cf. (LE CORBUSIER, p. 93, 2004). “[...] O problema que assume um caráter de urgência, em todos os países, é o da construção de casas necessárias ao alojamento das multidões que o fenômeno maquinista concentrou nas grandes cidades. A descrição é inútil. Os fatos aí estão. Colocou-se o problema da quantidade. Além do mais, impõem-se uma rigorosa economia e sabemos o motivo”.

¹⁴⁴ A racionalidade empregada na concepção Arquitetura Moderna refere-se à melhor conexão possível das partes em relação aos parâmetros de economia, política e produção. Em concomitância com a racionalidade, temos método, função, empenho, vanguarda e arte, atribuindo-lhes princípios presentes no movimento moderno. Este movimento determina um novo sistema de formas consideradas universalmente válidas, desvinculadas do passado, e sempre em busca de uma constante superação da forma e dos problemas urbanos, então manifestos.

algumas edificações relativa¹⁴⁵ qualidade construtiva, que foi substituída pelas produções do BNH – Banco Nacional de Habitação (1964).

[...] na massiva produção implementada pelo BNH a partir de 1964, onde se manifestava a busca cega e inútil pela redução de custos, sem levar em conta as outras perspectivas propostas pela arquitetura moderna. [...] Introduziu-se no repertório da habitação social brasileira, um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado em projetos de péssima qualidade, monótonos, repetitivos, desvinculados do contexto urbano e do meio físico e, principalmente, desarticulados de um projeto social. (BONDUKI, p. 136, 1998).

A partir de 1964, percebemos que pouca¹⁴⁶ construção habitacional de qualidade foi realizada, sendo que as referências bem sucedidas no uso da Arquitetura Moderna se encontravam em períodos anteriores a 1964, como por exemplo, a construção do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho)¹⁴⁷, em Benfica, no Rio de Janeiro, um projeto do arquiteto Affonso Eduardo Reidy¹⁴⁸, que recebeu premiação na 1ª. Bienal da Arquitetura. Além do Pedregulho¹⁴⁹ temos também o Conjunto da Gávea (fotos) e outros projetados em São Paulo, como o conjunto residencial da Mooca do arquiteto Paulo Antunes e o conjunto residencial Várzea do Carmo, projeto do arquiteto Atílio

¹⁴⁵ Além da produção realizada pelos IAPs, a partir de uma relativa integração entre os conjuntos habitacionais produzidos com redes de infra-estrutura, observou-se uma grande produção privada de habitação para a classe média alta, projetadas por arquitetos como Oscar Niemeyer, A. Reidy, K. de Melo, Abelardo de Souza e etc.

¹⁴⁶ Algumas exceções pontuais, a exemplo das construções de Zezinho Magalhães em São Paulo.

¹⁴⁷ Cf. (PEDROSA, M. p.56) in: XAVIER, A. (2003) A unidade construída pela municipalidade do Rio se localiza em um bairros antigos e pobres. O terreno apresenta um desnível de cinquenta metros. A forma sinuosa do bloco principal responde às condições topográficas existentes. Mas Pedregulho é ainda obra isolada, em torno dela estão favelas, barracos, a efervescência da miséria e um urbanismo caótico.

¹⁴⁸ Cf. (CORREIA, T, 2004, p.69) [...] No Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, alguns arquitetos e engenheiros como Affonso Reidy, Carmem Portinho, Henrique Mindlin contribuíram, através de escritos e de realizações, para difundir concepções de racionalização da habitação moderna.

¹⁴⁹ Cf. (BONDUKI *apud* CALVANCANTI, p.139,1998) Em Pedregulho, aparece a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade. Para Reidy, Pedregulho dispunha de serviços, como a escola, o centro e o símbolo de sua proposta de ação reeducadora do habitat.

Correa Lima. Construções consideradas de referência em qualidade do uso da arquitetura moderna, ainda que criticadas sob prisma da dimensão autocrática¹⁵⁰.

Fotos Conjunto Habitacional da Gávea – RJ

Fotos do Conjunto Gávea - RJ
Fonte: BONDUKI, 1998

Mesmo com imposições autocráticas em relação à população, percebemos que alguns preceitos (racionalidade, economia, rapidez) da Arquitetura Moderna¹⁵¹ se fizeram presentes na produção da habitação econômica/popular no país, os conjuntos de Pedregulho¹⁵² e da Gávea são referências bem sucedidas, pelo fato de apresentarem uma relativa integração com infra-estruturas e serviços, estando inseridos em áreas de contextos urbanos já consolidadas, o que facilitou uma maior relação entre a casa/unidade habitacional e a cidade.

¹⁵⁰ Sobre a autocracia, ver Florestan Fernandes em *Revolução e Contradição*.

¹⁵¹ Cf. RIZEK, Cibele Saliba. Resenha do livro *Origens da Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, 1998. (Publicada na Revista Novos Estudos CEBRAP).

¹⁵² (ARGAN, p. 172, in XAVIER, Alberto [org.], 2003). Mesmo assim, é importante lembrar que, como para ficar apenas num exemplo, o conjunto idealizado para o Rio de Janeiro reflete bem este processo imposto de cima para baixo, vez mais largos a tipologia idealizada por uma elite.

Conjunto Residencial Pedregulho, um bloco serpenteante; blocos laminares e os equipamentos coletivos. O edifício mais alto no fundo não foi construído. Fonte: BONDUKI, 1998

As construções em série de habitação popular nos anos 60, período militar, podem indicar o início da depreciação do uso dos princípios da Arquitetura Moderna. Tal afirmação pode ser percebida quando analisamos a baixa qualidade construtiva e infra-estrutural das construções subsidiadas pelo BNH, assim como a falta da participação popular nos projetos. As críticas dos anos 60 manifestavam-se em termos estéticos, em conforto ambiental, nos aspectos econômicos/funcionais, bem como na utilização de valores que ignoravam as condições específicas do contexto onde se inseriam os conjuntos e seus moradores. Situação que pode levar a questionamentos: a Arquitetura Moderna e seus princípios se tornaram obsoletos na segunda metade do século XX, ou o seu uso político - ideológico¹⁵³ fez com que ela perdesse seu *status* discursivo de promotora do Bem Estar Social ?

Talvez referências ao contexto europeu¹⁵⁴ e norte americano, concernentes à depreciação da habitação econômica moderna, nos levem a entender o processo de perda de qualidade nestes tipos de construções no

¹⁵³ Cf. (CHAUI, 1981) A ideologia – é aquela versão da realidade social dada pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, pois tende a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais são produzidas.

¹⁵⁴ Cf. (KOPP, p.90, 1987) Com o término da 2ª Guerra, a partir do período da reconstrução imediata até meados dos anos 50, [...] a Arquitetura culmina com a realização na França do que se denominou de Grandes Conjuntos Habitacionais. Isto é, arquitetura reproduzida em grande escala, muito sistemática, extremamente monótona, promovendo a industrialização, e a pré fabricação [...] Na França particularmente, e infelizmente com efeito caricatural, a responsabilidade é política. É responsabilidade da política habitacional, econômica-financeira, se foram construídas três mil unidades num canto inacessível, onde as pessoas não podem se deslocar para o trabalho. A culpa não pode ser atribuída aos arquitetos, como Corbusier, Gropius ou Guinzburg. Ela recai sobre quem decidiu que se construíssem lá onde os terrenos eram mais baratos, onde o especulador é proprietário.

Brasil. As descrições dos conjuntos habitacionais franceses feitas por Anatole Kopp (1987), são similares às descrições dos conjuntos habitacionais brasileiros produzidos pelo BNH, construídos em áreas longínquas e desprovidos de qualidade arquitetônica, configurando-se como “pesados” caixotes em tons acinzentados pelo envelhecimento precoce: *seria realmente possível chamar essas construções de arquitetura? Ou são simulações de uma arquitetura que existe apenas na projeção e no discurso técnico e ideológico?*

Foto Viviendas Pruitt-Igoe

Fonte- JENCKS, 1984

Nos Estados Unidos, as inadequações no uso da Arquitetura Moderna, são explicitadas por Jane Jacobs, no livro: *The death and life of great American Cities*, em 1961, assim como por Charles Jencks (1994), ao manifestar a Morte da Arquitetura Moderna, a partir de uma crítica ao projeto do Conjunto Pruitt-

Igoe, em St. Louis Missouri¹⁵⁵, construído de acordo com os ideais progressistas dos CIAM.

Nesta perspectiva, Charles Jencks afirma que:

[...] podemos situar com precisión temporal la muerte de la Arquitectura Moderna. Al contrario que las personas, cuya disfunción legal depende de una compleja atribución de competencias entre impulsos cerebrales y pulsaciones cardíacas, la Arquitectura Moderna se extinguió de golpe y con una sonora explosión. [...] La Arquitectura Moderna murió em St. Louis Missouri, el 15 de julio de 1972 a las 3.32 de la tarde (más o menos), cuando a vários bloques del infame proyecto Pruitt-Igoe se les dio el tiro de gracia com dinamita. Previamente habían sido objeto de vandalismo, mutilación y defecación por parte de sus habitantes negros y aunque se reinvertieron millones de dólares para intentar mantenerlos con vida (reparando ascensores, ventanas y repintando) se puso fin a su miséria. [...] Pruitt-Igoe se construyó de acuerdo con los ideales más progresistas del CIAM (Congreso Internacional de Arquitectos Modernos) y fue premiado por el Instituto Norteamericano de Arquitectos cuando se diseñó en 1951.”[...] (JENCKS, p. 09/10, 1984)

No Brasil alguns conjuntos habitacionais de tipologia econômica, construídos com o uso da Arquitetura Moderna também apresentaram e continuam a apresentar problemas¹⁵⁶ equivalentes aos do conjunto de Saint Louis Missouri. A exemplo dos conjuntos financiados pelo BNH/SFH, produzidos em grande escala e de forma estandarizada, desprovidos de espaços públicos e equipamentos de sociabilidade e que cedo demonstravam toda a má qualidade de sua construção, através de uma rápida deterioração da estrutura física.

¹⁵⁵ Cf. (JENCKS, p. 09/10, 1984) MINORU YAMASAKI. Viviendas Pruitt-Igoe. St. Louis, 1952 – 1955. Varios bloques laminares de este proyecto fueron dinamitados en 1972 después de haber sido continuo objeto de vandalismo. El porcentaje de crimen era mayor que en otras urbanizaciones, y Oscar Newman atribuyó esto, en su libro *Defensible Space*, a los largos y anónimos pasillos y ala falta de espacios semiprivados controlados. Otro factor es que se diseñó en un lenguaje purista que no concordaba con los códigos arquitectónicos de los habitantes.

¹⁵⁶ Como exemplo de uma construção realizada no pós-período BNH (1964-1986), que apresenta problema na sua qualidade arquitetônica referenciamos o Conjunto Habitacional Nova Primavera, inaugurado em 2002, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, como veremos detalhadamente no 3º cap., deste estudo.

Como uma expressão do uso depreciado da arquitetura moderna podemos referenciar em Salvador, o grande Complexo Habitacional de Cajazeiras – com 13 conjuntos habitacionais, abrangendo cerca de 18.523 casas e apartamentos – projetado em 1979/80, financiado pelo BNH/SFH, na área do “miolo urbano” da cidade, para receber um contingente de aproximadamente 100.000 hab. O Complexo Habitacional de Cajazeiras se configurou como uma estratégia do Governo do Estado junto ao BNH/SFH para resolver a problemática habitacional da cidade. Possui hoje mais de 400 mil habitantes, sendo considerado um emblema de uma proposta habitacional deficiente tanto em concepção social como física¹⁵⁷.

Fotos do Complexo Habitacional de Cajazeiras

Fonte: <http://www.cajazeirasba.hpg.ig.com.br>
Consultado em 15 de janeiro de 2007
Fotógrafo: não identificado

¹⁵⁷ Cf. O site produzido por estudantes de geografia da UCSAL (<http://www.cajazeirasba.hpg.ig.com.br>) o Complexo de Cajazeiras tornou-se um bairro inchado e carente de apoio nos setores básicos de saúde, educação e transporte. Cajazeira não conta até hoje com uma agência bancária e sequer um cemitério. O bairro possui comércio próprio, hospital, posto de saúde, escolas de nível fundamental e médio, e delegacia de polícia. Porém, a estrutura projetada tornou-se insuficiente para atender a atual demanda populacional, que cresceu numa proporção inimaginável.

O conjunto de Cajazeiras atualmente exhibe as conseqüências da concepção ideológica do projeto habitacional e do tipo de arquitetura que lhe foi imposta – uma arquitetura depreciada, “uma não arquitetura” – que se manifesta em prédios deteriorados e envelhecidos, um dos reflexos da má qualidade de seu projeto, que se explicita também através das inúmeras rachaduras, infiltrações, problemas elétricos e hidráulicos etc, um problema infra-estrutural, que se agrava com a falta de renda dos mutuários para fazer a manutenção das unidades habitacionais. Um outro aspecto que pode ser somado ao da deficiência infra-estrutural e arquitetônica, é que estes conjuntos habitacionais se configuravam/configuram como espaços de transitoriedade, como demonstram os estudos de Licia do Prado Valladares (1978), tratando do conjunto Cidade de Deus no Rio de Janeiro; a transitoriedade, referida neste caso poderia se justificar tanto pela hipótese de falta de adaptação com o novo ambiente (social e físico) como também pela falta de condições econômicas para a manutenção do imóvel, entrando em cena o jogo dos valores de uso e troca¹⁵⁸.

[...] após algum tempo de permanência em conjuntos habitacionais, grande parte dos favelados removidos os abandonavam. Voltavam à favela, colocando em questão a “solução habitacional” que o governo lhes havia oferecido [...] a imagem do conjunto habitacional que transmitem é a de um espaço alternativo à favela, segregado na malha urbana, onde as condições de vida são precárias. (VALLADARES, p.49, 1978).

O exemplo do Complexo Habitacional de Cajazeiras em Salvador, evidencia que a depreciação da habitação econômica se manifestou com expressividade na segunda metade do século XX, especificamente no período das produções do BNH/SFH. Depreciação causada pelo uso parcial e “arbitrário”

¹⁵⁸ Cf. Veremos no 3º Cap. deste estudo.

dos preceitos da Arquitetura Moderna, tendo como rebatimento uma rápida precarização das edificações e o descontentamento de seus moradores com o projeto executado.

As inadequações no uso da Arquitetura Moderna na produção dos conjuntos habitacionais não se limitavam/limitam à falta de qualidade, mas estavam também na forma como estas construções chegavam aos seus mutuários, constituindo-se em um tipo de intervenção urbana destinada ao “povo”, mas feita sem propósito de atendimento dos reais direitos de habitabilidade, no que se refere à localização, tipologia, tamanho etc., ou seja, uma intervenção autocrática¹⁵⁹ realizada de cima para baixo e sem preocupações com as expectativas de seus moradores.

Talvez no caso brasileiro o autocratismo nas intervenções habitacionais, assim como, a precarização na qualidade dos conjuntos, tenha como fatores geradores a sequiosa associação entre agentes imobiliários privados, práticas do Estado¹⁶⁰ brasileiro, uso ideológico da arquitetura moderna e mercado de habitação, juntos na mesma investida de obter maior lucro com o barateamento das produções em série, rebaixando demasiadamente a qualidade das construções habitacionais, precarizando ainda mais os conjuntos habitacionais e vulnerabilizando socialmente os seus moradores.

A inexistência de programas sociais contínuos e contextualizados, junto às intervenções para moradia popular, ainda predomina. Os herméticos projetos

¹⁵⁹ Cf. [AGENCIA BRASIL DE FATO, 03-02-2006 [\[http://www.brasildefato.com.br\]](http://www.brasildefato.com.br) acessada em 19.01.2007. A maior crítica dos movimentos ligados ao setor de habitação é a falta de participação popular nas decisões do governo. “Tudo fica centralizado na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), não se sabe quais são os critérios, o porquê se decide implantar um programa neste e não naquele município, o número de famílias a serem atendidas”. Segundo o deputado estadual Simão Pedro (PT), “É uma política clientelista com fins eleitorais, pois o governo faz acordos com deputados e prefeitos das regiões das obras para que as inaugurações gerem dividendos políticos no futuro”. A situação referenciada está presente em todo o país, a CONDER em Salvador, equivalente ao CDHU, possui as mesmas práticas autocráticas de intervenção, como veremos no 3º. cap. deste estudo, nos casos dos Conjuntos Vilar Viver Melhor, Nova Primavera e Vale das Dunas. O que nos leva a afirmar que este tipo de autocratismo, continua presente na execução dos projetos de habitação no Brasil.

¹⁶⁰ O autocratismo, ainda presente nas intervenções urbanas sempre se mostrou presentes nos projetos governamentais, contudo ele parece sofisticar-se com o Estado neo-liberal.

habitacionais, exibindo uma dissimulada¹⁶¹ Arquitetura Moderna, não fomentam as possibilidades de inserção social de seus moradores. O poder estatal através das grandes construtoras, em suas tentativas autocráticas de construir habitação econômica para as camadas populares, utiliza parcialmente os preceitos originais da Arquitetura Moderna. Os complexos habitacionais das grandes cidades servem como ilustração de um espaço habitacional precário, que compromete a vida de seus moradores e o próprio sentido da produção arquitetônica, no que remete à importância inicialmente dada a habitação econômica e a função do habitar.

IV – A habitação popular em Salvador-BA

Nas primeiras décadas da segunda metade do séc. XX, em uma dinâmica de crescimento urbano acelerado, com o desenvolvimento da indústria petroquímica, surgem as primeiras tentativas¹⁶² de amenizar o *déficit*¹⁶³ de moradias em Salvador. Neste período observamos a construção de conjuntos habitacionais em série, os primeiros foram o Conjunto Tiradentes, 1960, localizado no Caminho de Areia (Cidade Baixa); Conjunto São Judas

¹⁶¹ No que concerne ao uso de seus preceitos de acordo as diretrizes de funcionalidade e integração entre moradia e cidade, assim como à qualidade que esta arquitetura apresentou no início de seu uso no Brasil.

¹⁶² Antes deste período, anos 60 e 70, tivemos a construção de alguns conjuntos habitacionais, a partir dos Institutos de Previdência IAPI, contudo o número destas construções foram insuficientes para atender a uma pequena parcela de pensionistas, mesmo tendo sido uma experiência satisfatória, sua produção não causou impacto na diminuição do déficit de habitação popular.

¹⁶³ O expressivo *déficit* de moradia na capital foi induzido por diversos fatores, entre estes: as migrações nos anos 60,70 e 80 movidas pela “febre industrial”; o desemprego da população; crise financeira; os altos custos de terra urbana; assim como a falta de direcionamento dos programas públicos de habitação, somando-se a ausência de regulamentação fundiária etc. No processo de sua urbanização Salvador foi sendo ocupada a deriva de um planejamento, o que repercutiu em um denso processo de favelização que começa a ganhar notoriedade na déc. de 40 do séc. XX, período de início oficial do acúmulo de *déficits* de moradias na capital baiana.

Tadeu, 1970 , no bairro do Cabula; Complexo habitacional de Cajazeiras¹⁶⁴, 1970/80; Complexo habitacional Fazenda Grande I e II, localizados na área do “miolo urbano”; Conjunto São Rafael, 1980, localizado na Avenida Paralela¹⁶⁵ etc; construídos com o apoio do BNH – Banco Nacional de Habitação. No período pós-BNH, a partir da segunda metade dos anos 80, foram construídos o Conjunto Loteamento Vale das Dunas (1990), na área do “miolo urbano”; Conjunto Viver Melhor/ Ogunjá, 1992, nas proximidades da Avenida Vasco da Gama; Conjunto Araças I e II, 1995, e o Conjunto Nova Primavera¹⁶⁶, 2002, estes últimos localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Os conjuntos referenciados estão alocados em áreas diferentes do tecido urbano, com pequenas diferenças quanto a tecnologia construtiva, mas dotados de uma mesma arquitetura depreciada, tanto na dimensão do *design*, como na qualidade física.

A trajetória da produção de moradia popular em Salvador, na forma de conjuntos habitacionais produzidos em série é simultânea à produção nacional, que, a partir dos anos 60, começou a se orientar com a instalação do SFH – Sistema Financeiro de Habitação¹⁶⁷. Com a indicação, nos anos 70, de novas áreas de expansão para o tecido urbano de Salvador, o crescimento foi vetorizado para a zona norte da cidade. Neste período houve um aumento na

¹⁶⁴ Cf. Informações no site (<http://www.cajazeira.hpg.ig.com.br>) acessado em (5/01/2007), a área formado por nove conjuntos habitacionais dentro da Grande Cajazeiras (complexo habitacional popular), quatro Fazendas Grande e a Boca da Mata, é considerado a maior da América Latina. Os bairros que integram diretamente à área de influência do território de Cajazeiras, são: Águas Claras, Castelo Branco, Pau da Lima, áreas localizadas na região na região do “miolo urbano” de Salvador.

¹⁶⁵ Área norte da cidade de Salvador, considerada vetor de expansão urbana, com crescente especulação imobiliária, nos terrenos adjacentes.

¹⁶⁶ Este Conjunto Habitacional, foi inaugurado como 2ª. Etapa do Projeto Novos Alagados, realizada pelo Governo do Estado da Bahia; Banco Mundial; AVSI – Associação Voluntários para os Serviços Internacionais. Como já exposto foi neste conjunto que realizei parte de meus estudos da Iniciação Científica (Pibic/CNPq - 2003).

¹⁶⁷ Cf. Gordilho (2002, p.170) a partir dos anos 60 a produção habitacional em Salvador foi incentivada através dos financiamentos promovidos pelo BNH/SFH, visando promover a construção e a aquisição da moradia, sobretudo para as classes de menor renda.

produção de habitação pelo BNH/SFH, que se localizou na área norte/nordeste da cidade, onde foram construídos grandes conjuntos habitacionais¹⁶⁸, principalmente nas circunscrições do “miolo urbano”. Nos anos 80, Salvador continuou o processo de crescimento demográfico, seguido pela expansão periférica das fronteiras urbanas e por pressões na demanda por moradias.

[...] até final dos anos setenta, o sistema BNH/SFH deu ênfase à produção de novas unidades em conjuntos habitacionais de casas e apartamentos na periferia. Os limites da demanda solvável logo impuseram outros projetos, envolvendo a auto construção, tais como lotes urbanizados, unidades-embrião, além da tentativa de uso de tecnologias alternativas para construção, que evidentemente não lograram sucesso do seu intento, diante da estreita possibilidade de retorno de investimento. Por outro lado, a persistência das favelas e parcelamentos informais fez expandir o financiamento público para outros tipos de atuação, que passaram a considerar a favela como solução. Nesse sentido, na década de 1980, incrementaram-se os financiamentos do BNH/SFH para intervenções em áreas ocupadas, tais como infra-estruturação, enfim, medidas para urbanização e melhoria de áreas ocupadas informalmente. (GORDILHO, 2000, p.46)

Os principais agentes que atuaram no percurso da constituição da habitação popular em Salvador, junto ao BNH/SFH, tiveram o Estado como base de sustentação e gerenciamento, através da criação de diversos órgãos e agentes institucionais, entre estes, a URBIS¹⁶⁹ – Habitação e Urbanização da Bahia S. A – criada em 1965, que se destacou como o principal agente do Estado apresentando, ao longo da sua atuação, oscilações na produção de moradias, conforme as injunções governamentais. Atuou preferencialmente na construção de casas dentro da tipologia embrião. Durante quase uma década (1987 a 1998), a URBIS não construiu nenhuma unidade habitacional, em

¹⁶⁸ A exemplo do Complexo de Cajazeiras e dos Conjuntos Fazenda Grande I e II

¹⁶⁹ Cf. (GORDILHO, 2002, p.170) Pela URBIS, na RMS – Região Metropolitana de Salvador, foram produzidos em torno de 45 mil unidades habitacionais, até meados dos anos oitenta.

função da crise financeira interna, pois ficou inadimplente com o Governo Federal. Contudo, passou a assumir parcialmente o papel de executora da política estadual de implantação de equipamentos públicos no Estado. Durante o período de atividades da URBIS, surgiu a AMESA – Administração e Melhoramentos de Salvador – em 1974, com a finalidade única de atuar no aglomerado de palafitas de Alagados¹⁷⁰ e com o objetivo principal de urbanizar a área; criou uma base física destinada, especificamente, a essa intervenção, posteriormente, foi transformada em Habitação e Melhoramentos da Bahia S.A. - HAMESA (1982), tendo seu âmbito de ação expandido para todo o Estado.

A partir do lançamento pelo Governo Federal, através da Secretaria de Política Urbana/Caixa Econômica Federal (SEPURB/CEF), do programa Pró-Moradia, em 1995, e do programa Habitar – Brasil, em 1996, a URBIS, que se credenciava como promotora dessas linhas de atuação, volta a trabalhar na questão habitacional, em 1997, não mais na perspectiva de construir conjuntos habitacionais, mas de operar na urbanização de áreas carentes de infraestrutura, serviços e equipamentos, iniciando os estudos para a implantação do projeto Viver Melhor¹⁷¹, designação adotada pelo governo estadual para esse novo tipo de intervenção na questão habitacional. A URBIS durou de 1965 até 1998, quando foi promulgada a sua liquidação.

Outros órgãos, com a finalidade de facilitar o acesso à moradia, também atuaram no setor, como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, INOCOOP – instituição privada de interesse público, fundado em 1969, tendo

¹⁷⁰ Cf. (SOARES, Antonio; ESPINHEIRA, Gey, 2004) Alagados se constituiu com um aglomerado de palafitas, nos anos 40 do século XX, chegou a possuir próximo de cem mil habitantes nos anos 70, mesmo com intervenções urbanas no local, a precarização habitacional continua na mesma versão de palafitas sobre o mangue, conhecida como Novos Alagados.

¹⁷¹ Um dos três conjuntos habitacionais, pesquisados neste estudo, faz parte deste programa de atuação, conforme veremos no 3º próximo capítulo deste estudo.

sua produção desativada em 1994, atuando durante 25 anos. Tivemos também a atuação do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Estado da Bahia - IAPSEB (1967 - 1969) tendo curta atuação na área habitacional, trabalhando exclusivamente, na construção de apartamentos destinados a funcionários públicos.

Em 1998, incorporando as atividades da URBIS, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, inicialmente vinculada à Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia SEPLANTEC, posterior SEDUR, órgão estadual executor de intervenções urbanas. No quadro de agentes e órgãos institucionais a atuação da PMS – Prefeitura Municipal de Salvador, nos últimos anos, foi direcionada à produção e urbanização de lotes, com relativa intervenção na área da ação social: legalizando posse de terra e informando a população quanto aos programas de financiamento. Em 2001, também a PMS criou a Secretaria de Habitação (SEHAB)¹⁷², com objetivo de trabalhar na constituição de um plano de habitação para Salvador, identificando três linhas de atuação: regularização fundiária; construção e ofertas de novas habitações; e na urbanização de áreas sub-normais. Somando-se a estes órgãos, recentemente, tivemos a criação, através da lei 7.988, de 21.12.2001, da Secretaria de Combate à Pobreza e a Desigualdades Sociais (SECOMP), integrando-se como mais uma instituição na luta contra o problema da precariedade habitacional em Salvador.

V – A Ineficácia dos Programas de Produção de Moradia em Salvador.

¹⁷² Informações no histórico do site da Secretária de Habitação de Salvador (www.sehab.salvador.br.gov.br). Acessado em 20.01.2007.

Salvador se apresenta no cenário nacional como a maior capital do país fora do eixo Rio - São Paulo; tem uma população estimada de 2.672.360 hab., seguida por um *déficit* habitacional de 144.767 e com 67.443 moradias em áreas de favela (IBGE, 2005). A falta de efetividade de programas habitacionais destinados às camadas de renda familiar entre (1 a 5 SM), comprometeram e continuam a comprometer o setor habitacional brasileiro. Em Salvador, estima-se que 96,7% do *déficit*¹⁷³ habitacional acumulado está concentrado na população de renda de até cinco salários mínimos¹⁷⁴, situação que se agrava quando percebemos os elevados índices de desemprego da população pobre de Salvador¹⁷⁵ que, desprovida de condição financeira para ter o acesso à moradia, é obrigada a optar pela auto-construção, geralmente construindo em loteamentos clandestinos ou irregulares, em áreas sujeitas a fortes restrições quanto ao uso e à ocupação do solo, portanto, ilegais, do ponto de vista jurídico.

Conforme Villagra e Oliveira (2006) qualquer programa que venha a ser desenvolvido em Salvador, que não considere a grande demanda das famílias que ganham até 1 SM e as sem rendimento, estará ignorando 51,3% do *déficit* habitacional. Se for incorporada à demanda dos que ganham até 2 SM, o estrato atingirá 73,4% do total e, até três, atinge-se o percentual de 88,6%. Deste modo, os programas devem ser pensados focalizando uma população empobrecida e com grande número de desempregados, com chefes de famílias que não desempenham atividades remuneradas¹⁷⁶ e, em alguns casos

¹⁷³ Cf. (GORDILHO, A., 2000, p. 43) A urbanização acelerada, verificada nas primeiras décadas deste século XX, logo suscitou a discussão do déficit habitacional, entendido como defasagem entre crescimento populacional e oferta de moradias.

¹⁷⁴ Cf. Informações disponibilizadas pelo IMICNEGÓCIOS. Governo da Bahia tenta combater o desemprego.2003. Disponível em: < <http://www2.conteudoeconomico.com.br>>. (acesso em 23/01/07)

¹⁷⁵ Cf. 1º. Cap. deste estudo.

¹⁷⁶ Cf. Dados da Pesquisa realizada para este estudo, disponibilizadas no 3º.cap. demonstraram que o índice de chefes de família que estão sem atividades remuneradas nos Conjuntos Habitacionais Vila Viver Melhor, Loteamento Vale das Dunas e Jardim Nova Primavera é o mesmo nos três conjuntos, sendo de [35%] para todos, seguida pela prática de *biscatagem* (serviços temporários sem registro, dentre estes

sobrevivem precariamente através dos programas de Bolsa Família do Governo Federal, que não alteram substancialmente as condições de vida destas pessoas.

A falta de um amplo redimensionamento do limite de renda para que as camadas populares (1 - 5 SM) tivessem acesso à moradia é histórico e continua a pressionar o atual contexto da “política” habitacional brasileira, constituindo-se como um dos entraves de difícil solução para equacionar o nosso *déficit* habitacional. Desde o período da produção dos IAPS, passando pelo BNH/SFH, a prioridade dos programas realizados foi para funcionários públicos e para famílias com rendas acima de 12SM¹⁷⁷.

Durante o período de vigência do BNH (1964/86), a produção correspondeu a um total de 4,5 milhões de unidades, o que representa em torno de 25% do parque imobiliário brasileiro produzido para o período. Desse total, somente 1,5 milhão de unidade (33,3%) destinaram-se às camadas populares da população, tendo sido produzidas apenas 250 mil unidades em programas alternativos, ou seja para renda de (1-3 SM). (AZEVEDO & ANDRADE, 1982, p. 74).

A partir de 1995/1996, o Governo Federal, através da CEF – Caixa Econômica Federal, voltou a atuar no mercado habitacional financiando diversos programas, entre estes o Habitar-Brasil e o Pró-Moradia, destinados à população de baixa renda, a Carta de Crédito Associativo/FGTS e o PAR – Programa de Arrendamento de Residências, para os estratos médio e médio-baixo, e o programa de demanda caracterizada da CEF (PRODECAR), que atua

se destacam serviços na construção civil – marceneiro, pedreiro, eletricista, pintor, encanador etc.), que possui a oscilação média em torno de [25% ↔ 35%].

¹⁷⁷ Cf. (GORDILHO, A., 2000, p. 45) Os interesses da indústria de construção e do setor financeiro desempenharam papel fundamental na formação da política habitacional. A produção para as classes de renda mais alta foi intermediada pelos bancos privados, que financiavam diretamente as empresas incorporadas e, finda a construção, repassavam os financiamentos de longo prazo para os mutuários finais. Em relação às famílias de renda mais baixa, o sistema funcionava através de empresas públicas, as COHABs locais, responsáveis, basicamente, pela produção de habitações para as faixas entre 3 SM até 5 SM, e os INOCOOPs, para as faixas de até (12 salário mínimo), nestes casos, construindo-se através de empreiteiras.

nas faixas superiores de renda. A CEF concentrou-se no financiamento direto ao comprador, através de diversas linhas de crédito imobiliário, eliminando assim os intermediários que encareciam o custo final dos empreendimentos, mas, por sua vez, também não conseguiu atuar junto às famílias com renda entre 0 e 5 salários mínimos, a não ser através do programa Viver Melhor¹⁷⁸.

Em Salvador, e em todo o Estado da Bahia, diversos programas institucionais, foram criados com a finalidade de atender às demandas habitacionais das famílias com faixa de renda variável entre 0 e 5 SM. Entre os principais programas para atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda no Estado da Bahia, se destacam: o Morar Melhor, destinado a um público de (0 – 5 SM) e que tem como fonte de recursos o Orçamento Geral da União; Pró-Moradia¹⁷⁹, destinado a um público de (0 – 5 SM), tem como fonte de recurso o FGTS; Habitar Brasil/BID, destinado a um público de (0 – 5 SM); tem fonte de recurso compartilhada: Governo Federal (40%) e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (60%); PRO-INFRA, programa de infra-estrutura, destinado a um público de (0 – 5 SM), tem como fonte de recurso o Orçamento da União; PAR – Programa de Arrendamento Residencial, destinado a um público de (0 – 5 SM), tem como fonte de recursos os fundos orçamentários do próprio PAR; PHSP – Programa Habitacional para o Servidor Público, tendo como fonte de recursos os fundos orçamentários do próprio PHSP; PRCH –Programa de Restauração do Centro Histórico, tendo

¹⁷⁸ Programa habitacional gerenciada pela CONDER, subsidiado por recursos do Estado da Bahia em associação com instituições financeiras internacionais – BID e BIRD.

¹⁷⁹ O programa Pró Moradia no Estado da Bahia é implementado por meio da concessão de financiamentos com recursos do FGTS. A responsabilidade da execução dos empreendimentos é da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER. O programa atende às comunidades com obras e serviços nas áreas de habitação, urbanização, infra-estrutura de equipamentos comunitários. No momento, o Pró-Moradia está promovendo obras em Salvador (Saboeiro, Roberto Santos III, Vila Nova de Pituaçu, Vila Valéria, Bate Faixo e Vida Nova-Caji), Itamaraju, Gandú, Porto Seguro, Cabralia (Coroa Vermelha e margem do rio Iaiá), Santo Estevão, Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Barreiras, Santa Maria da Vitória e Barreiras.

fonte de recurso compartilhada: Governo Federal e Estadual, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID¹⁸⁰, e o PAR, PAC – Programa Aprendendo a Construir, tendo como fonte de recurso financiadora o Governo do Estado; PSM – Programa de Subsídio à Habitação, tendo como fonte de recurso o Governo do Estado.

Muitos programas habitacionais foram criados no Estado, contudo, seus alcances ainda foram tímidos para conter o grande *déficit* habitacional, sobretudo de Salvador, que apresenta um dos maiores *déficits* quantitativo (número de moradias) e qualitativo (infra-estrutura e serviços) do país. Para Angela Gordilho (2000, p. 94), então Secretária de Habitação de Salvador, o nosso problema não é quantitativo mas qualitativo – a questão não é mais em “substituir” as unidades habitacionais e sim “melhorar” e “incluí-las” no tecido urbano. Contudo, se compararmos a evolução do *déficit* habitacional em Salvador nos últimos dez anos, contrariaremos parcialmente a afirmação de Gordilho (2000, p.94), pois constataremos que a dimensão quantitativa do problema ainda é expressiva: com base nos dados do IBGE (1995) os números para o *déficit* quantitativo (novas moradias) era de 108.165, e segundo o mesmo Instituto de Pesquisa em (2005) nosso *déficit* habitacional aumentou para 144.767, evidenciando um acréscimo na ordem de mais de 30 mil unidades habitacionais.

O comprometimento social e técnico dos atuais projetos de habitação são marcados pela lentidão e a falta de estratégias do poder público para promover:

¹⁸⁰ Desde os anos 90 do século XX, percebemos a presença de instituições internacionais através de bancos subsidiadores – BIRD e BID, intervindo em projetos habitacionais, como agentes financiadores de programas para moradia, fazendo valer a vontade de suas diretrizes na execução do projeto. Os parceiros nacionais, receiosos em perder o financiamento realizam o jogo destas instituições, dissimulando gestões democráticas e participações populares na perspectiva de satisfazer as regras do financiador internacional.

a indução da ocupação em áreas mais favoráveis, através da legislação e de investimentos na infra-estrutura; a oferta habitacional subsidiada para famílias de renda (1 –3 SM) ; a repressão à ocupação de áreas de risco; a recuperação, para uso habitacional, de prédios antigos em condições precárias. Mesmo com as declarações de intenções e das diversas tentativas de baratear os custos da moradia, o sistema de habitação, praticamente não conseguiu atender ao público alvo, nem no caso da URBIS, cujos custos finais não permitiram preço de venda ao mutuário com renda entre 5 e 7 SM, e muito menos no INOCOOP, que terminou produzindo imóveis com preços finais somente para famílias dos estratos médios com renda superior a 10 SM¹⁸¹.

A ineficácia dos programas destinados às camadas de renda baixa fez aumentar o *déficit* de moradia em Salvador e induziu o surgimento de novos atores sociais, que se expressam na articulação de movimentos, como o MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador, que surgiu em 2003, possuindo como bandeira reivindicativa a luta pela moradia digna, cujos integrantes são biscoiteiros, desempregados, sub-empregados, mães solteiras, retirantes, enfim, indivíduos com renda média de um salário mínimo ou sem renda¹⁸².

O MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador – surgiu justamente dessa necessidade: moradia como direito social. Com grande capacidade de mobilização, o MSTs tem se destacado no cenário social e político da capital baiana por colocar em pauta a questão da moradia como problema crucial da sociedade, como questão perene, e não apenas como mote para discurso de autoridades governamentais ou candidatos. Com 300 famílias em junho de

¹⁸¹ Ver: VILLAGRA, R. M. T. A; OLIVEIRA, A. M. da S.. Elementos limitantes da oferta de habitação de interesse social na cidade do Salvador-Ba. Revista *Sitientibus*, Feira de Santana, n.35, p.29-56, jul./dez. 2006

¹⁸² Cf. Os Estudos da Pesquisa de Mestrado (2005) de Luiz C. dos Santos. In: Vizinhos do Incoformismo – o movimento dos sem-tetos de Salvador. Junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA.

2003, quando começou, o movimento conta hoje com mais de 20 mil famílias cadastradas, ocupando dezenas de prédios públicos e privados espalhados pela cidade. (Fonte: *Jornal A Tarde* (20/08/2003), Salvador-Ba.)

As contradições urbanas de Salvador, se explicitando através de um acúmulo de precariedades, potencializam o conflito entre classes e se expressam através da constituição de movimentos como o MSTs, que tem como objetivo principal a luta pela moradia. O aumento progressivo de pessoas que participam do movimento é reflexo da falta de possibilidades de acesso à casa própria (em 2003 o movimento possuía 300 famílias, atualmente possui 20 mil). Tal situação se agrava com as inúmeras mudanças no sistema de financiamento da habitação – no jogo de criação e extinção de programas de moradias e freqüentes oscilações quanto às participações das diferentes esferas de governo – assim como a insatisfação histórica dos mutuários com as unidades habitacionais, seguida pela transitoriedade da população nos conjuntos pela falta de condições econômicas de manterem a moradia, optando a subordinar o valor de uso pelo de troca¹⁸³. Situação que continua a existir nos novos conjuntos habitacionais, demonstrando o grau de incapacidade das tentativas do Poder Público no sentido de prover habitação compatível com o nível de renda (0 - 3 salário mínimo) da população.

¹⁸³ Ver 3º. Cap. deste estudo, onde demonstramos dados de pesquisa que constata a ambivalência do valor de uso e troca, em três conjuntos habitacionais em Salvador.

3º. Capítulo

TRÊS SITUAÇÕES

Conjuntos Habitacionais: Loteamento Vale das Dunas, Vila Viver Melhor. Jardim Nova Primavera

TRÊS CONJUNTOS, TRÊS SITUAÇÕES DE UM MESMO PROCESSO – VIVER MELHOR, VALE DAS DUNAS E NOVA PRIMAVERA.

I- Conformação do tecido urbano de Salvador: áreas de contexto e habitação popular.

O tecido urbano de Salvador não se desenvolveu de forma espontânea, ou à deriva dos interesses ideológicos e econômicos de grupos dominantes, contudo, dizer que a cidade não cresceu espontaneamente, não é concordar que ela evoluiu de forma planejada. A partir da década de 1940, o crescimento urbano de Salvador começou a ser induzido por um profícuo desenvolvimento na indústria (petrolífera e siderúrgica), que fez surgir uma dinâmica de crescimento urbano atrelada a déficits habitacionais e a um rápido processo de expansão e adensamento de áreas favelizadas¹⁸⁴ que se iniciaram por volta de 1945. Estas áreas adensaram-se como parte integrante do fenômeno urbano soteropolitano.

A partir da década de 40, como indica a primeira parte deste estudo, iniciaram-se as concepções modernas de planejamento, inicialmente com o EPUCS e depois com o Plano Cia e com o Plandur; a partir do plano para a cidade, observa-se o direcionamento do crescimento urbano da capital baiana. Salvador se adensava e os planos em suas tentativas de execução não se propuseram a disciplinar a expansão da cidade. Em concomitância a este crescimento urbano surgia uma grande necessidade de moradia para a camada popular. Como alternativa para amenizá-las nasceram os conjuntos habitacionais e os primeiros são das décadas de 60 e 70 do século XX.

¹⁸⁴ A Invasão do Corta-Braço, mais tarde batizada como bairro de Pero Vaz, foi a primeira a ganhar vulto em Salvador, o que aconteceu em 1946. Com a chegada contínua dos moradores das áreas rurais, novas ocupações não tardaram a surgir. A segunda ganhou o manguezal à margem da Península de Itapagipe e com suas palafitas foi batizada de Alagados. Tantas outras se instalaram nos anos seguintes, algumas foram debeladas ainda nos instantes iniciais, outras firmaram resistência e acabaram por se transformar em bairros.

Ressalta-se que a história dos conjuntos habitacionais em Salvador é contemporânea à história dos conjuntos habitacionais no Brasil, com aproximadamente 60 anos de existência.

Com a criação do BNH – Banco Nacional de Habitação, e do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, em 1966, há uma clara formalização da necessidade de institucionalização do planejamento, e dentro deste, do problema da habitação. Neste período, as intervenções governamentais atingiram um relativo nível de coordenação e sistematização, principalmente no que se refere à habitação de interesse social. No processo de institucionalização do planejamento urbano, promovido pelo SERFHAU, a questão habitacional se consolidava como a principal necessidade da população pobre; e Salvador enfrentava uma série de dificuldades na articulação de mercado e políticas públicas destinada à habitação popular.

[...] Na consolidação do mercado imobiliário dos anos 60 até os anos 80, destaca-se, sobretudo, a produção habitacional através dos financiamentos promovidos pelo BNH/SFH (Lei nº.4.380), visando promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda, que foram responsáveis por uma ampla produção do parque imobiliário e da infra estrutura urbana; apenas pela URBIS, na RMS – Região Metropolitana de Salvador, foram produzidos em torno de 45 mil unidades habitacionais, até meados dos anos oitenta”. (GORDILHO, 2002, p. 170).

Para Maria Brandão (1997), “a habitação popular sempre foi vista como uma parte isolada dos demais segmentos da oferta habitacional. Desta forma, nenhuma política¹⁸⁵ destinada a grupos de baixa renda conseguiu ‘segurar’ seus

¹⁸⁵ Conforme Ângela Gordilho (2000) ainda que significativas às políticas públicas de produção habitacional não foram efetivas para suprir os elevados índices de demanda social.

benefícios”. Mesmo com a manifesta falta de articulação de interesses e até mesmo de políticas sérias que resolvessem a questão habitacional em Salvador, a construção de conjuntos habitacionais, a partir dos anos 50/60 do século XX, ganhou visibilidade, assim como espaços específicos no tecido urbano. A área de predominância para a formação destes conjuntos foi, desde então, a área do miolo urbano de Salvador. Contudo, outras áreas em escala menor também foram utilizadas.

Tabela 4 – Formas de ocupação na configuração urbana

Município de Salvador - FORMAS DE OCUPAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO URBANA

Classificação*	Áreas (Km2)	Áreas (ha)	% Município	% Habitação
Ocupação antiga (até a década de 1920)	9,61	961	3,43	8,45
Vilas habitacionais	0,36	36	0,13	0,32
Loteamentos privados	47,52	4.752	16,96	41,8
Ocupação coletiva por invasão	16,33	1.633	5,83	14,36
Conjuntos habitacionais	12,37	1,237	4,42	10,88
Loteamentos públicos	2,87	287	1,02	2,52
Outros tipos de parcelamento informal	20,51	2,051	7,32	18,04
Insuficiência de dados	4,13	413	1,47	3,63
Área ocupada c/ predominância de habitação	113,7	11,37	40,58	100
Grandes equipamentos	20,25	2,025	7,53	11,11
Área total ocupada	133,95	13,395	47,81	11,11
Áreas verdes e/ ou livre, elementos hídricos e vias	146,19	14,619	52,19	11,11
Área continental do município	280,14	28,014	100	11,11
Área insular do município	32,86	3,286	11,11	11,11
Área total do município**	313	31,3	11,11	11,11

Fonte: Gordilho-Souza, Angela. *Limites do Habitar. Tese de Doutorado, FAUSP, 1999.*

*Classificação estabelecida conforme metodologia de pesquisa, tendo como base o mapeamento *Formas de Habitar*.

Ocupação Habitacional na Cidade do Salvador, 1940/1991, FAUFBA/CNPq, 1991/97

** Dado oficial do IBGE- Censo, 1991, Bahia, Governo do Estado, SEI/CONDER, 1994b, p. 185

Conforme tabela de formas de ocupação na configuração urbana de Salvador, os conjuntos habitacionais correspondem a 10,88% das formas de habitação, ocupando uma área no tecido urbano de 12 km². Tendo Salvador uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes (Censo 2000), em que a maioria enfrenta a má distribuição de renda¹⁸⁶, o conjunto habitacional

¹⁸⁶ Cf. (GORDILHO-SOUZA, 2000) [...] Salvador tem uma distribuição de renda que reflete um grave quadro de pobreza. Segundo o IBGE, em 1990, 40,1% da população da RMS não tinha rendimento ou vivia de benefícios. Quase a terça parte dos habitantes ganhava até 2 salários mínimos. Ao se agregar a estes a faixa dos que ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, e considerando parte da população sem rendimento (segundo os percentuais relativos das duas faixas de renda acima), o índice de pobreza aproximava-se de 75%. Além disso, cerca de 52% dos trabalhadores encontram-se no mercado informal de trabalho.

passaria a ser entendido como uma alternativa de inserção social, mas esta inserção mostrou-se incompleta, como se verá adiante.

Na conformação do espaço urbano de Salvador, a questão da moradia popular esteve presente como um problema que visava encontrar sua “solução” a partir do direcionamento de contingentes populacionais para áreas periféricas e suburbanas: miolo urbano e subúrbio ferroviário de Salvador. A “solução” que não foi solução, fez expandir uma ocupação marcada por um “padrão periférico de urbanização”. Segundo Carvalho & Pinho (1996) o “padrão periférico” seguindo a lógica do capital, atrelou-se aos interesses imobiliários e provocou a expansão do tecido urbano com a promoção de valorizações de terras intersticiais – situadas entre a malha urbana contínua e esses novos assentamentos. Este tipo de periferização padronizada, obediente a uma lógica que associa interesses privados e públicos, sempre privilegiando o primeiro em detrimento do segundo, não é uma peculiaridade de Salvador e se faz presente em outras cidades brasileiras como Rio de Janeiro¹⁸⁷ e São Paulo¹⁸⁸.

Como exemplo desta lógica do padrão periférico em Salvador, pode-se tomar como referência o jogo de especulação¹⁸⁹ imobiliária que aconteceu na área do miolo urbano de Salvador, a partir da abertura da Avenida Paralela (anos de 1970), em um esquema de valorização via “terrenos de engorda” de imensas áreas privadas – onde hoje se instalam condomínios de alto padrão como o Alphaville. Neste quadro empurrou-se a população de baixa renda para

¹⁸⁷ Cf. RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase, 1997.

¹⁸⁸ Cf. MARICATTO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

¹⁸⁹ SHCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/EGBA, 1998.

áreas longínquas e periféricas como é o caso do complexo habitacional de Cajazeiras¹⁹⁰.

Compreendendo as duas lógicas dentro de um esquema maior da expansão capitalista e da necessidade de moradia, Carvalho & Pinho (1996) afirmam que o Estado¹⁹¹ reforçou o “padrão periférico” e a segregação social no espaço de Salvador; a lógica do capital determinou que a provisão da necessidade de moradia popular em Salvador se daria através do desenvolvimento de grandes periferias. Assim uma perversa equação se consolidou: cidade informal, ilegal, feia, triste e estigmatizada, território de pobres para pobres & cidade formal, legal, bonita, feliz, território abastado para os ricos, fazendo da relação “aos pobres a pobreza e aos ricos a riqueza”, uma forma dominante e determinada de conformação urbana, em um jogo que o Estado minimiza sua intervenção – serviços públicos e infra-estrutura – nas áreas urbanas pobres e maximiza nas áreas ricas.

O “padrão periférico” de urbanização impulsionou a constituição de territórios da pobreza em Salvador, tanto na área periférica do miolo urbano como na do subúrbio ferroviário. São constituições oriundas das lógicas instauradas por este tipo de urbanização que, em sua execução, não indicaram apenas a localização geográfica destas áreas, mas também as formas de apropriação e de estruturação destes espaços. Este “padrão periférico” exerceu influência na paisagem urbana, nos espaços intra-urbanos e na constituição continua da cidade e de seu tecido urbano¹⁹², fazendo crescer as “ilhas de

¹⁹⁰ Ver CAJAZEIRAS – O crescimento desordenado de um bairro desordenado. (<http://www.cajazeira.hpg.ig.com.br>). Os bairros que integram diretamente à área de influência do território de Cajazeiras, são: Águas Claras, Castelo Branco, Pau da Lima e Fazenda Grande de Cajazeiras.

¹⁹¹ Cf. Veremos no IV capítulo deste estudo.

¹⁹² Cf. (LEFEBVRE, Henri. 1991. 34) em seu conceito de tecido urbano: “[...] é uma espécie de redes de malhas desiguais, um ecossistema não equilibrado, dentro dele existem ilhas de miséria e opressão [...] assim a cidade e o urbano não podem ser compreendido sem as instituições oriundas das relações de

miséria e opressão”. Desta forma, a periferização em Salvador se constituiu no processo de estruturação territorial, sendo socialmente produzida e ao mesmo tempo reagindo sobre o social. Para Flávio Villaça (1998) “a estruturação do espaço intra-urbano é feita pelo jogo da especulação imobiliária e da classe dominante”, afirmação que converge com as formulações do “padrão periférico” no seu jogo institucionalizado de territorialização da pobreza e riqueza.

Neste esquema se mostra oportuno repetirmos o mapa de contexto (Figura 08), com alterações que permitirão visualizar áreas que compõem zonas específicas¹⁹³ no tecido urbano de Salvador, fazendo contraponto com mapas temáticos de outros autores¹⁹⁴: renda, bens e serviços, infra-estrutura e tipologias espaciais.

classes e de propriedade”.

¹⁹³ Área do Centro (25km²), composta por bairros bem atendidos em serviços e equipamentos; Áreas do Subúrbio Ferroviário (41,5km²) e do Miolo Urbano (115km²),

¹⁹⁴ Elaborados por (CARVALHO, Ináia; PEREIRA, Gilberto, 2006), produzidos em pesquisa desenvolvida no CRH/UFBA, integrada ao Projeto Observatório das Metrópoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana. Estes mapas foram cordialmente cedidos como referências nesta dissertação.

Figura 8 – Mapa de contexto de Salvador

Figura 9 – Mapa de Tipologias Socioespaciais de Salvador

Figura 10 – Mapa de famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo -

Fonte – CARVALHO, Ináia; PEREIRA, Gilberto, 2006.

Figura 11 – Mapas de Infra estrutura

Fonte – CARVALHO, Ináia; PEREIRA, Gilberto, 2006.

O mapa de Tipologias Socioespaciais (figura 9), demonstra que a categoria da população de menor poder aquisitivo, ou popular inferior, habita com predominância absoluta a área do subúrbio ferroviário e a do miolo urbano de Salvador, mesmo estando pulverizada, em menor escala, em outras partes do tecido urbano. É também nestas áreas que observamos a maior concentração de desempregados.

Tabela 5 – Taxas de Desemprego 2003-2004

Taxas de Desemprego Aberto e Total		
Regiões Administrativas de Salvador – 2003-2004		
Regiões Administrativas	Desemprego	
	Aberto	Total
Centro	12,6	19,6
Itapagipe	16,6	27,0
São Caetano	19,6	34,7
Liberdade	16,0	28,3
Brotas	12,8	20,3
Barra	11,2	16,2
Rio Vermelho	14,0	23,3
Pituba / Costa Azul	10,9	14,2
Boca do Rio / Patamares	12,6	20,6
Itapoá	13,2	23,0
Cabula	15,3	26,3
Tancredo Neves	16,9	29,1
Pau da Lima	16,9	31,6
Cajazeiras	18,3	32,8
Ipitanga	19,6	35,5
Valéria	17,1	34,4
Subúrbios Ferroviários	18,9	32,7
Salvador	15,2	26,0

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Conforme Almeida e Damasceno, 2005.

outubro/2006 – Salvador

Os grifos em verde correspondem a bairros do miolo urbano e os grifos em amarelo ao subúrbio ferroviário de Salvador. Este percentual de desempregados pode ser analisado de modo melhor contextualizado, quando o correlacionamos com as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – a taxa de desemprego aberto em Salvador saltou de 8,9%, nos anos de 1987 – 88, para 12,6%, em 1997 – 88, e 15,2%, em 2003 – 4. No quesito de

desemprego aberto, (que inclui os que não procuram emprego em razão do “desalento”, tais porcentagens foram, respectivamente, 15,7%, 21,8% e 26,0%). Isso significa que, no início do século XXI, após décadas de “industrialização”, um em cada quatro soteropolitanos estava sem ocupação (ver ALMEIDA; DAMASCENO, 2005a). As expressivas taxas de desemprego de Salvador, fizeram dela na virada do século a metrópole brasileira recordista em desemprego, não apenas segundo a PED, mas também de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do IBGE.

O mapa de renda¹⁹⁵ familiar (figura 10) demonstra que o maior percentual de famílias que ganham até meio salário mínimo se localiza na área do Subúrbio Ferroviário de Salvador e na área norte do miolo urbano. O contraste com a área da orla atlântica e com a área do centro é brutal e serve como legitimador da territorialização feita no primeiro capítulo deste estudo, no qual indicamos os territórios de riqueza e pobreza. Segundo dados de pesquisas realizadas no CRH/UFBA, considerando-se a frequência de moradores com uma renda mensal familiar per capita, de até meio ou de até um quarto do salário mínimo, constata-se que o percentual de moradores pobres em Salvador, em 1991, foi de 35,2% em 2000, 30,7%, havendo um decréscimo de 5% entre as duas décadas.

O mapa de renda (figura 9) relacionado com os mapas (figura 10) de infra – estrutura urbana, demonstra como os índices de baixa renda – pobreza – se associam à falta de infra-estrutura (saneamento, água, lixo, telefone). Conjugando os mapas (figura 10) percebemos como a falta de saneamento no

¹⁹⁵ Para efeito de possíveis comparações conforme os dados do Censo 2000, a proporção de habitantes com uma renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo chegava a 34,61% na RMS. Em 2001, 9,2% da sua população ocupada tinha um rendimento médio mensal em todos os trabalhos de até meio salário mínimo; 22,4% de mais de meio a um salário; 28,1% de mais de um a dois salários (perfazendo 60% até este valor), 12,00% de mais de dois a três salários, 10,0% de mais de três a cinco e apenas 12,0% de mais de cinco salários mínimos conforme informações da PNAD 2001.

subúrbio ferroviário é grave, onde predomina o intervalo de [75% - 85%] de falta; e/ou percebemos como o lixo tem um fim inadequado na área do miolo urbano de Salvador, área onde os índices de acesso ao telefone são baixos, comparados a outras áreas da cidade. Para Pereira e Souza (2006, p.147) “ o acesso dos domicílios à linha telefônica reflete a distribuição espacial de renda domiciliar, com altos índices nas áreas da orla e do centro tradicional, sendo cada vez mais baixo ao norte de Salvador, no Subúrbio e no Miolo”.

As áreas onde temos a menor renda, a maior pobreza e a menor infraestrutura urbana, são também as mesmas onde prevalecem os maiores déficits sociais, entre estes os de moradia. Conforme Gordilho (2000), o conceito de déficit poderia se referir à falta da unidade habitacional, assim como às suas condições de habitabilidade, infra-estrutura e inserção no contexto urbano. Neste sentido, a autora evidencia que o grande problema na realidade habitacional soteropolitana não é mais o déficit habitacional em relação à demanda de novas unidades, mas a conservação e infra-estruturação dos espaços onde estas unidades são construídas. Em relação às habitações sociais em forma de grandes conjuntos habitacionais com tendência homogeneizante destinados às classes mais pobres, Gordilho (2000) afirma que não alteravam as condições de pobreza. Sendo que na dimensão da moradia popular, o problema que cresce com a cidade, não é mais “substituir” e sim “melhorar” e “incluir” as áreas ocupadas em contextos de boa habitabilidade¹⁹⁶.

A conjugação e leitura destes mapas com o co-relação de índices e dados secundários confirmaram a concentração e o desenho dos territórios pobres e ricos de Salvador, assim como evidenciaram as contradições entre as áreas do

¹⁹⁶ A afirmação de Ângela Gordilho, desperta polêmica, pois se percebe pelos próprios dados da Fundação João Pinheiro, que no Brasil, e em especial Salvador, há um grande déficit tanto em número (dimensão quantitativa) como em condições de habitabilidade (qualidade) de unidade habitacionais. Deste modo, é importante refletir sobre tal questão.

centro e da orla atlântica em relação às áreas do subúrbio e do miolo urbano. Dentro dos contextos apresentados, focalizaremos os diálogos entre este quadro de deficiências e de rupturas no contexto urbano, com a produção de habitação popular em Salvador, buscando compreender como os conjuntos habitacionais construídos no período pós-BNH se inserem no tecido urbano de Salvador. Para isso buscaremos analisar três conjuntos: (I) Nova Primavera; (II) Loteamento Vale das Dunas; (III) Vila Viver Melhor; os três espaços intra-urbanos, se localizam em contextos já apresentados neste estudo: o primeiro na área suburbana; o segundo na área do miolo urbano; e o terceiro nas proximidades da área central da cidade. Os dois primeiros se localizam em áreas geográficas diferentes, contudo periféricas, o terceiro conjunto se localiza em uma área de relativa centralidade (ver figura 7 – mapa de contexto).

II - Os Conjuntos habitacionais e sua localização no tecido urbano de Salvador

Uma das formas de compreensão dos efeitos dos últimos programas habitacionais realizados em Salvador se mostra possível através de uma análise do modo como os conjuntos habitacionais estão inseridos no tecido urbano. Para isto focalizaremos a realidade de três conjuntos de habitação popular que se localizam em áreas distintas da cidade: (I) Jardim Nova Primavera [subúrbio]; (II) Loteamento Vale das Dunas [miolo urbano]; (III) Vila Viver Melhor [centro].

Figura 12 – Mapas de localização Conjuntos Habitacionais

Fonte - Site da PMS

Adaptações - SOARES, Antonio M. 2006 (autor do trabalho)

Os conjuntos habitacionais destacados neste estudo possuem relações com a cidade e com suas dinâmicas, que sinalizam as formas pelas quais estes conjuntos se inserem no tecido urbano. Deste modo, delinearemos algumas especificidades: infra-estrutura, história, localização, acessibilidade, serviços, sociabilidade, população, renda, que nos permitirão compreender como o conjunto habitacional e sua população interagem com a cidade.

(1)- O Conjunto Vila Viver Melhor: Inaugurado pelo Governo do Estado da Bahia entre 1997/1998, integrado ao Programa Viver Melhor, inseriu-se na Modalidade Pró-Moradia 1 – Urbanização de áreas. Como projeto piloto, este conjunto habitacional foi construído sob a responsabilidade da CONDER, órgão estatal que incorporou a antiga *Urbis* – Habitação e Urbanização da Bahia. A Vila Viver Melhor constitui um aglomerado de 370 unidades habitacionais, cada unidade com 42m². Com aproximadamente 400 famílias. A população total é

estimada em 2.000 habitantes que se distribuem em uma área construída de aproximadamente 15.540 m². Localiza-se na Área Central da cidade de Salvador, (Figura 7 e 11), nas margens da Av. Ogunjá, importante via que articula duas grandes Avenidas de Salvador – Av. Vasco da Gama e Av. Bonocó.

A área onde se localiza o Conjunto Vila Viver Melhor foi ocupada há aproximadamente 20 anos por moradores vindos de outras partes da cidade e do interior do Estado da Bahia, que constituíram naquele espaço a invasão de Yolanda Pires. A ocupação recebeu este nome devido ao fato desta Sra., então primeira dama do Estado, possuir um expressivo trabalho de assistencialismo em bairros e áreas empobrecidas de Salvador. Desta forma, algumas invasões surgidas neste período receberam inicialmente este nome. Sendo uma área de relevo acidentado marcado por depressões, os moradores construíram seus barracos nas encostas, sem nenhuma norma de segurança. Conforme moradores na década de 80, a área chegou a possuir cerca de dois mil barracos. A instabilidade do terreno levava a freqüentes desmoronamentos com vítimas fatais, o que levou a empresa responsável pelo projeto a conciliar uma intervenção que contemplasse tanto um programa de habitação popular como também um projeto de contenção de encostas. No período de construção do conjunto, os moradores foram alocados em galpões construídos em terrenos baldios nas proximidades. Nos galpões, a população passou quase 24 meses, em situação precária de moradia.

Neste contexto, a população da invasão de Yolanda Pires foi contemplada com o Projeto, que substituiu os barracos e as moradias precárias por novas unidades habitacionais, dando prioridade à fixação do morador na respectiva área.

Foto 01 – Conjunto Vila Viver Melhor - 2006

Figura 12 – Mapa: Conjunto Vila Viver Melhor em recorte de contexto urbano

(2) O Conjunto Loteamento Vale das Dunas: Inaugurado pelo Governo do Estado da Bahia entre 2000/2001, constitui um aglomerado de 112 unidades habitacionais, cada uma com 32m² reversíveis em dois pavimentos. Com cerca de 224 famílias, a população é estimada em 1.400 habitantes em uma área construída de aproximadamente 3.584 m². O projeto realizado com recursos estatais foi de responsabilidade da CONDER, que contratou a TECSAN – Tecnologia de Saneamento LTDA., para realizar a obra de melhoramento e transferência de moradias. O conjunto se localiza na área norte do miolo urbano da cidade de Salvador, circundado por áreas favelizadas e de habitação precária, como o Bairro Novo Horizonte, conhecido como Planeta dos Macacos¹⁹⁷, e o Bairro da Paz, conhecido como Malvinas, bairros que estão em constante conflito e disputa pelo controle do tráfico de drogas que existe na área¹⁹⁸.

A ocupação da área é de aproximadamente 20 anos, período equivalente ao movimento de intensificação da ocupação do miolo urbano de Salvador, e a população em sua maioria é provinda do interior do Estado. A área de ocupação, assim como a que antecedeu a construção do Conjunto Vila Viver Melhor, era também conhecida como Yolanda Pires, devido ao trabalho de assistencialismo realizado pela então Primeira Dama do Estado. A antiga invasão recebia apoio comunitário do Colégio Antonio Vieira, através de um casal de italianos, Nicolau Campenas e sua esposa, que, juntamente com um padre, realizaram diversos trabalhos sociais e comunitários na área. Segundo a população, após a requalificação urbana a ajuda de cunho assistencial deixou de existir.

¹⁹⁷ A denominação Planeta dos Macacos, é dada pela população, alguns rejeitam, mas a maioria se refere ao bairro com este nome, vale lembrar que este bairro possui predominância absoluta, acima de 90% de população negra (IBGE, 2005); a associação entre macacos e negros de forma estigmatizadora, nomeia o bairro que oficialmente se chama Bairro Novo Horizonte. O mesmo acontece com o Bairro da Paz, que é conhecido como Bairro das Malvinas, em referência a guerra das Malvinas. Ambas associações que estigmatizam os habitantes dos bairros, pode ser explicada pelo entendimento teórico da *nominação* e toda os seus dispositivos simbólicos que são introjetados. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1996.

¹⁹⁸ Informação de pesquisa de campo – 2006.

A intervenção na área foi justificada pela necessidade de transferência de moradores para outra área, tendo em vista as obras de abertura de uma via que facilitaria um novo acesso ao Aeroporto Internacional de Salvador. Assim algumas casas foram melhoradas e outras tiveram que ser transferidas para áreas vizinhas, dando origem ao conjunto Vale das Dunas.

Foto 02 – Visão frontal -2006

Foto 03 – Visão Lateral -2006

Figura 13 – Mapa: Conjunto Lot. Vale das Dunas em recorte de contexto urbano

3) O Conjunto Jardim Nova Primavera: Localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, área sudoeste da cidade, o conjunto Nova Primavera corresponde à 2ª. Etapa do Projeto Ribeira Azul/Novos Alagados – resultante do acordo firmado entre o Governo do Estado da Bahia, representado pela CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, o Banco Mundial, a ONG Italiana AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional e a Arquidiocese de Salvador. Inaugurado em 2002, o conjunto habitacional constitui um aglomerado de 258 unidades habitacionais, cada unidade com 48m², destas, cerca de 15% são reversíveis para duas unidades. Com aproximadamente 300 famílias, a população de Nova Primavera é estimada em 1.500 habitantes, distribuídos em uma área construída de aproximadamente 12.900 m².

Com a intervenção do Programa Ribeira Azul na área de Novos Alagados¹⁹⁹, na década de 90 do séc. XX, gradativamente a população do aglomerado de palafitas foi sendo transferida para conjuntos habitacionais. Inicialmente houve a construção dos conjuntos Araçás I e II e posteriormente, a construção do Conjunto Nova Primavera²⁰⁰, que se localiza nas proximidades da antiga aglomeração das palafitas de Novos Alagados.

A população predominante (80%) no Conjunto Nova Primavera é oriunda do aglomerado de palafitas de Novos Alagados. Os moradores removidos do “território da maré” passam a viver em um outro contexto urbano, com novos arranjos societários; relativa infra-estrutura e com encargos que

¹⁹⁹ Cf. (SOARES, Antonio & ESPINHEIRA, Gey. In.: *Anais NUTAU/USP. 2004*) A formação do aglomerado urbano de Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, iniciou-se na década de 1970 como continuidade de uma invasão de proporções ainda maiores, denominada de Alagados (final dos anos 40), onde milhares de famílias sem oportunidade de ocupar espaço em terra firme, avançavam sobre a maré e os manguezais da Baía de Todos os Santos e construíam suas palafitas, sem as mínimas condições de habitabilidade. Diante do imenso quadro de adversidade urbana na região metropolitana de Salvador, Novos Alagados, passa a se constituir uma alternativa de sobrevivência e inserção de centenas de famílias no espaço urbano da cidade, mesmo que de modo informal.

²⁰⁰ Como o Conjunto Habitacional Nova Primavera localiza-se em área adjacente a Novos Alagados, e seus moradores em aproximadamente 80% vieram das palafitas, julgamos necessário uma rápida referencia ao histórico deste aglomerado habitacional.

antes, enquanto habitantes de um espaço juridicamente ilegal, não possuíam (contas de luz elétrica, água, taxas de saneamento, IPTU etc). Este conjunto habitacional possui um tipo de ocupação que o diferencia dos outros em estudo, ou seja, ele foi ocupado por pessoas oriundas de uma situação urbana, que mesmo geograficamente próxima da atual, possuía marcantes diferenças: antes barracos de palafitas²⁰¹, precariamente instalados sobre uma área de manguezal na Baía de Todos os Santos, e, agora unidade habitacional de alvenaria, em terra firme.

Foto: 4 – Unidade Habitacional do Conjunto - 2005
Fotos: 5 – Barraco Palafita – 2002 (Antiga Moradia)

²⁰¹ Chamo atenção que barraco de palafita é mais precarizado que o barraco em terra firme. Além de uma maior falta de segurança o barraco de palafita está vulnerável a imersão na maré; seus moradores estão mais susceptíveis a enfermidades e acidentes.

A formalização urbana do conjunto Nova Primavera, gerou uma paisagem totalmente diferente da paisagem da maré. Neste sentido, percebemos uma alteração marcante no cotidiano dos moradores²⁰² transferidos, tanto na dimensão da tipologia da habitação como na relação social e ecológica com o espaço.

Segundo os atuais moradores, há aproximadamente dez anos, a área de Nova Primavera²⁰³, que antes era um terreno ocioso, foi ocupada por cerca de 500 pessoas provindas das palafitas, que se instalaram e construíram seus barracos, contudo, não permaneceram na área. Os sem teto foram reprimidos, tiveram barracos queimados e alguns foram presos. A ocupação não prosperou, pois o terreno era de propriedade particular. Como não houve continuidade na ocupação, as pessoas voltaram para as palafitas de Novos Alagados²⁰⁴. Neste contexto, dando continuidade às intervenções do Programa Ribeira Azul, a CONDER construiu o conjunto habitacional na mesma área que antes foi ocupada.

Fotos: 6 – Visão Panorâmica Conjunto Habitacional 2004

²⁰² Cf. (VALLADARES, 1980, p 96). Na verificação das alterações das condições de vida e de trabalho decorrentes da mudança radical do local e do tipo de moradia, chamo atenção para os custos sociais e econômicos que a remoção implica.

²⁰³ Cf. Relato de Moradores O nome Nova Primavera foi dado devido a ocupação ter se realizado no início da primavera.

²⁰⁴ Cf. Informações da Pesquisa Deserdados do Mar e Segregados na Terra (Pibic-Cnpq 2003/04). Os líderes do movimento da invasão foram: Bitonho, Lazarato, Jaci, Andréa, Valdelice, entre outros.

Figura 14 – Mapa: Conjunto Jardim Nova Primavera em recorte de contexto urbano

III - Convergências & divergências no cruzamento de realidades intra-urbanos de Salvador – do quantitativo ao qualitativo, aproximação de perfis.

Pelo fato de estarmos tratando de três realidades específicas, localizadas em espaços diferenciados do tecido urbano, as leituras e as discussões dos índices que serão apresentados após cada tabela podem conter pequenas variações na sistematização das análises. Assim, nosso objetivo é indicar um conjunto de dados que relacionem o perfil sócio-econômico e demográfico aproximado para cada conjunto habitacional: (I) – Vila Viver Melhor; (II) – Loteamento Vale das Dunas; (III) – Jardim Nova Primavera, relacionando suas especificidades ao contexto urbano de inserção.

A (Tab. 1 - seguinte), apresenta informações sobre as famílias que compõem os conjuntos, tendo o chefe da família como principal referência para as generalizações e cruzamentos de variáveis. A partir da relação com a faixa etária do chefe familiar podemos afirmar que nos conjuntos Viver Melhor e Nova Primavera a maioria das famílias é relativamente jovem, sendo que o intervalo de idade dos chefes de família está entre [18-35 anos]; já no Loteamento Vale das Dunas há uma sensível elevação na faixa etária do chefe familiar e, por consequência, um aumento relativo na idade da família. As famílias consideradas jovens podem indicar um número significativo de crianças e adolescentes dependentes dos pais e em idade escolar que, devido à menoridade, ainda não estão aptos a ingressarem no mercado formal do trabalho²⁰⁵, implicando numa maior responsabilidade orçamentária para seus

²⁰⁵ É bem verdade que a tenra idade impossibilita o ingresso legal no mercado formal da economia, contudo, sabemos que é comum em áreas de empobrecimento sócio econômico como as de nosso estudo, encontrarmos crianças fora da escola e trabalhando no mercado informal e até mesmo clandestino. Entretanto tal constatação não foi verificada em nossa pesquisa, pois a mesma não estava voltada para este tipo de questão.

progenitores. Uma outra característica de famílias jovens é a instabilidade no “mercado formal de trabalho”²⁰⁶; muitas vezes, o fato de ter formado compromisso familiar precocemente obriga o responsável familiar a se enquadrar no mercado de trabalho de qualquer jeito, seguindo a lógica da necessidade e “da mão para toda obra”. Sem escolaridade, eles são obrigados a desempenharem qualquer trabalho para tentar adquirir a subsistência.

²⁰⁶ Refiro-me ao acesso aos direitos trabalhistas: carteira de trabalho, plano de saúde, férias remuneradas etc.

Tabela – 1 *Distribuição de Frequência e percentuais sócio-econômicos e demográficos da população dos conjuntos habitacionais.*

Características (População)*	(I) Viver Melhor (62)≈100%	(II) Vale das Dunas (48)≈100%	(III) Nova Primavera (41)≈100%
1.Faixa Etária Modal– Chefe de Família			
18 ↔ 35 anos	≈ 51%	≈ 28%	≈ 46%
36 ↔ 49 anos	≈ 31%	≈ 52%	≈ 42%
(+)↔ 50	≈ 18%	≈ 20%	≈ 12%
	100%	100%	100%
2.Origem da Família			
1.Outra área de SSA	≈ 60%	≈ 42%	≈ 83%
2.Interior do Estado	≈ 38%	≈ 50%	≈ 15%
3.Outro Estado	≈ 2%	≈ 8%	≈ 2%
	100%	100%	100%
3.Chefe de família			
1.Homem	≈ 35%	≈ 20%	≈ 25%
2.Mulher	≈ 65%	≈ 80%	≈ 75%
	100%	100%	100%
4. Escolaridade – Chefe de família (%)			
1.Analfabeto	≈ 3%	≈ 5%	≈ 10%
2.Ler e escreve	≈ 26%	≈ 25%	≈ 22%
3.Ensino Fundamental (completo)	≈ 34%	≈ 48%	≈ 58%
4.Ensino Médio (completo)	≈ 37%	≈ 22%	≈ 10%
	100%	100%	100%
5.Renda Familiar (em salários mínimos)			
1. Menos de 01 Salário Mínimo	≈ 32%	≈ 38%	≈ 50%
2. 01 Salário Mínimo	≈ 32%	≈ 32%	≈ 10%
3. Entre 01 ↔ 02 Salários Mínimo	≈ 12%	≈ 8%	≈ 20%
4. Entre 02 ↔ 05 Salários Mínimo	≈ 10%	≈ 8%	≈ 10%
5. Sem renda	≈ 14%	≈ 14%	≈ 10%
	100%	100%	100%
6.Estado Civil			
1.Casado (a)	≈ 25%	≈ 25%	≈ 14%
2.Solteiro (a)	≈ 28%	≈ 30%	≈ 41%
3.Viúvo (a)	≈ 2%	≈ 2%	≈ 3%
4.Divorciado (a)/Separado(a)	≈ 5%	≈ 3%	≈ 2%
5.Amaziado (a)/ Ajuntado (a)	≈ 40%	≈ 40%	≈ 40%
	100%	100%	100%
7.Situação Econômica (chefe da familiar)			
1.Empregado	≈ 40%	≈ 25%	≈ 35%
2.Desempregado	≈ 35%	≈ 35%	≈ 35%
3.Comerciante	≈ 2%	≈ 3%	≈ 3%
4. Pensionista	≈ 3%	≈ 2%	≈ 2%
5.Biscate (atividade temporária)	≈ 20%	≈ 35%	≈ 25%
	100%	100%	100%
8.Dependentes (média por chefe de família)	≈ [5]	≈ [5]	≈ [5]
9.Principais Ativ. Econômica (chefe da familiar)			
1.Comerciante	≈ 2%	≈ 2%	≈ 2%
2.Construção Civil (pedreiro,pintor,eletricista etc.)	≈ 25%	≈ 15%	≈ 15%
3.Costureira	≈ 1%	≈ 2%	≈ 2%
4.Doméstica/Diarista	≈ 40%	≈ 45%	≈ 40%
5.Professor (a) (creche/ensino fund.)	≈ 1%	≈ 1%	≈ 1%
6.Motorista/Motoboy	≈ 1%	≈ 5%	≈ 4%
7.Segurança	≈ 5%	≈ 5%	≈ 5%
8.Serviços Gerais	≈ 20%	≈ 22%	≈ 25%
9.Vendedor (a)	≈ 4%	≈ 2%	≈ 4%
10.Outros	≈ 1%	≈ 1%	≈ 2%
	100%	100%	100%

(≈) – Equivalência aproximada

2006 * A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte – Pesquisa de Campo

O item 3 (Tab 1) contempla a identificação do chefe da família, os três casos em estudo apresentam um intervalo percentual de [65% ↔ 85%] de mulheres responsáveis pelo lar. Vale salientar que no Estado da Bahia houve um aumento considerável de mulheres responsáveis pela família. Conforme Fernandes (2006, p. 71), no Estado, o percentual de mulheres chefes de família passou de 22,4% para 29,3%, de 1991 a 2000, e, na região metropolitana, o aumento foi ainda mais significativo, de 27,9% (proporção já elevada) para 38,1%. Os municípios da Região Metropolitana de Salvador que possuíam as maiores proporções de famílias sob a responsabilidade de mulheres eram Salvador, São Francisco do Conde e Itaparica.

No caso em foco, a incidência de mulheres chefes de famílias se mostra expressiva. Ao cruzar estes dados com os percentuais do estado civil do chefe familiar, que indicam uma superioridade de solteiros (as) em relação a casados (as) e cerca de 40% de amaziados (as) é possível supor que a chefia familiar feminina é acompanhada de um elevado índice de mulheres solteiras. Contudo, a ausência do homem como chefe familiar e a possível incidência de filhos criados sem a presença do pai natural não se configuram como um indício de desestruturação familiar, mas de uma reorientação da composição familiar. Sendo perceptível que estas famílias chefiadas por mulheres são mais vulnerabilizadas por dificuldades de obtenção de renda, até porque no Brasil persistem as diferenças salariais por gênero, e neste jogo, o trabalho realizado por mulheres é depreciado em relação ao masculino²⁰⁷.

²⁰⁷ Cf. (FERNANDES, C. M., 2006, pág. 71) Levando em conta as maiores dificuldades de inserção do mercado de trabalho das mulheres, em condições equivalentes às masculinas, principalmente recebendo menores salários estudos mostram que famílias sob responsabilidade de mulheres são mais vulneráveis a dificuldades no seu provimento financeiro. De acordo com Guimarães (2003), “as famílias sob responsabilidade feminina costumam ter menos adultos e mais crianças. Salvo exceções, as mulheres chefes de famílias são divorciadas, viúvas ou solteiras. Com efeito, segundo as informações da PNAD

A mulher, mãe e chefe de família é uma predominância nos três casos em estudo, dentro deste mesmo intervalo percentual percebe-se que os(as) filhos(as) as têm como principal referência em casa²⁰⁸ e, em alguns casos, mesmo a mãe possuindo uma relação amorosa com um outro parceiro, a chefia e responsabilidade pelo lar continua com ela.

No caso específico do Conjunto Nova Primavera, essa situação ganha uma maior nitidez, pois a predominância de mulheres como chefe de família já era percebida deste a moradia anterior no Aglomerado de Palafitas de Novos Alagados²⁰⁹. Uma outra constatação importante é que a maior parte dos cadastros das unidades habitacionais estão no nome das mulheres²¹⁰, são elas também que mais reivindicam por melhorias nas condições do conjunto: *Moradoras de Nova Primavera reclamam; Nilzete P. da Silva, “– As casas estão rachando por dentro e por fora, eu fico com receio que um dia desabe, mas tomarei providências”; Marisa Santos de Assunção, “– O esgoto está retornando para dentro de minha casa, principalmente nos dias de chuva, isto é um absurdo; Márcia Souza Brasil, “– Trabalho como diarista, vivo de biscates e não tenho dinheiro para pagar as contas de água e luz que vieram altas”. (Jornal A Tarde 22/04/2004).*

O índice de chefes de família que estão sem atividades reenumeradas é o mesmo nos três conjuntos habitacionais, sendo de [35%] para todos, seguida pela prática de *biscatagem* (serviços temporários sem registro, dentre estes se

de 1999, apenas 3,3% das pessoas que se declararam cônjuges estão em famílias cuja chefia é feminina”.

²⁰⁸ Informação circunstanciada pelo cruzamento de dados percentuais com dados de entrevistas realizadas (anexo).

²⁰⁹ Cf. Informações da Pesquisa Deserdados do Mar e Segregados na Terra (Pibic-Cnpq 2003/04)

²¹⁰ Informação da CONDER junto ao setor da DEHAB – Departamento de Habitação. (Vide Termo de ocupação anexo).

destacam serviços na construção civil – marceneiro, pedreiro, eletricitista, pintor, encanador etc.), que possui a oscilação média em torno de [25% ↔ 35%].

A população dos conjuntos habitacionais em estudo apresentou uma heterogeneidade nas formas de ocupações. Contudo, a principal atividade econômica da população nos três casos em estudo é exercida pelas mulheres em uma média de [40%]. Trata-se de atividades como domésticas ou diaristas, percentual que coincidiu com a condição de chefia familiar. Desta forma é legítima a afirmação de que as mulheres são predominantes na chefia familiar, e a atividade como doméstica se encontra presente entre as ocupações²¹¹ apresentadas.

As localizações dos conjuntos favorecem o crescimento das atividades de serviço doméstico: o Viver Melhor é circundado por bairros já consolidados e centrais que demandam por empregados domésticos, assim como o Vale das Dunas, que se localiza nas proximidades de condomínios de classe média. Nestes dois conjuntos, o trajeto casa-trabalho é feito a pé²¹². Por fim, o conjunto Nova Primavera, que se localiza no Subúrbio, área que já possui tradição em ofertar mão de obra doméstica para outras partes da cidade, também por ser alocado nas margens da Av. Afrânio Peixoto, é beneficiado por

²¹¹ Para Francisco de Oliveira, no Prefácio: os exilados da opulência, do Livro *Bahia de Todos os Pobres* (1980), em relação às estratégias de sobrevivência, onde há uma certa heterogeneidade de ocupações, “[...] a família como uma situação de classe, em suas estratégias de sobrevivência, faz combinar: diversas formas de rendimentos, de consumo e de cooperação, bem como formas diversas de uma pseudo-exploração (p.16)”.

²¹² Informação colhida com as entrevistas (2006). Cf. (CARVALHO, Ináia M. M. & CODES, Ana L.. M. de Codes, 2006) Nota de rodapé 7, pág.131: Pesquisas sobre as periferias urbanas têm ressaltado como seus moradores são atingidos pela carência de transportes públicos, pelo seu preço e pelo desgastes dos longos percursos para atividades cotidianas, como a escola e o trabalho. No caso de Salvador, esses problemas são agravados pela pobreza, uma vez que, segundo estimativas da Agência Nacional de Transportes Públicos – ANP, baseadas em informações para 2004, do IPEA/IBGE, 35% da população de Salvador (correspondendo a 921.140 pessoas) não pode arcar com o custo de passagem de ônibus. Com isso, essas pessoas permanecem prisioneiras de estreitos limites de deslocamento ou são obrigadas a fazer longos percursos a pé, com um enorme desgaste físico e prejuízo para a saúde, como mostram depoimentos coletados por uma reportagem do jornal *A Tarde*, publicada em 31 de julho de 2005.

um sistema de ônibus coletivos que se integra a bairros de classe média, como Pituba, Itaigara, Caminho das Árvores etc.

É importante atentarmos para as tipologias ocupacionais e as formas de geração de renda dos moradores dos conjuntos em foco, pois o trabalho enquanto categoria de análise guarda relação com a estruturação da vida social, já que é a expressão da dimensão econômica que é imprescindível à compreensão das formas de apropriação do solo urbano e das múltiplas relações com a cidade. Formas de trabalho precarizados e marcadas por expropriações de direitos indicam situações de empobrecimento social e precarizações nas diversas tentativas de inserção na cidade.

Partiremos agora para aproximações entre renda e composição familiar: o número de dependentes por chefe de família nos conjuntos habitacionais em estudo é cerca de 5 pessoas. Em Salvador, de uma maneira geral, tivemos nos últimos anos uma redução demográfica do número de filhos por família. Segundo Fernandes (2006, pág. 79) “considerando as mulheres em idade reprodutiva – de 15 a 49 anos – as taxas de fecundidade caem e a média do estado da Bahia fica em 1,87 FTNV/mulher”. Tal situação de redução demográfica pode se relacionar com a emergência de políticas e programas de planejamento familiar e maior divulgação dos meios anti-contraceptivos; isso não significa que a redução no crescimento demográfico seja acompanhada pela redução da pobreza²¹³. Isto é, mesmo com famílias menores, a pobreza ainda é grande.

²¹³ Ver ESPINHEIRA, Carlos (Gey) & SOARES, Antonio Mateus de C. **Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil**. In ANAIS do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG, 2006.

Confirmando esta equação [demografia x pobreza] os dados de renda das famílias dos conjuntos habitacionais indicam que mais de [60%] das famílias dos três conjuntos vivem com valores menores ou iguais a um salário mínimo. No contexto da Região Metropolitana de Salvador, segundo os dados do Censo IBGE - 2003, a proporção de habitantes com uma renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo chega a 34,61% na RMS. Em 2001, 9,2% da sua população ocupada tinha um rendimento médio mensal nas fontes de renda de até meio salário mínimo; 22,4% de mais de meio a um salário; 28,1% de mais de um a dois salários (perfazendo 60% até este valor), 12,00% de mais de dois a três salários, 10,0% de mais de três a cinco e apenas 12,0% de mais de cinco salários mínimos conforme informações da PNAD 2001 (IBGE, 2003).

Ao refinarmos a seqüência de percentuais de renda por conjunto, percebemos que o Jardim Nova Primavera é o que possui o maior número de famílias [50%] recebendo menos de um salário por mês, e o Vila Viver Melhor é o que apresenta o maior índice de pessoas recebendo mais de um salário mensal, equivalente a [54%]. Mesmo com variações percentuais, a pobreza se manifesta expressivamente nos três conjuntos. As pequenas dispersões que aparecem, principalmente do Viver Melhor em relação aos demais, podem ser justificadas por sua localização que é mais central, próxima de equipamentos polarizadores, como exemplo: uma loja da cesta do povo, dois postos de gasolina e um grande supermercado da rede Extra, que dinamizam a área e movimentam pessoas do conjunto com lavagens diárias de carros e comércio ambulante, gerando um soldo extra para os moradores. Uma outra questão é a facilidade de deslocamento a pé, levando as pessoas a economizarem o dinheiro do transporte coletivo. Sendo assim, na análise das atividades de renda

há uma certa homogeneidade de médias percentuais entre os três conjuntos habitacionais em estudo, sendo que o conjunto Viver Melhor é beneficiado em termos da movimentação de renda por se alocar em uma área que é próxima de áreas residenciais e comerciais, possibilitando ao morador do conjunto o exercício de diversas atividades para geração de renda.

A taxa de analfabetismo está presente nos três conjuntos habitacionais, contudo o Jardim Nova Primavera é o que apresenta o maior índice de analfabetos; a população mais escolarizada é a do conjunto Vila Viver Melhor, seguida pelo do Vale das Dunas. Poderemos sinalizar algumas hipóteses para tentar justificar estes índices: em relação ao Nova Primavera ele já se localiza em um contexto geográfico – área suburbana – onde se concentram baixos índices de escolaridade, variável que guarda relação com a condição sócio econômica. As necessidades de sobrevivência levam as pessoas a privilegiarem o trabalho²¹⁴, em quaisquer circunstâncias, em detrimento do estudo. Um outro fator pode ser sinalizado pela falta de estímulo e programas²¹⁵ direcionados a um público específico, assim como distância e má conservação das escolas etc.

Algumas indicações utilizadas para o Nova Primavera podem servir de justificativa para os índices de analfabetismo nos outros dois conjuntos. No entanto, percebemos que o Vila Viver Melhor, por se inserir em um parte do tecido urbano que possui alguns equipamentos, como o benefício da proximidade de escolas públicas que funcionam no período noturno, possam em alguma medida estimular a população deste conjunto a ir à escola.

²¹⁴ Cf. (ALMEIDA e DAMASCENO, 2005) Constataram que os trabalhadores com apenas o primeiro grau incompleto perfaziam 38,4% dos ocupados na região administrativa de Tancredo Neves, 35% em Pau da Lima, 43% em Ipitanga, 44% em Valéria e 78% no Subúrbio Ferroviário em 2003-2004, segundo informações da PED.

²¹⁵ O Programa Bolsa Família do Governo Federal, não possui grande impacto na renda das famílias dos conjuntos habitacionais em estudo, o número de contemplados com o programa é pequeno (uma média de 5 a 8 famílias por conjunto), não constituído em fator de mudança de realidade familiar [informações de pesquisa de campo].

Poderemos levantar uma última hipótese mais ampla, que se refere à relação que cada área de contexto mantém com a cidade e com o morador do conjunto. O subúrbio, das três áreas, é a mais estigmatizada e mais pobre, situação que pode induzir o morador a transferir o *status* negativo, construído socialmente pelos moradores das outras áreas abastadas, para seu cotidiano, em uma relação de introjeção de sentimento de impotência e de bloqueio, impossibilitando assim o ingresso e o progresso nos estudos, uma relação transmitida e produzida culturalmente – “*pobre não nasceu para estudar e sim para trabalhar*”. [Fala de moradora do subúrbio].

Ainda sobre o grau de escolaridade, o cruzamento de índices nos permite constatar que o conjunto habitacional que possui o menor grau de escolaridade é o mesmo que possui a menor renda familiar [o Jardim Nova Primavera]; e, o que possui maior renda familiar é o que possui a população mais escolarizada [a Vila Viver Melhor]. Que nos leva a perceber a repetição de uma óbvia equação entre renda x grau de instrução, e que, nos casos em estudo, tem relação com a diminuição ou elevação da renda.

No item origem da família há uma aproximação entre os conjuntos Vila Viver Melhor e Jardim Nova Primavera. Neles, a maioria da população é oriunda de outras áreas de Salvador, enquanto no Loteamento Vale das Dunas a maior parte da população é provinda do interior do Estado. Entre os três conjuntos, o Jardim Nova Primavera é o que apresenta o maior índice de moradores oriundos de Salvador, com aproximadamente [85%] dos moradores. Como as famílias são relativamente jovens, suas constituições podem ter sido derivadas de imigrantes que chegaram em Salvador no período de 1970 – 1975²¹⁶, movidos

²¹⁶ Cf. (SOUZA, Guaraci A. A.; FARIAS, V. 1980) O coeficiente de imigrantes para Salvador, em relação a população total vem diminuindo, desde as décadas 40/50 de 71,4% para 47,2% no período 70/75, é o

pelo êxodo-rural e pela tentativa de trabalho direito e/ou indireto na indústria que vinha se desenvolvendo. Este índice pode também ser explicado pelo fato do conjunto ter sido construído especificamente para atender aos re-localizados do aglomerado de palafitas de Novos Alagados, ou seja, famílias que há algum tempo já estavam em Salvador.

Como no conjunto habitacional Nova Primavera a ocupação foi realizada com pessoas que antes compartilhavam as mesmas práticas e se reconheciam nos interesses comuns de regularização e melhoria habitacional, podemos acreditar que, por isto, exista neste conjunto uma maior compreensão da representação comunitária como agentes transformadores. Situação de reconhecimento e organização comunitária²¹⁷ que ainda não existe no conjunto Vale das Dunas, onde se encontra uma maior diversidade nos lugares de origem dos moradores, implicando em um conjunto de pessoas com diferentes histórias de vidas e práticas sociais. Neste contexto o conjunto Viver Melhor, fica em uma relação intermediária aproximando-se mais do Jardim Nova Primavera, nele [60%] da população é oriunda de outros bairros de Salvador que foram se aglomerando na área antes da intervenção, contudo, em sua constituição não houve um expressivo contingente de pessoas oriundas de uma mesma realidade.

Na (Tab. 1), não foram mensuradas informações de cunho étnico e religioso, contudo os últimos dados do IBGE, assim como algumas pesquisas²¹⁸

que informa o trabalho. [...] Esse declínio tem com contrapartida a elevação do coeficiente *endógeno*, isto é, a reprodução dos que já moram em Salvador. No total, as taxas de crescimento populacional da capital baiana, depois do longo declínio do período 1900-1950, quando foi a mais baixa entre as nove principais cidades brasileiras, experimentam sensível elevação. Como se explica o crescimento do coeficiente *endógeno*? Em primeiro lugar, ocorre uma baixa na mortalidade devida à simples mudança de *lôcus* da força de trabalho, de rural para urbana.

²¹⁷ Retomaremos esta discussão com maior ênfase nas tabelas de número (5a,5b,5c)

²¹⁸ As pesquisas foram: Metrôpoles, Desigualdades, Sócio-Espaciais e Governança em Salvador (PRONEX/CNPq/Fapesb); Sociabilidade e Violência: Redução de Danos Sociais no Subúrbio Ferroviário

realizadas no Centro de Recurso Humanos da Universidade Federal da Bahia, informam que [95%] da população destes conjuntos habitacionais é formada por afrodescendentes e negros mestiços, número esperado, levando em consideração que Salvador possui a maior concentração de negros da América Latina. Em relação à religião, observamos uma disputa em números entre os adeptos das religiões evangélicas (Assembléia de Deus, Batista, Universal do Reino de Deus etc.) e a religião católica que pode se combinar com a do candomblé, enfatizando que o sincretismo na Bahia é bastante comum²¹⁹.

de Salvador (Ministério da Justiça e UFBA), e Deserdados do Mar e Segregados em Terra (Pibic/CNPq 2003–2004).

²¹⁹ Guardando a importância destas duas variáveis: étnica e religiosa, não foi do interesse desta pesquisa aprofundar maiores detalhes sobre elas, tendo em vista que nossa análise recairá em questões de cunho mais econômico e de perfil demográfico.

Fotos dos três conjuntos habitacionais em estudo:

Fotos: 7 – Conjunto Jardim Nova Primavera [Subúrbio Ferroviário]

Fotos: 8 – Conjunto Vila Viver Melhor [Área central]

Fotos: 9 – Conjunto Loteamento Vale das Dunas [Miolo Urbano]

TABELA - 2

Distribuição de Frequência e percentuais das principais relações entre o morador e a unidade habitacional dos três conjuntos habitacionais*.

QUESITO I		(I) Viver Melhor (62)≈ ^{100%}	(II) Vale das Dunas (48)≈ ^{100%}	(III) Nova Primavera (41)≈ ^{100%}
1.Função da U.Hab.	(Resid.).	≈ 88%	≈ 85%	≈ 87%
	(Comer)	≈ 12%	≈ 15%	≈ 13%
2.Alteração da U.Hab.	(Sim)	≈ 81%	≈ 75%	≈ 60%
	(Não)	≈ 19%	≈ 25%	≈ 40%
		100%	100%	100%
3.Dimensão da U.Hab.	(Suficiente)	≈ 15%	≈ 46%	≈ 53%
	(Masq/Sufic.)	≈ 5%	≈ 12%	≈ 10%
	(Pequena)	≈ 48%	≈ 40%	≈ 30%
	(Muito Peq.)	≈ 32%	≈ 2%	≈ 7%
		100%	100%	100%
QUESITO II				
1.Avaliação da U.Hab.	(Ótimo)	≈ 12%	≈ 20%	≈ 12%
	(Bom)	≈ 50%	≈ 45%	≈ 55%
	(Regular)	≈ 25%	≈ 25%	≈ 22%
	(Ruim)	≈ 13%	≈ 10%	≈ 11%
		100%	100%	100%
2.Satisfação/ posse da U.Hab.	(Ótimo)	≈ 22%	≈ 14%	≈ 20%
	(Bom)	≈ 49%	≈ 48%	≈ 58%
	(Regular)	≈ 20%	≈ 32%	≈ 12%
	(Ruim)	≈ 9%	≈ 6%	≈ 10%
		100%	100%	100%
QUESITO III				
1.Saída de morad. das U. Hab.	(Sim)	≈ 78%	≈ 69%	≈ 35%
	(Não)	≈ 22%	≈ 31%	≈ 65%
		100%	100%	100%
2.Principais Motivos da saída	(Falta de condições econômica)	≈ 15%	≈ 10%	≈ 13%
	(Problemas com a vizinhança)	[...]	≈ 15%	[...]
	(Estrut. das U. Hab)	≈ 25%	[...]	≈ 12%
	(Falta de Adapt. com o novo contexto hab.)	≈ 60%	≈ 75%	≈ 75%
		100%	100%	100%

(≈) – Equivalência aproximada

Campo 2006 * A base para este estudo foi de 151 questionários

** U. Hab. – Unidades Habitacionais (casa)

Fonte – Pesquisa de

Na (Tab. 2) – *quesito I*, a análise se direciona às relações existentes entre o morador e o conjunto habitacional, ou seja, como o morador usa e

avalia seu conjunto habitacional. Nos três casos em estudo, há a predominância média acima de [85%] da função residencial, mesmo tendo algumas casas com função mista (residencial e comercial). Neste mesmo quesito, há indicativos de que a maioria dos moradores dos conjuntos habitacionais alteraram ou realizaram algum tipo de reforma em sua unidade habitacional, na Vila Viver Melhor [81%], no Vale das Dunas [75%], no Jardim Nova Primavera [60%]. Entre os três aglomerados, a população que menos alterou suas moradias foi a do Jardim Nova Primavera. Este conjunto é o mais recente, sua população é a que tem a menor renda familiar e que está menos insatisfeita com a dimensão da moradia e condições de habitabilidade.

Em relação à satisfação relativa ao tamanho das unidades habitacionais, há algumas oscilações consideráveis entre as percentagens: na Vila Viver Melhor [82%], a população considera a casa pequena ou muito pequena, enquanto apenas [42%] dos moradores do Loteamento Vale das Dunas e [37%] do Jardim Nova Primavera considera o mesmo; a maioria absoluta dos moradores do Jardim Nova Primavera²²⁰ [53%] considera o tamanho da casa suficiente. Talvez, se buscássemos explicações na tipologia e na dimensão da moradia anterior ao conjunto habitacional (palafitas, barracos em encostas, barracos em depressões, falta de saneamento etc.), pudéssemos justificar estes diferentes índices de satisfação entre a população, correlacionando o tamanho das famílias, a renda familiar e a idade do conjunto.

Na (Tab. 2) - *quesito II*, nos itens de avaliação geral e grau de satisfação com a posse da unidade habitacional há uma relativa e ponderada equalização

²²⁰ Como já referenciado 80% dos moradores deste conjunto é provindo de aglomerado de palafitas.

de índices, quando somamos os quesitos *bom* e *ótimo*, temos uma média satisfatória acima dos 65% nos dois itens.

Gosto do conjunto, gosto de minha casa, apesar de ser pequena, né! [...]. Aqui é uma maravilha, principalmente a minha [casa] que os quartos é em cima, aí eu fico doida! Quando estou retada subo para o quarto e fico lá, não atendo ninguém, nego pode morrer ali chamando. [Garçonete, moradora do Conjunto Vila Viver Melhor, 2006]

O conjunto habitacional é bom e ao mesmo tempo não é! No meu caso na época em que eu vir morar aqui, em 1984, a gente tinha paz, tinha até o que comer dá própria reserva, a gente pescava, em Novos Alagados. O lado ruim foi quando as pessoas começaram a mudar a natureza, as coisas não andavam mais como antes, e o índice de criminalidade começou a crescer, mesmo assim eu prefiro agora. [Moradora/Aux. de Enfermagem do Jardim Nova Primavera, 2006].

Oxente! A mudança para a nova casa aqui no conjunto foi uma maravilha, água dentro de casa, banheiro, luz [...] tudo individual, cada um paga o seu, oxê melhorou muito. [Diarista, moradora do Conjunto Vila Viver Melhor, 2006]

[...] a única coisa que eu não gosto aqui no Vale das Dunas é de morar neste lugar apertado, eu queria morar em minha casa, ter minha área, ter meu espaço, mas tirando isto é ótimo aqui. [Costureira, moradora do Loteamento Vale das Dunas, 2006]

A satisfação pode também advir do sentimento de conquista da casa, no que se refere a uma maior privacidade e segurança. Parte considerável dos moradores dos conjuntos se mostram satisfeitos com a moradia atual, contudo a satisfação sempre tem como referência comparativa as condições infra-estruturais precárias da moradia anterior. Alguns, ao se referirem à antiga moradia, demonstram uma certa nostalgia na fala, contudo a saudade do passado, por si só, não se configura em uma insatisfação com a moradia atual. Vale ainda acrescentar que quando os moradores saem do esquema de comparação (moradia anterior e atual), dentro das dimensões de satisfação e insatisfação, há manifestações de descontentamentos em relação ao conjunto, como veremos nas próximas tabelas.

No *quesito III* (Tab II), buscando sinalizadores compreensivos para o problema da transitoriedade e rotatividade populacional, tão incidentes nos conjuntos habitacionais populares, procurou-se saber sobre a saída dos moradores e seus motivos, conforme os seguinte índices: nos conjuntos Vila Viver Melhor e Loteamento Vale das Dunas observou-se que parte da população, em média de 70%, afirmam que há saída de moradores, tendo como principal motivo a “falta de adaptação”, variante esta que se vincula à falta de condições econômicas para a manutenção dos encargos da nova moradia. Contudo, no Jardim Nova Primavera – o de menor renda familiar, o mais pobre e com menor grau de escolarização – o índice de mudanças de moradores é menor, estando em torno de 35% de observância de saídas.

As pessoas vendem suas casa sim! E o preço para estas casas não passam de R\$ 5.000, vendem e voltam a morar nas invasões, eles vendem porque não sabem o que querem não tem noção da coisa, porque estas casas não são palácios mas para a vida que se tinha antes nas palafitas são maravilhosas. [Aux. de Enfermagem, moradora do Jardim Nova Primavera, 2006].

Na avaliação das moradias, a população do Jardim Nova Primavera em sua maioria considera o tamanho da unidade habitacional suficiente, estes moradores parecem menos críticos e mais satisfeitos²²¹ em relação ao conjunto do que a população dos outros dois aglomerados. A população que se mostrou mais crítica e menos satisfeita com as dimensões das unidades habitacionais foi a da Vila Viver Melhor, conjunto no qual a renda familiar e o grau de escolaridade são maiores em relação aos outros dois. Um outro fator é a relação comparativa imediata com as construções da área de contexto – bairros centrais

²²¹ Talvez este dado se relacione ao contexto habitacional de origem da população, antes moradores de palafitas, relação que pode justificar a avaliação positiva da nova moradia (casa de alvenaria, saneamento, construção em terra firme etc.).

já consolidados, urbanizados e com construções superiores aos do conjunto habitacional, tanto no tamanho como na dimensão da estética e na qualidade habitacional.

Tabela – 3

Distribuição de Frequência e percentuais do cruzamento dos valores (uso e troca) exercidos pela unidade habitacional na vida da população de cada conjunto.

QUESITO I		(I) Viver Melhor (62)≈ ^{100%}	(II) Vale das Dunas (48)≈ ^{100%}	(III) Nova Primavera (41)≈ ^{100%}
1. Troc/Vend. a U. Hab (casa)**	(Sim)	≈ 85%	≈ 88%	≈ 81%
	(Não)	≈ 15%	≈ 12%	≈ 19%
		100%	100%	100%
2. Venderia a U. Hab (casa) R\$ ***	(-) R\$ 5.000,00	[...]	≈ 9%	≈ 10%
	R\$ 5.000,00 ≈ R\$ 8.000,00	≈ 8%	≈ 25%	≈ 11%
	R\$ 5.000,00 ≈ R\$ 15.000,00	≈ 36%	≈ 23%	≈ 12%
	(+) R\$ 15.000,00	≈ 22%	≈ 4%	[...]
	Não sabe	≈ 19%	≈ 27%	≈ 48%
	Não venderia	≈ 15%	≈ 12%	≈ 19%
		100%	100%	100%

(≈) – Equivalência aproximada

2006 * A base para este estudo foi de 151 questionários

** U. Hab. – Unidades Habitacionais (casa)

*** O Intervalo de valores foi criado junto às respostas dos moradores, ou seja, criamos uma intercalação de valores estimados seguindo a atribuição de preço de venda do mutuário.

Fonte – Pesquisa de Campo

A (Tab. 3) demonstra os valores que a população atribui às suas unidades habitacionais. Em relação às possibilidades de troca e venda, a maioria absoluta nos três casos em estudo, em média de [85%], venderia sua unidade habitacional, o que torna perceptível o duplo valor da casa – de uso e troca – e a preponderância da troca em relação ao uso, sinalizando uma fértil discussão sobre a mercantilização da moradia popular e a força do fator econômico no direcionamento da subversão dos valores, movida por uma certa incidência no interesse de venda da moradia, mediado por um discurso dos

moradores, na maioria dos casos plausível “*de venda necessária para a manutenção da sobrevivência familiar*”.

O valor de venda presumido pelos moradores em relação às unidades habitacionais possui significativas diferenças. Vejamos os maiores índices: [36%] dos moradores da Vila Viver Melhor indicam um intervalo de valores para a venda de suas casas que oscila entre (R\$ 5 ↔ R\$ 15 mil); no loteamento Vale das Dunas [23%] dos moradores também indicam um intervalo de preço para a venda de (R\$ 5 ↔ R\$ 15 mil); no Jardim Nova Primavera apenas [12%] indicam este mesmo intervalo de (R\$ 5 ↔ R\$ 15 mil). O conjunto habitacional que possui o percentual de valor de venda presumido mais alto é o da Vila Viver Melhor, e o mais baixo é o do conjunto Jardim Nova Primavera. A boa localização do Viver Melhor pode vir a justificar o valor venal presumido por seus moradores, isto é, sua proximidade com serviços e com equipamentos urbanos (escolas, creches, hospitais); o conjunto mantém uma relação estratégica com sua área de contexto, que também é beneficiada por um *status* urbano que se distancia da estigmatização e do preconceito lançado sobre a área suburbana, onde se localiza o Nova Primavera, ou a área norte do miolo urbano, na qual se localiza o Vale das Dunas, circundado por bairros tidos como “perigosos” – Planeta dos Macacos e Malvinas.

As unidades habitacionais dos conjuntos populares em estudo, desde a sua produção em série são provisionados pelo Estado, associado ao mercado imobiliário: construtoras, incorporadas, agentes financeiros de produção e empresas de construção civil; e, depois, por seus próprios mutuários como um objeto mercantil, destinado a gerar renda e ao atendimento das necessidades de quem possui o poder de compra e de manutenção do imóvel. Para David Harvey

(1980, p.42) “A renda inclui a troca, em valor, de direitos de propriedade de um indivíduo [...] Do ponto de vista do poder do indivíduo sobre os recursos, é troca no valor real de sua propriedade que interessa, e não o processo pelo qual essa troca foi promovida”. Para Harvey, o processo social de determinado salário é parcialmente modificado pelas trocas na localização das oportunidades de emprego (por categorias), comparadas com trocas nas oportunidades de moradia (por tipo).

Nesta lógica imobiliária, as casas populares se tornam valiosas mercadorias²²² com explícito valor de troca que move a rotatividade nos conjuntos habitacionais. Como mercadoria²²³ necessária à reprodução da vida social, a casa possui rápida cotação e reversão em dinheiro, ou seja, é um bem de fácil negociação e troca.

[...] O valor de uso sempre existiu nos produtos do trabalho humano, seja para satisfazer necessidades de alimentação, de vestimenta ou de habitação, ou para atender a necessidades simbólicas. Já o valor de troca nem sempre existiu. Quando viviam em sociedades de baixo desenvolvimento econômico, os homens consumiam tudo o que produziam, sobrando pouco ou nada para trocar. Eram sociedades cujas economias viviam em função da sobrevivência, em que a produção não tinha como objetivo a troca ou a venda, e sim o consumo. Quando a especialização tornou possível uma produção superior ao consumo, gerando um excedente em relação às necessidades da sociedade, a troca tornou-se um objetivo cada vez mais importante para a produção. [...] Mercadoria é algo que tem os dois tipos de valor – o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso de uma mercadoria é a utilidade que ela tem. (SADER, E. 2000 p.70/71).

²²² Cf. (SADER, 2000) Se alguém produz algo para seu uso ou para dar de presente a alguém, esse algo é um produto, mas não uma mercadoria. Mas se ele trocar esse objeto por dinheiro ou por outro produto qualquer, esse objeto passa a ser uma mercadoria. A mercadoria é, portanto algo produzido para o uso de outra pessoa, que a obtém mediante a troca por dinheiro ou por outra mercadoria que, por sua vez, atende à sua necessidade. Neste sentido, a casa-mercadoria, tem dupla valorização: uso e troca.

²²³ Vale mencionar a clássica referência dos Estudos de Karl Marx, sobretudo, o Capital, Cap. I, Volume I, no que se refere ao conceito de mercadoria, produção e lógica do consumo.

As unidades habitacionais logo são percebidas por alguns moradores como uma mercadoria de potencial valor de troca, susceptíveis de uma venda imediata, mesmo recebendo orientações expressas contratualmente, no ato da concessão do imóvel, de que as unidades habitacionais não podem ser passadas, locadas ou vendidas, os moradores desobedecem as prescrições contratuais e negociam suas casas. Os mutuários, propensos à venda do imóvel quando conseguem um determinado valor não resistem e passam o imóvel – fazendo prevalecer o valor de troca.

A partir da venda do imóvel, migram para outros bairros mais pobres muitas vezes mais distantes e favelizados, repetindo o mesmo processo que realizaram antes, mas agora relativamente “capitalizados” por algum tempo com o dinheiro obtido com a venda, que pode ser investido em outro imóvel ou na abertura de um comércio. Mas, na maioria dos casos o dinheiro obtido com a venda logo se exaure e, como um ciclo que faz parte da lógica “imobiliária”, o morador re-inicia o processo de luta pela moradia²²⁴. Nesta dimensão o direito à moradia, na contramão da mercadorização, ganha complexidade, pois a necessidade de moradia, é suplantada pela necessidade econômica de capitalização que, na maioria dos casos, é reflexo de uma necessidade maior de subsistência. O direito à moradia é uma necessidade na vida desta população, contudo, as estratégias de sobrevivência subvertem o direito adquirido – na medida em que ele pode ser improvisado em uma moradia inferior – em soldo para prover a subsistência imediata: alimentação, saúde e/ou tentativas frustradas de fazer render o dinheiro adquirido com venda.

²²⁴ Conforme nos indica Licia do Prado Valladares (1980) no livro *Passa-se uma casa*.

Sobre esta discussão Henri Lefebvre (1991) aponta que, para se entender a realidade urbana, é necessário se considerar o valor de uso e a ação dos conflitos específicos entre o valor de uso e o valor de troca. Este conflito entre valor de uso e de troca conduz à problematização da função dos conjuntos habitacionais: ou seja, porque a função de moradia se transforma em função comercial das casas? Por que o valor de uso se transforma em valor de troca, no momento em que o mutuário vende sua unidade habitacional? O valor de uso e a função social da casa não conseguem manter sua imunidade em relação à força e as necessidades geradas pela economia monetária moderna. Principalmente a manutenção do valor de uso da casa destinada às camadas populares, que se torna cada vez mais dispendioso – agregam-se valores de troca à dimensão do valor de uso pelos serviços – carregados de encargos financeiros, que os mutuários não conseguem quitar, sendo consumidos pelo endividamento que aumenta a cada mês. O valor de uso cede espaço para o valor de troca, lutam, relutam, se interpolam e a dimensão mais próxima das prerrogativas da circulação do dinheiro, vai ganhando espaço no circuito da troca. O dinheiro com sua força invisível volatiliza, prescreve e organiza o papel e o valor²²⁵ das mercadorias e do indivíduo na vida monetarizada.

A casa mercadoria é a casa cujo valor de troca subordina o seu valor de uso; para além desta compreensão, podemos dizer que o valor de troca movimenta a especulação em relação às construções populares, tendo reflexos na arquitetura popular ou arquitetura da pobreza. A troca, ao permitir o fluxo, inibe a fixidez nos objetos e relações, se contrapõe ao enraizamento das

²²⁵ Cf. (WAIZBORT L. 2000, p. 140) [...] Simmel elabora uma teoria subjetiva do valor, que se exprime na troca. O conceito de valor que Simmel desenvolve no complexo da filosofia do dinheiro implica em distanciamento . O que determina o valor de um objeto é o desejo de possuí-lo ou usufruí-lo, e supõe portanto um processo que envolva distância e aproximação. [...] quando o dinheiro é o denominador comum tudo, o que está em jogo não é mais o “o quê”, mas sim o “quanto”.

peessoas e transforma a casa em um objeto descartável. Desta forma, as racionalidades da casa descartável e monetarizada se manifestam em seu valor de troca, que consegue manter uma relação ambivalente como o valor de uso²²⁶.

A casa descartável como objeto de troca é submetida a um controle externo, a um discurso e a um funcionamento planejado por mediadores que as vendem como uma mercadoria qualquer, desprovida de sentido, identidade, emoção – uma mercadoria cara para “gente barata” – em uma perspectiva monetária, lucrativa e excludente, que só faz beneficiar o “padrão periférico” da urbanização.

²²⁶ Cf. (LE CORBUSIER, 2004, p. 162) [...] quando a “casa” só tiver seu valor de uso, e não um valor de troca e de perpetuação freqüentemente mantida de modo artificial. A casa descartável ao contrário do que acontece hoje com a casa durável, não seria a única coisa a se valorizar continuamente enquanto se desvaloriza sempre todo o resto, a começar do papel moeda e da força de trabalho, limitada pela idade e sufocada pelo maquinismo e pela acentuada reprodução de espécie

Tabela – 4 a

Distribuição de Frequência e percentuais dos problemas e das qualidades apresentadas no conjunto

CONJUNTO HABITACIONAL VILA VIVER MELHOR (62)≈^{100%}

1.Existência de Problema	1.Sim	≈ 98%	
	2.Não	≈ 2%	
		100%	
2. Principais Problemas	1.Dimensão Física – Estrutural		
		Variáveis:	Percentagem (%)
	1.1.Qualidade da Arquitetura da Construção		≈ 10%
	1.2.Tamanho da moradia		≈ 18%
	1.3.Instalações Elétricas/ Hidráulicas		≈ 15%
	1.4. Falta de Equipamentos (Praças/Jardins/Lazer)		≈ 16%
	1.5. Falta de Equipamentos (Posto de Saúde/ Prédios Escolares)		≈ 6%
	1.6. Pavimentação/Saneamento/ Circulação (ruas)		≈ 12%
	2.Dimensão Social – Conteúdos e Manifestações		
		Variáveis:	
	2.1.Violência (assalto; roubo; estupro; assassinato etc.)		≈ 10%
	2.2. Tráfico de Drogas		≈ [...]
	2.3. Conflito com a Vizinhança		≈ 10%
	2.4. Falta de Lazer		≈ 1%
	2.5. Acidentes automobilísticos (atropelo)		≈ 2%
	Percentagem total - 100%		
3. Ranking de Problemas	Posição**	Problema	Percent. Insatisf. (%)
	1º. Lugar	Instalações Elétricas/ Hidráulicas	≈ 44%
	2º. Lugar	Tamanho da moradia	≈ 25%
	3º. Lugar	Falta de Equip. (Praça;Jardim;áreas de lazer)	≈ 48%
	4º. Lugar	Violência	≈ 38%
4. Ranking de Qualidades	Posição**	Qualidade	Percent. Satisf. (%)
	1º. Lugar	Localização	≈ 50%
	2º. Lugar	Transporte coletivo	≈ 33%
	3º. Lugar	Proximidade ao centro	≈ 27%

(≈) – Equivalência aproximada

Campo 2006 A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte – Pesquisa de

**As variáveis concorreram entre si para as posições (Pro1;Prob2;Prob3;Prod4), assim como em segunda análise as posições (Qual 1; Qual 2; Qual 3) percentagens que equivalem ao maior somatório para respectiva posição, não tendo qualquer relação com a percentagem da posição seguinte, ou seja é uma probabilística percentual baseada na incidência primitiva.

A (Tab.4) apresenta os percentuais de problemas e qualidades do Conjunto Viver Melhor. Assim, [98%] da população ali pesquisada indicam que há problemas infra-estruturais e sociais no conjunto: na dimensão física, os dois principais problemas recaem sobre o tamanho da moradia [18%] e na falta de equipamentos de lazer (praça e jardim) [16%]; na dimensão social, os dois principais problemas são a violência [10%] e o conflito com a vizinhança [10%]. Na construção do ranking, o principal problema em incidência na opinião dos

moradores são as instalações elétricas e hidráulicas [44%], seguida pelo tamanho da moradia [25%], falta de equipamentos de lazer [48%] e pela violência [38%]. Como principais qualidades, os moradores destacaram a localização [50%] e a facilidade de acesso ao transporte público coletivo [33%], esta variável é uma das mais manifestadas nas falas de satisfação em relação ao conjunto, de fato a localização do Vila Viver Melhor permite uma rápida acessibilidade a áreas de serviços da cidade:

O ponto positivo aqui é o deslocamento, você pode se deslocar daqui para qualquer local, mesmo que não tenha transporte, você vai, se você que ir ao Campo Grande andando, você vai, se você que ir na praia andando, você vai, se você que ir no Iguatemi andando, você vai, se você que ir no comércio, você vai. Então isto aqui você está situado no eixo de Salvador. E ainda tem outra, aqui você está próximo de cemitério e de hospital, está próximo de banco, está próximo de colégio. Então só um cara que for ignorante, pode achar que aqui não esta bom. [Presidente de Associação, morador da Vila Viver Melhor, 2006]

Ah! Meu filho, aqui é bom porque é perto de tudo, a gente arranja um biscate, quando as patroas não querem pagar transporte, ai a gente vai a pé, vai andando, ta entendendo, é bom por isso a localização. Tem super mercado próximo, tem médico, está entendendo, tudo é perto. [Diarista, moradora do Vila Viver Melhor, 2006]

É, olha eu vou te dizer por mais que eu quisesse vender esta casa, eu não vendia porque eu tenho médico todo o mês, eu saiu daqui às 03h00 da manhã. Aqui é perto de tudo, destes lugares assim, é o conjunto mais perto que tem, só passa ônibus aqui às 05h30 da manhã, ai eu acordo cedo para chegar cedo no médico. [Dona de casa, moradora do Vila Viver Melhor, 2006]

A localização privilegiada do Vila Viver Melhor, faz dele o conjunto que possui o valor de troca mais alto em relação aos outros, a acessibilidade também possibilita maiores chances de trabalhos e/ou desempenhos de atividades para geração de renda temporários para os moradores, assim como, diminuição do gasto com transporte coletivo. Como demonstrado nos mapas e na fotografia área, o conjunto Vila Viver Melhor se localiza em uma área de interligação de duas avenidas expressas: Avenida Bonocó que dá acesso ao Shopping Iguatemi, ao terminal rodoviário e ao vetor norte da cidade; a Avenida Vasco da Gama direciona a acessibilidade ao centro tradicional e ao centro antigo (Pelourinho) da cidade, assim como também à orla atlântica de Salvador, como ambas as avenidas são estruturantes do tecido urbano, elas possibilitam uma boa articulação do conjunto com a cidade, favorecendo aos moradores uma maior circulação.

Na (Tab. 4b) os dados levantados sobre o Conjunto Loteamento Vale das Dunas, indicam que [99%] da população constata a existência de problemas: na dimensão física, na falta de equipamentos e prédios (posto de saúde e escolas) [20%], seguido pela falta de equipamentos de lazer (praças e jardins) [16%]. Equipamentos estes necessários para a sociabilidade e aproximação das pessoas; na dimensão social, o recorde se refere à violência [22%], sendo frisada como principal problema da área, ou seja, o contexto que o conjunto habitacional de insere, entre bairros de intensa favelização já é de alto índice de violência; o problema da violência no Lot. Vale das Dunas é seguido pela presença do tráfico de Drogas [3%].

Tabela – 4b

Distribuição de freqüência e dos problemas e das qualidades apresentadas no conjunto

CONJUNTO HABITACIONAL LOTEAMENTO VALE DAS DUNAS (48) $\approx 100\%$

1.Existência de Problema	1.Sim	≈ 99%		
	2.Não	≈ 1%		
2. Principais Problemas	1.Dimensão Física – Estrutural			
		Variáveis:	Percentagem (%)	
	1.1.Qualidade da Arquitetura da Construção		≈ 9%	
	1.2.Tamanho da moradia		≈ 11%	
	1.3.Instalações Elétricas/ Hidráulicas		≈ 12%	
	1.4. Falta de Equipamentos (Praças/Jardins/Lazer)		≈ 16%	
	1.5. Falta de Equipamentos (Posto de Saúde/ Prédios Escolares)		≈ 20%	
	1.6. Pavimentação/Saneamento/ Circulação (ruas)		≈ 1%	
	2.Dimensão Social – Conteúdos e Manifestações			
		Variáveis:		
	2.1.Violência (assalto; roubo; estupro; assassinato etc.)		≈ 22%	
	2.2. Tráfico de Drogas		≈ 3%	
	2.3. Conflito com a Vizinhança		≈ 2%	
	2.4. Falta de Lazer		≈ 2%	
	2.5. Acidentes automobilísticos (atropelo)		≈ 2%	
	Percentagem total-			100%
	3. Ranking de Problemas	Posição**	Problema	Percent. Insatisf. (%)
1º. Lugar		Baixa Qualid.Constr.	≈ 30%	
2º. Lugar		Falta de Equip. (Posto de Saúde; Prédios Esc.)	≈ 44%	
3º. Lugar		Falta de Equip. (Praça;Jardim;áreas de lazer)	≈ 42%	
4º. Lugar		Violência	≈ 62%	
4. Ranking de Qualidades	Posição	Qualidade	Percent. Satisf. (%)	
	1º. Lugar	Boa vizinhança	≈ 51%	
	2º. Lugar	Facilidade Transporte col.	≈ 16%	
	3º. Lugar	[...]	[...]	

(≈) – Equivalência aproximada

Campo 2006 A base para este estudo foi de 151 questionários

**As variáveis concorreram entre si para as posições (Pro1;Prob2;Prob3;Prod4), assim como em segunda análise as posições (Qual 1; Qual 2; Qual 3); percentagens que equivalem ao maior somatório para respectiva posição, não tendo qualquer relação com a percentagem da posição seguinte, ou seja é uma probabilística percentual baseada na incidência primitiva.

Fonte – Pesquisa de

No ranking de posicionamento os principais problemas referem-se à baixa qualidade da construção [30%]; a falta de equipamentos de lazer (praças e jardins) [42%] e falta de equipamentos de necessidades básicas (saúde e educação) [44%]; e, novamente, a violência [62%]. Dentre as principais qualidades os índices indicam [51%] para a boa vizinhança.

Os problemas do Vale das Dunas são vários, no âmbito social temos a saúde uma; outra, o colégio: nós não temos colégios nem das séries chamadas iniciais, nem da 5ª. a 8ª, série, muito menos do 1ª. ao 3ª. ano; o transporte temos, mas em distância de 1.000 ou 1.500 metros até chegarmos a uma parada de ônibus, temos uma questão que hoje eu chamo como isolamento social. [Professor, morador do Loteamento Vale das Dunas, 2006].

Os fragmentos das entrevistas realizadas comprovam que o conjunto além de apresentar deficiência de transportes coletivos – não entra ônibus na área e o ponto de ônibus mais próximo se localiza no bairro de São Cristovão – sofre com a falta de equipamentos e serviços, entre estes postos de saúde e prédios escolares, levando a população a se deslocar para outros bairros à procura de serviços básicos. Uma outra variável que chama atenção no Loteamento Vale das Dunas²²⁷, é o índice de violência²²⁸ que é alto, com manifestações de medo na fala dos moradores:

[...] Mesmo enchendo d'água eu prefiro a casa que eu tinha antes, tem muitas coisas aqui no conjunto que eu não posso revelar, eu não posso dizer o motivo que eu não gosto daqui. Tem muita violência, agora mesmo a gente está aqui em guerra, gangue contra gangue [...] [Diarista, mãe de 6 filhos, moradora do Loteamento Vale das Dunas, 2006].

²²⁷ Segundo os moradores, poucas pessoas conhecem o conjunto como Vale das Dunas, mas sim como Conjunto Yolanda Pires, contudo eles não gostam porque deste nome, pois “antes havia outra área da cidade com este nome era um lugar manjado por violência. Se você mora aqui e vai procurar emprego em algum local, aí se você dizer que mora no Yolanda Pires, ou no Planeta [ela se refere ao bairro Novo Horizonte, conhecido como Planeta dos Macacos], aí já é uma coisa a menos, mesmo que você tenha a capacidade de suprir a vaga naquele emprego, você vai sofrer restrições devido à fama de violência do lugar”. [Costureira, moradora do Loteamento Vale das Dunas, 2006].

²²⁸ Cf. SOARES, Antonio M. de C. Violência, crimes e jovens empobrecidos. In: ESPINHEIRA, G. (org.) **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. UFBA, Salvador, 2004. [lançado em 2005]

Tabela – 4c

Distribuição de Frequência e percentuais dos problemas e das qualidades apresentadas no conjunto

CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM NOVA PRIMAVERA (41)≈^{100%}

1.Existência de Problema	1.Sim	≈ 87%	
	2.Não	≈ 13%	
2. Principais Problemas	1.Dimensão Física – Estrutural		
		Variáveis:	Percentagem (%)
	1.1.Qualidade da Arquitetura da Construção		≈ 12%
	1.2.Tamanho da Construção		≈ 10%
	1.3.Instalações Elétricas/ Hidráulicas		≈ 3%
	1.4. Falta de Equipamentos (Praças/Jardins/Lazer)		≈ 32%
	1.5. Falta de Equipamentos (Posto de Saúde/ Prédios Escolares)		≈ 15%
	1.6. Pavimentação/Saneamento/ Circulação (ruas)		≈ 2%
	2.Dimensão Social – Conteúdos e Manifestações		
		Variáveis:	
	2.1.Violência (assalto; roubo; estupro; assassinato etc.)		≈ 20%
	2.2. Tráfico de Drogas		≈ 3%
	2.3. Conflito com a Vizinhança		≈ 1%
	2.4. Falta de Lazer		≈ 1%
	2.5. Acidentes automobilísticos (atropelo)		≈ 1%
Percentagem Total- 100%			
3. Ranking de Problemas	Posição**	Problema	Percent. Insatisf. (%)
	1º. Lugar	Baixa Qualid.Constr.	≈ 32%
	2º. Lugar	Falta de Equip. (Posto de Saúde; Prédios Esc.)	≈ 27%
	3º. Lugar	Falta de Equip. (Praça;Jardim;áreas de lazer)	≈ 50%
	4º. Lugar	Violência	≈ 75%
4. Ranking de Qualidades	Posição	Qualidade	Percent. Satisf. (%)
	1º. Lugar	Facilidade Transporte col.	≈ 46%
	2º. Lugar	Boa vizinhança	≈ 35%
	3º. Lugar	Localização	≈ 25%

(≈) – Equivalência aproximada

Campo 2006 A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte – Pesquisa de

**As variáveis concorreram entre si para as posições (Pro1;Prob2;Prob3;Prod4), assim como em segunda análise as posições (Qual 1; Qual 2; Qual 3); percentagens que equivalem ao maior somatório para respectiva posição, não tendo qualquer relação com a percentagem da posição seguinte, ou seja é uma probabilística percentual baseada na incidência primitiva.

Na (Tab. 4c) os dados compilados foram do Conjunto Jardim Nova Primavera. Neste [87%] dos questionários indica a existência de problemas no conjunto, na dimensão física os dois principais são: falta de equipamentos de lazer (jardim e praças) [32%]; e, a falta de equipamentos de necessidades básicas (saúde e educação) [15%]. Na dimensão das relações sociais os dois principais problemas destacados são a violência [20%], seguida pelo tráfico de

drogas [3%]. No ranking construído, os principais problemas apresentados são: baixa qualidade construtiva das moradias [32%]; seguida pela falta de equipamentos de lazer (praças e jardins) [50%] e falta de equipamentos de necessidades básicas (saúde e educação) [27%]; e, a violência [75%]. Como principal qualidade a pesquisa indica a facilidade de acesso aos transportes coletivos [46%]; a boa vizinhança [36%] e a localização [25%].

Aqui falta saúde, escola, não tem nada disso aqui no conjunto Nova Primavera, só tem uma escola ao nível de 2º. Grau, as pessoas têm que se deslocar daqui para estudar fora. [Líder Comunitário, morador do Jardim Nova Primavera, 2006].

A CONDER entregou a casa sem reboco, e ainda 70% das casas estão sem reboco. A infra-estrutura do Conjunto é de total descaso, as quadras dos conjuntos não são niveladas, não tinha iluminação; o tanque de água do vizinho fica no quarto do outro vizinho, a casa que fica em cima pertence a uma família e a de baixo a outra família; os tanques ficam todos em um quarto; falta posto de saúde; faltam escolas. [...] Aqui no conjunto o calçamento está rachando; esgotamento sanitário, quando chove alaga tudo. Outro ponto negativo foi às paredes-meias, porque como a parede é meia tudo que se passa em sua casa seu vizinho escuta, outra coisa você não pode fazer nada na casa sem a alteração do vizinho. [Líder Comunitário, morador do Jardim Nova Primavera, 2006].

Olha, aqui tem seus prós e contras, tem umas coisas boas e outras ruins, tem coisas que ainda não nos acostumamos, como tiroteio, insegurança, não temos o direito de sair de madrugada do conjunto porque estaremos correndo risco de uma bala perdida, como em minha casa já teve [ela aponta a marca da bala na parede] porta perfurada. [Doméstica, moradora do Jardim Nova Primavera, 2006].

Algumas variáveis do Jardim Nova Primavera se aproximam em percentuais de variáveis do Loteamento Vale das Dunas, isto pode se justificar por ambos conjuntos se localizarem em espaços de forte presença do “padrão periférico de urbanização”, área do subúrbio ferroviário e do miolo urbano. Os índices de violência²²⁹ são altos em ambos espaços, não sendo uma

²²⁹ Cf. ESPINHEIRA, Gey. **Salvador: Sociabilidade e Violência na vida cotidiana em Salvador**. In

especificidade do conjunto habitacional, mas sim da área de contexto, que guarda expressivos índices de pobreza e informalidade.

Nos três casos em estudo a falta de equipamentos, serviços, assim como a infra-estrutura do conjunto se destacam como problemas, pois as pessoas são obrigadas a se deslocarem para outras áreas da cidade em busca destes equipamentos, contudo, como já mencionado no Viver Melhor, a contundência destes problemas é menor devido a sua fácil articulação com os equipamentos urbanos dos bairros adjacentes.

Em relação aos percentuais relacionadas à representação comunitária, apresentamos os seguintes gráficos e considerações²³⁰:

Tabela – 5. A

Distribuição de Frequência e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade

CONJUNTO HABITACIONAL VILA VIVER MELHOR (62)^{≈100%}

EXISTE REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA?

A REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA REALIZA TRABALHOS COMUNITÁRIOS ?

Sim — 82%

Não — 18%

Atuante — 25%

Ñ Atuante — 44%

Ñ.T. Envol.—31%

A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte – Pesquisa de Campo 2006

Conjunto Habitacional Vila Viver Melhor:

Há representantes no conjunto?

Você considera a representação comunitária do conjunto ?

²³⁰ Não é nosso objetivo aprofundarmos o detalhamento deste item, contudo às informações apresentadas demonstrará a organização comunitária dos três conjuntos em estudo.

A (Tab. 5a) - indica o grau de representação comunitária do Conjunto Vila Viver Melhor. Neste conjunto, [82%] dos questionados disseram que há associação comunitária, contudo, ela existe mas não atua [44%]. Nesta mesma chave [31%] dos entrevistados afirmam que a associação existe, mas que eles não têm envolvimento com ela. Na dimensão dos problemas sociais apontados pela população da Vila Viver Melhor, há um índice de [10%] que aponta a existência de conflitos entre vizinhos, variável que pode ser aproximada à questão da baixa participação comunitária na associação. Os dados apresentam que a comunidade indica conhecimento da existência da representação, mas não legitima a sua atuação.

Entre os conjuntos em foco, o Viver Melhor apresentou o maior índice de conflitos internos, além de um considerável descrédito em relação às atuações da associação comunitária, que segundo os moradores existe, mas não atua. Percebemos conflitos entre vizinhos e um desestímulo em participar das tomadas de decisões coletivas.

Aqui, os moradores não contribuem com nada, não participam de nada, receberam suas casas e ficaram todo mundo acomodado, só se preocupam movimentar quando vem acontecer alguma coisa que vai prejudicar a eles. No ano passado mesmo, teve um cidadão aí que a SUCOM veio para derrubar a ampliação que ele estava fazendo, ele em um instante veio correr aos membros da associação, intercedemos junto a eles, é tanto que não derrubaram a ampliação deles. [Presidente de Associação, morador da Vila Viver Melhor, 2006]

A associação comunitária existe né! Mas eu não sei se eles fazem alguma coisa. Eu não participo, nem perco meu tempo para participar. [Diarista, moradora do Conjunto Vila Viver Melhor, 2006]

A comunidade não tem união. E principalmente os que dizem ser mandatários da Associação, em vez de ser pelos moradores é contra os moradores eles podem fazer tudo, os outros não podem fazer nada. [Doméstica, moradora do Conjunto Vila Viver Melhor, 2006]

Olha aqui tem associação, mas não funciona! Um jogando para cima do outro, entendeu! Se um faz alguma coisa, joga na cara – alega, se o outro não faz diz que faz, aí começa a briga. [Garçonete, moradora do Conjunto Vila Viver Melhor, 2006]

A população do Viver Melhor apresenta dificuldades para se organizar coletivamente e reivindicar as necessidades do conjunto. O conflito é acirrado pelas constantes brigas entre os vizinhos: motivados por barulho, fofocas depreciativas, confusão entre crianças, desorganização do lixo na rua, competição pelos exíguos espaços externos (vias e corredores do conjunto) etc. Talvez o fato deste conjunto ter sido constituído com pessoas de diferentes origens e trajetórias, possibilite a existência destes conflitos; um outra dimensão que pode ser levantada como hipótese é a de que no conjunto não existem espaços e lugares de lazer e entretenimento, isso dificulta a aproximação e a sociabilidade entre os moradores, e, até mesmo, o fortalecimento de laços de solidariedades entre os vizinhos. A falta de sentimento de comunidade tem rebatimentos nas formas de organização e participação na associação comunitária que, pela falta de convergência de interesses, enfrenta situações de tensão com características similares às do conjunto Vila Viver Melhor.

O Loteamento Vale das Dunas pode ser interpretado de forma semelhante quanto à justificativa para a falta de participação.

Tabela – 5.B

Distribuição de Frequências e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade

CONJUNTO HABITACIONAL LOTEAMENTO VALE DAS DUNAS (48)^{100%}

EXISTE REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA?

A REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA REALIZA TRABALHOS COMUNITÁRIOS?

Sim -- 25%

Não – 75%

Atuante – 12%

Ñ Atuante –13%

Ñ.T. Envol.–75%

A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte – Pesquisa de Campo 2006

Conjunto Habitacional Loteamento Vale das Dunas:

Há representantes no conjunto?

Você considera a representação comunitária do conjunto ?

Na (Tab. 5b) foram compilados os dados do Conjunto Loteamento Vale das Dunas. Neste conjunto [75%] da população questionada afirmou que não há representação comunitária no conjunto; dos [25%] que dizem existir a representação [75%] não tem nenhum envolvimento. Dos três casos em estudo, o Loteamento Vale das Dunas possui o maior índice de não envolvimento com a representação comunitária. Vale acrescentar que é neste conjunto – onde a representação comunitária não é reconhecida e legitimada pela comunidade – que o índice de violência remonta a [62%] nas respostas dos moradores.

A associação daqui é um problema! Até um trabalho social que a gente queira fazer eles implicam, se a gente for realizar um

trabalho social, ai parece beltrano presidente, sicrano é presidente e empata a gente fazer o trabalho, porque não tem união entre o presidente da Associação e os moradores. O presidente é só ele, só ele e pronto, entendeu, ele não quer saber da comunidade a comunidade que se dane!!! [Costureira, moradora do Loteamento Vale das Dunas, 2006].

Este conjunto foi construído como eles [o pessoal da CONDER] quiseram não houve participação, não houve acordo com os moradores, não houve reunião, não teve nada disso entendeu, a CONDER construiu em um ano, e este conjunto não era isso aqui, era um projeto totalmente diferente, a maquete que está no aeroporto é uma coisa ao chegar nas casas vêem outra coisa, porque isso não era para ser duas casas era para ser uma só, entendeu, ai eles fizeram este tipo de coisa, reduziram totalmente os direitos dos moradores. [Costureira, moradora do Loteamento Vale das Dunas, 2006].

Apresentando elevados índices de falta de participação comunitária e de negação da representação associativa, que é deslegitimada não sendo reconhecida como uma organização séria, o Loteamento Vale das Dunas possui problemas relativos à participação comunitária, maiores do que o Vila Viver Melhor; por estar localizado em uma área de expressiva violência, a desarticulação comunitária e a falta de uma associação atuante e presente, estimula que os atos violentos se manifestem com maior incidência no conjunto, até mesmo entre os próprios moradores. *Aqui é uma terra de ninguém meu filho!* [Fala de moradora entrevistada].

Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera:

Tabela – 5c

Distribuição de Frequências e percentuais relacionadas à Representação Comunitária vista pela comunidade

CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM NOVA PRIMAVERA (41) $\approx 100\%$

EXISTE REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA?

A REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA REALIZA TRABALHOS COMUNITÁRIOS?

Sim -- 81%

Não -- 19%

Atuante -- 72%

Não Atuante - 10%

N.T. Envol. - 18%

A base para este estudo foi de 151 questionários

Fonte - Pesquisa de Campo 2006

A (Tab 5c) – Apresenta os dados do Conjunto Jardim Nova Primavera, neste conjunto [81%] da população reconhecem a representação comunitária. Há aqui também um índice recorde entre os conjuntos em estudo, já que (75%) da população afirmar uma atuante representação comunitária do conjunto.

Nos três conjuntos em estudo, encontramos representantes e líderes das respectivas associações comunitárias. Sendo que elas se mostram presentes da seguinte forma: (I) Vila Viver Melhor, a Associação existe e é oficialmente registrada, mas não há reuniões periódicas; no (II) Loteamento Vale das Dunas, a Associação existe, é registrada, mas está desativada, não havendo reuniões periódicas; no (III) Jardim Nova Primavera, a associação não existe oficialmente, ainda se encontra sem registro jurídico, contudo há reuniões e encontros periódicos.

Na construção do conjunto podemos dizer que houve participação em algumas coisas, em outras coisas não, por exemplo, nós não sabíamos que as casas iam ser entregues

sem reboco, para a gente as casas iam ser entregues todas prontinhas e tudo certo, a gente só soube da mudança do projeto na questão das lajes, que a gente interveio e exigiu que colocasse os quartos em cima, passando de 22m² para quase 50m² em área construída, mas aí agente não sabia que ia receber a casa sem reboco, aí a obra acabou e o dinheiro da obra também e foram empurrando com a barriga, aí os moradores entraram para suas casas e pronto. [Líder Comunitário, morador do Jardim Nova Primavera, 2006].

O projeto ia ser só sala, cozinha e banheiro, isso foi uma vitória até da gente né! Você ver que a Associação não existe juridicamente mas de fato ela existe! A gente brigou forte com a CONDER, porque ela só queria dá 22m² de área construída e aí quando a gente foi ver o embrião que eles fizeram como protótipo, aí a gente viu que não tinha condições, porque agente morava em palafita e tinha geladeira, tinha fogão, tinha sofá, tinha televisão, móveis como qualquer casa normal aí a gente parou a obra e dissemos que se fosse daquela forma, não ia ter projeto, porque aquilo não era casa de gente morar, aí eles falaram que a gente só tinha crítica e não tinha solução, e qual era a solução, se aqui não tinha espaço físico para ser maior, foi aí que eu e mais alguns colegas do grupo de lideranças, nos reunimos e enviamos proposta, já que não tinha espaço físico porque não bate a laje e faz os quartos em cima, isso foi uma idéia da gente, da comunidade mesmo, claro se você vai fazer um projeto tem que inserir a comunidade, não adianta você chegar com o pacote pronto, colocar e você vai ter que aceitar. [Líder Comunitário, morador do Jardim Nova Primavera, 2006].

O conjunto Nova Primavera apresenta um grau de organização comunitária diferenciado em relação aos outros conjuntos deste estudo. No Nova Primavera há reconhecimento do grupo e relativa participação nas tomadas de decisão. A associação que ainda não foi registrada e sequer tem um espaço próprio para as reuniões periódicas existe e possui expressiva atuação. Como pode ser notado nas falas anteriores houve uma sensível participação comunitária no processo de execução do projeto do conjunto habitacional, algo inédito em se tratando de uma intervenção urbana realizada pela CONDER, cujas realizações são marcadas por autoritarismo e falta de estímulo ao diálogo. Tal organização comunitária não existe no Vale das Dunas

e no Viver Melhor, e pode ser explicada pelo histórico de luta comum da maioria dos moradores do conjunto – antes habitantes de palafitas.

A participação como uma construção coletiva que se desenvolve ao longo do tempo, apoia-se no diálogo e na capacidade de compreensão das necessidades e interesses comuns de uma comunidade, algo que já existia na prática cotidiana deste grupo – *Deserdados do Mar e Segregados na Terra*²³¹. Desta forma, nos casos apresentados percebemos que a participação e a organização comunitária dos conjuntos não obedecem a regras de localização geográfica, ou até mesmo de renda ou grau de instrução, mas a um desejo comum sinalizado por processos históricos e sociais.

Neste recorte de realidades, a afirmação de que os conjuntos habitacionais populares em Salvador tem uma inserção parcial e marcada por precariedades é coerente. O contra argumento de que os conjuntos habitacionais não estão inseridos no tecido urbano, não percebe que as investidas da lógica do capital imobiliário formata tipologias de inserção que seguem a lógica do crescimento periférico da cidade. Logo os conjuntos habitacionais podem ser compreendidos como intervenções institucionalizadas, legalizadas, formalizadas, que dissimuladamente são promovidas pela lógica da periferização, a se expressar numa arquitetura de baixa qualidade e com falta de funcionalidade nas unidades habitacionais – verdadeiros caixotes – e acomodação parcial nos contextos empobrecidos em que se localizam.

²³¹ Cf. SOARES, Antonio Mateus de C. & ESPINHEIRA, Gey. **Deserdados do Mar e Segregados na Terra**. Relatório de Pesquisa [2002-2003 Pibic/CNPQ]– Realizada no CRH/UFBA, Salvador, 2003.

Em menos de dois anos de inaugurado o Conjunto Nova Primavera exhibe sua má qualidade construtiva²³², a arquitetura utilizada é de consumo massivo de baixo custo de produção; baixo investimento criativo e tecnológico. Neste caso, e como em outros descritos, a arquitetura moderna foi depreciada e aplicada parcialmente. Será que se pode denominar isso de "arquitetura"? As unidades habitacionais além de terem sido entregues sem acabamento interno, parecem descartáveis, o que contraria o conceito de habitabilidade, bem estar social e qualidade de vida.

Assim como o Nova Primavera, o Viver Melhor apresentou rachaduras em algumas unidades habitacionais, tendo como justificativa técnica: “ que a falta de acomodação do terreno, que leva cinco anos, tem gerado as rachaduras”. Para além disto, o Vila Viver Melhor manifesta problemas elétricos e hidráulicos, o que levou muitos moradores a trocarem as tubulações de suas casas.

A realidade do Loteamento Vale das Dunas não foge à regra de precarização, neste conjunto que também apresenta problemas hidráulicos, elétricos e de conforto ambiental, seus moradores reclamam que o revestimento/reboco, realizado nas unidades habitacionais é de baixa qualidade. Além da falta de espaços e equipamentos de lazer e entretenimento, comum nos três conjuntos em foco.

Os projetos de habitação popular, se tornaram problemas urbanos, sob o uso de uma arquitetura depreciada, há tanto tempo maltratando as cidades, os

²³² Cf.(Jornal A Tarde, 22/04/2004, p. 5). “**Casas racham em Novos Alagados**”: [...] A alegria de receber casa nova transformou-se em pesadelo para os moradores do Conjunto Nova Primavera, em Novos Alagados. Entregues a partir de 2001, as novas moradias estão cheias de rachaduras e sendo invadidas constantemente por água de esgoto, para desespero dos moradores. Essas habitações fazem parte do Programa Ribeira Azul e abrigam famílias que moravam em cima de palafitas. Além de paredes rachadas, na parte mais baixa do loteamento os esgotos estão retornando para dentro das casas porque o terreno fica abaixo do nível do mar. Para completar o quadro de dificuldades, os moradores (pessoas de baixa renda ou sem nenhuma) afirmam que não têm condições para pagar as mensalidades e as contas de água, que chegam com preços altos.

bairros e os moradores, são mais um atrativo para empreiteiras e para a incorporação imobiliária do que para a paisagem urbana e para a moradia em si mesmo. Sem fazer com que os moradores fizessem, eles próprios, parte do projeto de “melhoria” urbana, esses conjuntos habitacionais, como os descritos, tão ostensivamente precários, não têm integração arquitetônica e social com a cidade, assim como os seus moradores não têm auto-sustentação econômica. Como consequência desta condição e da situação que configura o tipo autocrático da gestão do programa governamental empreendido, a construção da habitação popular favorece mais às empreiteiras e às incorporadoras imobiliárias²³³ do que à cidade e aos seus moradores.

²³³ Cf. RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase, 1997.

4º. Capítulo

ESTADO & EXCEÇÃO. EXCLUSÃO-INCLUSIVA

Barraco de Palafita e Unidade Habitacional Conjunto Nova Primavera

ESTADO – EXCLUSÃO/INCLUSIVA E OS ARREMEDOS NAS QUESTÕES URBANAS

I – A lógica da captura: o Estado e a exceção

O Estado brasileiro dentro do jogo econômico global é capturado por uma progressiva desestatização que põe limites à sua autonomia. Tal captura suspende a concepção clássica do Estado de Direito²³⁴; põe em xeque o conceito de Estado enquanto instituição reguladora; e invoca a discussão sobre o atual papel do Estado, assim como, a compreensão dos inúmeros ajustes que ele é obrigado a se submeter, sob a ordem dos agentes (BIRD, BID, FMI, OMC) do capital financeiro.

Para compreender o transcurso da submissão do Estado brasileiro, Francisco de Oliveira²³⁵, fertiliza nossa discussão, ao enfatizar que o Estado pós-64, foi moldado de acordo aos interesses da dinâmica do capitalismo monopolista, em que a relação entre as classes²³⁶ tornou-se uma mera relação de poder, e não mais de arbitragem, como no ciclo “populista” anterior. A relação de captura que a acumulação monopolista mantém com o Estado, se fortaleceu com a burguesia internacionalizada; e, com a “exclusão urbana” de grande parcela da população.

²³⁴ A suspensão do Estado de Direito, manifestará o Estado da Urgência, que se funda na lógica do Estado da Exceção, uma zona ilocalizável de indiferença, que para Agambem não se configura em um ambiente ditatorial, mas em um espaço vazio de direito. Conforme Giorgio Agambem, em reportagem ao Jornal Folha de São Paulo: “O Estado de Exceção define um regime da lei no qual a norma vale, mas não se aplica (porque não tem força), e atos que não possuem o valor de lei adquirem sua força. A força de lei flutua como um elemento indeterminado que pode ser reivindicado ora pela autoridade do Estado, ora pela autoridade de uma organização revolucionária”.

²³⁵ Cf. As últimas teorizações sobre o Estado in: (OLIVEIRA, F.) “Ornitórrinco” (2003); “Política numa era de indeterminação” (2002); “O Estado e a Exceção: ou o Estado de Exceção”(2003); “O Momento Lênin (2004)”.

²³⁶ Cf. (ARON, 2002, p. 266). O Estado é considerado essencialmente como instrumento da dominação de uma classe. Em consequência, um regime político é definido pela classe que exerce o poder. Os regimes da democracia burguesa são assemelhadas àqueles em que a classe capitalista exerce o poder, embora mantenham a fachada das instituições livres.

Neste movimento comandado pelos agentes do capital financeiro, o Estado sofre impactos com a desterritorialização²³⁷ dos fluxos econômicos tendo como reflexos a mudança estrutural do trabalho, a emergência de instituições econômicas supranacionais, a aceleração da movimentação de capitais no mercado financeiro, com outros fatores, que se “somam a uma mudança lógica instrumental de produção dos sistemas de mercadorias, revelando a consagração de uma doutrina política econômica: o Neoliberalismo” (ESPINHEIRA, 2004, p.95).

No mesmo processo de rápida internacionalização das relações econômicas, às suas reinvenções aceleram a centralização dos capitais²³⁸ nos países imperialistas ao passo que desmantela as regulações internas de países subdesenvolvidos como o Brasil; este desmantelo desorganiza e deslegitima as ações do Estado, gerando o aumento de problemas sociais como o desemprego, falta de moradia, miséria, marginalidade, violência, exacerbando a situação de “exclusão social”. Estas situações que são impostas pelo neoliberalismo produzem um contexto de subordinação e enfraquecimento do Estado, que ganha vulto e entonações diferenciadas nas últimas décadas. No caso brasileiro, o acúmulo histórico de subserviência econômica se evidencia na atualidade a partir de sofisticadas formatações de domínio, que exercem tacitamente uma política de exclusão-inclusiva através de um arsenal de programas humanitários²³⁹ de combate à pobreza.

²³⁷ Cf. (ZIZEK, Slavoj, p.170, 2003) Efetivamente, é a atual oposição ao capitalismo global que oferece uma espécie de imagem espelhada da afirmação de Deleuze acerca da exigência inerentemente antagonística da dinâmica capitalista (uma forte máquina de desterritorialização que gera novos modos de reterritorialização).

²³⁸ Cf. (PALLOIX & ZARIFIAN, 1988; LAUTIER, 1994, *apud* KOWARIC, L. 2003)

²³⁹ Cf. (ZIZEK, 2003, p.111) os excluídos não seriam somente os terroristas, mas todos aqueles que se colocam na ponta receptora da ajuda humanitária. O Homo sacer de hoje seria o objeto privilegiado da biopolítica. “o que é privado da humanidade começa a ser sustentado por ela com desprezo.” [...] O autor ainda nos chama a atenção para o paradoxo dos campos de refugiados que recebem ajuda humanitária, expõe duas faces, “humana” e “desumana (...)” Não basta enumerar os exemplos atuais do *Homo Sacer*: os

Uma vez mais, convoco ao exame empírico: as políticas chamadas de emprego e renda são à exceção do desemprego; elas aprofundam o desemprego, ou a mantêm, com o propósito de combatê-lo. As políticas de mutirões para satisfazer a demanda por habitação é a cidade como exceção; é a desmercantilização da força de trabalho sob a forma de trabalho virtual que prepara o enorme exército “informal”[...]. O Fome Zero é o *marketing* como política. Mesmo uma “política” contra a qual ninguém pode colocar-se, a cópia brasileira das políticas do Estado ou o Estado como exceção. (OLIVEIRA p.12, 2003).

O sistema econômico neoliberal se reproduz no Estado brasileiro²⁴⁰, a partir de um esquema econômico baseado em uma sequiosa lógica de concentração de renda; crescimento exacerbado da pobreza; e uma infinidade de ações assistencialistas no formato de programas sociais, a exemplo das bolsas paliativas: auxílio remédio, vale gás, bolsa família, bolsa escola etc. Um arsenal de programas humanitários que reforçam a lógica do capital financeiro e cria um complexo jogo de exclusão-inclusiva, na medida em que assegura o princípio do “direito de viver”²⁴¹, através da doação de uma renda mínima aos pobres.

Tal situação compromete ainda mais o entendimento do conceito de “exclusão”²⁴² tornando-o amplo e escorregadio, o que nos obriga a criar um novo quadro analítico para a categoria. O que antes poderia ser classificado como *sobrantes, inúteis e desabilitados socialmente* – excluídos, ou como Kowarick (2003, p. 74) provocativamente indica como “uma vasta parcela daqueles que estão à margem, desligados ou desenraizados dos processos essenciais da

sans papiers na França, os habitantes das favelas no Brasil e a população dos guetos afro-americanos nos EUA, etc. É absolutamente crítico completar essa lista com o lado humanitário sejam as figuras modernas do *Homo Sacer*”.

²⁴⁰ Cf. (OLIVEIRA p.09, 2003). As desigualdades históricas da sociedade brasileira vieram juntar-se aquelas advindas da reestruturação produtiva e da globalização, reformatando o mercado, funcionalizando a relação Estado-capital, transformando políticas em antipolíticas de funcionalização da pobreza, erigindo em norma o que dela se afastava, pontuando um esforço teórico que transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção.

²⁴¹ Cf. (POLANYI, KARL, 2003). *La grande transformation*, Gallimard.

²⁴² Meu objetivo é de apenas indicar e problematizar a complexidade que esta noção possui, sobretudo quando passam a ser objeto de captura e enquadramento dentro da lógica de agentes financeiros.

sociedade”, no momento atual, exige um maior cuidado em sua apropriação como categoria teórica. A simples compreensão da exclusão como um desposseção de direitos, é inocente, e se transforma em jargão intelectual para os que trabalham com a pobreza urbana.

[...] exclusão [é] uma palavra-chave *da retórica republicana francesa*. Não só ela se origina na França, mas também está ancorada na interpretação da história *republicana revolucionária francesa e do pensamento republicano*. Desse ponto, de vista, a exclusão não é concebida como um simples fenômeno econômico ou político, mas como uma falta de “nacionalidade”, *um esgarçamento do tecido social*. (KOWARICK, L. p.76, 2003 *apud* SIVER, 1994)

Neste quadro, é imprescindível se perceber que a própria situação de exclusão é capturada e estrategicamente congelada dentro da lógica capitalista, que enfraquece a autonomia do Estado²⁴³, a situação de exclusão se amplia e é revestida por uma *pseudo* inclusão social. O excluído não é mais aquele sujeito que está totalmente fora das formalizações do direito a ter direito, ele é “integrado, incorporado, enquadrado na lógica financeira”, ele é resgatado e incluído tanto por uma sofisticada introjeção ideológica de inclusão, como pelas políticas de assistencialismo humanitário²⁴⁴. Tal situação sinaliza as modalidades práticas da constituição de um Estado de Exceção²⁴⁵ que se pauta atualmente através da promoção de políticas públicas destinadas à funcionalização da pobreza.

²⁴³ Cf. [...] tem ocorrido um amplo e diverso processo de *desresponsabilização do Estado* em relação aos direitos de cidadania, e, no seu lugar, surgem ações de cunho humanitário que tendem a equacionar as questões da pobreza em termos de atendimento particularizado e local. (KOWARICK, L. p. 86, 2003)

²⁴⁴ O despossuído de acesso ele não tem emprego, mas tem direito a uma bolsa família, ele não tem dinheiro para pagar o transporte público, mas tem um cartão de gratuidade para seu deslocamento; não tem condições para comprar o remédio que necessita, mas recebe do governo o auxílio-remédio etc.

²⁴⁵ Não é nosso objetivo aprofundar as problematizações sobre o Estado de Exceção, contudo podemos dizer que segundo (AGAMBEM, 2003^a) A exceção é uma espécie de exclusão [...] o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora da relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma de suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o *étimo*, capturada fora (*ex-capere*) e não simplesmente excluída. [...] Chamemos relação de exceção a esta forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão.

A suspensão do Estado de Direito, que se funda na lógica do Estado da Exceção – uma zona ilocalizável de indiferença – que para Giorgio Agambem (2003) não se configura em um ambiente ditatorial, mas em um espaço vazio de direitos. A lógica do Estado de Exceção²⁴⁶, que tem sua fundamentação filosófica em Walter Benjamin: “*A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral*”, se funda em uma sociedade de economia financeirizada, em que o direito²⁴⁷ legal existe mais não prescreve, enquanto ação efetiva.

Na contestação viabilizada por Giorgio Agambem (2003. p.19), a “vida nua” insurge localizada em um Estado de Exceção, onde existe a plena ausência de ação política²⁴⁸. A “vida nua” se constitui como uma categoria criada para o livre exercício do poder soberano sobre aqueles que sub-existem em um mundo onde o direito não se efetiva. Podemos nos referir aos milhares de seres vivos, que através da “vida nua” se figuram nos cortiços, albergues, febens, “carandirus”, favelas, conjuntos habitacionais populares, etc. Lugares onde a exceção além de regra é paradoxalmente a única forma de inclusão.

A lógica da exclusão pela inclusão, se manifesta nos problemas urbanos, sobretudo na questão habitacional, a foto do Aglomerado de Novos

²⁴⁶ Cf. (AGAMBEM, Giorgio, 2003, p.29) O Estado de Exceção define um regime da lei no qual a norma vale, mas não se aplica (porque não tem força), e atos que não possuem o valor de lei adquirem sua força. A força de lei flutua como um elemento indeterminado que pode ser reivindicado ora pela autoridade do Estado, ora pela autoridade de uma organização revolucionária.

²⁴⁷ Cf. TELLES, Vera (1994, 1996, 2001).

²⁴⁸ Cf. (RANCIERE, 1999, 368/370) [...] A política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe ao outro recorte do mundo sensível [...] A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o *dissenso*, ou seja, a ruptura nas formas sensíveis da comunidade. Ele tem efeito ao interromper uma lógica da dominação suposta natural. Esse efeito é a instituição de uma divisão ou de uma distorção inicial. Essa distorção é que é testemunhada pelas palavras aparentemente muito simples: demos e democracia.

Alagados, em Salvador, indica uma situação de destituição de direitos, empobrecimento social, ausência do poder estatal. Enfim, neste espaço as péssimas condições de vida, possibilitam a figuração da “vida nua”, que é capturada pela lógica da exceção. Deste modo, os que estão cruelmente excluídos nas palafitas, através da lógica da exclusão pela inclusão, serão incluídos nos projetos de habitação popular de Salvador, simulando uma inclusão, que no plano superficial é prescrita, mas não se efetiva, pois a condição de indigência social continua.

Foto de Novos Alagados em Salvador – Subúrbio Ferroviário (2004)

A vida desprotegida, a mercê da sorte figurada em “vida nua”, conforme indica Giorgio Agambem (2003), se instala onde a ausência da lei é norma, onde excluídos são capturados, “nutridos” e controlados por ações

gerenciadas de programas humanitários. A vida de alguns moradores de conjuntos habitacionais populares de contextos empobrecidos como o Subúrbio Ferroviário e a área do “miolo urbano” em Salvador, servem como exemplos desta lógica, que se manifesta em um complexo esquema de exclusão pela inclusão: *a família que sai da flagrante exclusão de direitos manifesta nas palafitas de Alagados, é “incluída” como mutuário em conjuntos habitacionais, na pseudo inclusão, às condições necessárias para a manutenção da vida continuam a não existir, a necessidade pela subsistência é continua, o assistencialismo estatal das famigeradas bolsas, tentam simular a inclusão diminuindo a exclusão e o ciclo de despossessão é mantido e legitimado pelo Estado.*

No caso da habitação popular a moradia é “cedida”²⁴⁹, mas seus moradores além de serem controlados e desprezados, são vistos como desqualificados sociais, impotentes por sua própria exclusão, e “necessitados” do resgate humanitário e assistencialista, que além de dissimular, aumenta a sua impotência e dependência. Nesta situação o Estado se mostra conivente e forçado a legitimar a ação dissimuladora, pois está lógica gerenciada pelos agentes do capital financeiro se mostra soberana ao Estado enfraquecido.

II – O Estado e a expansão da pobreza urbana em Salvador

O capital que dinamiza a cidade é o mesmo que exacerba as desigualdades sociais, determinando um padrão específico de urbanização que

²⁴⁹ O ceder referido não é sinônimo de doação, pois sabemos que a moradia popular é paga, quando não pelos moradores, pelos cofres públicos.

se funda na segmentação do território²⁵⁰ urbano a partir de uma forma específica de dominação das elites²⁵¹, que se manifesta através da segregação social²⁵² e da consolidação de um padrão periférico para o crescimento urbano. Neste movimento o Estado, capturado pelo capital financeiro, intervém na cidade para atender interesses pré-determinados por este mesmo capital.

Na esfera urbana, este sequioso jogo que há tempos se manifesta em nosso país, se exacerba na atualidade com um abrupto encolhimento do Estado²⁵³, figurando-se nos agenciamentos e nas parcerias imobiliárias com construtoras e incorporadoras²⁵⁴ que constroem áreas ricas como as Avenidas Antonio Carlos Magalhães e a Tancredo Neves, nas proximidades do Shopping Iguatemi e do Shopping Salvador, e áreas empobrecidas como o subúrbio ferroviário e o “miolo” urbano de Salvador. Nestas investidas do capital, o Estado contribui para a consolidação do “padrão periférico” de urbanização, que se enquadra em uma conjuntura econômica que mantém exacerbada a desigualdade social, condenando uma grande parcela da população brasileira a uma pobreza progressiva e submetida a formas de gerenciamentos filantrópicos de caráter pseudo-humanitário.

²⁵⁰ Cf. Evidenciado no 1º. capítulo desta estudo: os territórios são determinantes das condições de vida. A localização da moradia e outros lugares e eixos por onde os habitantes circulam – locais de trabalho, lazer, redes de serviços públicos e privados, equipamentos e bens de consumo coletivo, sistema viário e de transporte etc. – definem acessos desiguais aos bens da cidade.

²⁵¹ Cf. (TELLES, 1999, pp. 87-88) [...] nossas elites podem ficar satisfeitas com sua modernidade e dizer candidamente que a pobreza é lamentável, porém inevitável [...]. Nessa pobreza transformada em fato bruto da natureza há também o esvaziamento da função crítica das noções de igualdade e justiça.

²⁵² Cf. (Telles, 2004) Trata-se de (...) uma relação social que diz respeito social que diz respeito à dinâmica da cidade, aos modos como a riqueza é distribuída (a disputada) e corporificada nas suas materialidades, formas e artefatos (Harvey), definindo as condições desiguais de acesso a seus espaços, bens e serviços.

²⁵³ Que se deixa capturar pelo comando financeiro do neoliberalismo.

²⁵⁴ Cf. Algumas análises sobre o desempenho das incorporadoras imobiliárias na apropriação da cidade moderna é realizada por RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados:** as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase, 1997.

Neste esquema, o Estado como motor de desenvolvimento do país²⁵⁵, parece ter perdido sentido, pois seu poder é vulnerabilizado e cada vez mais minimizado, fazendo elevar o índice da pobreza e o aumento de uma legião de trabalhadores sem trabalho, muitos em situação de desalento. Situação que subverte o sentido do Estado regulador da economia, em um Estado de arbitragem²⁵⁶, obediente à economia neoliberal, um Estado capturado pela lógica da financeirização do capital e colocado a serviço da manutenção e gestão da pobreza, um Estado que em suas práticas se propõe apenas a arbitrar alguns conflitos.

Como resultante deste contexto, temos o aumento da disparidade entre classes e um elevado crescimento da pobreza. Em Salvador, por exemplo, entre as décadas 80 e 90, conforme o PNUD, o número de pobres aumentou de 26,9% para 33,6%. A situação se torna mais gritante porque a pobreza aumenta em concomitância com a desigualdade social, na qual uma parcela considerável da população passa a ser relegada a uma situação de pobreza absoluta²⁵⁷ (sem documento, sem moradia, sem direito político, sem cidadania).

²⁵⁵ Cf. (OLIVEIRA, 2003) Em uma análise sobre o Brasil o autor afirma que o subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Segundo Chico de Oliveira, no Brasil, quase se fundem mais-valias absolutas e relativas: “absoluta porque o capital usa o trabalhador quando necessita dele, relativa porque isso é possível somente devido à enorme produtividade. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção”.

²⁵⁶ Cf. SANTOS, Laymert Garcia. Brasil contemporâneo: Estado de exceção?. Texto discutido em reuniões no CENEDIC/ FFLCH-USP, mimeo, 2006.

²⁵⁷ (LIMA, A.L. M.C., 2004, p.133/139) A pobreza absoluta, por sua vez, está associada ao mínimo necessário para garantir a vida. Ela focaliza a questão da existência de necessidades essenciais, que devem ser satisfeitas independentemente de comparações contextuais, como estilos de vida e níveis socioeconômicos. [...] A pobreza absoluta define-se com base nas necessidades essenciais que, teoricamente, deveriam ser inalienáveis aos seres humanos, independentemente de comparações contextuais. A pobreza relativa, por seu turno, é definida por comparação, levando em consideração o contexto social em que se insere o sujeito.

Nos últimos quarenta anos, com a aceleração do capitalismo industrial que fomentou uma situação de modernização à Salvador²⁵⁸, a expansão urbana seguiu aceleradamente a lógica imobiliária, que se convencionou denominar de especulação, termo que pode parecer em princípio exagerado, tornan-se adequado quando se observam os recursos utilizados pelos agentes imobiliários, proprietários e incorporadores, em suas interferências institucionais para elevar a apropriação de lucros e a realização de empreendimentos em locais em que há restrições legais. Mas não só nesta direção. O capital sempre atua em muitas frentes concomitantemente, e uma delas é a da política institucional para fazer pender, em seu favor, as decisões em casos ambíguos. Desta forma o Estado capturado e associado com o capital financeirizado se volta para o atendimento dos anseios privados em detrimento das necessidades sociais.

Na mesma equação de uma condição de pobreza estrutural, correlacionamos o crescimento da periferização, que nas cidades brasileiras, sobretudo em Salvador, não é uma consequência imediata do crescimento urbano, mas uma forma de promovê-lo com a segregação²⁵⁹ social e espacial e às forças do mercado, da especulação imobiliária, da propriedade privada etc. dando aos pobres a pobreza das condições de vida que a própria urbanização segregada produz: distância excessiva, precariedade de transporte e vias de acesso, das construções, da infra-estrutura em rede, de segurança, de serviços os mais diversos etc. A periferização, compreendida

²⁵⁸ Com instalação de diversas indústrias de base, petroquímicas, químicas, siderúrgicas etc., alterações nos ordenamentos urbanos: articulações viárias, avenidas, praças, saneamento etc, que fomentaram uma situação de modernização a cidade.

²⁵⁹ Cf. (RIZEK, 2003, p. 57), “restituindo o território à elaboração cidadã, poderia ao menos desestabilizar os vetores da segregação, estendida aqui como forma de dominação que limita o acesso de parcelas da população aos bens da cidade. Modo pelo qual as experiências da desigualdade poderiam ganhar dimensão pública aos revés da experiência privatizante das carências locais

como uma das figurações da pobreza, faz parte do mesmo diagrama de expropriação de direitos sociais, construída e mantida por um modelo de desenvolvimento forjado e mantido por programas neoliberais legitimados pelo Estado brasileiro, que minimiza suas intervenções nas áreas urbanas pobres e maximiza nas áreas ricas.

III – A falência dos programas estatais – Referências interestaduais de uma mesma questão: continuísmo e autocracia nos programas de habitação popular.

Os “pesados” conjuntos habitacionais construídos em série nas periferias das grandes cidades brasileiras continuam²⁶⁰ a se fazer presentes em nossas paisagens urbanas. O uso depreciado dos preceitos da arquitetura moderna permanecem e manifestam-se nos atuais projeto de habitação, que são concebidos de forma semelhante às produções de moradia do período BNH/SFH. Como demonstram as fotografias, no transcorrer das últimas décadas ocorreram poucas alterações na tipologia construtiva dos conjuntos habitacionais o que sinaliza um continuísmo nas práticas de intervenção de habitacional social.

Período BNH

Conj. Construído no (1960/70) período BNH/SFH – Rio de Janeiro. Fonte: BONDUKI,1999

Período Pós - BNH

Conj. construído em 2000/2001- Lot. Vale das Dunas – Salvador . Fonte: SOARES.Antonio,2006

Conj. construído no (1960/70) período BNH/SFH – Rio de Janeiro. Fonte: BONDUKI,1999

Conj. construído em 2002- Jardim Nova Primavera – Salvador . Fonte: SOARES.Antonio,2002

²⁶⁰ Como exemplo desta continuidade os últimos conjuntos habitacionais construídos em Salvador: Vila Viver Melhor; Loteamento Vale das Dunas e Conjunto Jardim Nova Primavera; assim como toda a produção em série dos CDHU's no Estado de São Paulo, podendo ser considerados como expressões contemporâneas da continuidade do esquema autocrático de execução de projetos habitacionais do BNH/SFH.

Além da dimensão física (arquitetura, forma, tamanho, volumetria, densidade, desenho) a continuidade do tipo de proposta habitacional se explicita em programas e intervenções marcadas pela autocracia e pela baixa qualidade dos projetos, apresentando falhas tanto na arquitetura utilizada como na concepção urbanística da intervenção, com implicações na gestão do projeto e na satisfação dos mutuários.

[...] as análises do perfil da intervenção social do Estado no pós- 64 tem destacado a centralização a nível Federal como uma de suas características fundamentais. [...] As políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano implementadas pelo BNH, são exemplos deste fenômeno. Suscitando reflexões sobre a “centralização” ou “descentralização” da política habitacional, e quais as implicações na gestão e execução do projeto. (ARRETICHE, 1996, p.75)

Diversas referências poderiam fazer parte da constituição de uma fisionomia que demonstrasse a continuidade e o centralismo no tipo de intervenção, assim como das deficiências históricas e atuais de nossos programas de moradia destinados à população de baixa renda; deficiências quantitativas e qualitativas, sociais e infra-estruturais que se acumularam e ganharam forma e expressão nas grandes cidades do séc. XXI: forma de uma arquitetura do “descaso” – um amontoado de cubículos – que se faz notar nas periferias das capitais brasileiras. Em Salvador, podemos referenciar os últimos conjuntos habitacionais construídos pela CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), entre estes : o Vila Viver Melhor, o Loteamento Vale das Dunas e o Jardim Nova Primavera, este último continuidade dos Conjuntos Araçás I e II, localizados no Subúrbio Ferroviário

de Salvador, e que tiveram dezenas de unidades habitacionais condenadas pela Defesa Civil, por apresentarem rachaduras, colocando em risco a vida de diversas famílias. Em São Paulo, principal cidade do país, chamaremos a atenção para alguns dos conjuntos produzidos em série pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), localizados na parte noroeste da extrema periferia da zona oeste da cidade, no contexto regional dos bairros populares do Jaraguá, Perus e adjacências da Parada de Taipas.

A CDHU em São Paulo e a CONDER em Salvador, podem ser entendidas como instituições públicas equivalentes em suas estratégias de construção habitacional, marcadas pela autocracia e desrespeito à população. Ambas companhias possuem práticas de produção de moradia popular que se expressam de maneira a dar continuidade a “política” habitacional centralizadora desenvolvida no período BNH, que se mantém atualmente de forma mais excludente, pois o número de produção de unidade habitacionais diminuiu em relação aos anos 70 e 80, e a faixa de renda/familiar para ter acesso aos financiamentos da Caixa Econômica aumentou ainda mais em relação ao período anterior.

Estes dois órgãos estatais de Desenvolvimento Urbano – CDHU em São Paulo e CONDER em Salvador, têm seus programas habitacionais reprovados pelos movimentos sociais²⁶¹ e por um número expressivo de moradores dos conjuntos. Em São Paulo, a principal crítica da União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP), em relação ao CDHU, se refere à falta de participação

²⁶¹ Mesmo ações pontuais com a União da Juta em São Paulo, financiado pelo CDHU, se configuram como ações contínuas de participação.

popular²⁶² nas decisões de planejamento e execução do projeto. Situação que se repete e se agrava em Salvador pela insatisfação dos moradores com o processo de execução e a própria qualidade do projeto, como narra o Jornal A Tarde, (22/04/2004, p. 5): [...] *as novas moradias estão cheias de rachaduras e sendo invadidas constantemente por água de esgoto, para desespero dos moradores. Essas habitações fazem parte do Programa Ribeira Azul*²⁶³ e *abrigam famílias que moravam em cima de palafitas [...]*. Reportagem que se refere aos Conjuntos Araçás I e II, que pertencem ao mesmo programa do Conjunto Jardim Nova Primavera.

Não houve participação da comunidade na execução da obra deste conjunto, foram como eles [técnicos CONDER] quiseram, não houve participação, não houve acordo com os moradores, não houve reunião, não teve nada disso entendeu, a CONDER construiu em um ano, e este conjunto não era isso aqui, era um projeto totalmente diferente [...]. Porque isso não era para ser duas casas era para ser uma só, entendeu, ai eles fizeram este tipo de coisa, reduziram totalmente os direitos dos moradores. *(Fala de Moradora de Conjunto Habitacional em Salvador – Entrevista realizada em 2006)*

Além da autocracia dos programas e da baixa qualidade arquitetônica dos conjuntos habitacionais, o número de unidades produzidas continua deixando centenas de famílias sem acesso à moradia. Em São Paulo, o número de moradias populares produzidas nos últimos 12 anos pelo governo

²⁶² Cf. Slavoj Žižek (2003) sobre a “realidade esvaziada de substância”, a participação integraria, do lado do Estado, “o modo de administração competente” a que se reduziu a política. E, do lado da Sociedade Civil (no caso *popular*), o movimento que se pretende de inclusão das classes dominadas na política, tomado na chave do “reconhecimento político” dos excluídos, opera como desusbtancialização da desigualdade e da dominação. Como respeito às “diferenças” sem colocar em xeque o problema da desigualdade, por sua vez, tratadas no registro das carências de cada um e do necessário respeito em relação ao ponto de vista do Outro (o “povo”), ao “conhecimento popular” da realidade urbana (suas carências). Apenas se este não oferece *dano* à ordem posta, da lógica dos investimentos e da propriedade.

²⁶³ Cf. (Relatórios da Conder, 2000) O Ribeira Azul foi um Programa de Redução da Pobreza Urbana, elaborado com o intuito de aplacar a pobreza em uma das partes mais degradadas da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A área denominada “Ribeira Azul”, delimitada para a intervenção do Programa, compreende um conjunto de bairros situados no Subúrbio Ferroviário, somando 4km² e abrigando cerca de 40 mil famílias, o que equivale a aproximadamente 150.000 habitantes, representando 6% da população atual do Município de Salvador. Destas famílias, cerca de 2.500 pessoas moram em palafitas nas áreas alagadas de duas enseadas, a Enseada do Cabrito e a Enseada dos Tainheiros.

do Estado, não deu conta sequer de 25% do déficit habitacional. Segundo reportagem do Jornal Agência Brasil de Fato (02.03.2006), na última década, a CDHU produziu e entregou 222.701 unidades habitacionais no Estado de São Paulo, que possui um déficit aproximado de 1 milhão de moradias. O número de produção habitacional se mostra irrisório, frente a grande demanda da população. Além disso, as unidades habitacionais quando entregues aos mutuários apresentam diversos problemas de infra-estruturas²⁶⁴. Como se não bastassem, o déficit quantitativo e qualitativo, estes mesmos programas são alvos de freqüentes denúncias de mau uso do dinheiro público e de irregularidades diversas:

[...] A CDHU é, ainda, alvo de diversas denúncias de corrupção e irregularidades. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) apontou 380 contratos irregulares na empresa e existem outros 706 processos em andamento sobre outras irregularidades. A bancada governista da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem “abafado” os pedidos de Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPIs), que são instauradas na Casa há três anos – mesmo com denúncias públicas. *Jornal Agência Brasil de Fato* (02.03.2006),

²⁶⁴ No3. Cap. deste estudo apresentamos os principais problemas infra-estruturais dos últimos conjuntos habitacionais construídos em Salvador.

Fotos de Conjuntos Produzidos pela CDHU – Zona Oeste de São Paulo - 2004

Fotografias – Antonio Mateus de C. Soares

Fotografias da última série de Conjuntos Habitacionais, produzida pelo CDHU, na extrema periferia da zona oeste da cidade de São Paulo. As ilustrações referenciam o tipo de arquitetura utilizada, no que concerne a standartização das unidades habitacionais e racionalização econômica do projeto. Indica um desenho arquitetônico mais harmônico do que os realizados em Salvador. Contudo, estas intervenções se aproximam as de Salvador no negligenciamento da dimensão “política” do projeto, marcada por medidas autocráticas.

Fotos de Conjuntos Produzidos em Parceria com a CONDER– Subúrbio Ferroviário de Salvador- 2003/04 – A expressão do envelhecimento precoce.

Fotografias – Antonio Mateus de C. Soares

Fotografias do Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera, inaugurado em 2002 e já com as marcas do envelhecimento precoce, assim como das intervenções populares, realizadas a qualquer modo sem acompanhamento técnico. As ampliações feitas pelos moradores das unidades habitacionais, demonstram a incapacidade do tamanho da moradia para atender as necessidades espaciais da família.

As produções habitacionais da CDHU e da CONDER sinalizam uma falta de adequação dos projetos com as reais necessidades sociais e econômicas da população de baixa renda. Os últimos conjuntos produzidos, principalmente os gerenciados pela CONDER, em Salvador, são referências do negligenciamento e do “descaso” com as condições de habitabilidade e inserção social das camadas populares. O exemplo dos Conjuntos Araçá²⁶⁵ I e II, construídos no Subúrbio Ferroviário de Salvador, que antes de completar 10 anos de inauguração tiveram algumas de suas unidades habitacionais demolidas por apresentarem rachaduras, situação que compromete a visibilidade social do projeto realizado, põem em risco a vida dos moradores e justifica o elevado grau de descrédito e insatisfação²⁶⁶ da população mutuaría com os programas habitacionais realizados pela CONDER.

O arruinamento precoce de algumas unidades habitacionais dos Conjuntos Araçá I e II é ironicamente explicado²⁶⁷ pelos técnicos responsáveis da CONDER, em um tom de situação inelutável, por ter sido construído *“praticamente em cima do manguezal, onde o terreno precisa de um tempo de adensamento de, no mínimo, cinco anos, para se saber como vai ficar”*²⁶⁸. A

²⁶⁵ Este conjunto se refere a primeira etapa do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados, promovido a partir da parceria entre a organização internacional não-governamental, a AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), e o Governo do Estado da Bahia, através da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia). A primeira etapa, com a construção do conjunto Araçá I e II, teve como meta atender as comunidades de Nova Esperança, Senhor do Bonfim, 19 de Março e São João – núcleos pertencentes ao aglomerado urbano de Novos Alagados - destinados a relocação das famílias residentes em palafitas. A segunda etapa, foi a construção do conjunto habitacional Nova Primavera – objeto de discussão deste estudo, no 3^a. Cap., visando atender o mesmo propósito dos dois primeiros.

²⁶⁶ Cf. Fala de Morador, em entrevista realizada em 2006 [...] no Conjunto Araçás I, ninguém tinha convicção que iria acontecer as rachaduras e desabamentos e aconteceu, porque aqui [Conjunto Nova Primavera] não iria ter também as condições disto acontecer? Pode vir acontecer sim, e sem contar também, viu Mateus, você tocou em um ponto que eu havia esquecido, agente sabe que nas etapas do Conjunto Araçás I e II, o pessoal não tinha este ônus de pagar a casa, aí eu faço a pergunta: Por que o pessoal do Conjunto Nova Primavera que vieram de palafitas como os de Araçás I e II, que também vieram de palafitas vão ter que pagar, nós somos melhores ou piores do que eles.

²⁶⁷ Em entrevista realizada para atender as necessidades deste estudo, junto a arquiteto da DEHAB – Departamento de Habitação da CONDER, 2006.

²⁶⁸ Cf. (Pesquisa de mestrado, 2006) Informação colhida em entrevista realizada com arquiteto, funcionário da CONDER.

explicação técnica do gestor da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia vai de encontro à preservação ambiental ao tempo em que confessa a pressa e o erro técnico de avaliação da base geológica do terreno em que se ergueram as unidades habitacionais. Mas, se neste caso o massapé – terreno movediço – foi o responsável, no Conjunto Jardim Nova Primavera os danos mais gerais são resultantes da baixa qualidade física da engenharia utilizada e pela falta de acabamento interno das unidades habitacionais. Situação que demonstra que o interesse dos últimos programas habitacionais realizados pela CONDER, em Salvador, parece ser orientado para a satisfação dos anseios das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias na dissimulação de uma “política” urbana que exacerba a precarização das condições de vida da população de baixa renda.

Fotos de unidades habitacionais que desabaram nos Conjuntos Araçás I e II – conjuntos produzidos pela CONDER. Subúrbio Ferroviário de Salvador- 2003/04

Fotografias – Antônio Mateus de C. Soares

Imagens da demolição do Conjunto Araçá I e II, motivada pelo aparecimento de rachaduras. Este conjunto faz parte do mesmo programa do Conjunto Nova Primavera. Uma referência do descaso técnico do projeto e do desrespeito social com os mutuários.

Fotografias – Antônio Mateus (2004)

Fotos internas Conjuntos Produzidos em Parceria com a CONDER – Subúrbio Ferroviário de Salvador- e entregues a população inacabados 2003/04.

Fotografias – Antônio Mateus de C. Soares

A CONDER entregou a casa sem reboco, e ainda 70% das casas estão sem reboco. A infra-estrutura do Conjunto é de total descaso, as quadras dos conjuntos não são niveladas, não tem iluminação; o tanque de água do vizinho fica no quarto do outro vizinho, a casa que fica em cima pertence a uma família e a de baixo a outra família; os tanques ficam todos em um quarto; falta posto de saúde; faltam escolas. (Fala de Líder Comunitário do Conj. Jardim Nova Primavera – Entrevista realizada em 2006).

Tanto os projetos habitacionais desenvolvidos pela CONDER, como pela CDHU, não se configuram como políticas de habitação, mas como medidas de intervenção estatal ideológicas e populistas executadas parcialmente a partir da realização de programas autocráticos em áreas favelizadas e/ou de riscos, publicizando dissimuladamente em tons de grandiosidade em ação de política pública *“o resgate de centenas de famílias que ilegal ou informalmente se amontoavam em áreas precarizadas”*²⁶⁹.

A constituição desta síntese ilustrativa das últimas produções do período pós-BNH indica que como problema, os programas e projetos de habitação popular não encontraram ainda solução; como questão social ela continua a não dar respostas eficazes para a população que lhe demanda. O Estado em sua lógica de exclusão pela inclusão continua minimizando suas responsabilidades frente ao problema habitacional brasileiro. Na Bahia, assim como em São Paulo, e também em outras capitais brasileiras, a exceção captura o Estado, enquadra o planejamento e diz que têm e quem não têm o verdadeiro direito à cidade.

²⁶⁹ *Slogan* de propaganda de intervenção urbana freqüente nos relatórios da CONDER, consultados para este estudo.

Notas Conclusivas

Como ficou patente neste estudo, a habitação popular no Brasil é um problema de mais de 100 anos e persiste em continuar. O déficit habitacional brasileiro é progressivo, em 2004 tínhamos 6,9 milhões de pessoas sem moradia digna, em 2006 o número avança para 7,9 milhões²⁷⁰. A habitação popular além de ser uma mercadoria de alto custo, os setores financeiros, dificultam o seu acesso, através de uma burocracia excessiva. O capital financeiro além de capturar o Estado de Direito determina que a provisão da necessidade de moradia popular, nos países subdesenvolvidos só se mostra possível através do desenvolvimento de grandes periferias. A barbárie parece instaurar-se! A exceção virá regra, e a nossa legião de cidadãos sem cidadania amontoam-se nas cidades brasileiras. (Grifo meu)

Ao mesmo momento que Robert Castel (1995), afirma “que não se constrói cidadania sobre a inutilidade social”, ele diz de formar subliminar que a extensa vulnerabilidade em que vivemos é de responsabilidade do Estado, pois é ele que permitiu o crescimento da desigualdade social e o desenvolvimento de uma “sociedade incivil” no sentido de (DONZELOT, J. 1999, p.94). O capital venceu o social e aniquila homeopaticamente o Estado de Direito. (...) A exceção capturou a política habitacional: os números do déficit continuam a aumentar, as poucas unidades habitacionais que são entregues a população são arremedos que pouco alteram a situação de vulnerabilidade social em que os despossuídos de direito vivem. (Grifo meu)

²⁷⁰ Ministério das Cidades – Secretária Nacional de Habitação, 2006

Às situações apresentadas neste estudo, referindo-se aos conjuntos habitacionais: Loteamento Vale das Dunas, Vila Viver Melhor, Jardim Nova Primavera, e suas relações com a cidade de Salvador, possibilitam considerações quanto à parcialidade de sua inserção no tecido urbano, assim como a ineficácia do Estado em promover uma política habitacional coerente com as reais necessidades da população de baixa renda.

Como observamos no trabalho a inserção dos conjuntos habitacionais e de seus habitantes na cidade é muito mais do que a alocação no tecido urbano, ela envolve um conjunto de variáveis objetivas e subjetivas que estão presentes desde a qualidade da arquitetura até a relação política, social e econômica que os moradores mantêm com o espaço construído e com a cidade. Deste modo, os casos estudados, tiveram uma inserção debilitada, por uma lógica que além de não primar pela qualidade construtiva do projeto, não respeitaram os seus moradores, impedindo-os de participarem das tomadas de decisões.

A habitação popular e o atendimento parcial da função de inserção social são dimensões das ambivalências criadas entre cidade formal, informal, legal e ilegal ou, sintetizando, ambientes da riqueza e ambientes da pobreza. A realização de projetos de habitação popular obedientes à lógica de apropriação capitalista fabrica conjuntos habitacionais como o Viver Melhor, o Nova Primavera e o Vale das Dunas, destituídos de qualidades na infra-estrutura física e de integração com a cidade. Para além disto, o estudo demonstra que os interesses dos agentes imobiliários urbanos, nas investidas em projetos para a população pobre, são diferentes das necessidades apresentadas pela

população, e tem como consequência o insucesso social da intervenção e uma insatisfação generalizada entre a população.

De forma predominante os projetos habitacionais em foco também nos permitem refletir sobre a destituição da prática política²⁷¹ enquanto possibilidade de diálogo entre população, técnicos e governo. A política em entendimento amplo sinaliza as condições mínimas para a existência coletiva, ela não pode ser pensada como uma ação isolada e individualizada, não pode ser confundida com as técnicas de governabilidade impostas pela lógica econômica do capital financeiro que captura e controla a vida social. A política²⁷² se constitui como uma construção em antagonismos, regida por embates de idéias. Para Jacques Rancière a política se faz a partir do dissenso.

O dissenso: não é um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o qual nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para serem ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, deve primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações. (RANCIÈRE, 1996, p. 68).

Os projetos elaborados em questão além de possuir uma baixa qualidade construtiva, foram realizados a revelia de uma verdadeira participação popular

²⁷¹ Cf. (ARENDT, 1995, p. 189) A prática política não é o sinônimo de governar, mas de falar e ser ouvido na presença de outros; um diálogo em que todos têm o direito à palavra, pois é com a “palavra que nos inserimos no mundo humano” e esta inserção confirma o fato original e singular de estar no mundo.

²⁷² Cf. (RANCIÈRE, 1996, p. 372) [...] a palavra *política* pode ser entendida como um conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante

e cidadã. A falta de uma intervenção urbana realmente compartilhada com a comunidade marcou a elaboração dos projetos dos conjuntos, como resposta observou-se um quadro de precarizações e de múltiplas vulnerabilidades, que frustraram as expectativas dos moradores ao passo que fizeram alguns deles venderem suas unidades habitacionais, por falta de condição econômica para manterem.

De forma geral, a gestão e o planejamento de obras urbanas voltadas para a população de baixa renda, quando construídas desvinculadas de uma ação²⁷³ popular eficaz não fomentam possibilidades para uma efetiva inserção no tecido urbano. A participação referida, não é ouvir ou dar opinião, mas fazer e fazer-se parte de um projeto, ou seja, ser também modificado no projeto e pelo projeto. Neste sentido a participação em projetos de intervenção devem ser reorientados por construções de diálogos entre: população, técnicos e governo. A participação deve ser constituída privilegiando a liberdade do *pensar, falar*²⁷⁴ e *agir*, a conversa o diálogo, o direito a palavra, além de dar sentido à participação, são premissas que devem induzir a autonomia da tomada de decisão. O conflito é outra variável importantíssima na manutenção do real sentido da política e dos projetos coletivos, pois é através do conflito que temos a constituição da política²⁷⁵, dos acordos múltiplos e do direito ao argumento. Eis o paradoxo encontrado no caso em estudo: há um projeto urbano-arquitetônico, mas não há um projeto social de inclusão urbana. Os

²⁷³ Cf. (NETO-DANTAS, 1999, p. 63) A reflexão Arendtiana sobre a ação não se deve ter no sujeito, mas se derramou sobre o que podemos chamar de fato não processual da ação – a espontaneidade do impulso que a faz emergir, junto como discurso – e sobre os processos limitadores dos efeitos da ação no mundo.

²⁷⁴ Cf. (ARENDT, 1995, p. 136) [...] os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem a agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem **falar** e ser inteligíveis entre si e consigo mesmo. [...] Os bárbaros não sabem falar, por isso optam pela violência – violência e barbaridade – a barbárie é a falta de espaço público, é a falta de discussão.

²⁷⁵ Cf. (RABOTNIKOF, 2005, p.45) [...] el hecho de volver la mirada sobre el espacio público expresa em gran parte las esperanzas y desconciertos en las formas de percibir y pensar la política.

moradores dos conjuntos habitacionais continuam sendo vistos como problemas.

Os conjuntos habitacionais – a arquitetura e a população – antes de ser concebidos como espaços preenchidos por unidades físicas e aglomerados de pessoas, alocadas no tecido urbano, devem ser compreendidos, como espaços plurais, contidos na cidade totalizada. Tal concepção, unidade e totalidade, articularia estratégias para a construção de um projeto habitacional integrado com a cidade. Deste modo, para se pensar uma intervenção habitacional que realmente se integrasse com seu contexto urbano, tanto na escala física como social, seria necessário o desenvolvimento de estratégias compartilhadas, que além de entender a cidade como fenômeno dinâmico, utilizasse métodos dialógicos e participativos²⁷⁶. A intervenção referida, além de um ato de planejamento é uma ação de orientação e amparo social que deve ser pensada democraticamente e contextualizada conforme as realidades sociais, envolvendo todos os interessados, que juntos devem estabelecer um roteiro para a elaboração de um programa de ação compartilhada.

A efetivação da participação é complicada, mas não impossível. Ela depende de condições objetivas decorrentes da estrutura econômica-social, da cultura política que se constrói historicamente e de condições subjetivas em termos da organização e mobilização da sociedade civil. Contudo, os esforços não podem ser medidos para se alcançar esta participação, pois é o diálogo participativo (o falar, o ouvir, o discutir, o discordar) que fazem a política. Assim, qualquer iniciativa participativa que se realize sem a interlocução da fala

²⁷⁶ Cf. (DE GRAZIA, 2003:54) [...] é necessário se dá atenção à participação da população organizada como condição para a conquista de direitos, da cidadania, de novas políticas públicas que incorporem os excluídos e dê novas referências para as cidades.

e da palavra, no sentido Arendtiano, é uma ação²⁷⁷ sem sentido político. A ausência da fala e da palavra para Hannah Arendt (1987) é simultânea ao surgimento da violência e ao aniquilamento da vida humana. A política se configura pela possibilidade da ação da palavra, ou não é política. A falta dessas possibilidades transforma a política em administração e o cidadão em fantoche. Segundo (FELTRAN. G. 2005) eliminados os espaços compartilhados de entendimento da vida, espaços públicos, portanto, elimina-se a própria política e a possibilidade de fundação do que a autora chama de *mundo comum*²⁷⁸.

A não confirmação destes conjuntos habitacionais, enquanto um equipamento de inserção urbana, é visível e explicita-se pela sua infraestrutura depreciada e pela ausência de uma discussão compartilhada, entre técnicos e população, em sua construção, configurando-se em uma intervenção urbana dissociada de uma política social de inserção à urbanidade. Além de impessoal, descontextualizada, a arquitetura utilizada no Conjunto Habitacional é de baixa qualidade, e leva a um envelhecimento precoce das unidades habitacionais, o que permite afirmar que projetos urbanos de habitação popular desprovidos de uma contextualização com as realidades dos moradores não se constituem como projetos de inserção e integração no território dos direitos sociais de acesso a cidadania.

²⁷⁷ Cf. (ARENDT, 1987, p. 204) [...] Além de toda ação possuir *a tendência inerente a violar todos os limites e transpor todas as fronteiras*, há o fato de que a ação atua sobre seres que também são agentes, daí toda reação ser sempre uma nova ação e, portanto, também ilimitada; a segunda propriedade é a imprevisibilidade: não só é impossível prever as consequências lógicas de cada ato mas há, principalmente, o fato de que, a partir do momento fugaz do ato se inicia uma nova história, que terá seu sentido independente daquele ato que a gerou, *um sentido que somente se revela quando ela termina*, quer dizer, revela-se ao espectador e não ao ator.

²⁷⁸ Cf. (ARENDT 1987, p.56) O mundo comum é constituído pelo conjunto dos espaços entre as pessoas, formado por categorias interpretativas; o mundo não é uma estrutura é um agir constante; o mundo é criado por ações. A ação é a capacidade de dar início a um novo começo, a potência de fazer coisas que se perdem em seu acontecer.

(...) restituindo o território à elaboração cidadã, poderia ao menos desestabilizar os vetores da segregação, estendida aqui como forma de dominação que limita o acesso de parcelas da população aos bens da cidade. Modo pelo qual as experiências da desigualdade poderiam ganhar dimensão pública aos revés da experiência privatizante das carências locais. (RIZEK, 2003, p. 57)

Desta forma, a gestão segregacionista e autocrática destes conjuntos habitacionais populares possui, como uma de suas expressões, a arquitetura econômica ou popular, destinada aos pobres, que segue à risca os ditames do radicalismo capitalista que determina aos ricos a riqueza e aos pobres a pobreza. A habitabilidade estabelecida como um direito humano, também presente na Carta de Atenas como uma das funções da cidade, se transforma em mercadoria, em objeto de especulação, um mero objeto de consumo em que se pode obter lucro com sua comercialização.

A falta do debate qualificado dos programas de habitação social/popular no Brasil, não é novidade, inúmeros trabalhos²⁷⁹ debatem e condenam às dissimuladas técnicas políticas de se construir moradia para pobres. A participação social, ou gestão participativa, legitimada pelo o Estatuto da Cidade (2001), não se concretiza, servindo apenas para a negação do “direito a ter direito”.

O espaço de debates entre os responsáveis técnicos e a população; a relevância do discurso; o embate de idéias; o conflito político e ação discursiva, são variáveis que inexistem na construção da habitação social no Brasil, os conjuntos estudados em Salvador, são apenas um exemplo próximo da

²⁷⁹ Como exemplo: RIZEK, C. S., BARROS, J. S., BERGAMIN, Marta de Aguiar. A política de produção habitacional por mutirões auto gestionários: construindo algumas questões. ANAIS do X ENA. Belo Horizonte: v.1, n.1, p.1 - 22, 2003. e também, SOARES, A. M. de C. Das palafitas aos novos conjuntos habitacionais In: Seminário Internacional NUTAU 2004, 2004, São Paulo.

negação da participação, via aniquilamento da palavra²⁸⁰, e da política. A falta de participação política transforma o indivíduo em fantoches de técnicas de gestões. Os moradores destes conjuntos são vítimas de um poder estatal que os ignoram enquanto cidadãos de fato e de direito.

A falta do diálogo participativo, em projetos sociais de construção de moradia, a imposição do projeto sem a consulta prévia dos envolvidos, tem implicações na sustentabilidade social do projeto, ou seja, a situação de excluído social é permanente. A liberdade de participar, a ação e o discurso plural que deveriam nortear a participação coletiva foram substituídas por sorteios e por uma mera consulta de meia dúzia de pessoas.

A liberdade, no movimento da ação, é uma condição indispensável na criação do mundo comum e das decisões coletivas que são propícios para a transitividade que efetiva a própria ação e o discurso – atos comunicativos da convivência entre seres singulares.

A liberdade de movimento é também a condição indispensável para a ação, e é na ação que os homens primeiramente experimentam a liberdade no mundo. Quando os homens são privados do espaço público – que é constituído pela ação conjunta e a seguir se preenche, de acordo consigo mesmo, com os acontecimentos e estórias que se desenvolvem em história – recolhem-se para sua liberdade de pensamento. (ARENDT, 1987, p.181)

O desestímulo à ação como envolvimento político faz da participação um simulacro e a política ganha feições de técnica gestonária. O direito não é negociado, é imposto de maneira negligenciada, salvacionista e humanitária²⁸¹.

²⁸⁰ Segundo Hannah Arendt, os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmo.

²⁸¹ Cf. (ZIZEK, 2003, p.111) os excluídos não seriam somente os terroristas, mas todos aqueles que se colocam na ponta receptora da ajuda humanitária. O Homo sacer de hoje seria o objeto privilegiado da biopolítica. “o que é privado da humanidade começa a ser sustentado por ela com desprezo.” [...]O autor ainda nos chama a atenção para o paradoxo dos campos de refugiados que recebem ajuda humanitária, expõe duas faces, “humana” e “desumana”.

Neste sentido, poderia ousar a dizer que estas formas de habitação social e sua concepção são exemplos da “desumanização planejada”, como manifesta Hannah Arendt (1995), ao tratar da perda da qualidade humana nas pessoas.

Mesmo sabendo que a ignorância instrucional do indivíduo e sua falta de discernimento e de interesse para se qualificar o tornam inaptos e desestimulados para a participação²⁸², percebo que muitos programas com suas técnicas gerenciais, tiram proveito deste tipo de desqualificação humana e os mantêm no constante desprovimento do senso crítico político. A participação política nas decisões de urbanismo deve ser percebida como uma possibilidade de aquisição e extensão da cidadania com a incorporação da massa no processo discursivo e conflitivo do espaço público.

[...] com procedimentos e regras próprias, sempre discutidas e renovadas de forma democrática e a partir da reflexão da ação é possível contornar as demandas fragmentadas e particularistas de determinados grupos sociais e de estabelecer um espaço dialógico. É necessário re-qualificar a participação popular nos termos de uma participação cidadã que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem público regida pelos critérios da equidade e justiça. (TELLES, 1994, p. 52)

A execução destes três conjuntos foi marcada pela ausência da fala, situação que os constitui como mais um dos muitos projetos sociais²⁸³ que se realizaram de qualquer jeito, desrespeitando o homem e simulando uma “ação

²⁸² Cf. (TEIXEIRA, E. C., 1999, p.200) A educação política, por si só, não é suficiente para suprir as deficiências e superar os obstáculos à participação nas decisões que se tornam cada vez mais complexas, envolvendo multiplicidade de interesses, incertezas, custos, garantindo conquistas institucionais e políticas já alcançadas.

²⁸³ Cf. (TEIXEIRA, E. C., 1999, 181) A incapacidade de o Estado atender a uma série de demanda, a perplexidade dos movimentos em enfrentar a nova situação e criar novas alternativas, levaram a um certo refluxo e indecisão sobre como agir. Daí, a tentativa de isolar-se em projetos alternativos, produtivos, sociais, na busca de resolver problemas e carências de determinados grupos sociais. (TEIXEIRA, E. C. apud DOIMO) [...] há no Brasil uma erosão do campo ético-político popular, reconhecendo, porém, que nesse processo “foram liberadas várias energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de compor novas alternativas de participação”.

política”, que contraria em gravidade, o pensamento político de Hannah Arendt, pois nestes casos em estudo o diálogo foi inexistente, não houve arranjos deliberativos e a noção de política arendtiano exterminada de forma fulminante. A realidade das atuais políticas de construção de moradia se configuram como insensatos programas de gestões, que administram e gerenciam não apenas o projeto mas à vida das pessoas, em suas subjetividades e desejos. O teoria de Hannar Arendt (1987;1995;2001;2004), nega radicalmente a compreensão da política como gestão, como administração de conflitos como estando ligada à governabilidade, ou restrita à chamada “sociedade política”.

Os tempos sombrios parecem não ter fim na contemporaneidade...

Referências

Referências:

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade de Salvador**. 2ª. Edição. Editora Nacional, São Paulo, 1955.

ALMEIDA, Paulo H. **A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana**. In: CARVALHO, Ináia M..M & CORSO, Gilberto Pereira (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

_____; DAMASCENO, Luciano. **Perfil sócio econômico do trabalhador informal de Salvador – 2005**. Relatório parcial de pesquisa. Salvador: UFBA/SEPLAM- PMS, 2005 a. Fotocopiado.

_____; _____. **A economia de Salvador em 2005**. Relatório parcial de pesquisa. Salvador: UFBA/SEPLAN- PMS, 2005b. Fotocopiado

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a.

_____. **A Zona Morta da lei**. Folha de São Paulo. Caderno Mais!, 2003b.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7a. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A condição humana**. 7a. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

_____. **Homens em tempos sombrios**. I Parte: Sobre a humanidade em tempos sombrios – Reflexões sobre Lessing. Companhia das Letras. São Paulo, 1987.

_____. **O que é Política?**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004

_____. **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva, 5ª. Edição São Paulo, 2001.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Tradução Sérgio Bath. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ARRETCHE, Marta. **Relações Federativas nas Políticas Sociais**. In: Revista Educação & Sociedade, vol. 23, nº 8, Campinas, 2002.

ARRETCHE, Marta. **A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem?** In: Espaço e Debates, n.39. Cidades: Estratégias Gerenciais. Ano XVI, 1996.

BLAY, Eva (org.) **A luta pelo espaço**: Textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes.1978.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOLLAFFI, G. & CHERKEZIAN, H. **Os caminhos do mal estar social: habitação e urbanismo no Brasil**. Novos Estudos.CEBRAP, no. 50. São Paulo. 1998.

BOURDIEU, Pierre (Coord.) **A miséria do Mundo**. 5ª. Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1997.

_____. **Poder Simbólico**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1996.

BRANDÃO, Maria D. de A. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Habitar como questão de política pública**. In: SOUZA, Angela Ma. Gordilho (org.). **Habitar Contemporâneo**: Salvador: UFBA/FAU/MAU , 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CALDEIRAS, Tereza. “**Enclaves fortificados: a nova segregação urbana:**”. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 47, março: (155- 78). 1997.

CORBUSIER, Le. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify. 2004.

CERTEAU. Michel – **Teoria e método no estudo das práticas cotidianas**. In: Cotidiano, cultura popular e o planejamento urbano, São Paulo, FAU – USP, 1985.

CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs). **Reforma Urbana e Gestão Democrática – promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

CALDEIRAS, Tereza. “**Enclaves fortificados: a nova segregação urbana:**”. Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 47, março: (155- 78). 1997.

CAPUTO, Sara. Sobre o conceito de pobreza. Observatório Social [S.l],n. 7. 2004 [www.observatoriosocial.com.ar], acessado em 08 de março de 2004.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. **Arquitetura e Indústria: a Península de Itapagipe como Sítio industrial de Salvador. Moderna 1891 – 1947**. Dissertação de Mestrado – EESC/USP – 2004.

CARTAS DE VILHENA. **Notícias Soteropolitanas e Brasileiras**. Luiz dos Santos Vilhena. Anotadas pelo Prof. Braz de Amaral. 1º. Volume, [Biblioteca: FAU/USP], 1992

CARVALHO, Ináia M.M & PEREIRA, Gilberto Corso (Org). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

_____; PINHO, José Antônio G. **Duas lógicas em confronto: solo urbano e moradia em Salvador**. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e AZEVEDO, (org.) A crise de moradia nas grandes cidades. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 189-204.

_____. **Família e Pobreza**. In: SEI. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: 2003. p. 117 – 134 (Série estudos e pesquisas, 63)

_____; CODES, Ana Luiza Machado de. **Segregação Socioespacial e dinâmica metropolitana**. In: _____; _____ (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

_____; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio G. **Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 13, n.2, p. 89-114, 2001.

_____; SOUZA, Angela G.; PEREIRA, Gilberto C. **Polarização e segregação socioespacial em uma Metrópole Periférica**. Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v. 17, n.41, p. 281- 297 maio/ago., 2004.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as Pessoas Neoliberais e Ordem Global**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CODES, Ana Luiza. **Combate à pobreza na América Latina: uma abordagem comparativa**. In: SEI. Pobreza e Desigualdade Social. Salvador: 2003, p. 47-64. (Série estudos e pesquisas 63).

COSTA, Eduardo Augusto Galvão. **A continuidade entre os planos de Salvador: Epucs – 1943 e Plandurb – 1978**. In: Revista ADM Pública. Rev: do Programa Gestão de Organizações do DCH – Campus I – UNEB. Ano3.No. 05. 06 /2004.

DE GRAZIA, Grazia. **Reforma Urbana e Estatuto da Cidade**. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz;

DE GRAZIA, Grazia (org.). **Plano Diretor, instrumento de reforma urbana**. Rio de Janeiro, Fase, 1990.

DONZELOT, Jacques. **La nouvelle question urbaine**. *Esprit*, 258, nov. (1999)

ESPINHEIRA, Carlos (Gey) & SOARES, Antonio Mateus de C. **Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil.** In ANAIS do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG, 2006.

ESPINHEIRA, G. (org.) **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador.** UFBA, Salvador, 2004. [lançado em 2005]

_____. **Salvador: Província e Metrópole.** In: Debate Cenpes. Ano 2. no. 7. Salvador: CENPES, 1986.

_____. **Salvador: A cidade das desigualdades.** Cad. CEAS, Salvador. 1999.

_____. **Salvador: Sociabilidade e Violência na vida cotidiana em Salvador.** In Bahia Análise e Dados, (v.11). Salvador: Superintendências de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

ESPIRITO SANTO, Maria T. G. do. **Habitação social na Bahia: Trajetória e produção da urbis (1965/1998).** Dissertação (Mestrado) Pós Grad. em Urbanismo. Salvador: UFBA/FAU, 2002.

ESTEVES JÚNIOR, Milton. **Pensando a criação de espaços na cidade.** In: MONTOYA URIARTE, Urpi, ESTEVES JÚNIOR, Milton (orgs.). Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade. Salvador: EDUFBA, 2003.

ESTATUTO DA CIDADE, guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei Federal. no. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, 2001.

FARIA, Vilmar E., **Divisão Inter-Regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o caso de Salvador.** In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres.** Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

FERNANDES, Claudia Monteiro (2006) . **Condições Demográficas.** In: CARVALHO, Ináia M..M & CORSO, Gilberto Pereira (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

FERNANDES, Rosali B. **Processos recentes de urbanização em Salvador: O Miolo, região popular e estratégia da cidades.** *Biblio 3W, Rev. Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. IX, nº 523, 20 de julio de 2004. [<http://www.ub.es/geocrit/b3w-523.htm>]. [ISSN 1138-9796]

FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade.** Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, Poder-Saber.** Ditos e Escritos IV – A vida dos Homens Infames. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos** – 8a. ed. Rio de Janeiro Record, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala** – 15a. ed. Rio de Janeiro Record, 1993.

FISCHER, Tânia M. Diederichs. **Estratégias de Governança de Cidade e Regiões: Gestão dos Poderes Locais e Desenvolvimento Integrado.** In: CD-RON do Seminário Tecnologias de Gestão: Tendências e Desafios. 31 de Maio a 02 de Junho de 2000. Salvador-Ba.

FLEURY, Sônia. **Políticas Sociais e democratização do poder local.** In: Módulo 3: As Políticas Públicas Municipais do Programa de Ensino a Distância Gestor Municipal – Instituto Tancredo Neves e Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão.** In: SEI. Pobreza e desigualdades sociais. Salvador: 2003, 85 – 116 (Série estudos e pesquisas, 63)

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 8ª. Ed. Edições Loyola. São Paulo, 1999.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas.** Tradução Flávio Villaça. Espaço & Debates, nº 6, São Paulo, 1982.

_____. **Espaços de Esperança.** Capítulo 3 - Operários de todo o mundo, uni-vos. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.** Espaço & Debates, nº 39, São Paulo, 1996.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa II** – Crítica de la razón funcionalista (1981). México: Taurus, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil - Estados Unidos, França e Brasil.** RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003

IVO, Anete B. L. **Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza**. Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001, 205p.

IVO, Anete Brito Leal; SCHERER – WARREN, Ise. **Pobreza, dádiva e cidadania**. In: Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 11 – 16, Jan./Abr. 2004.

JENCKS, Charles. **El language de la Arquitectura Posmoderna**. Editorial Gustavo Gili, S.A. Barcelona, 1984.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: UNESP, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática, São Paulo, 1991.

_____. **De lo Rural a lo urbano**. Antologia preparada por Maria Gaviria. Ediciones Península, 1981.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes 1991.

_____. **A vida cotidiana no Mundo Moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ática, São Paulo, 1991.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. **Mensuração da Pobreza: uma reflexão sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores**. Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 129 – 141, Jan./Abr. 2004.

MARICATTO, Ermínia. **Habitação em foco – Estado em movimentos populares organizado uma interlocução**. Cadernos do CEAS. Salvador: CEAS, n. 146, jul./ago, 1993.

_____. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo, Hucitec, 1996;

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília (org.) et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997

MATTOSO, K. M.^a Q. **Bahia no século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MARCUSE, Peter. **A construção social da segregação urbana: convergências e divergências.** Revista Espaço e Debates: Segregações Urbanas – São Paulo. v. 24, no. 45, jan/julho 2004.

MONTOYA URIARTE, Urpi, ESTEVES JÚNIOR, Milton (orgs.). **Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade.** Salvador: EDUFBA, 2003.

NETO-DANTAS. Paulo Fábio. **Realismos surpreendentes: o lugar da ação no pensamento de Antonio Gramsci e Hannah Arendt.** In: Caderno CRH, n.1,– Centro de Recursos Humanos. UFBA, Salvador, 1999.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação** – Trabalhando com comunidades/ tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/ Quarteto, 2002.

_____; PAOLI, Maria Célia (org). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis. Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de - **Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes** - in Contradições urbanas e movimentos sociais - São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1977.

_____. **O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 5, nº. 1, maio de 2003.

_____. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil.** Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo.

_____. **O Elo Perdido – Classe e identidade de classe.** Editora Brasiliense, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **“O Ornitorrinco”,** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **O Estado e o Urbano no Brasil.** Revista Espaço e Debate, nº. 6. São Paulo, 1982.

_____. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento.** mimeo, 2002.

OCEPLAN – PLANDURB. EPUCS – **uma experiência de planejamento urbano.** Salvador (Estudos Informativos, n 1º.), Salvador, 1976.

OCEPLAN – PLANDURB. **Evolução física-urbana de Salvador.** Salvador, 1978.

PEREIRA, Gilberto Corso. **Atlas digital Salvador.** Salvador: LCAD/UFBA, 2000. CD-ROM.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Ângela, G. **Condições de Moradia e Infra – Estrutura Urbana**. In: CARVALHO, Ináia M..M & PEREIRA, Gilberto Corso (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

_____; SILVA Bárbara-Christine Nentwing. Geoprocessamento e urbanismo. In: Mendes, I.; GERARDI, L. (Orgs.) **Teoria, técnicas, espaços e atividades**. Rio Claro: UNESP/PPG, 1999.

_____; SOUZA, Ângela, G. **Condições de Moradia e Infra – Estrutura Urbana**. In: CARVALHO, Ináia M..M & PEREIRA, Gilberto Corso (Org). Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. EDUFBA, Salvador, 2006, 185 p.

POCHMANN, Márcio *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil. Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, 201p.

PRÉTEICEILLE, Edmond. **A construção social da segregação urbana: convergências e divergências**. Revista Espaço e Debates: Segregações Urbanas – São Paulo. v. 24, no. 45, jan/julho 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO-Experimental, Editora 34, 2005.

_____; **Os nomes da história: um ensaio da poética do saber**. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

_____; **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996

_____; **O dissenso**. NOVAES, Adauto (org) A crise da razão. Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1999.

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase**, 1997.

_____; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs). **Reforma Urbana e Gestão Democrática** – promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 1^a. Edição. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Urbanização e Planejamento no Brasil - 1960/1983**. In: Cadernos de Pesquisa do LAP 11. AUH/FAU/USP, São Paulo, 1996.

_____. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil**. São Paulo: Pioneira e EDUSP, 1968.

_____. **Evolução urbana do Brasil – 1500/1720**. São Paulo, Editora Pini, 2000.

RIZEK, C. S., BARROS, J. S., BERGAMIN, Marta de Aguiar. **A política de produção habitacional por mutirões auto gerenciáveis: construindo algumas questões**. ANAIS do X ENA. Belo Horizonte: v.1, n.1, p.1 - 22, 2003.

RIZEK, Cibele Saliba. **Os sentidos da cidade brasileira: figurações da ordem e de seus avessos**. in: Revista Espaço & Debates, São Paulo, v. 23, no. 43-44, pp. 79-91, jan/dez, 2003.

_____. **Os sentidos da Cidade: da civilidade a seu Averso**. São Paulo, 2003, mimeo (Projeto Temático: Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política) Relatório FAPESP.

_____. **Orçamento Participativo em São Paulo: publicização da cidade?** São Paulo, 2004 *mimeo* Projeto Temático: Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política Relatório FAPESP).

_____. **Cidade, Trabalho, Política**. Mimeo, 2006

_____. Resenha do livro **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. Nabil Bonduki. Estação Liberdade. São Paulo, *mimeo*. 1998

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR-UFRJ: Fase**, 1997.

_____; CARDOSO, Adauto Lúcio (Orgs). **Reforma Urbana e Gestão Democrática** – promessas e desafios do Estatuto da Cidade. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Brasil e o Habitat**. In: SOUZA, Ângela Mª. Gordilho (org.). **Habitar Contemporâneo**: Salvador: UFBA/FAU/MAU/Lab-Habitar, 1997.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal do que se trata?**. 2ª. Edição. RJ. FGV, 2005, 224P.

RUY, Affonso. **História Política e Administração da Cidade do Salvador**. Bahia, Prefeitura Municipal de Salvador, 1949.

SADER, Emir (org.) **Sete pecados do capital**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Petrópolis: Editora Garamond, 2001.

SALVADOR. **Salvador: um horizonte para o ano 2000**. SEPLAM/PMS. 1985.

SAMPAIO, Antonio Heliodório L. **Formas Urbanas: Cidade Real & Cidade Ideal**. Salvador. Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da Ufba, 1999.

SAMPAIO, Maria Ruth (coord.). A vida na favela. In: **Habitação e cidade**. SP: FAUSP, 1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5a. Edição. – SP: Hucitec, 1988.

_____. **O centro da cidade de Salvador**. Salvador: UFBA, 1959.

_____. **Economia espacial; crítica e alternativas**. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. São Paulo: Hucitec, 1979. (Economia e planejamento: Série teses e pesquisas)

SANTOS, Laymert Garcia. **Brasil contemporâneo: Estado de exceção?**. Texto discutido em reuniões no CENEDIC/ FFLCH-USP, mimeo, 2006

SCHERER – WARREN, Ise. **As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania**. In: Caderno CRH, Salvador. v. 17, n. 40, p. 55 – 60, Jan./Abr. 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da Pobreza**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004. 208p.

SERPA, Ângelo (org). **Fala Periferia!** [...] a produção do espaço periférico soteropolitano. Salvador – 2001.

SHCHEINOWITZ, A. S. **O macroplanejamento da aglomeração de Salvador**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo/EGBA, 1998.

SILVA, Bárbara-Christine Nentwing; Silva, Sylvio Bandeira de M.; CUNHA, M. Conceição; NASCIMENTO, Daria; SOUZA, Jaimeval; PEREIRA, Gilberto Corso. **Atlas escolar Bahia**. Espaço Geo-Histórico e Cultural. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

SIMAS FILHO, A. F (org). **Evolução física urbana de Salvador**. Convênio OCEPLAN. CEAB.UFBA, 1978. (xerox)

SINGER, Paul I., **A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador**. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). Bahia de todos os pobres. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Salvador. Ed. Nacional, 1974.

SOARES, Antonio M. de C. & ESPINHEIRA, G. **Das Favelas aos Conjuntos Habitacionais**. In: ANAIS do Seminário Internacional NUTAU 2004 – USP– São Paulo, 2004.

_____. Violência, crimes e jovens empobrecidos. In: ESPINHEIRA, G. (org.) **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. UFBA, Salvador, 2004. [lançado em 2005]

_____. **Gestão & Participação em projetos habitacionais populares, Nova Primavera** – um estudo de caso. Dissertação de Especialização pela Universidade do Estado da Bahia/ Programa de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal. Salvador, 2004.

SOUZA, Ângela Ma. Gordinho. **Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX**. Revista BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador – BA, SEI. v . 4, p. 53-73, 03/ 2000.

_____. **Limite do Habitar: segregação e exclusão na configuração [...]de Salvador e perspectiva no final do século XX**. Salvador, EDUFBA, 2000.

SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de., **Urbanização e fluxos migratórios para Salvador**. In: SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

_____; CARVALHO, Ináia Maria Moreira de. **Produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador**. In: SOUZA, Guaracy Adeodato Alves de; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

_____; FARIAS, Vilmar (Orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

SOUZA, Cristiane Santos. **Percepção e Produção Estética** – Configuração do modo de vida em Novos Alagados no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Dissertação de Mestrado. FFCH/UFBA, PPG, Salvador, 2002.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Housing Policy in Brasil: Retrospective and Perspective** – Housing in the 21 st Century Looking Forward. June 11-14. Virgínia – USA, 1997.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo:USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia/Ed. 34, 2001.

_____. **Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno**. In: _____(Org.) **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade**. Texto Discutido em Debate CENEDIC/FFLCH-USP, *mimeo*, Fevereiro-abril de 2006.

_____. **Sociedade Civil, direitos e espaços públicos.** Revista Polis, nº 14, São Paulo, 1994.

VALLADARES, Lícia Prado. **Passe-se uma casa.** Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

_____. **A invenção da favela – Do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro. 1ª. Edição Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2005. 204p.

VILHENA, L. S. **A Bahia no século XVIII.** Salvador: Itapuã. 1969.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra - Urbano no Brasil.** São Paulo. Studio Nobel, Lincoln Institute, Fapesp. 1998.

_____. Uma contribuição para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEDK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil.** p. 169- 244. São Paulo, Fupan/ Edusp, 1999.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo. Editora 34, 2000.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!:** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

QUESTIONÁRIO

Nº da entrevista: _____ Nome do entrevistado: _____

Endereço: _____

01 – SEXO:☐ Mas ☐ Fem**02 – IDADE:** _____**03 – ORIGEM:**☐ Interior do Estado☐ Palafita em Salvador☐ Outra área de Salvador

Onde? _____

04 – SITUAÇÃO CONJUGAL:☐ Casado ☐ Solteiro ☐ Separado/ Divorciado ☐ Amaziado/Ajuntado**05 – NÚMERO DE DEPENDENTES RESIDENTES EM CASA:**☐ Nenhum ☐ Menos de 3 dependentes☐ Entre 3 e 5 dependentes ☐ Mais de cinco dependentes**06 – SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CHEFE DA FAMÍLIA:**☐ Empregado ☐ Desempregado

Função exercida? _____

☐ Biscate☐ Comerciante _____☐ Pensão/Aposentadoria**07 – RENDA FAMILIAR:**☐ Menos de 01 salário mínimo ☐ Entre 01 e 02 salários mínimos☐ Entre 02 e 05 salários mínimos ☐ Mais de 05 salários mínimos☐ Nenhuma renda**08 – MAIOR ESCOLARIDADE DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA:**☐ Ensino Fundamental incompleto ☐ Ensino Médio incompleto☐ Ensino superior incompleto ☐ Ensino Fundamental completo☐ Ensino Médio completo ☐ Ensino superior completo☐ Curso técnico ☐ Não alfabetizado**09 – TEMPO DE MORADIA NO CONJUNTO:**☐ Alguns meses ☐ 01 ano☐ 01 ano e alguns meses ☐ 02 anos☐ 05 anos ☐ Desde a inauguração**10 – RELAÇÃO COM A UNIDADE HABITACIONAL:**☐ Proprietário desde a inauguração☐ Proprietário por compra em mãos de terceiros☐ Locatário ☐ Empréstimo☐ Ocupado sem autorização prévia**11 – SITUAÇÃO DO PAGAMENTO DA UNIDADE HABITACIONAL:**☐ Quitada ☐ Em amortização ☐ Em atraso☐ Outros _____ ☐ Não sabe**12 – QUANTOS CÔMODOS TÊM SUA MORADIA ATUAL? (Especificar)**☐ Entre 1 e 3 ☐ Possui 03 cômodos ☐ Possui 04 cômodos☐ Possui 05 cômodos ☐ Entre 05 e 08 cômodos ☐ Mais de 08 cômodos**13 – O SR.(A) FEZ ALGUMA ALTERAÇÃO NO IMÓVEL (MUDANÇA NA PLANTA ORIGINAL)? (MÚLTIPLA ESCOLHA)**☐ 1. Sim. Quais?☐ 1. Eliminação de paredes internas☐ 2. Construção de paredes internas☐ 3. Ampliação da moradia, anexada a casa☐ 4. Ampliação da moradia, separada da casa☐ 5. Acabamento (louças e metais)☐ 6. Revestimento (pisos e paredes)☐ 7. Muro e Grade☐ 8. Outros. Quais? _____☐ 2. Não**14. SUA MORADIA É UTILIZADA PARA: (MÚLTIPLA ESCOLHA)**☐ 1. Uso exclusivo residencial☐ 2. Geração de renda: comércio, produção, prestação de serviços. Qual? _____☐ 3. Práticas religiosas (cultos, missas)☐ 4. Associativismo (reuniões comunitárias)☐ 5. Aluguel de cômodo ou cama☐ 6. Outros. Quais? _____**15. PARA AS NECESSIDADES DE SUA FAMÍLIA O SR.(A) CONSIDERA QUE O TAMANHO (DIMENSÃO) DA UNIDADE HABITACIONAL ENTREGUE A SUA FAMÍLIA É:**☐ 1. Mais que suficiente ☐ 2. Suficiente ☐ 3. Pequena ☐ 4. Muito pequena**16. A SUA MORADIA É LIGADA A REDE DE ÁGUA?**☐ 1. Sim, com medidor individual☐ 2. Sim, com medidor coletivo☐ 3. Sim, ligação direta na rede☐ 4. Não**17. SUA MORADIA É LIGADA À REDE DE ENERGIA ELÉTRICA?**☐ 1. Sim: ☐ 1. Sim, medidor individual ☐ 2. Sim, medidor coletivo ☐ 3. Sim, empréstimo do vizinho

() 4. Sim, ligação direta ao poste de luz () Não

18. O SR. (A) SABE QUAL O VALOR TOTAL DO IMÓVEL?

() 1. Valor: R\$ _____ () 2. Não sabe

19. AS PRESTAÇÕES SÃO PAGAS:

- () 1. No nome do morador-mutuário
() 2. Em nome do antigo proprietário/mutuário
() 3. As prestações não são pagas

20. O SR.(A) SABE DE ONDE VIERAM OS RECURSOS PARA A OBRA?

(MÚLTIPLA ESCOLHA)

- () 1. Órgão público municipal () 2. Órgão público estadual
() 3. Caixa Econômica Federal () 4. Empreiteira/construtora
() 5. Outros. Quais?: _____ () 6. Não sabe

21. NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS TRÊS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE AFETAM A SUA MORADIA?

1. Primeiro problema: Nº _____ 2. Segundo problema: Nº _____ 3. Terceiro problema: Nº _____

Indique os problemas:

() 1. Problemas nas instalações elétricas	() 14. Enchentes
() 2. Problemas nas instalações hidráulicas	() 15. Falta ou precariedade de transporte
() 3. Problemas de umidade e de infiltração de água	() 16. Falta de escolas
() 4. Qualidade da construção	() 17. Falta de equipamentos de saúde
() 5. Tamanho da moradia	() 18. Falta de equipamentos de esporte (quadras, campo de futebol, etc.)
() 6. Valor da prestação	() 19. Falta de praças
() 7. Problemas com a vizinhança	() 20. Falta de manutenção de equipamentos coletivos (bancos, prédios públicos, etc.)
() 8. Falta de parquinho para as crianças (playground)	() 21. Falta de comércio
() 9. Falta de água	() 22. Violência e falta de Segurança
() 10. Esgoto (rede e tratamento)	() 23. Atropelamento
() 11. Lixo e destinação inadequada	() 24. Mudança freqüente dos moradores
() 12. Pavimentação precária (asfalto, paralelepípedo...)	() 25. Não existem problemas
() 13. Falta ou precariedade de iluminação	

22. O SR. (A) TEM CONHECIMENTO DA SAÍDA DE MORADORES DESTES CONJUNTO HABITACIONAL?

() 1. Sim. Porquê? (múltipla escolha)

() 1. Falta de condições de pagamento das prestações	() 2. Problemas familiares
() 3. Estruturas das unidades habitacionais	() 4. Falta de Adaptação
() 5. Outros. Quais: _____	() 6. Não

23. NO CASO DE SUA MORADIA APRESENTAR PROBLEMAS DE CONSTRUÇÃO SR. (A) SABE COMO PROCEDER?

() 1. Sim Como? _____ () 2. Não

24. O SR. (A) RECEBEU CÓPIA DA PLANTA DA SUA MORADIA?

() 1. Sim () 2. Não () 3. Não Sabe

25. NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS MAIORES QUALIDADES DA SUA MORADIA?

1. _____
2. _____.

26. NA SUA OPINIÃO O FATO DE POSSUIR ESTE IMÓVEL SIGNIFICAR PARA VC. E SUA FAMÍLIA

() 1. Ótimo () 2. Bom () 3. Regular () 4. Ruim

27. COMO ADQUIRIU A UNIDADE HABITACIONAL:

- () Através de cadastro no programa () Repasse da unidade habitacional
() Compra de terceiro () Troca de moradias
() Re-qualificação () Não se aplica

28. COMO AVALIA O CONJUNTO HABITACIONAL:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

29. EXISTE REPRESENTAÇÃO ASSOCIATIVA NO CONJUNTO:

() Sim () Oficial () Não oficial

Qual? _____

() Não

30. EM RELAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DO SEU CONJUNTO HABITACIONAL VC.PODE AFIRMAR:

- () Existe mais não atua () Existe e é atuante
() Não existe () Existe mas não tenho envolvimento

ENTREVISTA

Listagem das Entrevistas: Conjunto Habitacional Vila Viver Melhor

Série I – Viver Melhor

15.02.2006

Srta. CATILENE DOS S. BONFIM (*Moradora da área favelizada antes da intervenção e atual moradora-caminho 3*). – Possui 24 anos; moradora há 12 anos da área; separada; garçoneiro; tem 5 filhos; foi uma das primeiras moradoras a ter sido contemplada com a troca de casa.

1 – Há quanto tempo você mora aqui Catilene?

Moro desde os doze anos de idade, hoje já tenho 24 anos.

2– Sua função, você trabalha em que?

Agora estou trabalhando em um Bar, sou garçoneiro, mas antes era dona de casa

3– Você tem quantos filhos?

Tenho 5 filhos

4 – Catilene como era a sua vida antes do Conjunto Vila Viver Melhor, onde você morava?

Morava logo na frente do Viver Melhor, entendeu? Só que minha vida era ruim porque o lugar que eu morava sofreu um deslizamento e soterrou uma casa com várias pessoas, eu já vivia assustada. Quando o Viver Melhor chegou para mim, foi a melhor coisa que existiu, porque logo que chegou começou a tirar as pessoas do meio e do fundo, aí eu fiquei logo pedindo para me tirar lá da frente, porque foi época de chuva, aí depois que fez isso aqui está uma maravilha, eu dou graças a Deus de não ver um barro, não vejo um barro, não penso em voltar para invasão, não penso em voltar para um lugar de barro.

5 – E sua casa antes como era?

Minha casa antes era um barraco, um quarto, uma sala e uma cozinha, o banheiro eu utilizava o da casa de minha mãe.

6 – E hoje como é a sua vida no Conjunto Viver Melhor, você gosta do conjunto, gosta de sua casa?

Gosto do conjunto, gosto de minha casa, apesar de ser pequena, né!. Porque não existe família pequena aqui no Viver Melhor, todas as famílias são grandes, pobre só sabe fazer filhos [risos]. Mas tirando o caso de filho pequeno, é uma maravilha, principalmente a minha [casa] que os quartos é em cima, aí eu fico doida!!! Quando estou retada subo para o quarto e fico lá, não atendo ninguém, nego pode morrer ali chamando.

7 – Quais os principais problemas do Conjunto Viver Melhor, Catilene?

Os esgotos quando entopem e os carros do lava jato que sobem aqui rasgando, em tempo de pegar os meninos entendeu e acontecer um acidente. E, os esgotos, estes esgotos aqui, em um mês tem 30 dias, 28 dias fica entupido derramando pela rua.

8 – Mas não tem uma Associação Comunitária, um grupo organizado aqui no Viver Melhor para tentar e de encontro a estes problemas, para tentar reclamar na prefeitura, para tentar reclamar na CONDER ?

Olha de ter tem! Só que fica um jogando para cima do outro, entendeu? Se um faz, joga na cara – alega, se o outro não faz diz que faz, aí começa a briga, e como você perguntou aí, tipo um trabalho social, existe, a mulher de André, que era da comissão, mas entre aspas, existe teatro, ela pega os meninos e cadastra para ir para o Vila Velha, para ver teatro de graça, mas entre aspas, pois é só os da vontade deles.

9 – E você está satisfeita com o Conjunto?

Tô!

10 – Mas houve casas aqui no Conjunto que racharam?

É, a minha também rachou, desde quando me entregaram, a escada já era toda rachada perto da divisão com o lastro da laje é toda rachada.

11 – Mas você não tem medo? Você já reclamou?

Sim, já reclamei, [a filha da entrevista está no colo e pede peito, ela diz que daqui a pouco dará, pois está fazendo a entrevista comigo].

12 – Você falou dos problemas do conjunto dos pontos negativos, e os pontos positivos?

O positivo é que tem esta praça grande aí para meus filhos correrem, apesar de não ter privacidade por causa dos carros, mas tem a praça, tem a quadra, é só isso.

13 – No período da invasão havia conversas entre a comunidade? Havia participação? Houve participação na mudança para o Conjunto Vila Viver Melhor?

Não de todo mundo, mas de haver, havia !

14 – Vocês participaram deram opinião na construção do Conjunto Vila Viver Melhor?

Participamos, teve muita reunião, quase todo dia tínhamos reunião aqui, pois logo no começo eles queriam trazer pessoas que não eram daqui, aí agente fez as reuniões.

15 – Então Catilene, você acha que tinha participação da comunidade?

Acho, havia sim, havia sim, só não havia para aqueles que não queriam ir para as reuniões, ao contrário havia.

16 – Há violência no Conjunto Viver Melhor?

De haver violência, há! principalmente nos fins de semana – a cachaça!!! Porque aqui há mais bares do que casa, né, você pode reparar aqui quase todas as casas viraram comércio viraram bar, aí nego bebe demais, é briga de vizinho, briga por causa de menino, mas tudo por causa de cachaça, a maioria das brigas é por causa de cachaça.

17 – O que você acha da lavagem de carro?

Uma negação!!! Porque minha mãe duas vezes foi parar no Ernesto Simões [hospital], por causa de queda de pisar em óleo, foi mal mesmo, uma vez ela ficou tão mal, tão mal que nós ficamos com medo de pegar. Eu já me sujei toda de óleo, as pessoas saem daqui arrumadas, e lá embaixo se sujam todas no lava jato, é!, é!, você sair toda arrumada e lá em baixo tem que suspender a barra da calça para não sujar no lava jato.

18– Mesmo sabendo que a lavagem de carro é uma fonte de renda para a comunidade, você é contra o lava jato?

Sou, sou contra, é fonte de renda para eles, pois benefício aqui para cima eles não trazem nenhum, nada, nada mesmo, tem gente aqui que não tem condições de pagar água e luz, eles lá esnobam água, aquela torneira fica ligada o dia todo, a água que gasta dá para abastecer uma cidade, a água fica ligada o dia todo sem precisão, luz ali, eles pegam do poste, rouba da rua e quem paga é o pessoal daqui de cima. Eu trabalho, antes de eu trabalhar, eu não boto água para gelar na geladeira, por causa dos meninos, para os meninos não beberem, eu boto água no filtro. Minha luz malmente era a televisão, pois meu som está quebrado, ochê!!! aí minha luz vinha R\$ 18,00, R\$ 20,00, você acha que eu gastei, nada, nada disso.

19 – O que você acha que falta aqui no Conjunto Viver Melhor?

Um Posto de Saúde, os Postos de Saúde não atendem, atende só a população de Brotas, Bonôco e Vasco da Gama [bairros adjacentes] aqui é Ogunjá, eles não atendem, nem para vacinar uma criança.

20 – A Associação Comunitária é atuante?

Não, não acho não, porque veio, isto tem que colocar, veio um pessoa fazer um trabalho voluntários de médicos, veio dois carros do Sarah [Hospital importante de Salvador], fazer um trabalho comunitário aqui, Nivaldo da comissão queria cobrar a luz e o espaço, era pediatria e ginecologia, aqui se você for fazer um aniversário na sede, você tem que pagar R\$ 50,00 a associação, ele diz que é da luz.

21 – Para aonde vai este dinheiro?

Só ele sabe!

22– Se você encontrar um comprador para sua casa, você venderia?

Olha no momento eu vendo, sabia, porque a zuada aqui é demais, você está ouvindo, isso aí vai até de madrugada, e aquele passeio ali é ponto de descaração, ninguém dorme neste beco, se estes meninos tivesse alguma coisa para ocupar o tempo deles, eles estaria cansados e iriam dormir. Outra coisa é a poluição sonora, é de domingo a domingo, muito mesmo.

23– Quem fica com seus filhos para você ir trabalhar, Catilene?

Meus filhos, eu botei no Orfanato, eu pego dia de sexta-feira pela tarde, levo domingo a tarde.

Sr. CARLOS M. DOS SANTOS (Presidente da Associação Vila Viver Melhor) – 60 anos; mora na área há mais de 18 anos; eletricista e militante político.

1-Sr. Carlos as casas aqui no Conjunto Viver Melhor, racham?

Vou passar para você uma experiência que eu tenho lidado dentro da parte de construção civil, há mais de 30 anos, e você como estudante de arquitetura, deve estar sabendo disso. Qualquer edifício, qualquer prédio, qualquer obra que você faça em qualquer solo, mesmo que você tenha uma base estrutural, até a base de 5 anos tem que ter acomodação de solo perante o peso em que ele recebe. Então algumas das

rachaduras das fissuras, qualquer prédio desses aí!, se o terreno não for bem agalgado, e a fundação não for eficiente ele dar algumas fissuras o que ocorreu aqui foi isso, não é totalmente, não é todas as casas, tem algumas partes que o solo é mais resistente, em outros o solo tem a tendência a erosão, então para a época que está para acomodação, ele desce no período de 5 anos, uns 5 centímetros de acordo com a elevação de construção.

2- Sr.Carlos e foi isso o que aconteceu?

É, o que aconteceu foi isso, a questão da acomodação do solo, mas já que o pessoal não tem este conhecimento, aí acham que é uma coisa absurda, mas não tem nada haver.

3-Quantas casas já racharam?

Ah! Uma minoria, inclusive tem uma criatura aí! Do lado do caminho 2, que estava me procurando com este problema, aí eu passei para ele ir na CONDER, mas eu expliquei a ele, que não iria resolver nada, pois já passou o prazo de manutenção, já são umas casas que já têm 9 anos como eu já falei. Então a empresa que construiu, como a empresa contratante, só deram direito de dar manutenção nas casas até o prazo de 5 anos, passou de 5 anos, fica por conta do proprietário.

4- O senhor se senti bem morando no Conjunto Viver Melhor?

Olha, eu não tenho do que me aqueixar, a única coisa que eu me aqueixo são os moradores.

5-Achando um valor negociável em sua casa o Sr. venderia?

Olha, eu não venderia, eu sairia e deixaria para uma filha, mas não venderia não, eu tenho aqui 3 filhas que já tem suas casas, mas duas ainda não têm casa, aí eu deixaria a casa para essas aí.

6- Sr. Carlos, quais são os pontos positivos do Conjunto Vila Viver Melhor?

O ponto positivo aqui é a deslocação, você tem, você pode se deslocar daqui para qualquer local, mesmo que não tenha transporte, você vai, se você que ir ao Campo Grande andando, você vai, se você que ir na praia andando, você vai, se você que ir no Iguatemi andando, você vai andando, se você que ir no comércio, você vai. Então isto aqui você está situado no eixo de Salvador. E ainda tem outra, aqui você está próximo de cemitério e de hospital, está próximo de banco, está próximo de colégio. Então só um cara que for ignorante, pode achar que aqui não esta bom.

7- Sr. Carlos aqui no Conjunto Vila Viver Melhor, há violência?

Aqui não tem não! Nem violência, nem o tráfico de drogas, nem o mão de visgo, aqui agente não adota.

8- Em relação à Associação Comunitária, o pessoal participa da Associação, como é ? As pessoas participam das reuniões?

Aqui, os moradores não contribuem com nada, não participam de nada, receberam suas casas e ficaram todo mundo acomodado, não procura, ou só se procura movimentar quando vem acontecer alguma coisa que vai prejudicar a eles. No ano passado mesmo, teve um cidadão aí que a SUCOM veio para derrubar a ampliação que ele estava fazendo, ele em um instante veio correr aos membros da associação, eu mesmo fui um dos que fiz cartas e mandei para a SUCOM, intercedemos junto a eles, é tanto que não derrubaram a ampliação deles.

9-Então a Associação que existe é atuante?

Nós que somos da Associação, quando tem algum movimento que venha prejudicar os co-irmãos, agente procurar correr atrás. Porque o que eu não quero para viver, não vou querer para os demais.

10- Sr. Carlos se o Sr. pudesse dá uma grande contribuição para o Conjunto Vila Viver Melhor o que o Sr. daria para esta comunidade? (Em relação a infra-estrutura, em relação ao serviço, o que acha que necessita no conjunto).

No conjunto ou aos moradores do conjunto? Olha rapaz cada um tem o seu problema, para você ver o que cada um está passando, só se você fizer uma triagem. Eu acho que o instrumento superior é a divisão de renda pois, quem ganha muito, muito quer ganhar mais quer tirar daqueles que não tem nada.

11- Percebemos aqui no Conjunto que muitas pessoas alteram a função de moradia para a comercial? Como se dá isto?

Algumas casa! Bem poucas casas! Olha só o que teve, nós temos ali [o entrevistado aponta a área no Conjunto], uma área que foi [destinada ao] centro comercial mesmo, você daqui está presenciando ali foi elaborada para ser comércio, mesmo em baixo e moradia em cima. E alguns outros comércios que o pessoal fez em suas casas, é o meio de sobrevivência ao desemprego que está aí. Hoje a aranha procura viver do que tece, mesmo contra a vontade do destruidor que tenta destruir, o pessoal que destrói né!, a fauna, a flora, a floresta, o mar, os rios, e o home está se destruindo por si próprio achando que ele está fazendo uma grande coisa, mas ele esta olhando só o lado dele e se destruindo também.

Sra NEUSA DE JESUS MARQUES (*Moradora do Conjunto Habitacional – caminho Área 2*) – 45 anos; mãe solteira; doméstica, mora no conjunto há 15 anos, foi uma das primeiras a comprar barraco na antiga favela Yolanda Pires.

1 – Há quanto tempo a Sra. mora no Conjunto Vila Viver Melhor, Dona Neuza?

Eu tenho mais ou menos aqui dentro uns 15 anos, agora na casa aqui que agente recebeu, tem 7 anos.

2– A Sra. trabalha do que? Qual função exerce?

Sou doméstica.

3– Quantas pessoas moram aqui com a Sra.?

Quatro pessoas.

4- Como era a sua vida antes do Conjunto Vila Viver Melhor?

Minha vida antes do Viver Melhor, sempre trabalhando, trabalhando, trabalhando, e não tendo nada, trabalhando para melhorar mais um pouco.

5– A Sra. vivia aqui na área do Conjunto?

Antes eu morava de aluguel, eu sempre morei de aluguel, aluguel e trabalhando e pagando, né! colocando menino em creche, pegando menino, melhorou um pouco depois que eu sair do aluguel.

6– Quando a Sra. saiu do aluguel a Sra. foi para onde?

Quando eu sair do aluguel eu comprei um barraco, na época, na antiga invasão

7– Qual o nome da invasão?

Era invasão Yolanda Pires

8– Aqui era Yolanda Pires, também?

Era Yolanda Pires também, eu cheguei aqui, em 1º. de Abril de 1988, 1989 por ai, com um mês que eu cheguei aqui, ai começou os desabamentos, vixe, tinha um Sr. que morava no fundo ai ele desmanchou o barraco dele, porque ele disse que era solteiro e que eu tinha meus filhos e para o barraco não cair em cima do meu, ai ele desmanchou, ai meu filho foi um dilúvio foi gente para sexta do povo, gente para a Fonte Nova, foi uma loucura, e ai eu comecei a querer ir para a Fonte Nova também para poder ganhar uma casa, mas o pessoal dizia que não, que meu barraco estava bom, ai eu tirei tudo de dentro de casa, depois eu botei tudo novamente dentro de casa, e ai estava ocorrendo deslizamento de terras e mortes também né, teve gente que morreu aqui com deslizamento. Aquele rabanceira ali [ela aponta] de fora a fora até lá em cima foi uma loucura, o único lugar que não teve deslizamento foi este lado daqui, que era morro, nunca teve problema este lado aqui, mas lá na frente, lá no lado principal, oh! Meu Deus, misericórdia, oxente, qualquer chuva, dava em deslizamento.

9– Então depois de todo o sufoco morando na Invasão houve o benefício da área?

Foi, ai houve o benefício

10– Como foi a mudança do barraco para a nova unidade habitacional?

Antes de entrar este projeto aqui muitas pessoas estavam construindo suas casas de blocos, ta entendendo? Ai muitas pessoas foram para o galpão. Eu mesmo na época fiquei em casa alugada, mas eu não dormia ficava em frente de casa sentada, com medo, para quando começar a chover eu pegar os meninos e sair correndo, causa do deslizamento. Era assim mesmo, e agora graças a Deus eu durmo né, melhorou bastante pena que o pessoal não sabe conservar, né.

11 – A Sra. acha que a situação atual no Conjunto é melhor?

Muito, muito mesmo, muito, não tem como comparar

12 – Como foi a mudança e a adaptação na nova casa?

Oxente! Uma maravilha, maravilhosa, água dentro de casa banheiro, luz que antigamente usava era gato, não tinha esgoto, a água agente pegava era numa torneira só para todo mundo pegar, lava, e hoje cada qual tem né, tudo individual, cada um pega e tudo, oxê melhorou muito.

13– Quais são os principais problemas do Conjunto Viver Melhor?

Os problemas que tem aqui acho que as pessoas não sabem valorizar, tá entendendo, jogam lixo na rua, entopem esgotos. Só é mesmo a valorização que ninguém sabe ter, enquanto uns dá valor, né, outros não estão nem ai.

14 – Dona Neusa, em sua opinião quais são os principais pontos positivos do Conjunto? Por que é bom morar aqui?

Ah! Meu filho, porque é perto de tudo, agente arranja um biscate, quando as patroas não querem pagar transporte, ai agente vai a pé, vai andando, ta entendendo, é bom por isso a localização, tem super mercado próximo, tem médico, está entendendo, tudo é perto.

15 – A Sra. está satisfeita com a casa?

Eu estou né! Mas quando chove, agente tem que se cobrir com plástico, porque pinga muito, chovisco desde a inauguração pinga muito. O que eu aqueixo aqui é por que a cozinha é na sala, ta entendendo, mas de resto eu gosto muito daqui, da minha casa, Quanto eu arrumo, faço uma faxina, na casa, fico namorando cada cantinho, a vista de quem já morou em barraco, né.

16 – E os pontos negativos, os pontos que devem mudar no conjunto?

É o que meu Deus? Acho que não tenho nenhum para falar não!

17 – A Sra. não acha que a lavagem de carro é um problema?

Olha, se eu morasse lá em baixo até que sim, mas como moro aqui em cima, não me incomodo em nada. Eu falo com meu filho, esse aí [ela aponta o filho], não quero que traga problemas de lá de baixo, para aqui, problemas de lá ficam lá. Mas às vezes eu fico assim, me perguntando, se eu morasse ali [perto do lugar da lavagem dos carros], o que seria também, pois muita gente vive daquilo você acredita, pais de família que trabalham ali, que sustentam, que ganham o pão para os filhos, ta entendendo, por isso.

18 – Existe Associação Comunitária no Conjunto?

Existe né! Mas eu não sei se eles fazem alguma coisa. Eu não participo, nem perco meu tempo para participar.

19 – Por que a Sra. não participa?

Ah! Chega lá, sempre a mesma ladainha, ladainha, nós mesmo estamos sabendo que vamos ter que pagar IPTU, né, tô sabendo assim por alto que vai ter que pagar.

20– A Sra. vai pagar as prestações da casa?

Desde que chegamos aqui que recebemos estas casas novas, a proposta é está, que tem que pagar. E vai e faz reunião, e reúne e discute e não resolve nada, se chegar para todo mundo eu vou ter que pagar né. Por que sair daqui, eu não quero.

21– Se alguém quisesse comprar a sua casa a Sra. venderia?

Um valor que desse assim para eu ir para um lugar melhor, um lugar mais nobre eu até venderia, mas assim para ir para qualquer lugar para sair daqui para ir para outra favela, para o subúrbio passar tudo que eu já passei, aí não.

22– Tem muita violência aqui?

Não! Não! Aqui é calmo, outro dia mesmo eu estava até conversando, sair daqui umas 03h00 da manhã para ir para o médico, sozinha, aí tinha uns vigias ali, acho aqui seguro.

23 – Porque a Sra. sai daqui tão cedo para ir ao médico?

Para poder pegar ficha, senão agente não encontra. Então eu sair daqui a qualquer hora, eu não tenho medo, outros lugares que agente vai, ninguém sai, e aqui todo mundo já conhece todo mundo. Aqui tem assim, uma briguinta aqui e outra ali, mas é muito bom aqui.

Sra. ANTONIA BATISTA (*Moradora do Conjunto Habitacional*) – 50 anos; faxineira; viúva; moradora há 14 anos da área, uma das moradores mais antigas da área.

1 – Como é o seu nome e sua idade?

Me chamo Antonia Batista, tenho 50 anos

2 – Há quanto tempo a Sra. mora aqui?

Moro aqui há 14 anos

3– A Sra. trabalha de que?

Sou faxineira, faço faxina

4– Dona Antonia, como era a sua vida antes do Conjunto Viver Melhor? Como era a sua vida antes de ter a casa própria?

Olha eu acho que a minha vida antes de ter a casa própria era melhor porque ninguém se incomodava com a vida de ninguém, agora agente não pode fazer nada em nossa casa. Outra coisa, essa casa aqui, até hoje não tenho a escritura da casa, é a mesma coisa da gente não ter a casa. Porque se qualquer dia ele dizer assim eu vou tomar a casa, eles tomam né. Assim agente tinha a casa da gente, minha casa era dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço, terreno grande, laje batida e tudo, hoje em dia receber um cochicho-lo destes, só um quarto, sala, cozinha, e banheiro, quarto e sala não, só sala e cozinha. Porque só sala e banheiro, pois tem um quarto em cima e fui eu quem aumentei, fiz os quartos dos meninos em cima, mas tinha um quarto só. E a sala era a sala e a cosinha, no que eu fiz os quartos dos meninos eu botei a cozinha em uma área que era uma arezinha de serviço eu fiz a cozinha. Mas é

um sufoco, olha ai como eu estou, igual a um cuscuz [ela estava suada], estava na cozinha colocando tempero na comida, uma quentura grande.

5 – A Sra. senti saudade de sua casa anterior?

Ah! Eu sinto, porque tinha mais espaço, sinto muita saudade de minha casa anterior.

6 – Atualmente no Conjunto Vila Viver Melhor, o que a Sra. acha que pode ser considerado um problema?

Eu acho aqui considerado um problema é, sei lá, as imundícies aqui as pessoas não conseguem conservar nada, não tem nem caixa de lixo, agente bota o lixo por cima e sai por baixo, antes não tinha nem caixa de lixo, mas pelo menos era invasão. Hoje em dia não é mais invasão e podia ser tudo civilizado né [risos da entrevistada].

7– Dona Antonia, e a comunidade daqui é unida?

Não, a comunidade não tem união. E principalmente os que dizem ser mandatários da Associação, em vez de ser pelos moradores é contra os moradores eles podem fazer tudo, os outros não podem fazer nada.

8– A Associação Comunitária existe?

Existe, e é mais ou menos atuante, não faz nada, se fizesse alguma coisa não estava este esgoto ai como está a caixa de lixo, agente colocando por cima e saindo por baixo. Uma caixa de lixo melhorzinha que tinha aqui eles puxaram e colocaram lá embaixo, e agente ficou com está toda acabada. Quando chega o final de semana, é lixo para todo lado, aqui está frente de porta, eu que varro, todo santo dia é eu que varro. Porque é lixo para todo o canto.

9– Em relação à lavagem de carro lá em baixo o que a Sra. acha?

Oh! Meu filho, ali eu não posso dizer nada, porque é muitos país de famílias, que estão desempregados, e pelo menos é uma renda de emprego que eles tem para sustentar as famílias. Eu não acho, nem errado, porque não me incomoda eu pouco passo ali em baixo, é uma raridade. Para os moradores de lá eles acham ruim, mas quem mais lava carro ali são os moradores da li mesmo, não sei porque eles estão achando ruim. Porque a mim, não incomoda.

10 – Quais os pontos positivos, quando a Sra. compara com a invasão anterior?

Ponto positivo é como eu lhe disse, ponto positivo é a urbanização, é a rede de esgoto, água encanada, o ponto positivo que eu acho aqui é só isso. Mas tem muita coisa desregulada aqui, que ninguém faz nada, ninguém toma parte de nada.

11 – Em relação às cobranças das casas?

Eu não posso me aqueixar, porque até agora não veio cobrança para mim, este lado daqui para baixo, não vai receber cobrança. O lado de lá vai receber porque este lado daqui veio o dinheiro das Nações Unidas, e foi para fazer as casas dos moradores todas, mas só que eles aplicaram em outros lugares, daqui para lá já foi deste dinheiro [ela indica as partes que se refere, neste momento ficamos na calçada da casa] e esta parte de cá foi financiada pela caixa ai está parte de cá está sendo cobrada, daqui, deste lado de minha casa para baixo não vai pagar.

12 – E o pessoal dos módulos III, IV e V, vão pagar?

Estas pessoas já moravam na área da invasão, mas tem umas 5 famílias que vieram de outras áreas, o trato que eles fizeram com agente foi este, nós retiramos daqui [invasão], e nos colocaram no galpão, construíram as casas novas [refere-se a casa que mora hoje] e nós vimos morar aqui, o trato foi este.

13 – Dona Antonia a Sra. venderia sua casa?

Sim! Venderia, venderia porque são muitos problemas, aqui são muitos problemas é desunião, quando era invasão não tinha isto, depois que urbanizou tudo é uma desunião. Eu venderia, só que eu não posso nem vender, porque eu não tenho escritura, nenhuma.

14– A Associação sempre foi desorganizada como a Sra. diz?

Sempre foi assim! O único que organizou aqui um pouco foi Dinho, quando estava no poder dele, organizou muitas coisas aqui, mas depois que passou para os outros, pronto!!!

15– Tem violência no Conjunto Habitacional?

Não, até que isso não tem, até que não tem violência, aqui é um lugar calmo, graças a Deus, é uma raridade ter assim violência aqui, é uma raridade.

16 – A localização do Conjunto Viver Melhor, parece que é muito boa para os moradores, não é?

É, olha eu vou te dizer por mais que eu quisesse vender esta casa, eu não vendia porque eu tenho médico todo o mês, lá na Escola de Medicina, porque aqui não tem médico, não tem nada, eu sinto problema de pressão de coração de tudo, ai eu tenho que ir para o atendimento na Escola de Medicina, eu saí daqui sozinha às 03h00 da manhã, só com o menino pequeno que estava aqui comigo, ai ele vai

mais eu, aqui é perto de tudo, destes lugares assim, é o mais perto que tem, só passa ônibus aqui às 05h30 da manhã, aí eu acordo cedo para chegar cedo. Por isso eu imagino ir para outro local causa disso, por causa desta responsabilidade que eu tenho para ir para o médico e em outro lugar longe eu não posso ir de pé, e já para a Escola de Medicina, eu vou de pé.

17 – O que a Sra. considera que é extremamente necessário no Conjunto Habitacional?

Era um posto de Saúde, um posto policial, não é porque é violento aqui, mas desta pista para lá é violento sim, é uma raridade a polícia daqui fazer ronda, só quando este tal André [morador do Conjunto que é policial] está no comando, aí a viatura passar aqui mais de dia do que de noite. Outra coisa é mais limpeza na rua, isso é o que eu queria que melhorasse aqui.

18 – No período da mudança da invasão para o Conjunto Habitacional houve participação da comunidade ?

Olha, no começo não houve participação porque eles disseram uma coisa e cumpriram outra, eles disseram que agente iria para o galpão, muitas casas eles iriam derrubar, casas que estivessem em áreas de risco. Eles derrubariam todas, a casa que agente queria não era este tipo de casas, agente queria casinhas separadas, cada um ter sua casinha separada, e, eles fizeram este tipo de coisas, se um vizinho bate um prego na parede de lá, aqui já está me incomodando porque é a mesma parede, se o vizinho fala de lá, se for falar alguma coisa para eu não ouvir tem que falar bem baixinho para eu não ouvir, isso é precário!!! Isso é péssimo!!! E a localização que botaram a gente foi péssima, pois quando chegou a minha vez de descer, [se refere a descer da invasão para o conjunto habitacional] o galpão estava todo comido, todo esbagaçado, era rato, barata, era cobra era tudo. Agente só faltou morrer lá no galpão, levamos 03 anos no galpão, antes da gente vir para aqui, tivemos que fazer abaixo assinado, porque disseram que o dinheiro não deu para terminar a casa da gente e a gente iria ficar no galpão, agente já estava prevendo pedir esmola para fazer a casa da gente lá perto dos galpões, onde a gente estava, porque agente não estava agüentando mais. O galpão era lá em baixo junto do CREA, cada qual tinha sua divisão no galpão, era duas partes no galpão, uma em baixo e uma em cima, os que viviam em baixo não tinha sossego, porque era tanto lixo que o pessoal de cima jogava em baixo, uns galpões caindo os pedaços. Depois de muitos abaixo assinados, depois de muita luta que agente fez, muita luta!!!, foi que Deus ajudou e terminaram de fazer a casa, e colocaram a gente lá.

Sr. EDINHO SANTOS (*Ex-Presidente da Associação Viver Melhor*) – 39 anos, pai de família, é um dos ativistas no conjunto, participando das manifestações e reclamações em prol da comunidade.

1 – Como o Sr. se chama e qual sua principal atividade econômica?

Me chamo Edinho Santos, sou formado em magistério, mas minha principal atividade econômica é no ramo de construção civil

2 – Sr. Edinho conte a história do Conjunto Viver Melhor?

Eu moro aqui nesta área há 17 anos e acompanhei todo o projeto da construção do conjunto, está área aqui sofreu re-qualificação, aqui tinha uma favela a Yolanda Pires, a intervenção veio para retirar a favela e construir estas habitações, na verdade este conjunto tem a proposta de ser um Plano Piloto pois a intervenção objetiva resolve o problema de contenção de encosta e de moradia, na primeira etapa foram 284 unidades habitacionais, na segunda etapa foram 28 casas e na terceira etapa 48 casas, cada unidade medindo 32m².

3 – Como é a sua relação com a vizinhança do conjunto habitacional?

Minha relação com a vizinhança é boa

4 – Qual comparação o Sr. faz da moradia atual e da moradia anterior?

A atual é muito pequena, a anterior era maior, muitos moradores antes da intervenção já tinha suas casas de alvenaria e estavam ampliando, está é muito pequena.

5 – O Sr. alterou a sua unidade habitacional?

Sim alterei, eliminei paredes, coloquei revestimento de paredes amplie cômodos e etc.

6 – Quanto custa uma casa destas atualmente?

Olha, quando eu recebi está casa ela me foi passada por cerca de R\$ 5.833,36, agora depois desta reforma eu não vendo por menos de R\$ 17.000,00

7 – Sr. Edinho quais os principais problemas do Conjunto Habitacional atualmente?

São diversos entre estes infiltrações, umidade, falta de equipamentos diversos etc.

8 – Como o Sr avalia a Associação Comunitária atualmente?

Existe associação inclusive eu já fui presidente, com a associação construímos uma quadra poliesportiva, alguns quebra-molas. Mas agora a associação está na mão de outras pessoas, a associação agora está parada.

Listagem das Entrevistas: Conjunto Habitacional Loteamento Vale das Dunas:

Série II

Sra. VALDETE B. DA SILVA (*Líder Comunitária*) – Costureira, moradora antiga da área antes da intervenção, e atual moradora do conjunto.

1 – Como a Sra. se chama e como chegou aqui no Conjunto Lot. Vale das Dunas?

Me chamo Valdete da Silva, eu, cheguei aqui através de mudanças de casas, minha casa foi desapropriada para passar uma rua, para poder passar a pista Nova do Aeroporto, aí as nossas casas foram retiradas, não só a minha como outras, aí mudaram agente para aqui. Eu tenho aqui quatro anos, mais ou menos isso. Eles tiraram agente para fazer melhorias, sabe, aí teve um monte de coisa, desembargação de construção até chegar aqui, depois que chegamos aqui tiveram alguns cursos, alguns projetos sociais.

2 – Quais foram os critérios utilizados para a escolha da casa?

Não teve critério algumas pessoas foram sorteio, outras pessoas foi porque eles mesmos tiraram as casas das pessoas para a passagem da pista que vai ao aeroporto, e outros porque moravam em situações de risco, não tinham condições de construir, moravam em barracos este tipo de coisa assim, mais ou menos, entende, pessoas que não tinham condições de construir uma casa, aí como eles queriam mudar a área, mudar o bairro, aí eles fizeram este tipo de troca com as pessoas.

3 – Houve algum tipo de conflito entre os moradores e a CONDER?

Teve discussões porque a maioria não queria sair de seu local de origem, aí a CONDER, teve de entrar em acordo, teve pessoas que não queriam de jeito nenhum, muitos a CONDER teve que comprar as casas, pois as casas das pessoas eram maiores que estas aqui, aí a CONDER teve que pagar uma indenização, para estas pessoas, que não queriam aceitar de jeito nenhum, mas foram poucas pessoas, poucas mesmo, olha eu moro neste bairro há uns 12 anos, aqui no conjunto tenho uns quatro anos.

4 – Dona Valdete a Sra. preferia a sua outra residência ou está aqui?

Eu preferia lá, tinha área livre, eu tinha espaço para plantar eu tinha jardim, tinha muitas plantas, não tem nem comparação.

5 – A sua antiga moradia era em uma área de invasão?

Lá era o seguinte, escuta, era uma invasão, quando eu vir morar aqui, eu fui a 4ª. pessoa a morar aqui dentro, entendeu, quando acabou a invasão total, só que eu já estava construindo, eles só me tiraram porque do lado de minha casa ia passar uma rua, como realmente passou uma rua aonde era a minha casa, foram quatro pessoas que estavam na mesma trajetória foram obrigados tirar para passar a rua.

6 – Como era a sua moradia antes?

Era maior que está aqui, bem maior, minha casa lá era 3 (três) quartos, sala, cozinha, banheiro.

7– Em relação ao nome do lugar percebi que os moradores não gostam do nome Yolanda Pires, a Sra. sabe o motivo?

Não gostam que chamem de Yolanda Pires porque este lugar era muito manjado por violência. Se você mora aqui e vai procurar emprego em algum local, aí vai fazer entrevista de emprego, aí se você dizer que mora no Yolanda Pires, ou no Planeta [ela se refere ao bairro Novo Horizonte, conhecido como Planeta dos Macacos], aí já é uma coisa a menos, mesmo que você tenha a capacidade de suprir a vaga naquele emprego, você vai sofrer restrições, fica um meio isolado disso, devido à fama de violência. Muitos moradores concordam para trocar o nome, de não existir Yolanda Pires, na realidade se não fosse a política o nome deste conjunto aqui seria Vila Nicolau Campenás. Porque esta área daqui foi muito ajudada pelo colégio Antônio Vieira, veio um casal de Italianos, ajudaram muito as pessoas da área a construir suas casas, se não houvesse política o nome daqui seria Vila Nicolau Campenás, não seria nem Yolanda, nem Vale das Dunas. Se fosse a população antiga mesmo que escolhesse seria Vila Nicolau Campenás.

8– Por que seria este nome?

Porque este nome Vila Nicolau Campenás, porque um casal de italianos ajudou muito isto aqui entendeu? Fez muito trabalho social e faz muito até hoje, mas no começo eles ajudaram muito, fizeram casas, foram 49 casas, distribuíram cestas básicas e realizaram cursos profissionalizantes como cursos de costureiras, pedreiros, motoristas, entendeu, vigilantes, este casal ajudou muito a comunidade.

9– Existe este serviço social ainda na comunidade de Vale das Dunas?

Existe, mas é mais devagar, sabe porque, os moradores que foram beneficiados já não moram mais aqui entende, e depois da morte do Padre o pessoal ficou mais devagar para estas coisas.

10 – Quatro anos sendo moradora do conjunto, o que a Sra, acha do conjunto?

Eu acho por mim é bom entender, a única coisa que eu não gosto é de morar neste lugar apertado, eu queria morar em minha casa, ter minha área, ter meu espaço, mas tirando isto é ótimo aqui.

11– A Sra. gosta do conjunto mas só não gosta das casas, é isso?

É! Eu mesmo pessoalmente, não gosto das casas, entendeu, gosto de uma área livre.

12– Quais seriam as principais dificuldades do conjunto atualmente?

A principal é a segurança, área de saúde, um Posto Médico próximo, um colégio para as crianças, é um perigo que elas correm, com estas rivalidades de bairros, não só as crianças como os adultos que precisam estudar a noite, muitos deixam de estudar pela falta de espaço, não que agente não tenha espaço para construir, porque agente tem.

13– Em relação à participação da comunidade na execução da obra do conjunto, houve participação?

Não! Foram como eles quiseram não houve participação, não houve acordo com os moradores, não houve reunião, não teve nada disso entendeu, a CONDER construiu em um ano, e este conjunto não era isso aqui, era um projeto totalmente diferente, a maquete que está no aeroporto é uma coisa ao chegar nas casas vêem outra coisa. Porque isso não era para ser duas casas era para ser uma só, entendeu, aí eles fizeram este tipo de coisa, reduziram totalmente os direitos dos moradores.

14–Em relação a este muro que separa o conjunto da pista, alguns moradores acham o muro necessário, outros discordam, o que a Sra. acha?

O muro tem suas vantagens e desvantagens, a vantagem é porque dá segurança as crianças e a desvantagem é que a agente fica ilhada, fica preso entendeu, agente aqui não tem um ponto de ônibus, agente aqui não têm acesso a transporte, saúde, educação, e a entrada [se refere ao muro que separa a pista], agente fica ilhada, agente fica presa e o muro nem resolve o problema que ele pensaria resolver. Eles [técnicos da CONDER], acham que este muro aí era para proteger, mas as crianças vão e pulam do mesmo jeito, agente que fica preso tipo uma prisão, porque agente aqui só tem uma saída entrada e saída, só com uma só.

15–Como é a convivência do vizinho aqui?

Em relação aos vizinhos graças a Deus, não tenho o que dizer.

16– E a Associação Comunitária existe?

A Associação Comunitária meu amigo é um problema !!! Não existe, só tem nome, existe uma associação, tem vários presidentes, vários nomes, mas a associação não funciona.

17– Este problema da Associação dificulta a falta de representação no conjunto?

Muito! Até um trabalho social que agente queria fazer não pode, não pode fazer, se agente for trabalhar em um trabalho social, aí parece beltrano presidente, sicrano é presidente e empata agente fazer o trabalho social, porque não tem uma união com o que diz ser presidente da Associação com os moradores, entendeu o presidente é só ele, só ele e pronto, entendeu, ele não quer saber da comunidade a comunidade que se dane!!!

18– E em relação à mudança de moradores e chegada de moradores novos no conjunto, existe este movimento?

Existe sim, e é freqüente, vem e vai, vai e vem é essa coisa.

19– A Sra. atribui está mudança a algum fator específico?

Tem moradores que vem e não se acostumam entendeu, por causa da violência e você sabe que todos os bairros tem violência e coisa que não é só aqui em nosso bairro que tem, em toda a comunidade tem. As pessoas que vem e mudam, são do interior, e o pessoal acostumado a viver em uma vida tranquila aí quando chegam na cidade grande não agüentam ver as agressões, este tipo de coisa, para mim isto é natural, entendeu?

20– Agora fale um pouco sobre a Sra. tem quantos filhos?

Tenho três filhos, crio dois, sou costureira, gosto do que faço, deixei de trabalhar na rua para costurar, entendeu? Meu objetivo é criar uma pronta entrega, criar uma geração de renda não só para mim, mas para várias mães que não têm condições de trabalhar fora e que queira ter uma renda familiar para ajudar em casa, meu objetivo é este, já que eu não posso trabalhar na rua como sempre fiz [diz ter problema de saúde] eu quero ensinar um pouco do que eu sei para as mães que não tem condições no conjunto.

21–Mas o que falta para colocar este objetivo em prática?

O que falta? Espaço e um local adequado entendeu, para agente colocar as mães e material, matéria prima, porque pessoas não faltam, tem bastante mães que tem vontade de aprender uma profissão e construí uma vida melhor para seus filhos, sem sair do seu habitat natural, porque muitas vezes as mães saem de casa para trabalhar fora correndo perigos entendeu, então agente que fazer assim, entendeu, meu objetivo, não só meu como de outras pessoas é criar um meio de trabalho dentro de nossa comunidade, todo mundo poder ter o seu sem está saindo, abandonando meus filhos em casa, que nem as minhas filhas foram criadas, eu tinha que sair fora para trabalhar e ela ter que ficar sozinha, ser criada sozinha, entendeu meu objetivo é este.

22–Se a Sra. fosse falar dos pontos positivos do conjunto, o que a Sra. destacaria?

É bom! Pelo seguinte, mesmo tendo muita violência, é o tipo de coisa que pais e mães de famílias, não são agredidos, não são molestados entendeu, entram e saem a hora que querem, entendeu, não tem problema nenhum sabe. A violência que existe é uma coisa gerada pela falta de oportunidade que estas pessoas não tem de criar alguma coisa para fazer, entendeu, aí vai criando uma violência, entendeu?

23–A Sra. fala muito da violência, na sua opinião tem como diminuí-la, com um trabalho social, maior participação da associação, coisa e tal?

Se estivesse um espaço livre para agente fazer coisas com estes adolescentes, até mesmo este pessoal, eu acho que iria ser algo totalmente diferente, porque não iria ter espaço para ingressar em um caminho que não era adequado, entendeu? Porque a maioria destes adolescentes foi criando uma situação ruim porque não tem oportunidades, entendeu. Porque o projeto da gente é o que? É criar capoeira, é criar futebol, áreas de lazer entendeu, mais para os adolescentes, só que estas guerras de presidentes de associação, de quererem serem donos atrapalha.

24–Dona Valdete a Sra. já pensou em vender a sua casa?

Não! Porque eu gosto de morar aqui, eu não venderia não, criei as minhas filhas aqui, eu não vendeira, não! Olha pelo tempo que moro aqui, eu só venderia para ir para o interior eu ficaria aqui mesmo. Com todos estes problemas, com todas estas dificuldades me sinto bem morando aqui.

Sr. EDUARDO BOMFIM (Professor e Militante) – *Morador do Conjunto há 02 anos, um dos idealizadores de uma ONG comunitária para o conjunto habitacional.*

1-Como se chama e qual sua profissão?

Me chamo Eduardo, sou professor.

2-Como o Sr. chegou aqui no Loteamento Vale das Dunas?

Minha história particular não foi tida como opção, foi mais uma queda no padrão de vida assim radical, vida intempéries comercial e pessoal, neste país né, que não respeita alguns profissionais jogando estes em lugares, não que seja ruins né, mais que não seja a opção deles, né! Essa é uma realidade.

3-O Sr. mora aqui há quanto tempo professor?

Moro há uns três anos

4- Quais os principais problemas enfrentados pela comunidade do Conjunto Loteamento Vales das Dunas atualmente?

Na realidade são várias, no âmbito social temos a saúde, não me refiro a saúde do Estado ou do Município, pois no município temos a implantação de Postos Móveis de Saúde como o SAMU, mas me refiro a um posto médico no conjunto para o atendimento pré-ambulatorial, um programa de planejamento familiar que é um caso gravíssimo não só no conjunto, mas no país como um todo, então uma série de questões uma outra o colégio, nós não temos colégios nem das séries chamadas iniciais, nem da 5ª. a 8ª, série, muito menos do 1ª. ao 3ª. ano e por aí agente não tem uma comunidade escolar hoje, uma edificação escolar ajudaria em vários aspectos, como por exemplo, como questão de uma Ong – Ação Criativa, que estamos tentando implantar, já trabalhamos desde janeiro de 2004, fica difícil você ter espaços para colocar porque dependemos de situações de órgãos públicos, que precisam construir, reformar e essas coisas não são baratas, são caras! O problema principal também vem que agente que colocar uma situação de ajuda social, ou seja, um governo paralelo, que nada mais nada menos é formada por associações, Ongs essas coisas, são governos paralelos elas aparam as arestas que os governos deixam a desejar, também não se pode jogar toda a responsabilidade para o governo, a comunidade tem que se organizar, tem que se integrar, se ajudar, querem fazer e querem mudar sua realidade, não adianta as pessoas quererem trabalhar em prol da comunidade, desde quando a comunidade não quer se trabalhar em prol de si mesmo, então o que tem aqui também tem este detalhe; o transporte temos, mas em distancia uma de 1.000 ou 1.500 metros até chegarmos a uma parada de ônibus, temos uma questão que hoje eu chamo como isolamento social, tudo bem que tem uma avenida de alta velocidade, uma avenida de escoamento que é chamada de muro, mas eu chamo este muro de muro de Berlin, porque na época como se foi colocado de não deixar as crianças atravessarem, talvez a mercê de cuidados, ou pessoas que não possam cuidar de seus filhos, muitas vezes deixam em casa sozinho, por ali brincando, com o filho do vizinho, e tem crianças que são muito traquinas e elas saem mesmo, que não se pode dominar com muita tranquilidade, aí neste caso o muro ajudou muito, [separa o conjunto habitacional da pista expressa do Aeroporto], mas como tem uma passarela que atravessa de um lado a outro, porque não puxar essa passarela, um braço dela, colocar uma parada de ônibus, abrir um acesso com pista de aceleração e desaceleração e fazer uma linha de ônibus, entrando em um lado e saindo por outro, porque além de ajudar um pouco mais a comunidade, integraria um pouco mais com a questão do transporte, o direito de ir e vir, constitucional que está aí mais não se usa, as pessoas não vê por aí.

5- Em relação à infra-estrutura física, em relação à arquitetura do Conjunto Habitacional Vale das Dunas e das unidades habitacionais, qual a sua opinião?

Olha! Eu por exemplo, além de professor, trabalhei como projetista, nossa construção tem um detalhe, estas habitações foram trabalhadas para famílias de no máximo quatro pessoas, pela estrutura e pela metragem da unidade, não é, ou seja, o metro quadrado em cada unidade destas é no máximo para três ou quatro pessoas, não dá para mais que isto, mas nós sabemos que na periferia não há família com este número, são poucas famílias que você encontra com quatro ou cinco pessoas sempre muito mais que isto, e na maioria das vezes elas terminam crescendo mais ainda ao longo do tempo, e essas pessoas ficam praticamente assim o que chamamos de aperto de moradias, uma situação social muito

séria. É ruim? Não! Não é ruim por ser própria e por ter uma infra-estrutura de água, esgoto, energia, telefone tudo perfeito, saneamento, asfalto, não tempos ruas de barros aqui, você pode olhar não temos nenhuma rua sem ser pavimentadas aqui, não tem problema de energia, não tem problema de telefone, não tem problema de água. O único problema aqui é o que eu já citei anteriormente, que é o transporte, e também o problema educacional, que queremos romper este problema, mas não temos uma unidade escolar, tanto nas séries iniciais, como até o terceiro ano, não que na área de São Cristóvão não tenha, mas pelo menos para as séries iniciais, seria interessante ter um colégio destes aqui, de 1ª. a 4ª. série, né ou a pré escola, que a constituição do Estado hoje não permite, nem o Estado, nem o município, dizendo que não é o dever deles, mas é o dever de quem? Do pobre! Da pessoa que não tem uma estrutura financeira! Vão ter que custear a pré – escola o maternal, como ?

6- Em relação à Associação Comunitária, existe no Conjunto Vale das Dunas?

Rapaz ! Existe esta associação de nome, houve no início uma tentativa de mudar esta situação, mas houve divergências, como em todas as associações, contudo as divergências na associação daqui são permanentes. Em outras associações se termina amparando as arestas entram em acordos, em situações nas quais quem tem idéias diferentes são levadas há um consenso, situação comum em toda a sociedade. É comum, mas às vezes ao lado da intransigência da intolerância isto aí não avança. E quanto neste quadro, um outro grupo tenta montar uma outra situação e talvez de até um avanço social, uma melhoria, tentar chamar a comunidade para avanços conjuntos, aí usa-se os boicotes, a idéia daí que o fulano não gosta, que o presidente não gosta e ele tem o direito, porque fulano é o diretor e não quer, aí porque eu não quero fulano, aí fica uma situação de uma intolerância e falta de bom senso.

7- Em se tratando de um Conjunto Habitacional de apenas 5 anos, o professor não considera que há um envelhecimento precoce nas unidades habitacionais?

Em relação a isto, são dois lados de uma mesma moeda, eu digo o seguinte há uma infra-estrutura há, foi uma tentativa do governo da época melhorar o padrão de vida da comunidade, como um todo, pela pavimentação, água, energia, uma infra-estrutura enfim, mas, na realidade eu não vejo tanto pelo lado do desleixo dos moradores este envelhecimento. Na verdade é o seguinte, a questão social invade muito cada família desta, são pessoas de baixa renda, abaixo da linha de pobreza, e pessoas apenas que sobrevivem com os programas do governo, as chamadas bolsas-escolas, bolsas-famílias, mais do que isto não avançam. Uma pessoa como está sequer tem condição de comprar um material de limpeza para limpar sua própria casa, muito menos para se juntar a uma outra unidade e tentar fazer uma limpeza, uma pintura em um prédio destes completo, apesar de ter a mão de obra, há mão de obra, mas o material não tem, é preciso o que? É preciso que uma associação, um grupo, uma ONG faça essas arrecadações e utilize estas mãos de obras, que é especializada no local, porém desempregada, e aí se eles tivessem o material se disporem a fazer isso, e melhorar um lado de vida deles. A questão do lixo, por exemplo, colocada na maioria das vezes, aqui não é nem tão grave assim, mas em alguns casos as pessoas colocam o lixo fora do dia que o caminhão passa e essas coisas, o lixo, por exemplo, a criança come um salgado ou um doce e tem a cultura péssima de jogar o lixo por onde passa, eu não considero isto como um relaxamento, eu considero isto como uma falta de informação, uma falta de gente para tentar re-educar e re-socializar estas pessoas, ou a maioria deles, para que eles possam somar e que a coisa não se agrave a cada dia. Uma outra coisa é que as pessoas tentam sobreviver e desacreditam das associações e de grupos de algumas pessoas que se utilizam destes parâmetros para advogarem em causa própria.

8- Em relação à falta de Organização Comunitária, o Sr. acha que é possível mudar? Tem alguma alternativa?

Essa alternativa existe sim e é possível de mudar, como em todos os lugares que eu já vi e outros que já trabalhei e foi possível mudar! Era totalmente impossível aí dizia é impossível, você não consegue, aí não sai aí não avança, no final das contas agente mudou, como era impossível? Como era totalmente impossível? Era possível se fazer um transplante de órgão, era impossível o homem voar, era impossível um transatlântico navegar, era impossível um monte de coisa, mas a impossibilidade deixou de existir, no momento que alguém acreditou no sonho, mas quando ele acreditou neste sonho, ele perseguiu este sonho. Então não adianta as pessoas dizerem não acontece, não, é impossível não, pois a impossibilidade só existe na fraqueza daquele que quer ser fraco.

9- Em relação ao nome Yolanda Pires e a mudança para Loteamento Vale das Dunas, o que você tem a dizer?

Nesta questão aí eu vou dizer assim, muitas vezes as pessoas rotulavam determinadas relações sociais, rotulavam por um fato ocorrido na época, por exemplo uma questão de violência, se muitos casos violentos acontecem em um determinado lugar, o que isso provoca? Com isso aí as pessoas de fora quando os jornais estampam, no bairro de Beiru morreram três, chacina no Beiru, chacina não sei aonde, aquilo começa a ficar rotulado, pelos fatos da violência, aí algumas pessoas tentam fazer mudar este nome na tentativa talvez de desvincular os fatos do local.

10- Em relação à localização do Conjunto Vale das Dunas, você sabe que ele está ilhado de bairros famosos pela criminalidade e violência. O Sr. acha que isto trás implicações para o conjunto?

Nessa questão assim de preconceito ou negatividade não, eu vejo, na realidade são os nomes que deram na época de fundação, nomes que sempre se referem a coisas do mal, ruim [por exemplo] Iraque, que significa guerra, será que ali tinha que ser Iraque porque ali acontecia tanto problema como o Iraque;

outro exemplo Malvinas, foi uma guerra e aqui do lado tem um bairro que o nome é Malvina; Yolanda Pires este não tem nada haver, este foi o único nome que na realidade não era um nome por maldade e por guerras, por tragédias ou chacinas, não é nada disso, era o nome de uma ex-primeira dama do Estado, ou seja, era a mulher do governador, que inclusive construiu este conjunto aqui, mas o que rótula o nome Yolanda Pires na época era a questão da violência, rotularam o nome Yolanda Pires pela violência do local, então assim ficou, si houve a tentativa de mudar o nome, talvez até para tentar desvincular, assim como foi o caso [dos nomes de bairros] de Beiru e Tancredo Neves, por exemplo, que tentaram mudar o nome buscando uma melhoria na imagem do lugar. Agora em relação a dizer que a proximidade com os bairros já citados têm influência ruim, posso dizer que não. Eu posso te dá outros nomes de bairros vizinhos ao Loteamento Vale das Dunas, tipo Loteamento Novo Horizonte, não tem nada haver com o Malvinas, as coisas são bastantes distintas.

11 – Quais os pontos você re-elege para uma tentativa de re-socializar a comunidade do Conjunto, tendo em vista que em sua própria fala, você diz que ela necessita de uma re-socialização?

O fortalecimento das instituições não governamentais, isto é o governo paralelo que tem que existir dentro da comunidade. O dia que o governo, e os governantes, começarem a entender que o governo paralelo não é uma tentativa de tomar o poder, ou de fazer o poder local ser maior do que o poder constituído executivo, e começar fortalecer as ONG's, as Associações de uma maneira programada, de uma maneira trabalhada, fiscalizada, supervisionada as coisas deixam de sofrer, porque não adianta sentar dentro de um gabinete e ficar criando fórmulas mirabolantes de construção de melhorias disso e aquilo apenas com o intuito eleitoral. Agora quem conhece a sua necessidade é a sua própria comunidade. Se você está em casa e come filé hoje, amanhã ovo, hoje come, amanhã não come, só você sabe de sua realidade, a não ser que você conte para alguém ou permita que alguém saiba. Ao contrário só quem sabe de sua realidade é você mesmo.

Sra. NEUZA SOARES DA SILVA (Vendedora de Acarajé) – 42 anos, moradora da área favelizada antes da intervenção e atual moradora do Conjunto.

1 – Como a Sra. se chama e há quanto tempo mora aqui?

Me chamo Neuza Soares da Silva, moro aqui há 6 anos.

2– Como a Sra. chegou aqui?

Eu morava em Vilas [área próxima] e vinha passear aqui neste bairro, aí eu comprei uma casa aqui nesta área, aí a CONDER precisou da área onde eu tinha comprado minha casa aí ela me tirou de lá e me colocou aqui.

3–Porque a CONDER lhe retirou de sua casa?

Porque precisou da área para abrir uma pista para o Aeroporto

4–A Sra. gosta do Conjunto Loteamento Vale das Dunas?

Eu gosto porque tem área a vontade para os meninos brincarem

5–A Sra. prefere sua morada de agora ou a de antes?

Moço eu preferia a de antes, minha casa de antes tinha quintal, eu vazia tudo em meu quintal e aqui não tem quintal, não tem como eu puxar. Antes minha cozinha era grande e hoje é este cumbicuzinho, eu preferia lá onde eu estava, na troca eu sair perdendo.

6– Mas em relação à infra-estrutura?

Eu acho boa a infra-estrutura do conjunto, o tamanho da casa é mais ou menos; o tamanho da casa é muito pequeno, na casa antiga tinha como eu ampliar aqui não.

7– Quais os pontos positivos que a Sra. elege para o Conjunto Habitacional?

Tem áreas para os meninos brincarem e tem o campo.

8– E os pontos negativos do conjunto?

A violência

9–A Sra. está pagando alguma taxa pela casa?

Não estou pagando e nem vou pagar

10–Se a Sra. pudesse mudar daqui a Sra. mudaria?

Mudaria dando risada

Sra. MARIA APARECIDA MACHADO (Doméstica) – 33 anos, moradora da área favelizada antes da intervenção e atual moradora do Conjunto.

1– Nome completo e idade?

Me chamo, Maria Aparecida, tenho 33 anos

2– Como a Sra. chegou aqui no Conjunto Vale das Dunas?

Meu negócio antes de eu vir para aqui foi este, minha casa enchia de lama, todas as águas que caia na rua entrava para a minha casa, quase todos os meus filhos tiveram pneumonia, eu tive alergia nas pernas, e assim mesmo eles não queriam me entregar a casa, disse que tinha abaixo assinado para eu não vir morar aqui, aí meu irmão com tanto conhecimento que tem começou a andar aí foi que ela [técnica da CONDER] me ofereceu R\$ 500 para eu ficar quieta aí eu não aceitei, aí depois de muita briga eles resolveram me entregar a casa.

3–A senhora sempre morou aqui no bairro Yolanda Pires?

Sim, mas não era do lado da invasão, era na outra invasão perto do Planeta dos Macacos

4–Por que a CONDER não queria te dá a casa?

Porque eu tenho o seguinte comigo não brigo com ninguém não deixo meus filhos brigarem com ninguém na rua para evitar confusão, mas se bater em meus filhos eu viro uma cobra, aí eu disse logo a

elas [técnicas da CONDER], se eu vir para o conjunto e alguém bater em meus filhos vai ter, aí ela disse que as pessoas daqui tinha feito um abaixo assinado para eu não vir morar aqui.

5– Em relação ao Conjunto Habitacional o que a Sr. acha?

Não acho nada bom aqui!

6– Dona Maria a Sra. prefere a moradia que tem hoje ou a que tinha antes?

Mesmo enchendo d'água eu acho a casa que eu tinha antes, tem muitas coisas aqui que eu não posso revelar, eu não posso dizer o motivo que eu não gosto daqui. Tem muita violência, agora mesmo agente está aqui em guerra, gangue contra gangue e quem está sofrendo é agente morador, os filhos da gente estudam no Planeta dos Macacos e não podem ir para a escola, porque o cidadão de lá disse [chefe do tráfico], que qualquer criança que entrar lá ele mata.

7–A Sra. acha que o principal problema aqui hoje no Conjunto Habitacional é a Violência?

Acho!

8– Porque se mudou o nome de Conjunto Yolanda Pires para Loteamento Vale das Dunas?

Porque o prefeito veio aqui e mudou o nome, ele disse que era um nome muito vulgar muito baixo.

9– A Sra. gosta do Conjunto Loteamento Vale das Dunas?

Não!

10–Se fosse o caso da Sra. vender e mudar de casa a Sra. o fazia isso?

Era rapidinho

11–Qual a sua principal dificuldade no Conjunto Habitacional?

Tudo!

12– Aponte algumas das suas principais dificuldades aqui no Conjunto Vale das Dunas?

Vizinho não presta, não revelei aquele dia porque ela estava presente; vizinho levanta falso, eu tenho uma vizinha mesmo que está escarreada através de outra vizinha. É uma fuxicada, a maioria dos vizinhos daqui coloca você em ponta de bala, aqui tem uma mesma que disse que ela para matar um é daqui para ali e só ela se deitar com um vagabundo. Vamos supor minha filha sai e brinca com a filha de uma vizinha eles não querem saber, eles acham que a criança é adulta aí então que bater, e aí vai, muitas coisas acontecem aqui filho, tudo encubado.

13– O que foi feito com a casa que a Sra. tinha antes?

Ela me disse [a técnica da CONDER], que ia passar para uma mulher, mas quando eu passo por lá, foi um rapaz que invadiu.

14– A Sra. senti saudade da outra casa?

Sinto! Mesmo enchendo de lama, mesmo com todas as dificuldades que eu passei, mas eu queria minha casa, em minha casa eu era feliz e aqui eu não sou!

15– Alguém já lhe machucou aqui?

Eu já passei tanta coisa aqui moço [começa a chorar], aqui eu não tenho felicidade não a única felicidade que eu tinha era na outra casa, lá eu era feliz e aqui eu não sou.

16– A Sra. tem quantos filhos?

Ao todo são sete filhos, mas estou apenas com três, meus irmãos levaram os outros.

17– A Sra. não tem vontade de vender está casa e mudar para próximo de seus irmãos ?

Eu tenho medo de vender e não achar o preço de não achar um dinheiro que de para eu comprar outra casa.

18– O que a Sr. mudaria no Conjunto Vale das Dunas?

Tudo! Começando pela vizinhança e depois o foco de tóxico, os filhos da gente não tem segurança, não tem posto de saúde não tem escola.

19– Em relação a este muro que tem aí o que a Sra. tem a dizer?

Foi feito causa de tanta morte que tinha com os filhos da gente que atravessavam a pista, aí a comunidade que pediu o muro.

20– A Sra. acha que o fato do Conjunto Habitacional está próximo do Planeta dos Macacos e do bairro das Malvinas, isso gera algum reflexo negativo aqui para o conjunto?

Só o Planeta dos Macacos

Listagem de Entrevista: Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera

Série III

Sr. RICARDO BRASIL (Presidente da Associação Nova Primavera) – 34 anos; casado; morou 15 anos em palafita, atual morador do conjunto; um dos articuladores para a legalização da Associação Jardim Nova Primavera. Funcionário da CUT – Central Unica dos Trabalhadores – Salvador.

1 –Seu nome, idade e qual principal ocupação de renda?

Ricardo Brasil, tenho 34 anos, sou líder comunitário, morador desta comunidade há 30 anos, quando cheguei para morar aqui eu tinha 4 anos, em morei em Palafita propriamente durante 15 anos de minha vida. Este projeto é antigo, ninguém nem mais acreditava que ele iria ser executado. A grande preocupação da gente é que por trás deste projeto agente tinha é que ter tido uma contrapartida, porque ninguém morava em palafita porque queria entendeu?

2–Antes de discutirmos o Projeto do Conjunto Nova Primavera, como era a sua vida na palafita?

Olha a vida em palafita como todo mundo sabe era a baixo da linha de pobreza, uma série de dificuldades: o índice de violência era grande; agente não tinha nenhuma segurança, passamos muitas

dificuldades porque tinha parte que era aterrado e outra não, agente tinha que sair com as roupas no saco, para vestir quando saísse do aglomerado de palafita, porque senão se sujava todo. Agente sabe que a mudança para o conjunto mudou um pouco a qualidade de vida da gente mais agente sabe que o projeto poderia ter sido melhor. A vida na palafita era complicada: ponte de tábuas, acidentes que aconteciam, como vou tornar a falar os marginais, a violência, a vigília que os moradores faziam para evitar que os marginais invadissem o barraco à noite e tomasse tudo que agente tinha. Então este projeto [habitacional] foi benéfico para a agente, mas na questão ambiental e estrutural ficou devendo, entendeu? Assim, agente deveria ter tido uma contrapartida, um programa de sustentabilidade, entendeu, porque a pessoa que morava na palafita, não tinha nenhum encargo, assim não se pagava luz, água, esgoto, etc? O que agente mais questionava é que o projeto deveria ter todo um programa de sustentabilidade para a geração de renda, com fábricas de velas, sabão e implementação de cooperativas, entendeu? O que aconteceu no início, as cobranças, eles iam aceitando, mas do meio para o fim eles iam esquecendo. Olha Mateus, teve gente aqui que vendeu casa por R\$ 2.000 e R\$ 2.500, não porque não precisavam morar, mas porque a CONDER precionava, dizendo que iriam cobrar a taxa mensal aos moradores, quem não pagasse ia perder a casa, as pessoas ficaram desesperadas, são pessoas em sua maioria sem instrução, a maioria mal sabe ler ou escrever, teve gente que chegou para mim e disse olha Ricardo se for para perder a casa para a CONDER eu prefiro vender a casa e partir para outra invasão, ou, voltar para o interior. Se você ver o montante das casas que têm aqui no Conjunto, você vai perceber que muitos dos atuais proprietários nem moravam aqui no Conjunto, houve no início uma saída grande de moradores do conjunto e revenda para atravessadores.

3– Sr. Ricardo você indica em seu relato que faltou no projeto o execução de um programa de geração de renda para a comunidade, e em relação a infra-estrutura?

Pois é! A CONDER entregou a casa sem reboco, e ainda 70% das casas estão sem reboco. A infra-estrutura do Conjunto é de total descaso, as quadras dos conjuntos não são niveladas, não tinha iluminação; o tanque de água do vizinho fica no quarto do outro vizinho, a casa que fica em cima pertence a uma família e a de baixo a outra família; os tanques ficam todos em um quarto; falta posto de saúde; faltam escolas.

4– Com todos estes problemas você se senti satisfeito no Conjunto?

É claro que com a mudança da palafita houve uma melhoria, antes eu acordava tinha que atravessa uma ponte de tábua, hoje tenho uma rua; antes vivíamos em meio a Leptospirose e acidentes com quedas das pontes. Mas a luta é para a continuidade na melhoria de vida dos moradores daqui.

5– Há uma associação comunitária registrada e devidamente atuante no Conjunto Nova Primavera?

Olha Mateus, estamos há dois anos tentando oficializar estas associações, de fato ela existe mais juridicamente ainda não oficializamos.

6– Qual o principal ponto positivo do Conjunto Nova Primavera?

O fato de está em terra firme é um ponto positivo

7– Quais os pontos mais negativos do Conjunto Nova Primavera?

Posto de saúde, calçamento rachando; esgotamento sanitário, quando chove alaga tudo. Outro ponto negativo foi as paredes-meias, porque como a parede é meia tudo que se passa em sua casa seu vizinho escuta, outra coisa você não pode fazer nada na casa sem a alteração do vizinho, qualquer conserto em sua casa você tem que mexer com o seu vizinho e muitas vezes se você tiver algum problema com seu vizinho o negócio fica mais complicado. Então Mateus são estes os três principais problemas do conjunto: calçamento, sistema de esgoto e paredes-meias.

8– Nós percebemos que aqui nesta área há muitas entidades e associações, isso não gera algum tipo de conflito?

Você tocou em um ponto até correto, eu gosto de trabalhar com a comunidade, desde os 18 anos eu trabalho com vida comunitária, eu tenho 34 anos e nunca fiquei rico e isso eu tenho orgulho de falar nunca conseguir um real ou um centavo para mim mesmo, não tenho necessidade disso, por isso que Deus me ilumina entendeu, se eu conseguir uma coisa eu penso no coletivo. Eu acredito que tem muita associação que não gosta de mim aqui, porque eu tenho autonomia para chegar, eu bato de frente com a CONDER, se precisar eu bato de frente com a prefeitura, entendeu? Então eu não tenho o rabo preso, é uma questão que agente sabe que poderia ser melhor entendeu? Não é só montar uma associação e fica estagnado, conseguindo recurso a nível Estadual, Municipal e Federal, você ver nós não tínhamos aquela sinaleira [se refere à sinaleira da Avenida Suburbana], ai eu fui trabalhar de manhã mais ela [se refere a esposa] o carro veio pegou a criatura, um ônibus levou assim de uma pista a outra, largou o corpo com mais de 50 metros, a criatura teve morte instantânea, ela quase desmaiou [a esposa] eu ia trabalhar e nem fui mais, coloquei ela no ônibus e voltei. Olha agente já fez muitos ofícios, muitos abaixo assinados e nunca resolveu nada, ai eu falei com o pessoal, será gente que vamos deixar isto acontecer mais uma vez, ai resolvemos fechar a pista, nós fechamos a pista ai causamos um congestionamento de Coutos até o Largo do Tanque, agente engarrafou tudo agora, depois o que aconteceu, passado o fato ai aparece uma entidade coloca 20 ou 30 crianças na rua para ganhar Ibope. A questão da segurança aqui é antiga entendeu? Foi um tema bastante forte aqui em nossa comunidade, eu propôs, ai eles queriam fazer uma caminhada da paz, ai eu disse mais não resolve nada, pois não vai ter impacto, agente tem que organizar é uma caravana conseguir dois ônibus chega na porta da Secretária da Segurança Pública e fazer uma manifestação lá, agente sabe que a mídia é uma verdadeira força, agente não vai fazer um protesto aqui, porque não vai ter a mesma repercussão do que no centro da cidade, quando eu falava

que agente tinha que bater de frente com a violência eles falavam [as associações e instituições locais] que agente tinha era que fica calado, a maioria das entidades aqui, diziam que quem tinha que resolver isto era a polícia e aí agente era conivente e a violência cada vez mais crescendo.

9– Nos conjuntos Araçás I e II, contemporâneos a este conjunto, você percebe que algumas casas desabaram, não corre o risco de acontecer isto com o Conjunto Nova Primavera?

Olha, Mateus está pergunta é de nível técnico, eu não sei te responder, agora eu tenho medo que isto aconteça aqui, eles falam [técnicos da CONDER] que não era para agente mudar a estrutura das casas, já pensou você receber a casa sem reboco e ficar sem reboco a vida toda, eles garantem que estas casas representam a nova era da tecnologia da construção civil popular e eles garantem isso, mas eu tenho medo sim, eu já fiz denúncia de casas que estavam rachando aqui, e eles vieram e fizeram um paliativo, tinha casa que realmente estava rachando, lá no Conjunto Araçás I, ninguém tinha convicção que iria acontecer e aconteceu, porque aqui não iria ter também as condições de acontecer isto? Pode vir acontecer sim, e sem contar também, viu Mateus, você tocou em um ponto que eu havia esquecido, agente sabe que nas etapas do Conjunto Araçás I e II, o pessoal não tinha este ônus de pagar a casa, aí eu faço a pergunta: Por que o pessoal do Conjunto Nova Primavera que vieram de palafitas como os de Araçás I e II, que também vieram de palafitas vão ter que pagar, nós somos melhores ou piores do que eles.

10– Em relação ao pagamento das taxas as pessoas estão pagando, não –pagando, a CONDER, já começou a cobrar?

Sim, estão começando a pressionar, estão enviando algumas cartas, uma carta ousada, dizendo que se os moradores não pagarem vão responder judicialmente, e que a CONDER vai tomar as medidas cabíveis, é uma forma de repressão é uma forma de intimidar entendeu? É o que eu falo com o pessoal, viu Mateus, enquanto eles não cumprirem com o acordo de criação de condições para que as pessoas paguem estas casas, ninguém pagar, eles disseram [pessoal da CONDER], que iam fazer cooperativas, são projetos que foram prometidos estavam dentro dos objetivos, implementar programas de geração de renda, criação de fábricas de velas, sabão, fábrica de tijolos para empregar nem que seja um membro de cada família. Para que assim dessem condições de fazer o pagamento das casas, depois eles tiraram o deles da reta e a comunidade que não tem ninguém para ser a favor mesmo, só Deus. Na televisão passou a propaganda da CONDER com estas casas, mas na televisão é uma coisa a realidade é totalmente diferente.

11– Ricardo no projeto inicial estava prescrito que as casas iam ser entregues sem reboco, sem piso?

O projeto ia ser só sala, cozinha e banheiro, isso foi uma vitória até da gente né, você ver que a Associação não existe juridicamente mais de fato ela existe, agente brigou forte com a CONDER, porque ela só queria dá 22m² de área construída e aí quando agente foi ver o embrião que eles fizeram como protótipo aí agente viu que não tinha condições, porque agente morava em palafita e tinha geladeira, tinha fogão, tinha sofá, tinha televisão, móveis como qualquer casa normal aí agente parou a obra e dissemos que se fosse daquela forma, não ia ter projeto, porque aquilo não era casa de gente morar, aí eles falaram que agente só tinha crítica e não tinha solução, e qual era a solução, se aqui não tinha espaço físico para ser maior, foi aí que eu e mais alguns colegas do grupo de lideranças, que eu tomei o curso, que foi até cedido pela CONDER, se eu não me engano foi de oito a nove meses de capacitação de liderança, aí agente se reuniu e enviou proposta, já que não tinha espaço físico porque não bate a laje e faz os quartos em cima, isso foi uma idéia da gente, da comunidade mesmo, claro se você vai fazer um projeto tem que inserir a comunidade, não adianta você chegar com o pacote pronto, colocar e você vai ter que aceitar.

12 – Então houve participação na construção da Nova Primavera?

Houve participação em algumas coisas, em outras coisas não, por exemplo, nós não sabíamos que as casas iam ser entregues sem reboco, para agente as casas iam ser entregues todas prontinhas e tudo certo, agente só soube da mudança do projeto na questão das lajes, que agente entreviu e exigiu que colocasse os quartos em cima, passando de 22m² para quase 50m² em área construída, mas aí agente não sabia que ia receber a casa sem reboco, aí a obra acabou e o dinheiro da obra também e foram empurrando com a barriga, aí os moradores entraram para suas casas e pronto.

13 – Aqui no Conjunto Nova Primavera as pessoas ainda costumam vender a casa e se transferirem para outra área da cidade?

Não! Agora é raridade, olha quando você tem algum conhecimento é difícil as pessoas te passarem a perna, aqui no Conjunto 90% dos moradores não tem este conhecimento.

14 – Ricardo em relação as taxas você acha que as pessoas não devem pagar a taxa?

Não, porque 90% dos moradores daqui estão no mercado informal [diarista; ou empurrando carrinho na Feira de São Joaquim], como retirar 10% de um salário se a maioria das pessoas não tem salário. Olha a CONDER fez até gente analfabeta assinar com os dedos, com a impressão digital, documentos se comprometendo a pagar a taxa. Pode um negócio deste?

15 – As associações que já existem na área, inclusive entidades como: Kilombo Kiôî; CEDEP; Sociedade 1º. de Maio; cooperaram de algum forma para todas estas discussões antes da execução do Conjunto Habitacional?

Tem entidades eu não vou citar nomes, que não atendem as necessidades da comunidade. Por exemplo, se eu moro em palafita eu conheço as minhas necessidades, e eu tenho que lutar para melhorar minhas

condições de vida, não esperar que outras pessoas venha fazer isso por mim. Algumas entidades se omitem em relação aos nossos problemas.

16– Todos os moradores que moravam em Palafitas foram contemplados com a Unidade Habitacional aqui no Conjunto Nova Primavera?

Muita gente ficou de fora, teve gente do Conjunto Araçás – onde algumas casas caíram, que vieram e conseguiram casas neste projeto, inclusive eu aqui Ricardo Brasil, incentivei 12 famílias que eles [técnicos da CONDER] quiseram excluir do projeto, estas pessoas são da rua Cléristo Andrade, que eu morei, eles disseram que o pessoal não iria sair mais das palafitas aí eu disse: Não! O projeto Nova Primavera contemplava o pessoal daquelas áreas e eles tinham que sair das palafitas de qualquer jeito. Na verdade o pessoal da CONDER, queria passar as casas destinadas a este pessoal da rua Cléristo Andrade para o pessoal das casas que caíram do Conjunto Araçás. Mesmo assim, temos aqui no conjunto pessoas que vieram dos Araçás.

17– O que você indicaria como de necessidade urgente no Conjunto Jardim Nova Primavera?

O ponto principal é a construção de um espaço para ser a sede de uma Associação Comunitária, para realizarmos muitos projetos, retirá-los das drogas; trabalhar com idosos etc., Mas falta incentivo.

Sra. LINDINALVA ALVES DA R. LIMA (*Líder Comunitária*) – 38 anos; Aux. de Enfermagem/ cuida de idosos; mãe-solteira; ex-moradora da palafita e uma das líderes comunitárias do Nova Primavera.

1– Seu nome e sua principal ocupação?

Lindinalva Rocha Lima, trabalha com idosos.

2– Dona Lindinalva como era a vida no Aglomerado de Palafita?

Para muitas pessoas era ruim para mim não

3– Como era a dinâmica na palafita? Como era morar em um barraco sobra a água?

É bom e ao mesmo tempo não é, no meu caso na época em que eu vir morar aqui, em 1984, agente tinha paz, tinha até o que comer dá própria reserva, agente pescava, comia um sirizinho básico. E o lado ruim foi quando as pessoas começaram a mudar a natureza, as coisas não andavam mais como antes e o índice de criminalidade começou a crescer.

4– Era seguro morar sobre a palafita?

Era, nunca molhou! Era uma casa normal, uma casa de construção comum, muito mais quentinha, na minha casa por exemplo eu tinha duas salas, dois quartos, cozinha, banheiro, entrando pela cozinha, o corpo físico do banheiro ficava fora e tinha vaso sanitário.

5– Quando a Sra. saiu da palafita?

Vai fazer quatro anos, eu cheguei aqui em 2002

6– E com a mudança da palafita x conjunto habitacional, houve alteração da vida?

Mudou entra aspas, aqui não tem infra-estrutura quase nenhuma, por exemplo não tem uma área de lazer para as crianças. Esta frente aí que dá para a Av. Suburbana, era para ter um jardim, mas não tem nada.

7– Dona Lindinalva quais foram os critérios para a transferência?

Através do número de cadastramento que foi feito inicialmente.

8– Quais os principais problemas do Conjunto atualmente?

Está começando a melhorar né, uma pessoa que não é moradora no conjunto, mas que é líder comunitária fez junto com agente diversos abaixo assinados aí conseguimos junto a Luciana fazer com que os postes daqui da rua pudessem ter iluminação porque antes não tinha, até a semana passada, todos estes postes eram sem lâmpadas.

9– Você acha que o principal problema do Nova Primavera é o Conjunto em si, às unidades habitacionais ou a falta de infra-estrutura básica?

É essa questão aí falta saúde, escola, aqui não tem nada disso aqui nesta área do conjunto Nova Primavera, São João, Cabrito, só tem uma escola ao nível de 2º. Grau, as pessoas têm que se deslocar daqui para estudar fora.

10– Dona Lindinalva se a Sra. encontrasse um comprador para a sua casa a Sra. venderia?

Venderia sim, e comprava outra casa em um lugar melhor, mas eu vou e volto atrás, porque eu tenho uma filha deficiente aqui, e aqui agente tem uma ótima rede de transporte, nós os suburbanos, como dizem em se tratando de transporte é maravilhoso, só falta dinheiro para poder sempre que necessário pegar o ônibus.

11– Dona Lindinalva as pessoas daqui do Conjunto Nova Primavera, vendem suas casas e vão para outra invasão?

Vende sim, e o preço para estas casas não passam de R\$ 5.000, vendem e voltam a morar nas invasões, eles vendem porque não sabem o que querem não tem noção da coisa, porque estas casas não são palácios mas para a vida que se tinha antes nas palafitas, não a minha vida que antes era melhor que hoje, são maravilhosas. Quanto eu morava na palafita eu era casada, eu tinha duas televisões, vídeo cassete, etc. É eu disse, uma vez uma amiga minha de Brotas [outro bairro de Salvador], ela me disse eu quero conhecer a sua casa, eu falei eu moro em palafita, ela disse é mesmo! Eu falei é! Aí eu levei ela e mais outra amiga para conhecer minha casa, aí passamos por uns 300 metros de ponte de tábua na rua Cléristo Andrade, quando ela chegou dentro de casa toda arrumadinha, toda bonitinha, aí ela disse, você tem até televisão, tem sofá, tem tudo, eu respondi você pensa que uma pessoa que mora em palafita mora em jornal é (risos)?

12 – A Sra. gosta do Conjunto Nova Primavera?

Gosto, e principalmente o lugar que me deram, a minha rua aqui no conjunto é muito privilegiada, é um lugar tranquilo, juntei com meus vizinhos, fizemos o portão, é aquela coisa agente tem aquela segurança.

13– Existe associação comunitária no conjunto? E as pessoas do conjunto participam desta associação ?

Estamos tentando legalizar, eu e o Ricardo, mas o pessoal daqui é muito arredo a este tipo de coisa, não são instruídos, muitos são analfabetos. Eu e Ricardo somos taxados como moralistas que querem fazer àquilo que não podem, quando na verdade estamos lutando pelas coisas boas. Possa até ser que eles não vejam isto amanhã, mas meu filho, meus netos e bisnetos vão alcançar e vão ouvir sua avó labutou muito para ter isso aqui, isso é importante.

14 – O que o Conjunto Habitacional Nova Primavera mais precisa atualmente?

Uma escola com nível de 1º. 2º. Grau, uma sala de computação para os meninos da comunidade; um posto de saúde, não um PSF, que não servisse apenas para a comunidade do conjunto Nova Primavera, mas também a área ao redor do conjunto. E uma pequena fábrica para os moradores desempregados do conjunto, um programa de geração de renda.

Sra MARLENIR DOS SANTOS (*Moradora do Conjunto Habitacional*) – 39 anos; diarista; ex-moradora de palafita, participou ativamente de todo do processo de mudança da palafita para o conjunto habitacional.

1– Qual o seu nome e qual a sua ocupação de renda?

Marlenir dos Santos, tenho 39 anos e sou diarista vivo de faxina

2– Como era a sua vida na palafita e por quanto tempo a Sra. morou em palafita?

Era muito ruim sabe agente não tinha segurança, não tinha rede de esgoto, não tinha energia, quando chovia a maré enchia e agente ficava sem energia pois era gato. Aqui no seco agente tem, água encanada, rede de esgoto, tudo limpinho, lá na maré tinha carniça na água, um mal cheiro danado, aqui é terra firme e bem melhor. Na palafita eu passei 10 anos, eu fui morar na palafita em 1991, aqui no conjunto habitacional eu vou fazer 4 anos.

3– Como foi a mudança e o processo de adaptação?

Foi muito boa, eu gostei de lá para cá eu gostei, eu só não gosto desta casa uma coisa, a parede e meia, por exemplo se você fazer uma zuada de noite o outro vizinho do lado não dorme, agora a vizinha aí do lado alugou a casa, e o homem que alugou dorme com o cachorro dentro de casa, seis horas da manhã o cachorro fica latindo aí ninguém mais dorme, é mole! O pessoal vende as casas e nem é todo o morador que é igual, que faz silêncio, que olha o outro lado do vizinho, que necessita levantar cedo para trabalhar. O principal problema do conjunto é a parede e meia.

4– Tem representantes comunitários no Conjunto Nova Primavera?

Eu vejo aí Linda e Ricardo, mas não vejo eles fazerem nada. Vamos ver neste caso da CONDER, querer cobrar as taxas aos moradores, vamos ver o que vai dar, se vai ter reunião coisa e tal.

5– Você não acha que falta uma área de lazer no Conjunto Nova Primavera?

Olha! O que adianta neste conjunto ter uma área de lazer, se as pessoas não agravando a todos não sabem conservar. Ali eles dizem que tem uma praça, mas qual a mãe de família que vai sentar em uma praça daquela com certos tipos de famílias que tem ali, uma baixaria, uma fofoca. Eu digo se for para construir uma praça que façam, mas tem que ser fora das casas.

6– A Sra. não tem saudades da palafita?

Não!

7– Dona Marlenir a Sra. venderia sua casa se encontrasse comprador?

Para eu sair daqui da suburbana, eu venderia.

8– A Sra. gosta do Conjunto Habitacional?

Gosto mas estou enjoando daqui

Sra. SILMARIA MARIA DOS SANTOS (*Ex- Moradora da Palafita e atual Moradora do Conjunto Habitacional*); cuida de idosos; mãe de três filhas.

1 – Como a Sra. se chama e qual a sua principal ocupação?

Me chamo Silmaria Santos, tenho 32 anos, cuida de idosos

2– Como era a sua vida na palafita?

Horrível, não tinha esgotamento sanitário, não tinha água, não tinha luz, tudo era na base do gato, não tinha segurança, agente convivia com tudo, tiroteio, bandidagem e tudo, e achar bem em tudo – simplesmente ignora.

3–Como foi a mudança para o Conjunto Nova Primavera?

Do ruim para o melhor eu não sinto saudade da palafita

4– Quais as principais dificuldades daqui do Conjunto Nova Primavera?

Segurança não temos, não tem parque para as crianças, não temos agentes de saúde, não temos posto médico.

5– Se você achasse comprador aqui para a sua casa você venderia?

Não, porque eu tenho filhos e tenho que pensar neles.

6– A Sra. de adaptou bem aqui no Conjunto Nova Primavera?

Sim, apesar das pragas que teve eu me adaptei tranquilamente; os vizinhos são bons; o tamanho da casa está bom.

7– No conjunto habitacional Nova Primavera há associação comunitária?

Se existi eu não sei

8– A Sra. está satisfeita com o Conjunto Habitacional?

Olha, aqui tem seus prós e contras, tem umas coisas boas e outras ruins, tem coisas que ainda não nos acostumamos, como tiroteio, insegurança, não temos o direito de sair de madrugada do conjunto porque estaremos correndo risco de uma bala perdida, como em minha casa já teve [ela aponta a marca da bala na parede] porta perfurada.

9– Acontece tiroteio com pessoas do Conjunto Habitacional?

Sim, todo o mês tem três mortes aqui nesta área quando não por tiros, é por atropelo aí nesta avenida suburbana.

10 – Quais os pontos positivos do Conjunto Habitacional?

Temos um teto, sabemos que podemos sair e voltar e teremos sempre um lugar para quando retornarmos.

Série IV – Entrevista 1

Entrevistado (a) – Denis Rosário, 33 anos – Secretária Executiva do Quilombo Kiôio, entidade social credenciada a Pastoral Católica e a Paróquia São Brás – Subúrbio Ferroviário de Salvador; a entrevistada já foi moradora de palafitas no aglomerado de Novos Alagados.

Entrevistador (1) – Jornalista Holandês Eric Beuchiman

Entrevistador (2) – Antonio Mateus de Carvalho Soares; **Transcrição** – (03/04/2006)

Local – No Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera – Na casa da entrevistada – Salvador- Ba.
Data – 10/10/2004

1– Seu nome e há quanto tempo mora aqui?

Me chamo Denis Rosário, moro em Novos Alagados há 10 anos, antes eu morava em Morro de São Paulo, minha família resolveu vir para cá pois lá não havia condições de estudo, não tinha muitas escolas, por esse motivo nos mudamos.

2–Você morou em palafitas?

Inicialmente eu morei em Palafita, que são aquelas casas na água, mas depois meu pai que era Marinheiro, agora aposentado, conseguiu juntar um dinheirinho e comprou uma casa, aqui perto mesmo. Lá em Morro de São Paulo, a vida era mais difícil, não havia condições de desenvolvimento, ainda não tinha o turismo como têm hoje.

3– Você ainda mora com sua família, não pretende quando casar mudar daqui?

Ainda moro com minha família, não pretendo mudar daqui não, atualmente temos um nível de vida melhor, agora eu estou na universidade, e pretendo ficar aqui, continuar trabalhando aqui.

4– Fale-me um pouco sobre o seu trabalho aqui?

Sim, o trabalho aqui pertence à Igreja Católica, Paróquia de São Brás, e é um projeto de promoção humana, porque a maioria das mulheres daqui, são sozinhas não têm marido, então desenvolvemos este projeto especialmente para mulheres, temos cerca de 300 mães cadastradas, o requisito é que elas sejam mães, e tenham mais de 1 filho, as mulheres aqui tem muitos filhos, temos famílias que chegam a 10 a 14 pessoas em uma casa, aí nós cadastramos estas mães, são divididas em grupos, aqui elas recebem toda a orientação, saúde, também cursos educacionais e profissionalizantes e também damos uma assistência médica, temos três médicos voluntários, damos uma ajuda em alimentação e no que está mãe precisar, estamos aqui. Além destas palestras de saúde, temos palestras de promoção humana, dignidade, porque a maioria destas mães quando elas entram aqui, estavam aí jogadas, sem nenhuma noção de higiene, saúde, quanto elas entram aqui essas pessoas são cruas, marcadas pela violência, muita fome, um problema aqui é a fome, praticamente todas eram moradoras, de palafitas, hoje, não tem mais palafitas, mas a pobreza continua igual. Então nós acolhemos essas mulheres e vamos desenvolvendo, ao ponto de muitas delas está abrindo seu próprio negócio, fruto dos próprios cursos que são dados aqui, a exemplo dos cursos de produtos de limpeza. Muitas das mulheres que fizeram os cursos, começam a produzir, o projeto empresta o dinheiro para elas montarem o negócio, aí elas vão pagando em pequenas parcelas, depois continuam.

5 –São vocês que emprestam o dinheiro para elas?

Sim, nós emprestamos o dinheiro para elas comprarem todo o material que elas precisam, elas se comprometem a pagar, e todas que tomaram o dinheiro até hoje sempre pagaram, elas pagam da maneira que elas podem, não determinamos o valor. E agora não estão passando fome, como antes, muitas que não conseguiam comprar nenhum gás para cozinhar, agora não passam por este sufoco.

6– Você fala das mulheres cruas, e a idéia de higiene, coisa assim, é porque elas nunca foram à escola?

A maioria interrompeu os estudos, outras nem foram, muitas são vítimas da violência família porque os companheiros batem muito, elas apanham, muitas são vítimas da violência sexual, muitas são mulheres de bandidos de traficantes, muitas os filhos estão morrendo por causa do tráfico. Então são mulheres assim, que ninguém ligavam para elas, é verdade, não tinha o consolo de uma crença, e aqui também tem o lado espiritual, elas começam a frequentar as missas

7 – Tem muito tráfico de drogas aqui?

Sim, a área aqui é de tráfico de drogas.

8– Você falou da violência e tem muita violência aqui?

Sim, tem muita violência principalmente à violência em casa, aqui tem muitos casos de mulheres que apanham muito dos maridos e temos casos que somos obrigados a socorrer. E, levar essas mulheres ao hospital.

9 – E por que elas continuam com seus maridos, não tem outra opção?

Sim, elas não têm emprego, não sabem ler [...] e os maridos batem nelas por causa da bebida, não põem nada em casa e só participam mesmo da fabricação dos filhos, está é a verdade. E quando chegam em casa, é batendo na família, quando não nas mulheres, são nos filhos, temos muitos casos destes aqui.

10 – Estas mulheres que você se referiu quando põe seu negocio, seu comércio, elas continuam aqui ou mudam de bairro?

Elas pensam melhorar de vida, mas querem permanecer aqui, a maioria antes moravam nas palafitas, ganharam estas casas do Conjunto Nova Primavera, agora elas têm uma pequena estrutura para vender, mas não há condição de sair para outro lugar, o que elas ganham com estes negócios, não dá para elas saírem daqui, só dá para sobreviver, para elas não passarem fome.

11– E neste projeto, vocês possibilitam um melhor futuro para as crianças?

Sim, aqui no Subúrbio, para a sociedade só se produz marginal todo mundo acha que quem mora no Subúrbio é marginal, mas muitos jovens aqui estão ingressando nas faculdades, que é uma grande prova que isto aqui está mudando.

12 – Quando estes jovens terminam a faculdades eles ficam aqui, ou eles vão para outro lugar?

Eles continuam permanecendo aqui, tem muitos que trabalham aqui mesmo e outros mesmo trabalhando em outros lugares, continuam aqui.

13 – Se aqui tem tanta violência, tem tantos problemas, se você tem a opção de mudar de lugar, porque não mudar?

A violência está em todo lugar, eles ficam aqui porque querem mudar o lugar que eles nasceram e continuam morando, buscando a melhoria neste lugar. E melhorar significa prevenir que os jovens entrem no tráfico. Aqui mesmo na paróquia tem um curso pré-vestibular gratuito, é uma chance que este jovem que sempre estudou em escola pública possa se preparar para entrar em uma faculdade.

14 – Isso significa que tem um sentido comunitário aqui?

Sim, tem bastante o sentimento comunitário.

15 – Só há este trabalho comunitário aqui?

Não, há uma série de trabalhos, tem centros educativos que preparam também os jovens, há a Sociedade 1º. de Maio, então podemos dizer que há um conjunto de entidades que trabalham em projetos sociais aqui.

16– E o governo do Estado está fazendo alguma coisa?

Olha, especialmente em nosso projeto não, eles têm vários trabalhos. Agora tiraram as palafitas e deram estas casas [Conjunto Viver Melhor], houve uma melhora? Sim! Mas quem passava fome nas palafitas continuam passando nas novas casas sólidas.

17 – Isso por que não têm suficientes empregos?

Sim, não têm emprego, e quando tem, as pessoas não estão plenamente preparadas para ele.

Série IV – Entrevista 2

Entrevistado (a) – Maria Gomes do Carmo, 47 anos – Vendedora de Artesanato (ela mesmo fábrica as flores com sabonete e vende nos finais de semana em bares da cidade); foi moradora de barraco no bairro de Boiadeiro, adjacente ao Conjunto Nova Primavera, onde atualmente mora; mãe solteira, desempregada.

Entrevistador (1) – Jornalista Holandês Eric Beuchiman

Entrevistador (2) – Antonio Mateus de Carvalho Soares; Transcrição – (05/04/2006)

Local – No Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera – Na casa da entrevistada – Salvador- Ba.

Data – 10/10/2004

1 – Como a Sra. se chama?

Me chamo Maria Gomes do Carmo

2 – Onde a Sra. morava antes de chegar aqui?

Eu estava morando na rua 1. de novembro, rua 15 E, bairro de boiadeiro, aqui mesmo no Subúrbio Ferroviário de Salvador

3 – Em que tipo de casa a Sra. morava?

Casa de bloco, mas sem ferro, cheguei neste endereço em 1989

4 – Antes deste endereço a Sra. morava onde?

Morava na rua 2 de Outubro, no. 121 E, na Regis Pacheco, mas era uma rua muito ruim também, essa rua fica no fundo da delegacia furtos e roubos, ali perto da Baixa Fiscal.

5 – A casa era igual a de antes?

A casa era igual à outra, de bloco, mas não tinha ferro, em uma péssima condição de moradia também, não tinha esgoto, era ruim, péssimo.

6 – A Sra. é daqui de Salvador mesmo?

Sim, sou, nascida e criada aqui em Salvador.

7 – E seus pais?

Meus pais são do interior, mas vieram para aqui também, mas já são finados, eles vieram causa da pobreza, a roça não estava dando mais para manter a família, aí eles vieram para Salvador. Minha mãe sempre contava que quando a roça acabou eles vieram.

8 – Como eram as condições de vida quando você era jovem?

Rapaz, minhas condições de vida, sempre foi trabalho, até hoje, eu não sei contar uma condição de vida tranquila assim, sem muito trabalho, trabalho árduo, sempre trabalhei arduamente.

9 – A senhora passava fome quando era jovem?

Tive, tive várias crises, lá em casa minha mãe pobre, foi morar com meu padrasto, entramos em crise minha mãe foi vender em tabuleiro na rua, foram várias crises. Nunca tive regalias não!

10 – Quantos irmãos tem?

Tenho sete irmãos.

11 – Como foi quando você mudou para aqui?

Eu mudei para aqui [Conjunto Nova Primavera], foi através da CONDER, aí eu fiquei sabendo, as casa de minha rua como eram muitos ruins e a ser demolidas e as pessoas iriam vir para o conjunto, me ofereceram R\$ 3.000 mil reais, mas eu preferi a casa no lugar do dinheiro.

12 – A Sra. mora com quantas pessoas aqui?

Só eu e meu filho

13 – A sra. está contente com a nova casa?

Me sinto bem nesta casa, aqui são dois quartos eu fico a vontade no meu quarto e ele fica a vontade no quarto dele, a casa que eu morava antes era um vão só, agora há dois tanques de água no meu quarto aqui, um tanque para a casa de baixo e um tanque para minha casa. Nesta sala eu fico a vontade para fazer os meus artesanatos.

14 – Qual o tipo de artesanato a Sra. faz?

Faço flores de sabonete, rosinhas de sabonete.

15 – A Sra. ganha muito dinheiro com isto?

Dá para passar né, dá para pagar luz, água.

16 – E o seu filho trabalha?

Não, ele estuda, eu que trabalho arduamente todos os dias, todos os dias mesmo.

17 – E o seu filho estuda para fazer o que no futuro?

Ele tem sonho de ser marinheiro, está se esforçando para estudar, o exercito ele não quer não, mas a marinha ele quer, eu tenho a fé em Deus, eu sou cristã né, que ele irá conseguir realizar o sonho dele.

18 – Você fez algum curso para aprender fazer o artesanato?

Não eu aprendi olhando, aprendi sozinha, ralo o sabonete, faço a massinha e toco o pau a fazer.

19 – E a vida aqui no bairro é tranquilo?

Sim, é tranquilo, só teve alguns problemas no início causa das casas, as pessoas queriam as casas da frente, a minha vizinha queria que eu trocasse a minha casa com a do irmão dela, mas eu não quis. Queria colocar bar aqui, mas eu não quis, houve muita discórdia nos sorteios das casas, mas só isso. Graças a Deus, mas disse que teve uma briga aí estes dias, causa de um terreno, um tal de um beco, uma mulher queria tomar o beco da vizinha, só isso.

20 – Você gostaria de ficar toda a sua vida neste conjunto habitacional ou gostaria de mudar?

Gostaria de mudar porque as coisas aqui são muito difíceis, aqui não tem supermercado, não tem farmácia perto, você sabe eu faço estas coisas de artesanato, às vezes não encontro sabonete rosa para comprar, tenho que caminhar muito para encontrar o sabonete no Supermercado Bom Preço, lá em cima no bairro de Plataforma, tenho que subir essa ladeira, ou ir na Feira de São Joaquim, ou de ônibus para a Calçada ou Terminal da França. Eu que durmo tarde, acordo com os pés inchados de tanto andar.

21 – E o seu filho gosta daqui?

Não, ele detesta aqui, também tem vontade de mudar. O meu filho aqueixa de amizade, os jovens aqui não fazem amizade, aqui os jovens não sabem ser amigos, muita droga, muita amizade. Ele se aqueixa, fala - *Oh! Mãe eu queria morar em um lugar, assim que tivesse amigos para passear, para jogar bola, bater papo, sem está onda que rola aqui.* Olha, você acredita que eu tive uma vizinha para bater papo, só quando eu morei no Uruguai, desde que vir morar aqui nesta área na Suburbana, pouca intimidade, um bom dia, uma boa tarde, você acredita que a maioria das mães de famílias aqui são fofoqueiras, é encrenqueira e a pessoa tem que sair de baixo, agente se senti mal em um lugar assim né !

22 – Mudar para onde?

Aqui no Subúrbio mesmo, mudar para o bairro de Paripe, eu vendo rosa lá, lá tem diversos supermercados, tá ótimo ali tem abastecimento, tem feirinha.

23 – Você se sentiu mal porque não pode oferecer algo melhor para seu filho?

Se eu sinto culpa! Tenho, sinto culpa sim, eu já pensei, mas sempre explico para ele, o que posso fazer como pobre eu faço, eu sempre explico a ele, para ele ter paciência, para ele não roubar, para não ser preso, ter paciência um dia ele chega lá com os estudos dele, e realizar os sonhos deles.

24 – A Sra. tem sorte de ter somente um filho?

É verdade, tive essa sorte, na verdade tive quatro mais morreu três, eu tive juízo de não ter tido mais, eu sempre imaginava em encontrar uma pessoa para morar e mal tratar ele, eu vi muitas amigas minhas tentando, ah! não deu certo com este homem, arranja outro e um *vanbora* fazer filhos. É eu só tive esse e agora, pior, eu sou cristão, na minha igreja, não pode de jeito nenhum, sexo, sem casamento, e eu há muitos anos que não tenho marido, graças a Deus!!! melhor para mim, porque sei que não correrei risco nenhum de gravidez.

25 – E os seus outros filhos do que morreram?

O primeiro foi de bronco-pneumonia, tinha dois meses e sete dias, era uma menina; o segundo também foi bronco-pneumonia, tinha um ano e quatro meses, e o terceiro eu fiz um aborto. Vida do mundo miserável, eu digo a você hoje eu gosto de ser uma cristã, porque eu não vou mais fazer farra, naquela época arranja uma paquerinha para tomar uma cervejinha, daqui a pouca um motelzinho, gravidez inesperada, neguinho caindo fora, viu, e aí *vanbora* problema, mas hoje eu estou livre disso, só tenho a agradecer a Deus. Esse aborto que eu fiz mesmo, foi um paquera, né, eu com 25 anos, ele com 25 anos, eu gata, ele gato e aí pronto, quando foi na hora “h” da gravidez o homem pulou fora, dizendo que o filho não era dele, e como o filho seria dele, só estávamos juntos há três dias, coisa e tal.

Série IV – Entrevista 3

Entrevistado (a) – *Cristiane Ribeiro dos Santos, 28 anos, doméstica, antiga moradora de palafita no Aglomerado de Novos Alagados e moradora do Conjunto Nova Primavera.*

Entrevistador (1) – *Jornalista Holandês Eric Beuchiman*

Entrevistador (2) – *Antonio Mateus de Carvalho Soares; Transcrição – (05/04/2006)*

Local – *No Conjunto Habitacional Jardim Nova Primavera – Na casa da entrevistada – Salvador- Ba.*

Data – *10/10/2004*

1 – Como a Sra. se chama?

Me chamo Cristiane Ribeiro dos Santos

2 – Há quanto tempo a Sra. mora aqui?

Um ano e três meses

3– Onde a Sra. morava antes de chegar aqui?

Há nove anos morava na maré, na palafita, barraco sobre a água, o nome da rua era Santa Isabel, a casa era pequena, barraco sobre a água e de seis em seis meses, agente tinha que trocar a casa, senão ela caía, e quanto chovia molhava tudo, os meninos só viviam caindo na maré, eu mesmo tenho duas cicatrizes. Vivíamos com ratos e baratas e com outros bichos que apareciam. A casa que eu morava era um barraco de maderite em cima da água mesmo, quando ventava parecia que a casa ia cair.

4 – Você morou 9 (nove) anos na palafita e antes, você morava onde?

Morei nove anos e lutei muito para consegui está casa hoje, se fosse pelo pessoal da CONDER estaria lá na maré até hoje. Começaram a tirar todo mundo da maré e me deixaram lá, eu ameacei a CONDER, ou me davam uma casa ou eu iria a uma emissora de televisão dar uma queixa, os meninos [filhos dela] todos cheios de creca, eu disse ou você me tiram daqui ou eu vou denunciar vocês. Antes disso eu morava no bairro Fazenda Grande do Retiro, com minha mãe, mudei para aqui porque meu marido é daqui, mora aqui a 23 anos.

5 – Você está trabalhando? O que gostaria de fazer?

Não pretendo trabalhar mais, ninguém dá oportunidade, gostaria de fazer qualquer coisa na vida, desde quando ganhasse um dinheiro, para rebocar a casa, ajudar a manter o filho na escola, tudo é muito caro, então tem que ajuda o marido.

6 – O que seu marido faz?

Meu marido é vendedor ambulante, vende chocolate para viver, ele tira uns R\$ 80,00 por mês, depende pois se estiver chovendo ninguém vai comprar chocolate. Destes R\$ 80,00, temos que está tirando o rango da semana, gastamos R\$ 20,00 ou R\$ 30,00 e fora a água e a luz, e estão querendo que agente pague a casa 10% do salário mínimo, para agente pegar o documento da casa, temos que pagar, ou paga ou então não pega, agente está lutando para não pagar, pois onde agente morava agente não pagava nada. Agente não pediu, eles que quiseram mudar agente de lá, se agente não tem trabalho nem nada, disseram ai [o pessoal da CONDER] que iriam dar trabalho agente, tipo cooperativa, para ajudar os moradores, mas até hoje não saiu nada, e aí como agente vai fazer? Pense aí uma pessoa que é desempregada, paga água, luz, e ainda 10% do salário para pagar casa.

7 – Você pretende ficar aqui?

Pretendo, eu gosto daqui, aqui tá bom, ou bom ou ruim, aqui tá bom, agente não tem condições de fazer uma casa desta, né, o salário que agente ganha não dar nem para agente viver, todo mundo desempregado. Eu pretendo ficar aqui, eu gostei daqui, ponto de ônibus perto 24h.

8– Você é daqui de Salvador?

Sou daqui de Salvador mesmo, nasci aqui.

9– E seus pais são daqui de Salvador?

São do interior e vieram para aqui trabalhar.

10– O que espera para seus filhos?

Espero para meus filhos que eles estudem, e tenha um futuro bom, que Lula dê os trabalhos que ele prometeu, e que a educação mude, está muito ruim a educação do estado, eu estudo no noturno e faltam professores, se antes não prestava hoje está pior ainda.

11 – Por que estuda ainda?

Para tentar melhorar de vida, concluir o 2º. Grau para poder arranjar um emprego, em tudo que você vá fazer hoje, exige o 2º. Gra

Série IV – Entrevista 4

Entrevistado (a) – *Diva Barbosa Machado, 80 anos, moradora de palafita, que resistiu até o último momento a saída do Aglomerado de Palafita.*

Entrevistador (1) – *Jornalista Holandês Eric Beuchiman.*

Entrevistador (2) – *Antonio Mateus de Carvalho Soares; Transcrição – (05/04/2006)*

Local – *No Aglomerado de Palafita de Novos Alagados – No barraco da entrevistada – Salvador- Ba.*
Data – *10/10/2004*

1 – Há quanto tempo a Sra. mora aqui?

Tenho 25 anos morando nesta área, antes morava também na maré, mas não era aqui, era no Uruguai.

2– Como era a casa que a Sra, morava antes?

Era, era igual a esta, um barraco de entulho sobre a água, mas eu vendi a casa para um rapaz e fui morar com minha filha, mas não me dei bem, agente quando chega a uma certa idade tem que morar sozinha. Ai eu conseguir uma lama perto do barraco de minha filha ai eu resolvi construir um barraco e morei mais ou menos de 10 a 12 anos, até vir para este aqui.

3 – A Sra. é de Salvador mesmo?

Não sou de São Gonçalo dos Campos [interior do Estado], agora somando todo o tempo que estou aqui tem uns 45 anos.

4 – Porque a Sra. veio para aqui?

Lá em São Gonçalo dos Campos não tinha condições de eu criar minhas filhas, ai vir para aqui trabalhar de doméstica, lavei roupa na casa de família, paguei meu INPSS, me enchi de doença não sei como, e hoje sou aposentada. Não pude mais trabalhar, fiz três operações, ai aposentei, mas antes de lavar roupa eu trabalhava em Trapiche de Fumo. Mas quanto eu cheguei aqui em Salvador, fui morar em um barraco alugado no bairro da liberdade, como não tinha como pagar o aluguel, me falaram destes barracos de palafitas aqui ai eu fui morar primeiro nos barracos de palafitas do [aglomerado] do Uruguai e depois vir para aqui, [aglomerado de palafita de Novos Alagados], ai foi onde eu acabei de criar as minhas filhas com lavagem de roupa.

5– A Sra. não tem marido?

Não, não tenho, há uns 33 anos estou sozinha, depois que meu marido morreu não arranjei outro, não me casei depois, não quis mais saber de homem. Criei minhas filhas sozinhas graças a Deus, foram cinco filhas criadas, tinha um rapaz, mas ele morreu.

6– Quando a Sra. veio morar em Salvador não tinha medo?

Medo eu nunca tive, mas eu não tinha mesmo era ordenado, não tinha emprego, sair de São Gonçalo, deixei minhas filhas lá com vizinhos e parentes e vir sozinha para aqui. Quando eu cheguei aqui o trabalho que eu vir acertada, não era para fazer só uma coisa, mas um monte de coisas, lavar roupas, cuidar de crianças, arrumar casa. Minha conterrânea me trouxe para aqui e me explorou. Eu não tinha nem tempo para procurar uma pessoa para escrever cartas para eu mandar para minhas filhas.

7 – Por que veio para Salvador? Por que não foi para outro lugar?

Eu até pensei em ir para o Rio de Janeiro, arrumei até as malas, mas depois pensei lá eu não conhecia ninguém, e o Rio de Janeiro era mais difícil para eu me comunicar com minhas filhas.

8 – A Sra. mora neste lugar há 25 anos, como era antes?

Moro nesta área há uns 25 anos, no início não tinha luz, não tinha energia, não tinha água, não tinha nada, era uma sede, agente comia pão seco com café, isso no governo de Antonio Balbino, eu me lembro. Aqui não tinha água, mas depois com a fundação da Sociedade 1º. de maio [associação que existe até hoje no bairro], que muito ajudou está comunidade da maré.

9 – Tinha banheiro na sua casa?

Não tinha, e ainda não tem, há tinha muitos mosquitos que mordiam muita gente.

10 – Hoje em dia está melhorando as coisas aqui?

Sim, está melhor, mas estes pedacinhos de casas que deram para agente me deixou muito decepcionada, eu já recebi minha chave, mais ainda não mudei nada, não tenho vontade de mudar, como vou mudar de casa, eu ando de moletas, aqui já estou adaptada, mas eu vou ter que mudar. Olha eu disse para os funcionários da CONDER e digo para quem parecer, esses pedacinhos de casas que estamos recebemos [ela se refere as casas do Conjunto Jardim Nova Primavera], eu na idade que estou, estou indignada. Outra coisa disseram que não podem ampliar estas casas, eu não vou poder levar o material que tenho aqui no barraco para ampliar a outra casa [ela se refere às madeiras de seu barraco atual], estou muito insatisfeita com estes pedacinhos de casas que não, podem ampliar, mas eu já disse vou levar alguns pedaços de paus daqui, que agüentem pregos para eu ampliar a casa.

11 – A Sra. vai ter que pagar alguma taxa pela nova casa?

Eu ouvir dizer lá na Associação 1º. de Maio que iríamos pagar uma taxa, que tem como base o salário mínimo, mas eu não vir ninguém pagar ainda.

12 – A Sra. tem condições de pagar está taxa?

Eu não tenho condições de pagar está taxa, minha aposentadoria é só dá para comprar remédios.

13– A Sra.vai sentir saudade da palafita?

Sim, pois eu construir este barraco a madeira, construir do tamanho que estar, nós construímos os barracos, vou sentir saudade do espaço do barraco, que é maior do que o das novas casas [ela se refere à casa do Conjunto Jardim Nova Primavera]. Mas eu não posso deixar de falar que aqui no barraco não tem segurança, quando chove agente se molha, a outra casa é mais segura.

14 – Suas filhas moram onde?

Um mora aqui do lado, duas moram no [bairro do] Uruguai, e uma em Mussurunga. As casas delas são de construção, elas trabalham lavando roupas e fazendo faxinas e assim levam a vida.

15 – Como está a situação de sua água e sua energia elétrica?

Olha aqui tudo é gato [ligação clandestina]

Entrevista com Professor da UFBA – Pesquisador do Subúrbio**Série V**

Prof. Dr. Carlos Geraldo D'Andréa [Gey] Espinheira (Pesquisador [do CRH/UFBA] com diversas pesquisas realizadas no Subúrbio Ferroviário de Salvador – uma das áreas de nosso estudo).

1– Prof. como se realizou o processo de urbanização de Salvador?

Nós tínhamos uma sociedade planejada a partir dos anos de 1940/48, com a execução de grandes planos urbanos que marcaram a estruturação atual desta cidade. Mas esta cidade se divide em várias dimensões: a cidade legal, a cidade clandestina. A cidade clandestina é duas vezes maior do que a cidade legal, legal do ponto de vista da obediência das regulamentações municipais, planejamentos de impostos, das taxas e da submissão das normas de construções aos padrões do município. A cidade ilegal é constituída de expansão urbana desordenada, sem planejamento, ao sabor das forças populares no sentido tanto político, como no sentido de aglomeração de concentração de migração, ocupando sempre os terrenos mais desvalorizados, mais altos e de encostas, ou vales úmidos, insalubres, ou mesmo sobre o mar da Enseada da Ribeira na região da baía de Todos os Santos, estas ocupações constituem hoje o que chamamos de invasão, substituindo até mesmo a terminologia de favela, que conotava habitações precárias, mas a invasão já conota uma intencionalidade da acusação de ilegalidade, então o Estado de Direito já ajuda a denominar de invasão, como se estas pessoas fossem culpadas em primeiro lugar pela invasão em segundo pela situação de pobreza, e, como temos um número muito grande de invasões, nós temos uma altíssima taxa de criminalidade que se relacionam com estas invasões de tal modo, que a associação: pobreza, urbanização precária e criminalidade constitui toda uma coerência todo um esquema que faz com que as taxas de criminalidade estejam nos bairros pobres e bairros de urbanização precária.

2– O Prof. fala que é a partir de 1965 que realmente houve uma aceleração na urbanização de Salvador, como se realizou este processo?

Nós tivemos em Salvador, uma situação muito peculiar no conjunto das capitais brasileiras, pois Salvador passou um longo tempo sem nenhum impacto de investimento, capaz de mudar a fisionomia da cidade, uma espécie de letargia urbana e demográfica, a partir de 1960 e mais propriamente 1965, num projeto de descentralização industrial para o entorno da Bahia, tivemos a instalação do Centro Industrial do Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari, dois importantes complexos industriais que exigiram muita mão de obra na construção civil, para construção de suas instalações e em seguida para a operacionalização dos dois parques industriais, que esta mão de obra primeira não poderia operar pela falta de especialização e uma nova mão de obra provida do sudeste do país e inclusive do exterior, que se agregaram criando em Salvador novos bairros e forçando estas populações empobrecidas se alojarem como podiam nos terrenos periféricos, nos terrenos de encostas, criando uma situação de periferia urbana, que a cidade até então não conhecia.

3– Qual o perfil das pessoas que “invadem” a cidade?

São pessoas que vieram do interior do Estado fugindo da seca, são familiares de pessoas que aqui já estavam, vítimas da falta do acesso ao mercado imobiliário, um pobre na cidade de Salvador absolutamente, não tem como comprar terra urbana, não há nenhum imobiliário que venda terrenos parcelados e legalizados para uma população de baixa renda, então a única solução é invadir. Assim a invasão vai se dando pelo próprio crescimento demográfico, crescimento vegetativo, assim como decorrente das pressões migratórias que continuam vindo para Salvador, fugindo das péssimas condições de vida e da decadência do plantio do cacau na região sul, das seca na região do Semi-Árido, e também da busca de melhores condições de vidas, pela concentração dos melhores serviços na região metropolitana. Nós temos uma grande distorsão no Estado da Bahia, na qual Salvador que é a capital tem uma população de aproximadamente 2.500.000 hab. e a segunda cidade do Estado tem apenas 500.000 hab., isso gera uma descompensação na rede urbana do Estado, então a população do interior saltam de suas cidades, sem possibilidades de emprego, sem possibilidades de serviços mais sofisticados e vêm direto para Salvador em busca destas condições, então temos este fenômeno de Salvador com uma alta atratividade destas populações desgarradas, econômica, social e culturalmente.

4– As condições de vida que eles [os moradores das favelas] encontram aqui são melhores que as do interior do Estado?

Sim, são melhores, pois em todo os centros urbanos por piores que sejam as condições de alojamentos, as possibilidades são maiores. Inclusive as possibilidades da economia clandestina, a economia do tráfico de drogas, da prostituição e da violência urbana, nós tivemos, por exemplo, em novembro 150 assaltos em ônibus coletivos, o número aumentou para 300 em dezembro e deve se manter estabilizado até os meses de janeiro, fevereiro, até o carnaval. Então esta população, mesmo não obtendo uma condição de vida dentro da legalidade consegue sobreviver no crime e na transgressão, por que há uma cultura de crime tão enlameada que a violência se tornou banal, então isso se constitui uma oportunidade de vida também.

5– Quais as condições estruturais (água, energia e saneamento) assim como as condições de vida nestas áreas invadidas?

Olha! Em todas essas áreas temos energia elétrica e água potável, quando não temos a água potável do sistema integrado de abastecimento – EMBASA, temos sistemas locais de abastecimentos, poços, chafarizes. O que falta a esta população é saneamento básico, na forma de esgotos e ruas pavimentadas, precisa também de uma limpeza pública assídua, e um delineamento que permita os carros de serviços atenderem a população. Então estas áreas são precárias na alta densidade – uma casa colada com a outra casa, em cima da outra casa, então esta densidade estimula o fator da intolerância e essa proximidade excessiva gera criminalidade, mas de algum modo às condições urbanas precárias são melhores que as condições urbanas semi-rurais, ou rurais do interior do Estado, ou de cidades pequenas destituídas destes serviços, então estas pessoas numa diversidade maior de arranjos de vida, constroem suas casas da maneira que podem – tijolo a tijolo, vão verticalizando permitindo que outros membros da família morem, então na mesma casa se constrói um padrão habitacional estranho, mas condizente a pobreza, daí podemos dizer que a população resolve seu problema de como morar e de habitar a cidade feia e desumana que existe dentro da cidade de Salvador.

6– Qual a fonte de renda destas pessoas, você fala de economia clandestina, de criminalidade, setor informal, mas o que eles fazem para viver afinal?

São todas essas coisas ao mesmo tempo, quando o setor informal não dá conta, quando há uma pressão pela ilegalidade, pela formalização pela polícia administrativa da prefeitura, eles correm então para os setores da ilegalidade. Sobre tudo, o tráfico de drogas, e os mais jovens que estão sob bloqueio do não acesso ao primeiro emprego por não possuírem um padrão de educação exigido que permitam a possibilidade do emprego, eles se dirigem muito aos pequenos furtos, roubos tráficos e posteriormente assaltos, seqüestros e outras formas de violência.

7– Prof. o Sr. diz que a partir da década de 60 Salvador tem uma urbanização acelerada. Como avalia a transição das décadas, e estas nas gerações e vida das pessoas que moram nas invasões de Salvador?

Olha! Nós observamos um fato muito curioso quando passamos por processos acelerados de mudanças urbanas tanto de Salvador no crescimento da região metropolitana como em outras áreas da cidade, estas populações quando conseguem um determinado patrimônio, quando elas constroem uma casa elas vendem estas casas para pessoas de maior renda e migram para outros bairros mais pobres e repetem o mesmo processo que eles realizaram antes, vivendo mais longe, mas ao mesmo tempo conseguem uma certa capitalização para morar de uma forma melhor, nestes lugares mais distantes. Então é como se a fronteira urbana fosse se expandindo e essa primeira geração, não toda ela, mas uma boa parte dela migra e vende sua casa para pessoas de mais alta renda, até mesmo pessoas que tendo invadido antes, podem agora comprar suas casas em uma sucessão de distanciamento do centro, mas ao mesmo tempo melhorando suas condições de vida porque apropriadas deste sobre valor auferido com a venda da primeira habitação podem viver um pouco melhor até mais adiante.

8– Isto significa que os filhos desta segunda geração frequentam a escola por mais tempo? Conseguindo assim, melhores empregos?

Sim, porque estas pessoas já vivem uma vida urbana mais consolidada, já estão por tanto inseridos na relação com estes serviços urbanos, então esta geração é menos sofrida do que a geração anterior e do que os povoadores mais recentes. Podemos dizer ainda que quanto mais recente é o imigrante mais precária é a condição de vida dele. Então com o passar do tempo, a própria forma de morar se transforma também em uma forma de capitalização, uma capitalização através dos setores imobiliários da construção, da valorização, o forçar a prefeitura a urbanizar o local, o que atribui um sobre valor ao imóvel construído, assim, ao vender este imóvel e mudarem para uma área menos urbanizada ele vai obter algum lucro, é como um processo cíclico vai dando continuidade a esta dinâmica.

9 – Este tipo de urbanização segue o mesmo ritmo desde 1965 ou houve alguma variação?

Não, nos tivemos um grande impacto que vem desde 1965 até o final de 1970, uma certa redução nos anos de 1980 e uma redução maior nos anos de 1990, quantitativamente tem sido menos o fluxo imigratório nos últimos 20 anos.

10 – Por que esta redução ocorre?

Porque não tivemos nenhum outro impacto industrial ou pós-industrial, como tivemos na década de 1960 e 1970, pois neste período tivemos o Centro Industrial do Aratu e o Pólo Petroquímico e mais algumas indústrias, não diretamente ligadas ao pólo, mais na mesma região do Pólo Petroquímico e não mais tivemos outro impacto industrial, a não ser mais recentemente nos anos de 1990 a chegada da FORD e da Monsanto, mas que são duas indústrias poupadoras de mão de obra e que absorvem, só uma pequena quantidade de mão de obra qualificada, logo não houve o mesmo impacto registrado no passado.

11 – O fenômeno da urbanização daqui da Bahia se pode comparar ao que houve no séc. XIX nos Estados Unidos, ou na Europa onde as pessoas iam do interior para as cidades a procura de emprego, buscando melhores condições de vidas?

Eu tenho a impressão que sim, nós não fugimos do modelo do capitalismo ocidental. Mas no Brasil especificamente, podemos dizer que o que aconteceu na Bahia a partir dos anos de 1960 para cá foi o que aconteceu em São Paulo dos anos 1920 até os anos de 1980, período no qual todo o Brasil convergia para São Paulo, posso dizer que em São Paulo há mais baianos do que na cidade de Salvador, só que nos últimos anos na urbanização de São Paulo tivemos uma descentralização dos

pólos industriais a partir dos anos de 1960, promovido pelo governo militar, que estimulou que a industrialização brasileira fosse descentralizada no território brasileiro, tanto que quando a Bahia se torna um dos pólos da descentralização, boa parte deste fluxo migratório que se dirigia a São Paulo se reorienta para a região da área metropolitana de Salvador, mas agora não temos nem oferta, nem propaganda de oferta para atrair as populações, toda a nossa atenção está voltada para um outro tipo de investimento e propaganda que é o turismo, este exige por tanto um outro tipo de mão de obra, um outro tipo de perspectiva e estão vindo para cá pessoas ligadas ao campo cultural, e estas pessoas não oferecem maior impacto ao campo da urbanização, porque já são pessoas que têm dinheiro, já são urbanizadas e resolvem por conta própria seus problemas de moradia.

12 – E como fica a criminalidade neste quadro?

A criminalidade em grande medida está relacionada à pobreza, em outra parte está relacionada aos gerentes do tráfico de drogas e dos jogos. E a outra criminalidade que não é eventual nem sistêmica, diferente destas que me referi, a criminalidade que pode acontecer em qualquer parte do mundo, quando as pessoas em um determinado momento transgridem a lei, mas não como uma forma de vida, não como uma forma continuada e estruturada, não como uma carreira de Projeto de Vida.

13 – O desenvolvimento urbano no Brasil sempre resultou em uma saída do campo para a cidade?

Nós temos um desenvolvimento desigual, nós tivemos, por exemplo, uma grande economia, a economia do Cacau que concentrava milhares de pessoas em torno da produção do cacau, por conta da praga da vassoura de bruxa a economia do cacau praticamente se extinguiu. Então toda essa massa humana que vivia nesta região teve que migrar para os centros que ofereciam alguma oportunidade e curiosamente as pessoas tem um censo de comunicação extraordinário e quando houve falar que uma determinada área está oferecendo algum tipo de riqueza, vem um pioneiro que fala com um segundo que comunica a um terceiro, e ele atrai, e converge, é como se a migração fosse sempre orientada, sem falar no fato de que tem empresários que sabem a que tipo de mão de obra ele vai precisar e onde esta mão de obra mora e como vai buscar. Quando o migrante experimenta uma outra vida diferente da vida provinciana que tinha antes, ele não quer mais retroagir, viver a vida pequena provinciana. Pois a cidade grande por pior que ela seja, em suas condições de vida, oferecem uma melhor perspectiva que antes.

14 – Com quais palavras o Sr. finalizaria a nossa entrevista?

A nossa urbanização em grande medida é espontânea, ela não é o resultado de um planejamento racional do governo, mas do livre jogo das forças, da especulação imobiliária e das forças digamos de mercado, ofertando ou não ofertando emprego. Então, por falta deste planejamento urbano, ou de um planejamento de desenvolvimento econômico seqüenciado e monitorado, que hoje denominamos de sustentável, nós temos este tipo de desordem, descompensação na urbanização de nossas cidades, todas as grandes cidades brasileiras são assim.

Registro de Contato com a CONDER: **Sra. MARIA LUIZA PETITINGA** (*Gerente do DEPLAM – Departamento de Planejamento e Ambiente/CONDER*) 52 anos, Arquiteta-Técnica da CONDER; Professora da UFBA – Já coordenou inúmeros projetos de planejamentos e planos habitacionais para Salvador e para o interior do Estado da Bahia.

Relatório de Visitas na CONDER – 22 de fevereiro de 2006

O primeiro contato na CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, foi realizado com uma visita no DEHAB – Departamento de Habitação, chefiado pelo arquiteto João Bosco F. Dias, neste departamento conversei com Dulce Lavine – sub-gerente do SUVIM – Subgerência do Viver Melhor, neste contato tive acesso a documentos do Lota. Vale das Dunas (São Cristóvão): Relatório Técnico Preliminar; Projeto Inicial; Projeto Executivo; Mapa do Projeto; Fotografias; Estudo de Macro-Áreas e de Adensamento. Neste departamento conversei também com o arquiteto Maurício Almeida, que orientou que procurasse outros setores da CONDER, pois o DEHAB, não continha todas as informações que procurava. Assim, fui ao DEPROJ - Departamento de Projeto, conversei com o sub-gerente do setor Marcelo Guedes, que indicou me informou que as informações sobre os outros dois Conjuntos Habitacionais que procurava seriam passadas pela GEPES – Gerência de Programas Especiais, no DEPLAM – Departamento de Planejamento e Ambiente, como a arquiteta Maria Luiza Petitinga, que forneceu informações preciosas sobre o Conjunto Viver Melhor/Ogunjá e sobre o Conjunto Nova Primavera, oferecendo a cópia dos Relatórios de Atividades – Ação Urbis 1997/2000, e o Relatório do Programa Viver Melhor 1995/2001.

23 de fevereiro de 2006 –

Na mapoteca da CONDER obtive informações com Cláudio Pelozzi, analista de sistemas responsável pelo INFORMES – Serviço de Informações Geográficas do Estado da Bahia.